

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Anaeli Queren Xavier Almeida

Chegar e partir: o Capão do Lana

Arqueologia de um pouso de viajantes

Belo Horizonte

2021

Anaeli Queren Xavier Almeida

CHEGAR E PARTIR: O CAPÃO DO LANA

Arqueologia de um pouso de viajantes

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Área de concentração: Arqueologia

Orientador: Prof. Dr. Carlos Magno Guimarães
Universidade Federal de Minas Gerais

Coorientador: Prof. Dr. Luís Cláudio Pereira
Symanski
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

2021

306	Almeida, Anaeli Queren Xavier.
A447ch	Chegar e partir [manuscrito] : o Capão do Lana :
2021	arqueologia de um pouso de viajantes / Anaeli Queren Xavier Almeida. - 2021.
	267 f. : il.
	Orientador: Carlos Magno Guimarães.
	Coorientador: Luís Cláudio Pereira Symanski.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Antropologia – Teses. 2. Arqueologia e história – Teses. 3. Cultura material - Teses. I. Guimarães, Carlos Magno. II. Symanski, Luís Cláudio Pereira. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**ATA DA DEFESA DE Tese DE DOUTORADO DE ANAELI QUEREN XAVIER ALMEIDA (MATRÍCULA N.º
2015650843)**

Aos 30 (trinta) dias do mês de julho de 2021 (dois mil e vinte e um), reuniu-se, em ambiente virtual, pelo canal do youtube PG-ANTROPOLOGIA UFMG, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a tese intitulada: *"Chegar e partir do Capão do Lana: Arqueologia de um pouso de viajantes"*, requisito final para a obtenção do Grau de Doutora em Antropologia, área de concentração: Arqueologia, linha de pesquisa: Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo. A Comissão Examinadora foi composta pelos/as professores/as doutores/as: **Carlos Magno Guimarães - Orientador (UFMG)**, **Luis Cláudio Pereira Symanski - Co-orientador (UFMG)**, **Marcos André Torres de Souza (UFRJ)**, **Camilla Agostini (UERJ)**, **Luana Carla Martins Campos Akinruli (UFMG)** e **Sarah de Barros Viana Hissa**. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Carlos Magno Guimarães, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à doutoranda Anaeli Queren Xavier Almeida para apresentação da sua tese. Seguiu-se a arguição pela comissão examinadora, com a respectiva defesa da discente. Logo após a arguição dos/as examinadores/as, a Comissão se reuniu, sem a presença da doutoranda, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Tese por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à discente pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de julho de 2021.

Membros da Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Magno Guimarães (Orientador)

Prof. Dr. Luis Cláudio Pereira Symanski (Co-orientador)

Prof. Dr. Marcos André Torres de Souza

Profa. Dra. Camilla Agostini

Profa. Dra. Luana Carla Martins Campos Akinruli

Dra. Sarah de Barros Viana Hissa



Documento assinado eletronicamente por **Sarah de Barros Viana Hissa, Usuário Externo**, em 30/07/2021, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Carla Martins Campos Akinruli, Usuário Externo**, em 30/07/2021, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camilla Agostini, Usuário Externo**, em 30/07/2021, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Claudio Pereira Symanski, Chefe de departamento**, em 02/08/2021, às 20:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Magno Guimaraes, Professor do Magistério Superior**, em 03/08/2021, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Torres de Souza, Usuário Externo**, em 07/08/2021, às 06:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0841110** e o código CRC **E32AFA5F**.

*Para Ondina e Maria (em memória),
cujas histórias sempre me transportaram
e transportam ao passado.*

AGRADECIMENTOS

Esta é parte mais gostosa de se escrever em um trabalho acadêmico. É prazeroso olhar para trás e ver quantas pessoas nos marcaram no meio do caminho. Fazemos uma retrospectiva dos longos anos de pesquisa e entendemos, então, como chegamos até o fim.

Primeiramente, dirijo meus agradecimentos a Deus. Doador e sustentador da vida. Proteção e equilíbrio. Força e graça. Assim, eu prossegui, grata a Ele por tudo e todos!

Aos meus principais sustentadores: minha família. Aqui tive todo o apoio necessário de cuidado, compreensão, ajuda financeira, dentre outros. Sem minha família, de fato, esta tese não teria saído. Meus pais, Ely e Ana, base emocional, espiritual e material. Colunas da nossa família e exemplos de força e coragem. Minhas queridas irmãs, Eliana e Ludmila, minhas companheiras e incentivadoras, mulheres fortes e inspiradoras, que admiro profundamente. Partes de mim. Meus cunhados, Eliseu e Vinícius, obrigada pelo apoio e pequenas-grandes ajudas tão fundamentais. Minhas pequenas joias: Elisa, Eloene, Luísa e Tiago. Quatro pessoinhas que renovam meu ânimo e alegria para mais um dia de trabalho. Vó Ondina, um grande exemplo de força, generosidade, amor e cuidado! Aqueles que me fazem falta, Tiago e vó Lia, muito obrigada pelo tempo passado que sustenta o presente. Aos demais, tios e primos, muito obrigada pelas orações, amor e força!

Agradeço ao meu orientador, Carlos Magno Guimarães, por mais essa parceria. Obrigada por possibilitar a realização dessa pesquisa e por confiar em mim deixando aos meus cuidados todo o material de pesquisa, sendo compreensível nesse momento de pandemia. Ao meu coorientador, Luís Cláudio Symanski, muito obrigada pelo companheirismo e orientação. Pela sua generosidade em dividir seu conhecimento e por valorizar a pesquisa alheia e acreditar nos seus alunos e alunas.

Quero agradecer ao Programa de Pós-graduação em Antropologia – PPGAn/UFMG na pessoa do coordenador prof. Leandro de Oliveira e da nossa secretária Ana Lúcia Mercês. Agradeço a compreensão do Programa nesse momento difícil que vivemos e os pontuais auxílio financeiros, sempre procurando meios de dividir os poucos recursos entre os e as discentes. Aninha, como a chamamos carinhosamente, foi fundamental na lembrança de prazos, nos detalhes das burocracias e no cuidado com as questões discentes. Há também alguns professores e professoras especiais nessa jornada: Andrés Zarankin, Rúben Caixeta de Queiroz, Eduardo Vargas e Érica Souza. Muito obrigada pelos comentários e leituras sensíveis dos meus trabalhos. Grata também à Mariana Cabral por sua ajuda nos momentos necessários.

Agradeço à toda equipe do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG – MHNJB/UFMG por facilitar o acesso ao material de pesquisa, depositado no Centro Especializado de Arqueologia Histórica. Em especial, quero destacar a solicitude e acolhida de Mariana Lacerda, diretora *pro tempore* e Marco Mendef, responsável pela gerência do Museu.

Aos professores das qualificações: Andrei Isnardis, José Newton Meneses, José Roberto Pellini e Eduardo Paiva. Muito obrigada pelas leituras atentas e comentários valiosos. Especialmente quero agradecer ao Andrei, com quem tive mais contato, devido às burocracias acadêmicas. Sua generosidade e humildade confortam. Obrigada por ser sensível às questões discentes e pelo companheirismo.

Há coisas na Academia que são preciosas demais e não entram no *Lattes*. A amizade é uma delas. Sarah Hissa, muito obrigada! Obrigada por sua ajuda em todos os níveis. Obrigada por perceber o momento difícil e se dispor a tirar as fotos de parte do material. Obrigada pelos mapas! Obrigada por me passar sua força e carinho e buscar me incentivar de todas as maneiras até o último minuto.

À querida Mayra Amorim, que prestou uma sensacional ajuda na marcação das peças. A escrita mais bonita e caprichada nos fragmentos é a dela. Também me auxiliou na organização do inventário, dentre outras coisas. Teria sido bem mais lento e difícil (e chato) sozinha. Além dessas super ajudas práticas, não tem como eu expressar as outras, em forma de cumplicidade, de risadas, de viagens, de apoio, força, compreensão. Que presentinho eu ganhei em pleno doutorado: uma irmãzinha mais nova!

Agradeço também aos meus colegas de turma, dentre os quais quero destacar Déborah Duarte Talim e Évelin Nascimento. Duas companheiras de longa data já. À Déborah agradeço imensamente as conversas, a força, a disposição e o carinho, além de algumas boas dicas arqueológicas e não arqueológicas. À Évelin quero agradecer o constante diálogo. Obrigada pelos chás quentes e as conversas animadas que transformaram as frias e solitárias tardes de junho e julho no Museu. Obrigada pela ajuda com as análises, pelas inúmeras dicas, pelo compartilhamento de angústias e pelas risadas (muitas delas de nervoso). E nos momentos finais, obrigada pela generosidade em compartilhar algumas de suas análises, pelas rápidas aulas de cerâmica e de Saramenha. Gratidão profunda!

Fiquei, de fato impressionada com a quantidade de pessoas que querem apenas ajudar porque acreditam na pesquisa e no compartilhamento de conhecimentos. São pessoas generosas! Luan Ouverney, muito obrigada pela ajuda com os vidros. Quanta paciência e atenção! Bill Lindsey do *Historic Glass Bottle Identification & Information Website* e seus

colegas de pesquisa do *Bottle Research Group* por ajudar na interpretação de alguns fragmentos vítreos à distância. Fiquei impactada com tamanha empolgação. Isaac Ribeiro, obrigada pela ajuda com a interpretação de alguns inventários e por compartilhar sua tese.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, por um ano de bolsa. Fazer pesquisa neste país nunca foi fácil. Nos últimos três anos se tornou um desafio imenso!

Agradeço a todo pessoal do Arquivo Público Mineiro – APM. Foi lá que conheci a Sônia Gonçalves que me deu todo o suporte nas transcrições. Pessoa extremamente generosa e iluminada! Gratidão, Soninha! À equipe do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, na Casa do Pilar, em Ouro Preto, na pessoa da Mariana Souza. Parabéns pelo trabalho de vocês! Um agradecimento também à equipe do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto na pessoa da Helenice. Gratidão!

Quero agradecer os proprietários da Topázio Imperial Comércio e Indústria Ltda., local onde está o sítio arqueológico do Capão do Lana. Em especial, agradeço ao André Silva, com quem tive contato mais direto. Obrigada pela confiança e permissão em entrar na propriedade da empresa, por facilitar a pesquisa e criar outras oportunidades. Agradeço imensamente também ao senhor Fernando Celso Gonçalves por compartilhar comigo suas preciosas memórias. Obrigada por me receber com atenção, interesse e confiança!

Aos meus guias pelos tortuosos caminhos da história oral: prof. Alex Bohrer, muito obrigada pelas conversas e disponibilização de material e bibliografia. Quanta atenção e generosidade! Inclusive sou grata à Juliana Brandão pela intermediação inicial. Agradeço muito a solicitude de Nilson de Almeida. Grata por me levar aos lugares certos, sempre com muita alegria e carinho! Agradeço também ao Vamilone Fernandes dos Prazeres pelas informações prestadas.

Renata Ferreira dos Santos, bibliotecária da Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas de Ouro Preto. Muito obrigada pelos contatos e pela pesquisa bibliográfica certa!

Patrícia Brito, muito obrigada por seu companheirismo e amizade. E pela valiosa dica dos arquivos de Ouro Preto. Gratidão querida! Muito obrigada Flávia Reis pelo interesse e por me ajudar em algumas transcrições. À Edmara Shuch agradeço várias dicas de bibliografia para análise de material e também a disposição para conversar sobre dúvidas que eu tive em minhas análises.

Ainda destaco alguns colegas e pessoas especiais nessa jornada: Adriana Assis, Juliana Cardoso, Clarisse Jacques, Ângelo Lima, Adriano Carvalho, Elisângela Silva e Neemias S. da Rosa.

Minha grande amiga (de uma vida) Dayse Vilas Boas. Mesmo quando não perto fisicamente, sempre presente! Jamais sozinha!

Dois queridos com presença marcante nessa fase: Mateus Scoralick e Carlos David. Gratidão!

Dois profissionais apaixonados pelo que fazem foram os responsáveis por manter em dia minha saúde física e emocional: Lucas Santana e Keila Dias, respectivamente. Lucas é uma pessoa que está indo longe graças à sua bondade, humildade e generosidade. Keila é uma luz que iluminou minha jornada, não do doutorado, mas da vida. Que pessoa especial! Gratidão que não cabe em palavras.

Aos alunos e alunas da disciplina História do Pensamento Arqueológico, obrigada pela confiança e aprendizado mútuo!

Aos meus irmãos da Igreja Batista Memorial que acompanharam de perto tudo. Sintam minha imensa gratidão por todas as orações, palavras de apoio e compreensão. Uma verdadeira família! Gostaria de citar todos e todas, mas por questão de espaço sintam-se representados no nome do nosso pastor Demetrio Santana que incentivou meu crescimento em todos os níveis. Obrigada pelo carinho e as oportunidades!

Obrigada à banca por aceitar o convite, pesquisador e pesquisadoras que admiro: Camilla Agostini, Luana Campos Akinruli, Marcos André Torres de Souza e Sarah Hissa. Quero agradecer ao Marcos também algumas conversas frutíferas no início do doutorado e em outros momentos.

Foram os pequenos e grandes momentos de respiro e de ajudas recebidas de todos os lados que me permitiram finalizar este ciclo. Às pessoas listadas acima, sou imensamente grata. Sem elas, dificilmente conseguiria. Ainda assim, elas estão isentas de qualquer responsabilidade pelas limitações do meu trabalho.

“A quem não consegue entender o prazer de viajar e prefere ficar sossegado em casa sentado na poltrona de pijama e visitar o mundo maravilhoso através de livros e mapas, eu concederia o prazer, mesmo que ele não o mereça, de estar nessas montanhas, nem que seja por uma hora. Ele ficaria de pé lá com os braços abertos e o olhar embevecido, mergulharia no entusiasmo do momento, jogaria seus mapas no chão e, finalmente, exclamaria conosco: ‘Que prazer é viajar!’”

Ernst Hasenclever, 1839 (ALVES, 2015, p. 138)

RESUMO

O Capão do Lana surgiu no princípio do século XVIII. Começou como uma pequena fazenda de subsistência, até se tornar um importante ponto de parada do Caminho Novo e a principal mina de topázio imperial do mundo. O Caminho Novo fazia a ligação entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais e foi um dos caminhos mais movimentados da região nos séculos XVIII e XIX. A estalagem do Capão atraía diversos viajantes que queriam descansar de suas longas viagens. Com a descoberta do topázio no local, o Capão do Lana também se tornou um ponto de mineração desta pedra, tornando-se lugar de parada para viajantes naturalistas do século XIX que queriam conhecer mais sobre o mineral. Com a decadência da mineração do ouro e a introdução das ferrovias, o Capão também entrou em declínio como estalagem, voltando gradualmente a ser exclusivamente uma unidade doméstica até seu abandono no século XX. Apesar da importância histórica do Capão, sua história material permanecia pouco explorada. Contudo, seu estudo, por meio da arqueologia, permitiu a reconstituição de parte do cotidiano da estalagem. Algumas perguntas que surgiram para desenvolver esta pesquisa foram: como se deu a divisão entre o espaço da família e o espaço dos hóspedes, já que a estalagem também era o local de residência dos proprietários? Essa divisão se refletiu na cultura material encontrada? Quais as diferenças cruciais entre os tipos de vestígios domésticos e o de uma estalagem? Uma sociedade marcadamente segmentada como foram as sociedades colonial e imperial brasileira refletiria essa segmentação em um espaço, a princípio, de convivência mais plural?

Palavras-chave: Capão do Lana; Estalagem; Arqueologia histórica; Cultura material.

ABSTRACT

Capão do Lana appeared in the early eighteenth century. It began as a small subsistence farm, until it became an important stop on the *Caminho Novo* (New Road) and the main imperial topaz mine in the world. The *Caminho Novo* connected Rio de Janeiro and Minas Gerais and was one of the busiest routes in the region in the eighteenth and nineteenth century. The Capão inn attracted many travelers who wanted to rest after their long journeys. With the discovery of topaz in the area, Capão do Lana also became a mining site, becoming a stop point for naturalistic travelers of the nineteenth century who wanted to know more about the mineral. With the decay of gold mining and the introduction of railroads, Capão also declined as an inn, gradually returning to be a domestic unit until its abandonment in the twentieth century. Despite the historical importance of Capão, its material history remained poorly explored. Therefore, its study through archeology allowed the reconstruction of part of the inn's daily life. Some issues that arose during this research were: how was the division between the family space and the guest space, given that the inn was also the owners' place of residence? Was this division be reflected in the material culture found? What are the crucial differences between the types of domestic remains and those of an inn? Would a markedly segmented society, such as colonial and imperial Brazilian societies, reflect this segmentation in a space, in principle, of more plural coexistence?

Keywords: Capão do Lana; Inn; Historical archaeology; Material culture.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Trecho de corredor de tropas.....	41
FIGURA 2 - Detalhe do corredor com os muros de “taipa”	41
FIGURA 3 - Ruínas da Casa-sede: vista geral (recorte da foto original).....	56
FIGURA 4 - Pintura que retrata a casa onde funcionava a Pousada da Varginha do Lourenço	56
FIGURA 5 - Fachada da Pousada Varginha do Lourenço	57
FIGURA 6 - Vista da Pousada Varginha do Lourenço	57
FIGURA 7 - Vestígio de edificação de pedra do Sítio Ruínas da Praça, Vila de Itatiaia	59
FIGURA 8 - Vista do muro lateral do curral, com blocos maiores. Sítio Arqueológico Ruínas do Congonhas I – Itabirito/MG	61
FIGURA 9 - Vista de empilhamento de telhas após a retirada de 25 cm de sedimento. Sítio Arqueológico Ruínas do Congonhas I – Itabirito/MG	61
FIGURA 10 - Fragmento de prato de cerâmica do	61
FIGURA 11 - Vista do local onde existia um pequeno cocho. Sítio Arqueológico Ruínas do Congonhas I – Itabirito/MG	61
FIGURA 12 - Antiga Pousada da Ponte Ana de Sá às margens da estrada entre Vila Rica e Glaura. Ouro Preto/MG	62
FIGURA 13 - Fachada lateral da antiga Pousada do Ribeirão Alberto Dias. Barbacena/MG	63
FIGURA 14 - Fachada da antiga Pousada do Ribeirão Alberto Dias. Barbacena/MG	63
FIGURA 15 - Pia batismal da capela da Fazenda do Ribeirão Alberto Dias. Barbacena/MG	64
FIGURA 16 - Mapa com localização das pousadas identificadas pelo projeto da Estrada Real	67
FIGURA 17 - Parte do “Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais” levantado por W. von Eschwege (detalhe do original com grifos em vermelho das localidades Chiqueiro e Chiqueiro do Alemão)	68
FIGURA 18 - Mapa da região do alto Rio Doce, Rio das Velhas e Rio Paraopeba. Detalhe do mapa com grifo em vermelho da localidade “Chiqueyro”	69
FIGURA 19 - Igreja Nossa Senhora da Conceição em ruínas. Chiqueiro dos Alemães	70
FIGURA 20 - Capela Nossa Senhora das Dores de Bela Vista. Provável Chiqueiro	70
FIGURA 21 - Cemitério da Capela Nossa Senhora das Dores de Bela Vista. Provável Chiqueiro	71
FIGURA 22 - Fragmento de muro de pedras. Dores de Bela Vista. Provável Chiqueiro	71
FIGURA 23 - Lavrinha – muro de pedra. Local identificado pelo Laboratório de Arqueologia	72
FIGURA 24 - Vista geral de um muro de uma das estruturas, coberto por vegetação. Local identificado no plano de manejo.....	72
FIGURA 25 - Meio do Morro: implantação dos vestígios na paisagem (indicada pela seta) ..	73
FIGURA 26 - Meio do Morro: vestígios de edificação de pedras.....	73
FIGURA 27 - Pousada da Fazenda Pé do Morro	74
FIGURA 28 - Interior das ruínas da Capela de Santana	74
FIGURA 29 - Fachada de Pousada não-identificada. Ouro Branco/MG	75
FIGURA 30 - Pousada de Pé de Morro no sopé da Serra de Ouro Branco – Altar de Igreja de Santo Antônio de Ouro Branco – 1971	75
FIGURA 31 - Tripuí: vestígios de alicerce de edificação	77
FIGURA 32 - Tripuí: vestígio de edificação – parede	77
FIGURA 33 - Tripuí: vestígios de edificação	77
FIGURA 34 - Ponte do Tripuí.....	77

FIGURA 35 - Localização dos sítios arqueológicos identificados no entorno do Capão do Lana	79
FIGURA 36 - Demonstração da capitania do Espírito Santo até a ponta da Barra do Rio Doce. Indicação nossa da Serra das Esmeraldas pelo círculo vermelho.....	82
FIGURA 37 - Detalhe do mapa “Demonstração da capitania do Espírito Santo...” com a Serra das Esmeraldas grifada de vermelho	83
FIGURA 38 - Mapa esquemático (recorte do Mapa “Caminhos Coloniais no Brasil)	88
FIGURA 39 - Mapa esquemático dos principais caminhos coloniais no Brasil (região sudeste), com Capão do Lana destacado acima, no Caminho Novo	89
FIGURA 40 - Rancho à beira da estrada	99
FIGURA 41 - Rancho nas proximidades da Serra do Caraça	100
FIGURA 42 - Rancho no caminho para Mandioca	102
FIGURA 43 - O Rancho da Fazenda dos Negros.....	102
FIGURA 44 - Interior de um rancho próximo ao porto da Estrela.....	103
FIGURA 45– Repouso de uma caravana	103
FIGURA 46 - Simão Antônio, venda na Serra do Mar, cruzamento de duas estradas, 21 milhas do Rio de Janeiro	107
FIGURA 47 - Fazenda Samambaia	111
FIGURA 48 - Sítio do Padre Inácio, exemplo de Casa Bandeirista.....	112
FIGURA 49 - Parada no Rio da Cachoeira	116
FIGURA 50 - Estradas da Corte e Real.....	119
FIGURA 51 - Morro onde se extraem os Topázios descobertos no ano de 1772. Datta de El Rei.....	125
FIGURA 52 - Carta Geográfica do Termo de Villa Rica, em q se mostra que os Arrayaes de Catas Altas da Noroega, Itaberaba e Carijós lhe ficão mais perto, q ao da Villa de S. José a q pertencem, e igualmente o de S. Antônio do Rio das Pedras, q toca ao do Sabará, o q se mostra, pela Escala, ou Petipe de Léguas. Capão do Lana circulado em verde	127
FIGURA 53 - Recorte da “Carta Geográfica...”, destacando o Capão do Lana (círculo verde)	128
FIGURA 54 - Recorte do mapa “Área Geográfica da Inconfidência”, com Capão do Lana grifado em vermelho.....	135
FIGURA 55 - Curral 1: placas de pedra servindo de contenção ou separação de áreas	144
FIGURA 56 - Curral 1: placa de pedra para cercamento, indicada pela seta.....	145
FIGURA 57 - Curral 1: placas de pedra para cercamento.....	145
FIGURA 58 - Estação de Rodrigo Silva. Lambrequim em mau estado de conservação no telhado	149
FIGURA 59 - Fragmentos de bojo de pote cerâmico empilhados sobre pedra (seta)	158
FIGURA 60 - Fragmentos de garrafa de vidro sobre pedras empilhadas	158
FIGURA 61 - Arqueóloga trabalhando no interior de um buraco de garimpeiro	158
FIGURA 62 - Sondagens arqueológicas em buraco de garimpeiro (seta vermelha) e em montes de rejeito (setas amarelas)	158
FIGURA 63 - Buraco de garimpeiro (seta vermelha) e sondagens arqueológicas (50 x 50cm) em montes de rejeito (setas amarelas)	159
FIGURA 64 - Sondagem arqueológica em monte de rejeito	159
FIGURA 65 - Localização do Capão do Lana	160
FIGURA 66 - Implantação do sítio sobre imagem de satélite.....	161
FIGURA 67 - Inserção na paisagem. Sítio indicado pela seta	162
FIGURA 68 - Planta geral do sítio arqueológico Capão do Lana	164

FIGURA 69 - Recorte da Planta geral do sítio Capão do Lana. Área da Casa-sede: A – Edificação 1; B – Casa-sede; C – Pátio. Notar indicação de localização do Arrimo 2 e da Plataforma de Rejeito 4.	165
FIGURA 70 - Vista parcial das ruínas da Casa-sede.....	165
FIGURA 71 - Vista parcial das ruínas da Casa-sede – 2.....	165
FIGURA 72 - Edificação 1 – vista oeste	166
FIGURA 73 - Edificação 1 – vista sudoeste.....	166
FIGURA 74 - Edificação 1 – arrimo formado por lajes verticais	166
FIGURA 75 - Vista geral da área do Pátio.....	167
FIGURA 76 - Pátio: Muro 1 - vista dos vãos com encaixes para barrotes.....	167
FIGURA 77 - Pátio: Muro 1 - vista dos vãos com encaixes para barrotes – 2.....	167
FIGURA 78 - Muro de cercamento da área dos currais	168
FIGURA 79 - Curral 1 visto de cima	168
FIGURA 80 - Habitação, construída para acampamento dos boiadeiros.....	168
FIGURA 81 - Vestígio de fogão a lenha de cimento na Habitação	168
FIGURA 82 - Recorte da Planta geral do sítio Capão do Lana. Área dos Currais: D – Edificação 2; E – Habitação; F – Currais	169
FIGURA 83 - Planta geral do sítio Capão do Lana (tracejado nosso, indicando o traçado da estrada real).....	170
FIGURA 84 - Planta esquemática das estruturas do Capão do Lana, segundo Fernando Celso	171
FIGURA 85 - Planta de dispersão dos vestígios arqueológicos.....	174
FIGURA 86 - Fragmentos de malga com decoração impressa em verde, sem borrão. Provavelmente, esmalte <i>creamware</i>	184
FIGURA 87 - Fragmentos de bordas de pratos <i>creamware</i> com modificação na borda em estilo <i>royal rim</i>	184
FIGURA 88 - Fragmentos de tigela de porcelana de pasta mole. Face externa.....	186
FIGURA 89 - Fragmento de borda de peça de serviço de chá. Face externa.....	186
FIGURA 90 - Fragmentos de pires (borda e fundo) em <i>ironstone china</i> , com marca de fabricante J. & G. Meakin. Face externa	187
FIGURA 91 - Fragmentos de pires (fundo) em <i>ironstone china</i> , com marca de fabricante J. & G. Meakin. Face externa.....	187
FIGURA 92 - Marca da J. & G. Meakin com o uso das armas reais com o leão em pé sobre duas patas, utilizada a partir de 1890.....	187
FIGURA 93 - Fragmento de prato com decoração impressa em azul borrão. Face interna...	187
FIGURA 94 - Fragmento de borda de urinol - face externa.....	188
FIGURA 95 - Fragmento de borda de urinol - face interna	188
FIGURA 96 - Fragmento de borda de urinol - perfil	189
FIGURA 97 - Base de garrafa cilíndrica verde esmeralda, para água ou bebida alcoólica. Data provável: 1865 a 1900	193
FIGURA 98 - Base de garrafa cilíndrica preta, de bebida alcoólica. Data provável: princípios do séc. XIX a 1870	193
FIGURA 99 - Base de garrafa cilíndrica verde musgo de água mineral. Data provável: 1821 a 1925	193
FIGURA 100 - Fragmento de bojo de garrafa cilíndrica aqua, provavelmente para água mineral – lado interno.....	194
FIGURA 101 - Fragmentos de bojo de frasco de bolso verde oliva – lado interno	194
FIGURA 102 - Parte de bojo de garrafão feito pela técnica sopro livre – provável século XVIII. Face externa	198

FIGURA 103 - Base de garrafão feito pela técnica sopro livre – provável século XVIII. Face externa	198
FIGURA 104 - Base de garrafa de cerveja com cruz em alto relevo no fundo (face externa)	201
FIGURA 105 - Base de garrafa de cerveja com cruz em alto relevo: detalhe da marca de molde vertical, no bojo, unindo-se à marca de molde horizontal.....	201
FIGURA 106 - Bojo e base de provável frasco de bebida alcoólica da Nuttall	201
FIGURA 107 - Provável frasco de bebida da Nuttall. Detalhe do “N” em alto relevo no fundo da base	201
FIGURA 108 - Base de provável garrafa de conserva com marca de pontel. Face interna (esquerda) e externa (direita).....	202
FIGURA 109 - Base de tinteiro na cor preta, fabricada pelo sopro em molde de base separada (<i>cup bottom</i>). Face externa (esquerda) e interna (direita).....	202
FIGURA 110 - Garrafa preta de vinho, feita pelo sopro rotativo em molde.....	203
FIGURA 111 - Garrafa preta de vinho, feita pelo sopro rotativo em molde. Observar as finas linhas horizontais no corpo da garrafa.....	203
FIGURA 112 - Fragmento de garrafa de bebida verde oliva, com <i>mamelon</i> na base. Face externa	203
FIGURA 113 - Fragmentos de gargalo azul cobalto, de frasco medicinal (peça 6).....	204
FIGURA 114 - Fragmento de gargalo azul cobalto de frasco medicinal (peça 7)	204
FIGURA 115 - Fragmentos de ombro e bojo de frasco azul cobalto, medicinal. Forma retangular (peça 8). Inscrição no bojo: “[...]IA CENT[...]”.....	204
FIGURA 116 - Fragmentos (base, bojo e gargalo) de garrafa de bebida, incolor, do século XX	205
FIGURA 117 - Ampola de medicamento, incolor, do século XX	205
FIGURA 118 - Fragmento da garrafa de leite de magnésia da Granado, com a seguinte inscrição:.....	206
FIGURA 119 - Fragmento de garrafa de bebida da Companhia Vidraria Santa Marina. Face externa, com marca do fabricante no bojo: S M.....	206
FIGURA 120 - Fragmento da garrafa de cerveja da Cisper, com a marca do fabricante no bojo: C I.....	206
FIGURA 121 - Garrafa de conserva ou armazenamento com finalização em rosca. Século 20	206
FIGURA 122 - Área da Casa-sede com destaque para Arrimo 2 e Plataforma do Rejeito 4. A – Edificação 1; B – Casarão; C – Pátio	210
FIGURA 123 - Vista parcial do Arrimo 2	211
FIGURA 124 - Vista parcial do Arrimo 2 – 2.....	211
FIGURA 125 - Vista geral do Arrimo 2.....	211
FIGURA 126 - Vista frontal do Muro (centro da foto). À esquerda a área do Arrimo 2 e à direita Plataforma do Rejeito 4.....	212
FIGURA 127 - Vista do Muro a partir da Plataforma do Rejeito 4	212
FIGURA 128 - Vista geral da Plataforma do Rejeito 4, a partir do Muro	212
FIGURA 129 - Vista geral da Plataforma do Rejeito 4, com Muro ao fundo.....	212
FIGURA 130 - Fragmentos de garrafa cilíndrica preta (gargalo, bojo e base), provavelmente de cerveja, produzida em molde único. À direita, detalhe do gargalo (tipo <i>mineral</i>), provavelmente finalizado com instrumento.	213
FIGURA 131 - Selo de garrafa cilíndrica verde-água de bebida	213
FIGURA 132 - Pires raso com decoração impressa em azul (face interna)	215
FIGURA 133 - Prato com decoração impressa em azul (face interna)	215

FIGURA 134 - Base de xícara com decoração impressa em azul borrão. Face interna (esquerda) e externa (direita).....	215
FIGURA 135 - Fragmentos da garrafa de vinho do porto Adriano Ramos Pinto: base e fragmentos do ombro – lado externo (esquerda) e interno (direita).....	216
FIGURA 136 - Fragmento da base da garrafa de vinho do porto Adriano Ramos Pinto: inscrição na base "[...]ANO RAMOS PINTO [...]".....	216
FIGURA 137 - Exemplar de garrafa cilíndrica verde esmeralda do período da residência: técnica do sopro rotativo em molde. À direita, detalhe da base da garrafa.....	217
FIGURA 138 - Fragmentos de garrafa cilíndrica preta do período da residência: sopro em molde de base separada.....	217
FIGURA 139 - Fragmentos de borda de prato <i>creamware</i> , estilo <i>royal rim</i> (peça 4).....	218
FIGURA 140 - Fragmentos de borda de prato ou travessa <i>creamware</i> , estilo <i>royal rim</i> (peça 5).....	218
FIGURA 141 - Fragmento de fundo de pires de porcelana, pintada à mão. Face interna.....	218
FIGURA 142 - Fragmento de louça não identificada pintada à mão.....	218
FIGURA 143 - Base de garrafa cilíndrica preta, feita em molde único (peça 16). Face interna.....	220
FIGURA 144 - Fundo e pescoço de garrafa cilíndrica preta, feita em molde único (peça 18). Faces externas.....	220
FIGURA 145 - Base de garrafa cilíndrica preta, feita em molde único (peça 17). Vista do perfil.....	220
FIGURA 146 - Base de garrafa cilíndrica preta, feita em molde único (peça 17) – vista do calcanhar. Face externa.....	220
FIGURA 147 - Base e gargalo da garrafa preta produzida pela técnica do sopro livre.....	221
FIGURA 148 - Fundo da base da garrafa preta produzida pela técnica do sopro livre – observar a marca do pontel e irregularidade do formato.....	221
FIGURA 149 - Gargalo da garrafa preta produzida pela técnica do sopro livre – lábio aplicado e finalizado com instrumento.....	221
FIGURA 150 - Bojo da garrafa preta produzida pela técnica do sopro livre.....	221
FIGURA 151 - Fragmento de fundo de garrafa preta de bebida alcoólica (W. G. B. Co) - face interna (esquerda) e face externa (direita), com inscrição: “WGB Co DEPTFORD”.....	222
FIGURA 152 - Fragmentos de garrafa cilíndrica preta de bebida alcoólica, produzida pela técnica do sopro em molde único (peça 1).....	223
FIGURA 153 - Detalhe da base de garrafa cilíndrica preta de bebida alcoólica, produzida pela técnica do sopro em molde único (peça 1). Observar provável marca de pontel do tipo arenoso.....	223
FIGURA 154 - Fragmentos de garrafa cilíndrica preta de bebida alcoólica, produzida pela técnica do sopro em molde único (peça 2).....	223
FIGURA 155 - Detalhe da base de garrafa cilíndrica preta de bebida alcoólica, produzida pela técnica do sopro em molde único (peça 2). Observar provável marca de pontel do tipo arenoso.....	223
FIGURA 156 - Fragmentos de bojo de garrafa de grés do Rejeito 4 (peça 1) – Face externa (esquerda) e face interna (direita).....	224
FIGURA 157 - Fragmentos de bojo de garrafa de grés do Rejeito 4 (peça 2) – Face externa (esquerda) e face interna (direita).....	225
FIGURA 158 - Fragmento de cachimbo. Face externa (esquerda) e interna (direita) do forninho.....	226
FIGURA 159 - Peças de jogo de esteatita – verso (esquerda) e anverso (direita).....	226
FIGURA 160 - Fragmentos de prováveis bolinhas de gude.....	227

FIGURA 161 - Fragmentos de prato com decoração pintada, sem vidrado, com possibilidade de polimento (peça 2). Face interna.....	230
FIGURA 162 - Fragmentos de prato com decoração pintada, sem vidrado, com possibilidade de polimento (peça 2). Face externa. Observar as linhas do torno.....	230
FIGURA 163 - Borda de prato, com pintura vermelha. Motivo não identificado. Face interna	230
FIGURA 164 - Itens de consumo não identificados, podendo ser malgas, copos ou tigelinhas. Decoração pintada com acabamento vidrado. Face externa.....	230
FIGURA 165 - Fragmento de travessa com tampa. Decoração em ocre e acabamento vidrado. Face externa da tampa (acima) e face interna da travessa (abaixo).....	231
FIGURA 166 - Fragmento de travessa com tampa. Projeção	231
FIGURA 167 - Fragmentos de bordas de três tigelas. A da esquerda e a do meio foram pintadas sobre engobe branco.....	231
FIGURA 168 - Fragmento de borda de prato com pintura marrom e vermelha sobre engobe branco	232
FIGURA 169 - Fragmento de borda de prato com pintura em ocre e branco. Face interna ..	233
FIGURA 170 - Fragmento de borda de prato com pintura em ocre e branco. Face externa. Marcas do torno visíveis.....	233
FIGURA 171 - Fragmento de borda de prato com pintura em ocre e branco. Perfil	233
FIGURA 172 - Concha de búzio (<i>Monetaria moneta</i>) em vários ângulos.....	233
FIGURA 173 - Sementes de café	233
FIGURA 174 - Fragmento de borda e fundo de prato com pintura ocre, marrom e branca, com acabamento vidrado. Motivo floral. Provável peça Saramenha	235
FIGURA 175 - Fragmento de borda de prato com pintura ocre e verde, com acabamento vidrado (bastante deteriorado). Motivo floral. Provável peça Saramenha	235
FIGURA 176 - Fragmento de borda de prato com pintura ocre e acabamento vidrado. Motivo não identificado. Provável peça Saramenha.	235
FIGURA 177 - Fragmento de borda de bacia com pintura verde-amarelada e acabamento vidrado. Provável peça Saramenha. Face interna (esquerda), face externa (centro) e perfil (direita).	236
FIGURA 178 - Fragmento de borda de peça de serviço não identificada. Face externa. Borda com aplicação de alça	236
FIGURA 179 - Fragmentos de bordas de peças de consumo não identificadas (malgas ou copos): peças 2, 3 e 4. Possibilidade das peças 1, 5 e 6 serem itens de serviço como tigelinhas ou molheiras. Todas apresentam decoração plástica simples, com exceção da peça 4, que aparenta ter apenas um acabamento vidrado	236
FIGURA 180 - Fragmentos de duas peças de estocagem/armazenamento. À esquerda, borda com acabamento aplicado e à direita bojo, sem vestígio de decoração ou acabamento.....	237
FIGURA 181 - Fragmentos de borda e bojo de panela. Face externa (esquerda) e interna (direita)	237
FIGURA 182 - Fragmentos de panelas, face interna (esquerda) e externa (direita). 1 e 2 são bases e 3 é bojo.....	237
FIGURA 183 - Fragmentos que poderiam ser panelas ou vasilhames de estocagem. Peça 1: bojo com alça e decoração incisa; Peça 2: borda com decoração em friso largo e Peça 3: base e bojo sem decoração aparente	238
FIGURA 184 - Fragmentos de bojo de panela de pedra-sabão (esteatita). Face externa (esquerda) e interna (direita).....	239
FIGURA 185 - Fragmento de bojo de garrafa de bebida de grés – Muro.....	240
FIGURA 186 - Fragmento de bojo de panela de pedra-sabão (esteatita), face externa (esquerda) e interna (direita)– Pátio.	240

FIGURA 187 - Louça <i>creamware</i> com marca em baixo relevo: FERRYBRIDGE (à esquerda) e anverso (à direita).	241
FIGURA 188 - Borda e bojo de panela artesanal com decoração em linha incisa (indicada pela seta na foto à esquerda). Face externa (esquerda), interna (centro) e perfil (direita)	242
FIGURA 189 - Fundo de panela artesanal. Face externa (esquerda), interna (centro) e perfil (direita)	242
FIGURA 190 - Fragmento de peça artesanal não identificada: borda extrovertida. Face externa (esquerda), interna (centro) e perfil (direita)	242
FIGURA 191 - Fragmentos de vasilhame globular de estocagem. Decoração incisa com linha sinuosa entre linhas retas paralelas na face externa (esquerda) e face interna (direita)	243
FIGURA 192 - Fragmento de borda de peça não identificada, com pintura em verde claro, linhas incisadas em X, tratamento interno preto e acabamento vidrado. Face externa (esquerda) e interna (direita)	243
FIGURA 193 - Itens de consumo não identificados, alguns com pintura e acabamento vidrado. Dos dezessete fragmentos, identificamos um NMP de três peças. Face interna (esquerda) e externa (direita)	244

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Preferência de tipos de estabelecimentos entre os viajantes até 1855 e após 1855	120
GRÁFICO 2 - Distribuição da louça pelas estruturas do sítio	179
GRÁFICO 3 - Distribuição da louça pelas áreas da Casa-sede.....	179
GRÁFICO 4 - Categorias das louças do Capão do Lana	180
GRÁFICO 5 - Distribuição das peças de vidro por área da Casa-sede	190
GRÁFICO 6 - Tipologia das peças de vidro do sítio Capão do Lana	191
GRÁFICO 7 - Tipos das garrafas de bebida.....	194
GRÁFICO 8 - Tipo de peças de vidro no contexto da Estalagem.....	197
GRÁFICO 9 - Categorias das peças de vidro no período residencial do Capão do Lana	199
GRÁFICO 10 - Tipos das peças de vidro no período residencial do Capão do Lana	199
GRÁFICO 11 - Categorias das peças de vidro no período de ocupação esporádica do Capão do Lana	205
GRÁFICO 12 - Distribuição do total de peças por tipo para as principais áreas do sítio	209
GRÁFICO 13 - Comparação quantitativa e sincrônica dos materiais para o período da estalagem	210
GRÁFICO 14 - Tipologia dos vidros da época da estalagem na área do Rejeito 4	214
GRÁFICO 15 - Tipologia das louças da época da estalagem na área do Rejeito 4	214
GRÁFICO 16 - Distribuição das peças de vidro na área do Arrimo 2.....	215
GRÁFICO 17 - Categorias das peças cerâmicas do Arrimo 2	228
GRÁFICO 18 - Identificação das formas das peças cerâmicas do Arrimo 2	228
GRÁFICO 19 - Decoração das peças cerâmicas torneadas do Arrimo 2	229
GRÁFICO 20 - Tipo de peça de louça e cerâmica e decoração do Arrimo 2	238
GRÁFICO 21 - NMP por tipo de material para as principais área da Casa-sede no período da Estalagem	244
GRÁFICO 22 - Tipos de peças para as principais área da Casa-sede no período da Estalagem	245

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Possíveis proprietários e provável ocupação do Capão do Lana	142
--	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Total de amostras analisadas - Ocorrência no sítio	173
TABELA 2 - Distribuição do total de peças por tipo para as principais áreas do sítio.....	208
TABELA 3 - Tipologia das peças por composição da pasta ou esmalte no Arrimo2.....	219

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1 – DEFINIÇÕES E REVISÕES: CONSTRUINDO ENTENDIMENTOS SOBRE O TEMA	33
1.1. Por uma arqueologia dos caminhos e dos pousos	43
1.2. Locais de parada no Brasil: arqueologia e história	51
1.3. Locais de parada no entorno do Capão do Lana (Ouro Branco – Ouro Preto/MG)	65
1.3.1 Chiqueiro	68
1.3.2 Lavrinha.....	71
1.3.3 Pé do Morro / Meio do Morro / Alto do Morro.....	72
1.3.4 Tripuí	76
CAPÍTULO 2 – OS CAMINHOS E AS ANDANÇAS: MOVIMENTOS E PARADAS .80	
2.1. A formação dos caminhos e estradas	80
2.1.1 A infraestrutura de pouso dos caminhos.....	90
2.1.2 Os Ranchos	98
2.1.3 As Vendas.....	106
2.1.4 Casas e fazendas	111
2.1.5 Os Acampamentos.....	115
2.2. A Estrada do Paraibuna	116
CAPÍTULO 3 – CHEGAR E PARTIR: O CAPÃO DO LANA	124
3.1 A estalagem: surgimento e consolidação	124
3.2. Os moradores da estalagem: fixidez em meio ao fluxo	137
3.3 Viajantes naturalistas, topázios e uma nova revolta no século XIX	142
3.4 O Capão: da estalagem às ruínas	153
CAPÍTULO 4 - ARQUEOLOGIA NO CAPÃO DO LANA	156
4.1. Apresentação do sítio e suas condições, quando da escavação arqueológica	156
4.2 Cultura material do Capão do Lana	172
4.2.1 Análise e interpretação	175
4.2.2 Louças: panorama inicial.....	177
4.2.3 Vidros	189
4.2.4 Os vestígios por áreas	208
CONCLUSÃO: IDEIAS PARA UMA ARQUEOLOGIA DOS POUSOS	252

REFERÊNCIAS	256
APÊNDICES	267
Apêndice 1 – Tabela de fontes contemporâneas	267

INTRODUÇÃO

[...]
 Todos os dias é um vai-e-vem
 A vida se repete na estação
 Tem gente que chega prá ficar
 Tem gente que vai
 Prá nunca mais...

Tem gente que vem e quer voltar
 Tem gente que vai, quer ficar
 Tem gente que veio só olhar
 Tem gente a sorrir e a chorar
 E assim chegar e partir...

BRANT; NASCIMENTO, 1985¹

A música de Fernando Brant e Milton Nascimento, *Encontros e Despedidas*, parece falar de um local onde as pessoas estão sempre indo e vindo, tem gente que chega, tem gente que vai, tem retornos e despedidas, tem o sorriso do reencontro e o choro do adeus, o trem que traz de volta é o mesmo que leva embora... um eterno chegar e partir. Uma rodoviária, um aeroporto, uma estação de trem, um hotel², uma estalagem, a própria vida?

Seriam diversas as interpretações dadas à canção. A mobilidade parece reinar na letra que fala de um eterno vai e vem. Seria essa a realidade de uma estalagem dos séculos XVIII e XIX?

A ideia de estudar o sítio arqueológico Capão do Lana surgiu a partir da finalização do meu mestrado (ALMEIDA, 2012) no qual refleti sobre os caminhos coloniais (Caminho Novo) e imperiais (Estrada do Paraibuna) constituídos na região entre Ouro Preto e Ouro Branco. Meu foco foi o estudo das estruturas viárias dos caminhos, seu traçado, galerias, bueiros, pontes, leito, o tipo de construção e estilo utilizados nas estruturas.

Esses elementos foram interpretados como intimamente ligados aos projetos de poder existentes. Enquanto no período colonial as estradas eram vistas como locais de contrabando e descaminhos das riquezas, no período imperial passaram a fazer parte do projeto nacional em construção. Os discursos das estradas como sinais de progresso atendiam aos anseios das elites no poder, naquele período.

¹ BRANT, Fernando; NASCIMENTO, Milton. **Encontros e despedidas**. Rio de Janeiro: Philips: 1985.

² Sei que ao citar esses lugares, em especial os aeroportos, rodoviárias e estações muitos irão remeter à ideia de “não-lugar” do Marc Augé (1994). No entanto, optei por não trabalhar com essa perspectiva na tese.

Fundamentais nesses caminhos são os locais de pouso, que cumpriam funções diversas, sendo a principal delas o apoio aos viajantes. Esses, os principais personagens das estradas, eram compostos, inicialmente, pelos sertanistas, ou bandeirantes, no início da colonização da América portuguesa, aqueles que devassaram o território ocupado pelos indígenas.

Posteriormente, com a consolidação da colonização e dos assentamentos, as viagens eram feitas, principalmente, pelos tropeiros ou comerciantes. Esses personagens percorriam grandes distâncias levando mercadorias de um ponto ao outro da Colônia. A partir do século XIX entram em cena, também, os viajantes naturalistas, em sua maioria europeus, interessados em conhecer a fauna, flora e mineralogia das possessões portuguesas. O Capão do Lana, então, é um dos principais pontos de parada antes de Ouro Preto ou depois (dependendo se o destino era Ouro Preto ou se o viajante saía de lá) do Caminho Novo.

Mas, antes mesmo do mestrado, tive a oportunidade de participar do projeto de escavação desse sítio em 2008, onde trabalhei como pesquisadora do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, que desenvolveu o *Levantamento histórico-arqueológico da Estrada Real: o Capão do Lana – Ouro Preto/MG*, coordenado pelo prof. dr. Carlos Magno Guimarães³ e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. O projeto teve um caráter introdutório, de levantamento dos vestígios arqueológicos (móveis e imóveis) do sítio, bem como a documentação histórica relacionada. A ideia seria dar continuidade ao projeto devido à complexidade do sítio arqueológico e sua importância para a história regional. Por falta de financiamento isso não foi possível, mas a vontade de estudá-lo mais profundamente permaneceu em minha mente. E assim, foi amadurecendo a ideia deste doutorado.

O Capão do Lana ficou conhecido como uma estalagem dos períodos colonial e imperial de Minas Gerais. Não sabemos ao certo a data do seu surgimento, mas provavelmente foi na primeira metade do século XVIII como um simples pouso de viajantes e tropeiros, evoluindo, ao longo do tempo, para uma estalagem completa, com oferta de comida, quartos, venda de suprimentos para viajantes e, inclusive, abastecendo o entorno do qual fazia parte.

Também, passou a explorar o topázio no final do século XVIII ou princípio do XIX, tornando-se uma famosa mina dessas pedras. No entanto, em meados do oitocentos o Capão do Lana deixou de ser estalagem, passando a uma ocupação exclusivamente residencial, ainda que

³ A equipe do projeto era composta, também, por Évelin Nascimento, Gabriela Veloso, Luciana Machado, Patrícia Machado (pesquisadoras); Elisângela Silva e Mariana Souza (à época, estagiárias).

dando continuidade à exploração do topázio, tornando-se um local reconhecido internacionalmente.

A ideia deste doutorado, então, foi estudar o período da estalagem. No entanto, para isso, foi preciso tentar reconhecer o período exclusivamente residencial e observar se houve ou não uma mudança de comportamento dos ocupantes, o que refletiria vestígios arqueológicos diferentes. A grande dificuldade nesse sítio, e onde reside grande parte de sua complexidade, é o alto impacto antrópico que ele sofreu no século XX. Como o sítio está localizado no terreno de uma mineradora de topázios, a Topázio Imperial, atuando no local desde 1971, algumas das intervenções da empresa chegaram bem perto do sítio, destruindo partes dele.

Informações orais (GONÇALVES, mensagem pessoal, 2019) apontam que uma das cavas destruiu um antigo cemitério existente na fazenda. Pelo tamanho da cava, e por estar próxima às estruturas, acreditamos que ela impactou boa parte do lado leste do sítio, talvez o que seria a “entrada” da fazenda (pensando no deslocamento dos viajantes). Possivelmente, parte da antiga estrada do período colonial e as estruturas relacionadas a ela foram completamente destruídas. Já na porção oeste do sítio há uma barragem de rejeito, da mineração, bem próxima a outros remanescentes e esta é a porção do sítio com o maior número de vestígios arqueológicos móveis. É muito provável, que haja estruturas submersas, bem como fragmentos de objetos arqueológicos.⁴

O outro tipo de impacto sofrido foi por parte de garimpeiros autônomos que atuavam no sítio. Vale lembrar que essa é uma atividade de longa duração no que hoje é o sítio arqueológico. O tema do garimpo no Capão do Lana, por si só, daria uma outra tese. No entanto, ele não será o foco desta pesquisa. Nosso ponto é que essa atividade produziu grandes buracos, que foram feitos em todo o local e, em especial, nas áreas de concentração de material arqueológico. Isso descontextualizou completamente os vestígios já que grandes quantidades de terra foram retiradas sem qualquer controle estratigráfico e os vestígios ou foram acumulados ao lado, ou depositados em cima das estruturas. Portanto, essa situação *sui generis* tornou a pesquisa muito complexa, já que tivemos que nos apoiar em uma análise espacial do material e também em seu período de produção para reconhecer as diferentes ocupações do local.

Importante ressaltar que hoje o sítio encontra-se bem protegido e a empresa tem tido um papel importante nesse aspecto. Nenhum novo impacto foi observado no local, na visita realizada em 2019. Nem mesmo novos buracos de garimpo. Com certeza, a ação dos

⁴ Apesar de a Topázio Imperial ter as devidas licenças para sua instalação e operação, não encontramos estudos de impacto ambiental feitos na época da instalação da empresa ou posteriores a esse período.

proprietários tem sido fundamental para a preservação desse importante patrimônio arqueológico.

Diante dessas considerações, o período cronológico desta pesquisa é o da estalagem, que seria desde quando se tem notícias na documentação histórica sobre o sítio, ou seja, a partir da terceira década do século XVIII até o período final do funcionamento dela que teria sido em 1855, por um extrato de jornal da época. Ainda que façamos algumas considerações do período pós-estalagem, quando por exemplo queremos comparar as diferentes ocupações, o foco será aquele citado.

Esta pesquisa fala de viagens e das transformações que elas acarretam. Os modos de viajar são inúmeros. Em relação às motivações, viajamos a trabalho, a passeio, para visitar alguém, por curiosidade... há também as viagens forçadas, como a dos escravizados, dos imigrantes e dos refugiados de guerra. Já os meios também são diversos: carro, avião, navio/barco, trem, a pé, de motocicleta, bicicleta, a cavalo/mula, e remetendo-nos ao passado, carruagens, liteiras.

Nos séculos XVIII e XIX, a maioria das viagens eram feitas no lombo de animais ou a pé. Também a motivação, em sua maioria, era a trabalho. Com isso, queremos dizer que as viagens “a lazer”, como conhecemos hoje, não existiam. As pessoas viajavam pelas estradas para fazer circular os produtos agrícolas e minerais, dentre outros. Seja vendendo em comércios locais, cidades vizinhas ou levando-os para os portos do litoral para serem exportados e de lá trazendo outros para comercializar no interior. Esses viajantes seriam os tropeiros, carreiros, negros escravizados e mesmo artesãos e outros trabalhadores especializados como ferreiros que poderiam ter seus serviços requeridos em outras localidades. Párcos, missionários e militares também eram aqueles que circulavam pelas estradas com objetivos diversos: realizar missas, batismos, visitas pastorais, fiscalização das estradas, condução de presos etc.

Posteriormente, no século XIX, vemos uma onda de viagens feitas por estrangeiros, principalmente europeus. A maioria deles era de naturalistas com formações diversas (zoologia, botânica, medicina, geologia, dentre outras), que faziam longas expedições de caráter científico, muitas vezes escondendo a real motivação de governos colonialistas interessados em descobrir melhores formas de exploração e dominação de populações e riquezas naturais. Mas também havia os aventureiros, comerciantes, diplomatas, militares, que poderiam estar em expedições oficiais ou não.

Como seriam, então, os locais nos quais todos esses viajantes paravam ou pernoitavam? Eram semelhantes aos nossos? Quartos padronizados, com as mesmas decorações

e móveis, no entanto, havendo a possibilidade de quartos luxuosos, pagando-se a mais na diária? As louças e demais objetos eram semelhantes para todos os hóspedes? Quão diversos eram os tipos de pouso e por que as paradas eram feitas? É quando fazemos as perguntas mais simples do cotidiano que passamos a estranhar nosso contexto e familiarizar o passado. Daí nascem as principais motivações da pesquisa arqueológica, do meu ponto de vista. Essa é mais uma viagem que fazemos, com destino a passados possíveis, nos transportando no tempo imaginando vivências, encontros e desencontros, as coisas, os objetos.

Algumas questões do meu próprio trajeto pessoal precisam ser colocadas para entender alguns dos rumos desta pesquisa. Como em uma viagem, nem sempre as coisas saem como planejamos. Os percalços estão presentes e podem nos surpreender, mudando as direções e o foco. Apesar do que foi explicitado anteriormente, o Capão do Lana, não era o tema original do meu doutorado. Apesar da mudança de projeto ter ocorrido ainda no primeiro ano, isso fez com que tivesse que refazer escolhas, objetivos, cronograma etc. De certa forma, a falta de previsão de bolsas e financiamentos influenciou essa mudança já que meu projeto inicial tinha como foco a Zona da Mata mineira e o período da produção cafeeira do século XIX o que acarretaria viagens mais longas e possivelmente mais frequentes.

No entanto, a mudança para o tema do Capão foi, de certa forma, prazerosa pois era um assunto que eu já planejava estudar em algum momento. Também por estar em Ouro Preto, uma cidade do meu coração. A ligação com o tema do meu mestrado também era um incentivador a mais já que parecia ser um caminho natural a seguir. Planejei, então, novas escavações (pontuais) no sítio e prospecções no entorno para tentar encontrar contextos preservados arqueologicamente e verificar a possibilidade de outras estruturas no entorno para complementar a ideia do Capão do Lana como um povoado (como se verá a seguir).

Mas, de fato, nem sempre as coisas acontecem como planejamos. O contexto de restrições financeiras foi pior do que esperávamos. Não apenas a escassez de bolsas, mas também os cortes orçamentários sofridos pelas universidades, impactaram sobremaneira a realização do trabalho. Tive apenas um ano de bolsa e nesse momento é que foi possível participar de congresso, apresentar trabalho e fazer alguma pesquisa de campo (arquivos, entrevistas e uma visita ao sítio para ver seu estado atual). Com certeza, as restrições financeiras foram um grande entrave ao progresso dessa pesquisa. Não foi possível realizar novas escavações e prospecções no sítio e região, algo que enriqueceria em muito este trabalho. A pesquisa documental e as entrevistas com moradores locais também acabaram por ser prejudicadas, já que seria necessário um período de permanência maior em Ouro Preto, além

de outros retornos já que eu precisei agendar certas visitas. Ainda assim, considero que houve avanços nessas áreas e informações novas puderam ser coletadas.

No último ano da tese fomos surpreendidos com a Pandemia de COVID-19 que resultou no fechamento das instituições de pesquisa como bibliotecas, arquivos, museus, além de limitar os encontros. Por esse motivo, também, não foi possível rever ou marcar com os demais informantes com quem faria as entrevistas e retornaria ao sítio. Não foi possível avançar na análise do material cerâmico, depositado no Museu de História Natural e Jardim Botânico – MHNJB/UFMG, nem retornar para tirar dúvidas ou refazer fotos. O Museu reabriu, inclusive, após a reabertura do campus da Pampulha, o que atrasou sobremaneira a análise, de fato, impossibilitando que essa atividade fosse realizada a contento. Os demais materiais (grés, esteatita e metal), ainda que menos expressivos na amostra do sítio, também seriam analisados de maneira mais aprofundada.

Mas a caminhada segue... Assim como em viagens, coisas inesperadas acontecem, pausas forçadas e retornos para a rota certa, ou a melhor existente, ainda que não a desejada, acontecem. E quando a viagem se torna longa demais, o esgotamento insiste em roubar as energias...

Outra grande dificuldade em uma pesquisa é quando não há muito trabalhos sobre o tema e a pesquisadora precisa desbravar aquele assunto e abrir os caminhos. Aí pode residir a força ou a fraqueza de um trabalho. O tema das estalagens é quase ausente nas pesquisas arqueológicas brasileiras. Como veremos, há alguns poucos estudos de caráter preliminar, em possíveis vendas que funcionavam como hospedagem no contexto brasileiro. Aliás, essa é uma ressalva importante a destacar. Ainda que haja uma diferenciação nos tipos de estabelecimentos de pouso, tratarei deles de maneira bem conjunta já que as poucas pesquisas, de uma maneira geral, não permitem ainda fazer generalizações sobre o tema. Assim, achei mais interessante tratar das estruturas de pouso como fazendo parte de um mesmo tema: o das estalagens, já que todas funcionavam de alguma maneira como suporte aos viajantes, inclusive, mesclando diversas funções (pernoite, venda de suprimentos, alimentação, lazer etc.).

O texto está estruturado da seguinte maneira: No primeiro capítulo, *Definições e revisões: construindo entendimentos sobre o tema*, discuto os conceitos que são importantes para este trabalho: noções de lugar e espaço, por exemplo, mobilidade e fixidez. Essas noções são importantes para entender os espaços como lugares constituídos, percebidos e vividos diferentemente pelas diversas pessoas que transitam por lá. Os espaços, também podem servir para delimitar não apenas funções, mas, também, para marcar fronteiras como as de público e

de privado, por exemplo (PARKER PEARSON e RICHARDS, 1994; ZARANKIN, 1999; SILVA, 2006; BOLLNOW, 2008). Nesse capítulo também apresentamos uma revisão bibliográfica do que já foi feito sobre o tema das estruturas de pouso, bem como uma caracterização delas, já que elas foram diversas: acampamento, venda/taberna, estalagem/hospedaria, fazenda, casa. Esse capítulo mostra a importância do presente trabalho já que o estudo deste contexto é extremamente novo na arqueologia brasileira. Enquanto há uma variedade de estudos sobre tabernas e estalagens no exterior, em especial Estados Unidos e Inglaterra, no Brasil esse é um tema novo que tem sido abordado basicamente apenas pela historiografia, ainda que também de maneira tímida. Foi a partir desses estudos que se delinearam as principais questões dessa tese: se há diferenças na materialidade de casas e estalagens/tabernas/vendas e se essas estruturas de pouso seriam locais que propiciam os encontros ou que reproduzem as hierarquias das sociedades das quais elas fazem parte.

O segundo capítulo, *Os caminhos e as andanças: movimentos e paradas*, contextualiza historicamente o período de formação e consolidação do Capão do Lana, onde é apresentado um breve contexto da formação das estradas e das estruturas de pouso em geral. São utilizadas fontes históricas como documentos oficiais, mapas e roteiros de viagens, bem como relatos de viajantes e a iconografia deixada por vários deles.

O terceiro capítulo, *Chegar e partir: o Capão do Lana*, apresenta especificamente a história do Capão do Lana, inclusive com dados que chegam ao século XX. São apresentadas hipóteses e possível data para seu surgimento e consolidação no século XVIII, chegando a uma espécie de fama no século XIX até o seu declínio, mas ainda como um local de referência de produção de topázio. A contextualização e caracterização do sítio são dadas pelo uso de fontes documentais, relatos de viajantes e relatos orais de moradores do entorno e proprietários do terreno, para entender a ocupação do sítio no século XX.

O capítulo 4, *Arqueologia no Capão do Lana*, apresenta o sítio arqueológico em si. O trabalho arqueológico realizado em 2008, a caracterização do sítio, a análise dos vestígios e quais são as correlações entre as áreas do sítio e sua cultura material. Também procuramos entender como correlacionar os vestígios a cada período de ocupação, já que tivemos uma situação peculiar, apresentada anteriormente que prejudicou a identificação das ocupações com os materiais escavados. Também, procuramos estabelecer as conexões entre a vida cotidiana nas unidades domésticas e nos pousos de maneira a entender como se ligam as informações encontradas na documentação histórica e nos vestígios arqueológicos e se é possível estabelecer um padrão de descarte de estalagens e de unidades domésticas.

Por fim, um texto nunca é feito a duas mãos apenas, são quatro, seis, dez, vinte mãos ou mais. Esse texto é possibilitado a partir do trabalho de muitas pessoas: são os donos do terreno onde o sítio está localizado; são os informantes locais que nos contam histórias que não estão nos arquivos e que nos levam aos lugares importantes da pesquisa; são os e as arquivistas; os amigos e amigas que leem, corrigem, dão sugestões, dão ombro e respiro; são os e as colegas e professores e professoras que comentam os trabalhos, dão sugestões, dão luzes; os orientadores, que corrigem rotas e não deixam desistir... enfim, aquelas pessoas dos *Agradecimentos*. São elas que fazem com que eu escreva “nós”, a partir daqui, ao invés de “eu”. Escrevi esta *Introdução* na primeira pessoa para deixar clara a consciência de minhas escolhas e trajetórias.

CAPÍTULO 1 – DEFINIÇÕES E REVISÕES: CONSTRUINDO ENTENDIMENTOS SOBRE O TEMA

Há muitas definições de paisagem, lugar e espaço em Arqueologia, especialmente desde a década de 1970, quando arqueólogos e arqueólogas passaram a se apropriar do conceito de paisagem vindo de outras ciências, em especial da Geografia (BANDEIRA; SILVA NETA; SOARES, 2017; WOLF; MACHADO, 2018). Essa situação, nos leva à necessidade de definirmos ou refletirmos sobre o tema para pensarmos as possibilidades de estudo da estalagem. Uma estalagem é um lugar fixo (pouso) em um local de fluxo (caminho). Isso implica em permanências e deslocamentos, onde a apreensão dos lugares torna-se chave para indicar rumos futuros, outras viagens, outros movimentos, outras paradas.

A paisagem, um conceito polissêmico e interdisciplinar, é de interesse para a presente pesquisa. A diversidade de significados relaciona-se ao fato de que a paisagem possui várias dimensões, ligadas a outros conceitos como espaço e lugar, além da própria ênfase que o pesquisador ou a pesquisadora quer dar. Poderíamos enfatizar a dimensão morfológica, que refere-se ao conjunto de formas criadas tanto pela natureza quanto pela ação humana; a funcional, que olha para uma paisagem de maneira a responder para o que ela serve, qual objetivo ela está cumprindo e quais as relações entre os diversos elementos da paisagem; a histórica, já que a paisagem sofre a intervenção humana ao longo do tempo, mudando suas características físicas ou aspectos simbólicos com o desenrolar da história; a espacial, no sentido de que cada paisagem ocorre em um lugar da superfície terrestre; e a simbólica, já que a paisagem é carregada de significados, mitos, crenças etc. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2004).

Os diversos conceitos de paisagem que surgiram foram resumidos por Criado Boado (1991, p. 6) em três grupos: o primeiro, empirista, entende a paisagem como uma realidade já dada, portanto pode ser medida e quantificada; o segundo, sociológico, entende a paisagem como meio e produto das relações sociais e, por último, o grupo “culturalista”, onde a interpretação da paisagem é dada como “objetificação das práticas sociais, tanto de caráter material como imaginário”⁵.

Segundo uma concepção culturalista, o estudo da paisagem implica em uma rica fonte de informações sobre a realidade sociocultural estudada, pois o espaço e sua experimentação é um sistema sociopolítico, uma construção social em constante transformação (CRIADO, 1991,

⁵ Livre tradução de: “objetificación de las prácticas sociales, tanto de carácter material como imaginario”.

p. 7), mesmo que apenas no plano mental. Essa perspectiva, que é a utilizada aqui, e que vemos como complementar à perspectiva sociológica, coloca o espaço em estreita relação com a sociedade. Isso significa que pelo estudo do espaço chegaremos à compreensão da sociedade, suas relações sociais, políticas e culturais, pois essas se expressam também no entorno (ALMEIDA, 2012).

De maneira geral, então, o sentido da paisagem estudada está em sua relação com a sociedade analisada, já que, no caso da arqueologia, a paisagem é uma “construção cultural teórica feita no presente sobre as relações de uma sociedade e o meio no passado.” (HERBERTS, 2009, p. 61).

O espaço, então, faz parte da paisagem, que tanto pode ser entendido como um espaço matemático, medido, quantificado, quanto como espaço vivenciado (BOLLNOW, 2008), isto é, o espaço real, concreto, onde a vida acontece. É a diferença entre o espaço dos mapas (normalmente as distâncias e divisões são representadas por linhas retas) e o espaço da percepção, da caminhada (algumas vezes tortuoso, cheio de idas e vindas).

Segundo Otto Bollnow (2008), assim como o tempo, o espaço é indispensável para o desenvolvimento da vida, pois ela se expande, não numa expansão de preenchimento, mas de desenvolvimento. Bollnow chama a atenção para o fato de que o ser humano não está no espaço como um objeto está em uma caixa. Já que não existe a vida sem o espaço, deveríamos sempre pensar essa relação a partir dessa perspectiva, de que não há uma separação, não existe um sujeito sem espaço.

“Assim, a espacialidade da vida humana corresponde ao espaço vivenciado pelo homem e vice-versa, e eis aqui uma forte correlação.” (BOLLNOW, 2008, p. 22). Essa afirmação implica no fato de o que se diz sobre um, afirma-se sobre o outro, ou seja, quando o indivíduo se transforma o espaço também muda e quando o espaço adquire determinadas características devem-se buscar as explicações na sociedade que o habita. Por isso, não utilizamos aqui o conceito de “paisagem cultural”, já que ele implica em certas dualidades entre natureza e cultura, como se uma existisse sem a outra (SILVEIRA, 2009). Este conceito também implica na ideia de que apenas o meio físico é modificado pelo ser humano, este ficando imune ao contato, e não é isso o que ocorre na prática. Nessa interação, seres humanos e meio físico são afetados mutuamente.

Complementando essas ideias, Félix Acuto (1999), influenciado pelos conceitos de Edward Soja (1996), distinguiu três tipos de espaço: o físico, que remete à natureza; o mental, ligado à cognição e às representações e o social ou espacialidade, que é socialmente construído

e expresso através da cultura material. Assim como os indivíduos, o espaço social é entendido como um elemento dinâmico, pois participa de maneira ativa da vida social. Tanto reflete como contribui para a estruturação da sociedade (ACUTO, 1999; ZARANKIN, 1999; QUIROGA, 1999). Ele tanto comporta significados, como os gera.

O espaço é, pois, entendido através do entrelaçamento das três características expostas acima (SILVA, 2006). Ele é o local da ação humana e a partir dessa ação é que o espaço passa a comportar significados, começando aí a geração de lugares (BOLLNOW, 2008). Ao nomear um espaço indiferenciado ele se torna um lugar marcado e definido (PARKER PEARSON e RICHARDS, 1994). Os lugares então, podem ser entendidos como pontos fixos nas estradas, no espaço de deslocamento. Dessa maneira os modos de viajar e a viagem em si tornam-se elementos potenciais de afetos e transformações.

Félix Acuto (2008, p. 166-170) coloca as paisagens como partes constitutivas das relações sociais e das subjetividades propondo cinco ideias-chave para repensar a materialidade e a espacialidade:

- 1- A cultura material e os espaços têm um papel chave no processo social, não se reduzindo ao momento de sua utilização. Eles contribuem para a reprodução de práticas sociais para além daquele contexto, podendo causar transformações na vida social, como as mudanças nos meios de transporte, por exemplo. A diferença entre utilizar uma mula ou um carro em uma viagem implica em outras mudanças ligadas à velocidade do mundo do comércio, dos fluxos, dos encontros etc.;
- 2- Os objetos e espaços estão em uma relação dialética com as práticas e relações sociais. Isso implica na premissa dialética da “unidade dos contrários”, isto é, quando um elemento muda, o outro também se transforma, conforme já afirmado;
- 3- Espaço e tempo estão intimamente entrelaçados, podendo, inclusive, haver diferentes temporalidades em um mesmo espaço. É o caso de estalagens como o Capão do Lana, que experimentaram o fluxo contínuo de viajantes ao mesmo tempo em que fixava o núcleo familiar na área residencial;
- 4- A cultura material e os espaços estão constituídos significativamente. E esses significados são de contextos específicos. Os lugares são pontos nas redes de relações entre pessoas, materialidades, significados e narrativas; e,

5- As pessoas conhecem o mundo também com seus corpos. Aqui, há a rejeição da separação cartesiana entre mente e corpo, como se as duas coisas pudessem estar dissociadas. Estamos em um espaço com mente e corpo.

Logo, podemos entender lugar e paisagem como dois tipos de espacialidades. Segundo o geógrafo Yi-Fu Tuan (1983, p. 6) “[...] se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.” Nas experiências humanas as noções de espaço e lugar se fundem muitas vezes, mas queremos aqui trazer uma diferenciação para melhor compreensão dessa pesquisa.

Enquanto a paisagem é mais ampla, o lugar pode ser considerado um ponto específico, inserido na paisagem (ACUTO, 1999). Não necessariamente em um ambiente construído, pois as pessoas são capazes de experimentar noções de interior/exterior, público/privado etc., mesmo em um ambiente não construído (TUAN, 1983). Isso depende das vivências experimentadas no contexto do deslocamento por estradas, por exemplo. Então, aqui os caminhos são vistos como espaços de movimentos, criados e experimentados socialmente (SILVA, 2007), muito mais do que um ponto de ligação, ainda que também cumpra essa função.

Os lugares criados e recriados ao longo das viagens mostram a apropriação das pessoas, dando sentido e razão de existência a certos locais. Assim, os lugares de parada desempenham papéis específicos e são significados de maneiras específicas em um contexto mais amplo da paisagem dos caminhos e das viagens.

A organização do espaço trará informações de diversas naturezas e uma delas é sobre a forma como ele é materializado, pois isso também expressa as relações sociais da sociedade que o organizou. Pensando em uma estrutura colonial e segregadora, como seriam os espaços de viagem? Seriam também segregadores e hierárquicos? Ou as sociabilidades presentes em uma estalagem/taverna/venda poderiam diluir essas hierarquias?

O sistema colonial era um campo de conflito pois seu poder se baseava em assimetrias e hierarquização em todas as esferas da vida: espacial, cultural, política e social. Então, para estudar o discurso sobre um determinado espaço, a documentação histórica não é suficiente, pois muitos dos assentamentos surgiram à margem das leis (QUIROGA, 1999). Com isso, não estamos querendo desprezar a importância da documentação histórica, mas tratar os diversos tipos de fontes à disposição da arqueologia de maneira a ter em mente que todas elas apresentam potencialidades e vieses. Portanto, não basta termos apenas a análise da documentação histórica. A cultura material apresenta certos aspectos inexplorados pelas fontes escritas, assim

como essas, enriquecem a interpretação dos objetos dos sítios históricos. Algo que procurarmos fazer nesta tese foi colocar as fontes para dialogarem constantemente.

As estradas eram lugares de passagem, onde se estabeleceram infraestruturas de apoio tanto voltadas para o comércio com viajantes, como para o povoamento da região tudo convergindo para um melhor controle da Coroa: povoamento do território, tentativa de forçar o fluxo pelas estradas para evitar contrabando etc.

Após essas reflexões, é interessante pensarmos não apenas o movimento, mas a própria noção de viagem. Esta é uma atividade e um conceito muito antigos. É possível que a atividade seja tão antiga quanto a própria humanidade. Poderíamos aqui pensar nas diversas concepções de viagem que designa não apenas deslocamentos espaciais, mas também mentais e simbólicos. Viagens em sonhos e em leituras indicam sempre deslocamentos para fora de si, ainda que consigo. Portanto, nesta pesquisa concordamos com Júlia Castro na tentativa de definir o que é viagem:

Viagem é entendida como o movimento de atravessamento de limites de todo tipo, até mesmo de limites psicológicos. Viagem seria a passagem por limites, que, muitas vezes, são móveis, embora sejam, também, limites imaginados como permanentes, tais como os que separam os países. Viagem seria, então, a ultrapassagem de alguns limites e o respeito a outros. Viagem consistiria em desfazer e recriar fronteiras. (CASTRO, 2019, p. 12).

Viagem, então, requer movimento. Ainda que este movimento seja permeado de momentos estáticos, o movimento é o que mais chama a atenção nas viagens, o deslocamento de corpos que têm consciência de si e da viagem.

O movimento de ir e vir é algo tão intrínseco à vida humana que, muitas vezes, passa despercebido. Não nos ocorre questioná-lo, nem estudar seus significados, ou o fato de que condicionam nosso comportamento. O partir e regressar não é um movimento aleatório já que partimos de um local, com um determinado objetivo e depois que esse objetivo é alcançado, ou não, regressamos para um ponto de referência. O próprio avançar nesse espaço normalmente já é condicionado (não determinado) pela existência de caminhos pré-definidos (BOLLNOW, 2008).

Sendo assim, quando nos movimentamos, estamos saindo de um ponto de repouso, ou um ponto de referência para o qual, na maior parte das vezes, voltamos. Este ponto de referência pode ser o seu quarto: você se levanta do seu quarto para ir até à cozinha, por exemplo. Ou, pode ser a sua cidade ou seu país. O movimento em um local desconhecido requer orientação.

No início da colonização do Brasil, era comum movimentar-se utilizando conhecimentos indígenas de leitura do ambiente, lendo rastros no céu, no chão e na vegetação.

A utilização, pelos bandeirantes e sertanistas, do sol como fonte de orientação, dos rios, de acidentes geográficos e características topográficas, além do reconhecimento de rastros de animais ou seres humanos, demonstra o aprendizado de uma “cartografia”⁶ indígena que sabia ler as marcas mais tênues no espaço para se movimentar nele (HOLANDA, 1994; SOUZA, 1997; FURTADO, 2005; ALMEIDA, 2012).

Com o passar do tempo, o contínuo mover-se dos colonizadores europeus consolidou e domesticou⁷ os espaços de acordo com a lógica colonial. Os caminhos, antes incertos, descontínuos e faltos de provisão para os portugueses, passaram a ser ocupados por eles, com pontos de parada para descanso e aprovisionamento. Esses lugares de parada também passaram a fazer parte dessa cartografia a partir da vivência deles, o que permite a apreensão das suas características inclusive, preenchendo-o de significados sentimentais a depender de experiências boas ou ruins vivenciadas neles. Dessa maneira, lugares de parada em uma estrada também compõem essa cartografia de experiências sensoriais da viagem permitido pela permanência. No constante movimento e parada nas estradas as vivências vão transformando os espaços e os pontos de referência.

É verdade que muitas vezes os caminhos surgem do movimento espontâneo dos indivíduos e à medida que eles vão sendo utilizados, eles são “corrigidos”, criam-se variantes e atalhos. Por outro lado, existem os caminhos que nascem da ação planejadora das pessoas que podem construí-los onde eles ainda não existiam ou aproveitar os já existentes para consolidá-los. Segundo Bollnow (2008), para toda construção de estradas oficiais há dois critérios: dominação e planejamento. Como em Roma onde há o exemplo da conexão entre uma bem-sucedida rede viária e um forte poder político central.

As estradas, então, também contribuem para a criação de novas paisagens. Os caminhos vão se formando e em suas margens aparecem as vilas que se tornam cidades e o inverso também acontece: a construção de estradas a partir de certas localidades. Com esse processo toda uma rede viária pode se formar cobrindo toda a extensão de um país, por exemplo (BOLLNOW, 2008).

⁶ Na falta de um nome melhor optamos por utilizar cartografia entre aspas para fins didáticos, porque neste caso não estamos falando de um conhecimento adquirido pela leitura de mapas ou que produzia mapas. Mas de um conhecimento sensorial do espaço que permitia a localização e a movimentação efetiva em um espaço, mesmo sem o uso de mapas.

⁷ Estamos usando aqui a acepção de Ian Hodder (1990) que usou o termo “domesticação” para explicar o processo de neolitização da Europa, a partir do aumento do controle do ser humano sobre o ambiente ou o seu entorno. Como exemplo, os seres humanos passaram a consumir plantas e animais que eles plantavam e criavam, habitando em casas e enterrando seus mortos sob o seu chão. Isso trouxe uma crescente previsibilidade tanto em relação ao entorno quanto em relação às pessoas.

A efêmera parada dos viajantes para um pernoite ou a parada rápida durante o dia para um almoço, para fugir da hora mais forte do sol ou dos incômodos da chuva, pode ser analisada sob um aspecto de interesse da arqueologia: os poucos vestígios arqueológicos deixados pelos grupos que se deslocavam. O estabelecimento em um local por poucas horas deixaria poucos vestígios, a maioria deles relacionados aos restos alimentares, como ossos de animais e vestígios de fogueira. Objetos seriam muito pouco prováveis já que tudo o que o tropeiro carregava era aquilo que era útil em sua jornada.

Johann Tschudi⁸ (2006) realizando sua viagem ao Brasil entre 1857 e 1858, antes de seu relato propriamente dito, anotou uma série de dicas para aqueles que pretendiam excursionar pelo país. Ele recomenda levar pouca bagagem e ter uma mula de reserva; carregar seus pertences em canastras, “que são malas de madeira revestida em couro, mais confortável para o animal” (p. 246). Conta que os brasileiros usam botas largas de couro onde dentro delas levam chinelos que usam à noite. Como é muito comum o viajante pernoitar em um rancho vazio ou uma construção em ruínas, ele deve levar sua própria cama. Termina essa parte com uma lista de algumas coisas bem úteis e que nem sempre seriam encontradas pelo caminho: lanterna, vela, repelente, talheres e caneca, facão, ferraduras, pregos e ferramentas, além de cartas de apresentação e informações sobre o dinheiro que carrega. Se for levar comida, sugere feijão preto, arroz, toucinho e sal, bem como apenas algumas panelas (nada muito elaborado). Ainda que ele considere as viagens seguras, recomenda levar uma arma para a proteção contra ladrões.

Ao que parece, todos os objetos levados pelas tropas eram importantes por serem fundamentais nas longas e dispendiosas viagens ou por serem itens de comercialização. Poucos eram os itens de uso pessoal levados pelos tropeiros e o conforto era pouco valorizado já que precisavam garantir a chegada dos produtos a serem vendidos em perfeitas condições. Muitas vezes, essa garantia saía do seu próprio bolso (ALMEIDA, 2012).

Eugenius Warming, um botânico dinamarquês que viveu em Lagoa Santa como secretário de Peter Lund, entre 1863 e 1865, mostra que quanto mais prático fosse o viajante, melhor se sairia em suas andanças. Era importante que os objetos tivessem múltiplas funções, o que acarretaria levar menos bagagem e, conseqüentemente, menos peso:

O viajante carrega sua cama consigo e com o tempo se acostuma com pouco – afinal, nem precisa de grande coisa. À noite, ele procura um lugar aconchegante entre os

⁸ Naturalista suíço, especializado em zoologia. Consideramos colocar essas informações biográficas de maneira bem resumidas acerca dos viajantes, apenas para situar o leitor ou leitora. Elas estão reunidas no APÊNDICE A, que pode ser consultado sempre que necessário.

embrulhos e arreios, estende o couro de boi, põe um colchão e algumas cobertas, e a cama está pronta. Outra coisa útil é o poncho, na sua forma mais simples um pedaço de pano de lã comprido e oval (normalmente azul-escuro), [...] protege contra a chuva sem impedir o controle da montaria. À noite ainda é útil como cobertor. (WARMING, 2006, p. 47 e 48).

John Mawe (1978), comerciante inglês que esteve no Brasil em 1809, recomenda aos seus leitores o que levar caso queiram também percorrer os caminhos das Minas:

Aconselho às pessoas que tencionarem percorrer o mesmo caminho, a se munirem de camas e cobertas, de uma provisão de chá, açúcar, velas, aguardente, sal, sabão, duas marmitas, um chifre para água (pois em poucos lugares encontrará desses artigos), assim como de guarda-chuva, objeto indispensável. [...] exigirá, no mínimo, dois burros para transportá-la. (MAWE, 1978, p. 118).

Georg Freirreyss⁹, viajando por Minas em 1813, corrobora a informação de Mawe:

Além da bagagem indispensável, é preciso lembrar-se de ter sempre um animal de sobressalente, porque, chegando-se aos lugares desertos do interior, precisa-se dele para carregar as provisões compradas na última povoação. Pólvora, chumbo, boas espingardas, trem de cozinha, uma rede e as ferramentas necessárias para ferrar os animais e consertar os arreios são indispensáveis. Igualmente são muitos os objetos que não podem ser encontrados no interior e que devem ser comprados na capital ou em outra povoação grande. (FREIRREYSS, 1982, p. 23).

Em sua tese, Herberts (2009), discutindo as estruturas de pouso do Caminho das Tropas que ligava as províncias ao sul do Brasil, analisa também a característica efêmera das paradas feitas pelos tropeiros que circulavam pelo sul da colônia. Os locais de pouso identificados não renderam muitos resultados em termos de vestígios arqueológicos móveis. Ao mesmo tempo, habitações atuais ocupam o local, dificultando uma pesquisa mais abrangente. Interessante que a autora não identificou estruturas de hospedagem no Caminho das Tropas, apenas vestígios de vendas e armazéns e alguns currais para os animais. Ela coloca como hipótese a possibilidade de algumas fazendas terem servido para pouso das tropas.

Esta comparação com o Caminho das Tropas nos leva a pensar que a mobilidade e fixidez do caminho estão intimamente relacionadas, e dependem do tipo de via construída e dos pontos de parada existentes. O Caminho das Tropas, por exemplo caracteriza-se por corredores de grande largura, cercados por muros construídos de “taipa”, tipo construtivo dado pelo empilhamento de pedras em junta seca, ou seja, sem utilização de argamassa ligante¹⁰.

⁹ Naturalista germânico. Fez sua viagem com o objetivo de conhecer o Brasil e recolheu muitas amostras para coleções de História Natural, inclusive para o Museu Nacional.

¹⁰ Aqui há um caso de regionalismo: a taipa a que a autora se refere, remete a construções que utilizam pedras sobrepostas sem argamassa, o que em Minas chamamos junta seca. Para o contexto mineiro, taipa refere-se a “parede feita de barro socado ou mole, misturado a outros materiais, que lhe emprestam maior plasticidade e resistência, a exemplo de cal, areia, cascalho, fibras vegetais, estrume animal, etc.”. Variações: taipa de pilão e taipa de sebe ou pau-a-pique (ÁVILA; GONTIJO; MACHADO, 1980, p. 87. Verbetes “taipa”).



FIGURA 1 - Trecho de corredor de tropas
Autoria: Ricardo Almeida
Sem identificação de data e local.
Fonte: Acervo do Iphan/SC. Cedida por Edenir Perin.



FIGURA 2 - Detalhe do corredor com os muros de “taipa”
Autoria: Ricardo Almeida
Sem identificação de data e local.
Fonte: Acervo do Iphan/SC. Cedida por Edenir Perin.

A construção do Caminho das Tropas se deu optando-se por uma via que oferecesse o menor desgaste possível aos animais, ao contrário do Caminho Novo, cujo principal objetivo era diminuir o tempo de jornada entre o Rio de Janeiro e as Minas. Essa escolha por lugares mais favoráveis no Caminho das Tropas relaciona-se intimamente com a presença dos corredores, porque uma vez dentro deles só se poderia ir para frente ou para trás, não havia opção de rota, ou caminhos alternativos. Portanto, era necessário haver lugares de aguada e pastagem, bem como locais para parada de descanso (HERBERTS, 2009; ALMEIDA, 2012).

Com isso eram feitos alargamentos nos corredores para propiciar essas paradas sem ocupar a porção central da estrada, deixando o caminho livre para outras tropas que estivessem passando. Esses alargamentos estariam relacionados a locais de pouso, não havendo notícias de estalagens nesses pontos, apenas algumas vendas ou armazéns, além de áreas de currais para animais, conforme já mencionado. Essas diferenças entre o Caminho das Tropas e o Caminho Novo mostram a necessidade de contextualização do movimento pelos caminhos antigos.

Sendo assim, o tropeiro tinha que ter um bom conhecimento do relevo e da hidrografia do local para saber tocar a velocidade da marcha, quanto tempo de caminhada poderia fazer e o horário da saída para chegar aos locais de pouso na hora certa. Herberts (2009) aponta, segundo informações orais coletadas em entrevistas com antigos tropeiros, que as tropas faziam duas paradas diárias: uma na metade do dia e outra no fim do dia, para o pernoite.

Ao que tudo indica, a realidade de Minas Gerais foi diferente, segundo os relatos que temos do século XIX, pois os caminhos coloniais e imperiais estavam ligados ao transporte de mercadorias no lombo de mulas que andavam em filas. A preocupação era a rapidez do deslocamento e não a topografia do terreno. Também, aparentemente, havia mais estruturas de pouso. No entanto, o costume, pelo relato de viajantes, era caminhar direto sem pausas. Assim nos contam os pesquisadores naturalistas Spix e Martius¹¹:

Em Minas, é costume completar o dia de marcha sem fazer pouso. Cavalgávamos, pois, diariamente, das 6 ou 7 horas da manhã até 2 ou 3 da tarde; então, descarregava-se a tropa num rancho, mais raramente em campo aberto, em sítio onde houvesse água; depois de se dar a ração de milho às bestas cargueiras e examinar o estado de saúde de cada uma, eram tocadas para o campo; preparava-se a refeição igual à da manhã, servindo-nos das aves e dos macacos caçados, e acautelávamos o carregamento, segundo o local, de modo que melhor ficasse protegido contra a chuva. Quando se receava assalto de onça durante a noite, era o acampamento rodeado de fogueiras por todos os lados, e já de dia se tratava de fazer grande provisão de lenha. (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 1, p. 282)

Interessante analisar que mais estruturas de pouso poderiam nos levar a pensar em mais pausas, mas foi justamente o contrário. Talvez por ser uma caminhada menos lenta do que a das tropas de gado havia maior independência em relação aos pontos de parada, sendo os ranchos, os locais mais procurados pelos tropeiros. O relato de George Gardner, médico e naturalista escocês que esteve no Brasil entre 1836 e 1842 concorda com o de Spix e Martius:

¹¹O zoólogo Johann Baptist von Spix e o botânico Carl Friedrich Martius foram dois dos mais importantes naturalistas que estiveram no Brasil no século XIX. Ambos de origem germânica, integraram a expedição científica organizada por D. Leopoldina, que ficou conhecida como Expedição Austríaca, de 1817 a 1821.

Achamos o modo de viajar nas províncias do sul bem diverso daquela que nos acostumáramos no norte¹². Raramente ou nunca se usam cavalos e só se faz uma caminhada por dia, a qual, conforme a natureza da estrada, se estende de três a quatro léguas¹³. (GARDNER, 1975, p. 214).

Provavelmente essa é a “marcha à paulista” à qual Antonil¹⁴ faz referência para indicar seu roteiro do Caminho Novo, mostrando as distâncias entre os pontos de parada e a quantidade de dias gastos nessa viagem. A “marcha à paulista” consistia em sair bem cedo e caminhar até por volta do meio-dia, quando buscava-se um local para parar e providenciar alguma caça ou peixe (FURTADO, 2005). Nesse ritmo, a uma distância de oitenta léguas (aproximadamente 500km) seria possível fazer o roteiro em dez ou doze dias (ANTONIL, 1982, p. 185).

Essa maior independência em relação aos pontos de parada se dá pela relação dos tropeiros com a viagem. Eles viajavam a negócios, por obrigação de sua profissão. Conforme já dissemos, seus gastos eram reduzidos, não se dando ao luxo de se hospedarem em estalagens ou mesmo comprar alimentos nas vendas, pois tanto uma quanto a outra, na maior parte das vezes, praticavam preços muito altos, o que explica a preferência dos tropeiros por ranchos. Então, o que para nós parece uma parada cedo demais na caminhada, para eles significava a provisão de alimentos (caça ou pesca para ter uma carne na refeição), organização das mercadorias, cuidados com os animais que transportavam as cargas etc. Tudo isso tinha que ser feito ainda à luz do dia. Assim, os modos de viajar estão altamente implicados com os objetivos do deslocamento, as condições dos caminhos, as vivências das estradas e as possibilidades de mobilidade e parada.

1.1. Por uma arqueologia dos caminhos e dos pousos

Os trabalhos no Brasil em arqueologia sobre estradas de maneira mais robusta começaram na década de 1990, especialmente com o trabalho de Ana Cristina de Sousa sobre o Caminho Novo, onde ela o analisou a partir da perspectiva dos caminhos como “vetores de

¹² Esta contraposição que ele faz entre norte e sul não corresponde à divisão política atual das regiões norte e sul do Brasil, ele se referia ao que hoje consideramos nordeste (e algumas partes do norte) e sudeste, respectivamente.

¹³ Antigo sistema métrico que variava entre 6.000m e 6.600m o que daria entre 480 e 528km. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/1%C3%A9guas/>>. Acesso em: 19 nov. 20.

¹⁴ Jesuíta italiano cujo verdadeiro nome era Giovanni Antonio Andreoni ou João Antônio Andreoni, mas que adotou o nome de André João Antonil (GIULI, 2016). Seu relato é de 1711. É preciso ressaltar que Antonil não passou pelo Caminho Novo, já que ele não esteve em Minas Gerais. Porém, considera-se que ele citou com precisão os principais pontos de parada. Isso porque reproduziu com fidelidade a descrição de alguém que esteve na companhia do governador do Rio de Janeiro Artur de Sá e Menezes, em sua viagem a Minas nos anos de 1701 a 1702 (BOXER, 1969).

relações sociais e econômicas” (SOUSA, 1995, p. 72). Seu trabalho teve como foco as estruturas de pouso da referida via, mas ela não fez trabalho de campo. Assim, seu estudo contribuiu para o levantamento de questões potenciais que poderiam ser respondidas pela pesquisa arqueológica: a existência de espaços públicos e privados e como seriam usados para impedir ou permitir a circulação de estranhos; a possibilidade dessas estruturas serem ou terem espaços de interação social e diluição de hierarquias, além da possibilidade da delimitação do universo feminino.

Posteriormente, Paulo Zanettini (1998) pesquisou em seu mestrado a Calçada do Lorena, que é o trecho pavimentado do Caminho do Mar¹⁵, construído em fins do século XVIII na atual região de Cubatão/SP. A dissertação é fruto de um trabalho anterior feito no caminho com o objetivo de identificar a via principal, suas artérias, as técnicas construtivas, localização de jazidas e reconstituição de sistemas de drenagem e escoamento de águas pluviais. Essas informações também seriam úteis para ajudar em programas de preservação da via.

A Calçada acabava por materializar os ideais da Ilustração, conjugados a interesses de negociantes de açúcar paulistas, como uma forma de levar a civilização para terras longínquas e demonstrar o domínio do ser humano sobre a natureza. Alguns anos mais tarde, Zanettini (2010) e sua equipe identificaram um pouso de tropas no ponto mais alto da Calçada, o Pouso de Tropas do Pico. Aparentemente, foram encontrados apenas fragmentos de telhas, e restos de um único cômodo pequeno, o que os levou a supor que a área externa seria amplamente utilizada para acampamento¹⁶.

Um trabalho bastante amplo, realizado no âmbito da arqueologia preventiva foi o “Programa Arqueológico do Rodoanel de São Paulo”, em seu trecho oeste, realizado pela Documento - Antropologia e Arqueologia Ltda., coordenado por Erika Robrahn-González e Paulo Zanettini (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006). Um dos focos da pesquisa foi a reconstituição da evolução e sobreposição dos caminhos antigos em relação às vias atuais. Isso porque muitas das rodovias de hoje, tais como Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Castelo Branco, Anhanguera, Bandeirantes e MG-129, correspondem a rotas e caminhos antigos, ainda que parcialmente.

Representando os trabalhos do Sul menciono a pesquisa de Adriana Fraga da Silva (2006), sobre os caminhos abertos nos séculos XVIII e XIX nos Campos de Cima da Serra/RS,

¹⁵ Esse caminho ligava a região do planalto de São Paulo ao litoral paulista.

¹⁶ Lamentavelmente, conseguimos apenas uma informação jornalística sobre o trabalho. Disponível em: <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/244849/sitio-arqueologico-revela-pouso-de-tropas-na-calcada-do-lorena-em-s-bernado>>. Acesso em: 19 nov. 20.

buscando a compreensão de uma paisagem tropeirística formada nesse contexto. Os caminhos foram abertos objetivando a expansão do território e a exploração do gado de Vacarias no sul da América. Por meio da arqueologia da paisagem a autora mostrou os processos de ocupação e domínio do espaço através de estratégias materiais, que formaram diferentes espacialidades construindo “novas paisagens compostas por elementos concretos e simbólicos de domínio e controle do espaço, das pessoas e dos movimentos” (SILVA, 2006, p. 4). Todas as estruturas dos caminhos, tanto as viárias quanto as de pouso, foram trabalhadas nessa perspectiva.

No caso dessas infraestruturas de apoio, Silva se baseou na documentação histórica e no relato de viajantes para sua caracterização, já que não houve a identificação delas no registro arqueológico. A partir dessa caracterização, a autora analisou os relatos orais de pessoas mais velhas que “tropearam” ou que conheceram tropeiros, e estruturas de pouso mais recentes (c. 1940). Seu objetivo não foi fazer analogias diretas, mas abrir o leque de interpretações a partir da possibilidade de sobrevivência de elementos arquitetônicos, de usos e costumes, de materiais e formas construtivas etc. Indo além de análises econômicas e funcionalistas, Silva abriu a possibilidade para compreender a ocupação do sul da Colônia pelo viés das relações de poder entre os principais grupos estabelecidos na região: indígenas e colonos.

Ana Lúcia Herberts (2009), em sua tese de doutorado, analisou um trecho do Caminho das Tropas, já citado, entre os municípios de Lages e Correia Pinto em Santa Catarina. Esse caminho foi aberto em 1731, por Cristóvão Pereira de Abreu, estabelecendo a ligação entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. Por este caminho passavam as tropas de gado, destinadas às feiras de Sorocaba, de onde iria para os demais centros consumidores e distribuidores da Colônia. Sua principal pergunta é “como o Caminho das Tropas se materializou e formou a paisagem do Tropeirismo nos Campos de Lages?” (HERBERTS, 2009, p. 31). Sua análise é bastante rica em termos metodológicos com a utilização de fotografias aéreas como uma fonte de documentação importante, bem como sugestão de métodos de catalogação, elaboração de fichas e datações para as estradas.

A autora utilizou uma abordagem não interventiva (não houve escavação) e seu foco não estava nas estruturas de pouso. De fato, ela se concentrou nos caminhos, nas vias e como cada tipo de caminho está intimamente ligado ao seu uso.

Por fim, o trabalho de Cristiano Sales (2012), estudando a paisagem formada pela chamada “Estrada Real”, dentre tantas contribuições, a principal delas foi trazer para a linha de frente da história dos caminhos coloniais o elemento indígena, não apenas na influência da escolha dos traçados e pontos de assentamento, mas também dos constantes embates

decorrentes da expansão das fronteiras coloniais. Outro ponto de especial interesse foi a realização de um mapeamento das figurações rupestres no entorno da “Estrada Real”, o que contribuiu para a formação de um estudo regional acerca desse tema.

A maioria dos trabalhos apresentados mostrou, de alguma maneira, a relação entre as estradas e as estruturas de pouso, mas poucas, de fato, foram as pesquisas arqueológicas que tomaram como foco os acampamentos, ranchos, vendas e estalagens. Falaremos um pouco mais desses poucos trabalhos adiante, mas antes gostaria de apresentar como as pesquisas nesta temática estão sendo conduzidas no exterior, em especial nos Estados Unidos.

O que encontramos de mais representativo, e que poderia nos remeter a um estudo comparativo em relação à realidade brasileira, são as tabernas, que poderiam ser comparadas às vendas brasileiras. Mas claro que aqui fazemos ressalvas comparativas tanto em termos de contexto quanto em termos das diferenças entre as próprias estruturas. Nosso objetivo é aprender com as pesquisas feitas no exterior, com as perguntas que estão sendo feitas lá e perceber se podemos compartilhar conhecimentos entre os diversos contextos.

Desde a década de 1970, os trabalhos mais expressivos sobre o tema das tabernas mostraram discussões que procuravam caracterizar os vestígios que seriam típicos deste tipo de sítio arqueológico (SOUTH, 1977; BRAGDON, 1981 citado por CHENOWETH, 2006). Tal caracterização se dava pelo grande número de recipientes de cada tipo: alta porcentagem de recipientes de bebidas; alta porcentagem de recipientes cerâmicos para fabricação de bebidas; alto número de copos de vinho; presença de recipientes de vidro especializados (armazenamento, mistura, serviço etc.) e alto número de fragmentos de cachimbos.

Posteriormente as pesquisadoras Diana Rockman e Nan Rotschild (1984) fizeram um estudo comparativo com as amostras de artefatos de quatro tavernas, de fins do século XVII e início do XVIII, duas no contexto rural e duas no contexto urbano dos Estados Unidos. A ideia das autoras era justamente ir além de uma identificação de um padrão amostral de um determinado tipo de sítio, como feito anteriormente. A hipótese era se as tavernas assumiriam atividades especializadas dependendo do contexto em que estivessem, ou seja em um contexto urbano a ideia era de que as tabernas estariam relacionadas às atividades de socialização, prevalecendo o consumo de bebida e fumo; enquanto em um contexto rural estariam mais voltadas ao consumo de alimentos e possivelmente à estadia de pernoite.

É interessante observar que as pesquisadoras mostraram que os vidros não foram considerados um bom elemento de análise já que o consumo de bebidas e outros líquidos podem estar associados tanto aos momentos de socialização quanto de consumo de alimentos. As

bebidas alcóolicas também podem ter sido consumidas em recipientes (copos/taças/canecas) de diversos tipos de materiais (vidro, cerâmica e peltre¹⁷).

Sendo assim, usaram duas categorias para diferenciar os dois contextos: os recipientes cerâmicos ligados ao preparo de alimento e os fragmentos de cachimbo, representando o ato de socialização. As análises dos vestígios confirmaram a hipótese inicial, mas as autoras reconhecem que as análises não são refinadas o suficiente para diferenciar cerâmicas, vidros e peltre que foram usados para diferentes fins que não os mais óbvios, ao mesmo tempo em que quatro sítios é uma amostra pequena para fazer afirmações conclusivas.

Já no início dos anos 2000, April Beisaw (2000) analisou os refugos alimentares das tabernas como elementos importantes que deveriam ser estudados com mais cuidado, pois podem conter informações sobre os padrões de consumo de alimentos, e como mudaram ao longo do tempo. A questão não está limitada apenas aos tipos de alimentos que foram consumidos (carnes, grãos etc.) mas também às práticas culturais e gostos envolvidos na preparação de alimentos (fritos, cozidos, assados etc.). Essas questões também estão permeadas por *status* econômicos e preferências étnicas.

Sua preocupação principal foi com os processos tafonômicos e como eles podem criar interpretações enviesadas, como, por exemplo: ossos de animais mais jovens se preservam bem menos do que os ossos de indivíduos adultos; o modo de preparo também influencia, sendo que ossos cozidos ou assados se preservam melhor do que os fritos ou grelhados; ossos chamuscados no processo de preparo também ficam bem frágeis podendo se perder, inclusive no momento da escavação. Sendo assim, é importante pensar que apenas certos tipos de ossos serão preservados, enquanto outros não aparecerão na amostra.

Por outro lado, a autora faz uma autocrítica em relação à disciplina pelo fato de que as técnicas de escavação não estão bem adaptadas para a recuperação e identificação de vestígios ósseos. Além do mais, arqueólogos e arqueólogas estão pouco preparados para perceber esses vestígios no momento da escavação, podendo haver confusões de identificação.

Já John Chenoweth (2006) propôs uma revisão do método utilizado por Rockman e Rotschild (1984) ao analisar os vestígios de uma taberna em Filadélfia, EUA, localizada nas terras de um *quaker* chamado Ebenezer Robinson. Robinson tinha um inquilino em seu terreno, Melchior Neff, que passou a administrar uma taberna no local. Sua pesquisa acaba por problematizar as concepções populares sobre os Quakers já que há uma ideia sobre eles que

¹⁷ Livre tradução de *pewter*. Peltre é uma liga metálica que pode ser feita de estanho e chumbo ou estanho e cobre. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/peltre/>>. Acesso em: 29 out. 20. Possivelmente seriam os similares dos nossos materiais de estanho.

talvez não seja tão rígida ou tão homogênea na realidade, como as relacionadas ao consumo de álcool. Por meio da documentação, o autor percebeu que os *quakers* não tinham uma rejeição tão forte a tabernas. Elas poderiam ser muito úteis, desde que bem utilizadas. Precisava haver moderação no consumo de bebidas e regulação em seu uso. Então, é preciso entender o que a taberna de Neff estava fazendo nesse contexto.

Dentre as principais funções que uma taberna poderia cumprir estão: consumo de bebidas, alimentação e hospedagem. Sendo que os pesquisadores e pesquisadoras, normalmente assumem que as tabernas vão ter como principal função o consumo de bebidas, mas nem sempre isso acontece, devido ao contexto no qual está instalada. Nessa conjuntura da Filadélfia colonial, por exemplo, as bebidas necessitavam de licenças específicas o que poderia levar a uma situação de certas tabernas não terem condições de ter licenças para venda de certas bebidas, como o vinho, por exemplo.

Enquanto a proposta citada de Rockman e Rotschild (1984) aponta para uma taberna em contexto urbano tendo mais fragmentos de cachimbo e em um contexto rural mais vestígios cerâmicos ligados a preparo de alimentos, a taberna de Neff (urbana) apresentou alto número de fragmentos cerâmicos, porém de itens ligados ao consumo de bebidas. Além disso, há poucos fragmentos de cachimbos. Isso levou à conclusão de que a taberna de Neff, mesmo sendo de um contexto urbano, não apresentou grandes quantidades de cachimbo, o que contraria a ideia de que naquele local as pessoas passavam longas horas socializando, mas provavelmente havia abuso no consumo de álcool.

A análise de Chenoweth é muito interessante por mostrar que a interpretação dos vestígios precisa ser contextualizada, sendo muito difícil uma fórmula que atenderá um tipo específico de sítio. Logicamente, as análises anteriormente citadas são muito úteis como início de reflexão sobre determinada amostra, inclusive ajudando nas perguntas que podem ser feitas. Mas as pesquisas arqueológicas e documentais devem ser específicas para cada sítio, trazendo vitalidade na interpretação do contexto de cada local.

Mais recentemente, o livro editado por Allison Glazebrook e Barbara Tsagirkis, *Houses of ill repute* (2016), busca construir uma arqueologia dos bordeis, das casas e das tabernas na Grécia antiga. Ainda que o contexto seja bastante diferente da presente pesquisa, é interessante como as perguntas são, basicamente, as mesmas e as repostas podem lançar luz para as demais pesquisas arqueológicas sobre esta temática em qualquer local do mundo. Isso porque, por serem atividades que transitam entre o público e o privado, entre a mobilidade e a

fixidez, guardam semelhanças em certos aspectos, além das dificuldades da leitura do registro arqueológico.

A grande pergunta do livro, que perpassa os capítulos é: podemos distinguir entre os lugares de residência permanente e os de habitação temporária? Conseqüentemente, podemos, pelos vestígios arqueológicos, diferenciar uma habitação doméstica de um bordel, ou uma taberna? Os vários artigos apresentados enfatizam o papel do registro arqueológico e quais amostras ou tipos de vestígios podem e quais não podem ser usados para reconstruir esses contextos.

Como exemplo, citamos o trabalho publicado nesse livro, de Kathleen Lynch (2016), onde ela procura, por meio do material cerâmico, distinguir o que seria uma típica casa, uma típica taberna e um típico bordel. Procurando observar características do material arqueológico como quantidade, variedade de formas, qualidade do material etc., ela considerou que é preciso buscar mais estudos para formar hipóteses mais plausíveis, já que as casas escavadas mostraram mais equipamentos formais de bebida e menos material de cozinha do que o esperado. Isso porque quando se toma como exemplo apenas um tipo de material, como o cerâmico, há mais possibilidade de diferenciação entre uma casa e uma taberna do que entre uma casa e um bordel.

Em pesquisa bastante recente, Megan Victor (2019) parte da perspectiva dos estudos sobre espaços de sociabilidade que envolvem a bebida alcoólica como meios para melhor entender o cotidiano das populações não ligadas às elites. Sua perspectiva parte da análise do banquete (*feasting*) e da negociação de capital social. Para isso ela focou em uma estação de pesca na Ilha Smuttynose, no Maine, EUA, onde havia uma taberna, comparando-a com outras duas: uma em Pemaquid, também no Maine, que era uma propriedade de cultivo de peixes e outra localizada em Port Royal, na Jamaica, uma cidade portuária urbana.

A autora parte do pressuposto de que as tabernas eram locais predominantemente para o consumo de álcool em grupo. Apesar de ser uma generalização que não se aplicaria a todas elas, parece ter sido o caso de Smuttynose. A pesquisadora parte da perspectiva dos efeitos do álcool sobre o sistema nervoso central do indivíduo, diminuindo as inibições e tornando-o eufórico e relaxado. Com uma certa quantidade de bebida alcoólica, as pessoas perdem aqueles constrangimentos que os prendem no domínio público. Assim, as tabernas seriam lugares onde eles poderiam fazer e falar coisas que eles não fariam ou falariam em outros lugares, o que faz delas um espaço liminar (no sentido de Turner, 2005). Como espaços liminares eles são ambíguos, pois se esquivam das normas, das classificações sociais, tornando-se locais férteis para florescerem condutas e ideias que não estão presentes no cotidiano da comunidade.

A população de Smuttynose era rica em recursos naturais e dinheiro, no entanto, permanecia à margem da política colonial. Não por acaso, mantinha uma relação muito diferente com os oficiais do governo em comparação a outros lugares: foram várias as reclamações dos oficiais sobre resistência e desrespeito por parte dos moradores, o que tornava péssima a reputação do local. Todo esse comportamento rebelde resultou em uma desocupação forçada da ilha ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Concluindo, através da amostra cerâmica a autora interpretou as amostras da taberna de Smuttynose mostrando uma riqueza e variedade maior do que as de Pemaquid e de Port Royal. A uma primeira vista Smuttynose parece distante dos sistemas mercantis, pela sua localização (uma pequena ilha). Mas, na verdade, ela era uma comunidade extrativista bastante estratégica. As amostras arqueológicas de Smuttynose mostram que eles tinham poder econômico suficiente para competir no mundo atlântico. Inclusive, com autonomia suficiente sobre seus negócios para manter uma feroz independência do governo colonial.

Por fim, fechando essa caracterização dos trabalhos realizados no exterior, com foco nos Estados Unidos por ser um contexto também colonial ainda que cheio de especificidades, apresento, brevemente, o trabalho de Rebecca Yamin (2019) em um contexto de arqueologia preventiva em Filadélfia, para a construção do Museu da Revolução Americana. Uma grande área foi escavada onde seria construído o Museu e vestígios de duas tabernas foram exumados, ambas da segunda metade do século XVIII. A publicação consultada, por ser um trabalho voltado para o grande público, não mostra tanta preocupação com muitas justificativas ou profundidade nas discussões das hipóteses levantadas.

Diferente dos outros trabalhos estudados, a autora coloca que as tabernas, até a metade do século XVIII, não tinham diferenciações de classes, sendo que pobres e ricos dividiam o mesmo espaço e possivelmente a mesma mesa nesses locais, onde predominava a sociabilidade: conversas e discussões sobre as últimas novidades. Também, até esse momento, as tabernas eram na própria residência do proprietário, normalmente em um cômodo da frente. Nesse caso, podemos ver um paralelo com o contexto brasileiro em relação às vendas e estalagens que eram na própria casa do proprietário na maior parte das vezes.

Esse contexto, da não diferenciação de espaços de ricos e pobres, passou a mudar após a Revolução Americana, onde os trabalhadores braçais deixaram de ser bem-vindos nas mesas dos ricos. Nota-se, então, um crescente anúncio de tabernas com espaços diferenciados para ricos e pobres. Também as tabernas passam a se “especializar” em certos públicos: marinheiros, políticos, pessoas de alta classe etc. No entanto, Yamin orienta a observar se os vestígios

arqueológicos também contam essa história. Como exemplo, foi encontrado na taberna pesquisada tanto vestígios de trabalhadores, quanto de nobres, como um anel de sinete com o brasão das armas reais britânicas, indicando que possivelmente essa separação não seria tão rígida ou haveria exceções.

E uma questão diferente colocada por ela, em relação às outras pesquisas apresentadas, é a de que os vestígios de uma taberna seriam muito típicos, constando de: garrafas, tigelas de ponche, outros recipientes de bebida (como decantadores, copos etc.), sempre acompanhados de cachimbos. Os cachimbos seriam dominantes nas amostras cerâmicas de vários sítios desse tipo.

Além disso, a autora deixa implícita a ideia de que as quantidades dos vestígios encontradas possibilitam concluir se seria uma taberna ou uma residência. Por exemplo, muitos fragmentos de urinóis, grandes quantidades de cachimbos e de garrafas seriam pouco prováveis em uma residência doméstica. Os cachimbos também sugerem a ideia de que tais tabernas eram locais onde se passava um longo período e não uma passagem rápida. Também foi observado que os recipientes cerâmicos eram de baixo custo.

Outros vestígios característicos seriam os ossos de animais, no caso em estudo, especialmente mamíferos, com marcas de talho. As tabernas passaram a servir comida a partir do terceiro quartel do século XVIII nos Estados Unidos, o que daria uma certa expectativa dos vestígios a serem encontrados de acordo com a escala temporal utilizada.

Interessante pensar que aqui, apesar de não haver uma forte correlação entre caminhos e pousos, trabalha-se com o pressuposto de que as tabernas são como as hospedagens, no sentido do constante trânsito de pessoas e ideias e do fluxo de clientes que permanecem por um tempo, para depois partir.

1.2. Locais de parada no Brasil: arqueologia e história

Em relação a esta temática, a pesquisa histórica tem sido mais profícua em relação ao estudo de vendas e tabernas no período colonial e imperial brasileiros do que a pesquisa arqueológica. As estalagens em si ainda são pouco estudadas, mas parecem ser elementos que se confundem com as anteriores no cotidiano dos caminhos brasileiros.

Rafaela Basso (2016), analisando o tema da alimentação e do espaço público na cidade de São Paulo, entre 1765 e 1828, dá algumas informações que talvez possam ser generalizadas para outros contextos do território brasileiro nesse período. Enquanto o comércio informal de alimentos (ambulantes) estava ligado a escravizados e libertos, ou seja, a camada da população

menos favorecida, o comércio fixo, como vendas, tabernas e botequins estariam ligados aos reinóis. Talvez seja muito restrito relacionar o comércio fixo aos reinóis, já que há relatos de viajantes do século XIX que se hospedaram ou pararam em vendas e/ou tabernas pertencentes a “negros livres”, “mulatos” e até a um indígena. Também são citados “brasileiros” como proprietários (BURMEISTER, 1980; BUNBURY, 1981; WELLS, 1995; COURCY, 1997; ALVES, 2015).

No entanto, como essa questão da propriedade não foi o nosso foco de pesquisa, preferimos seguir a linha interpretativa da autora, tomando-a como uma regra que pode ter suas exceções.

Na cidade de São Paulo, os principais estabelecimentos relacionados à comercialização de alimentos eram as vendas e tabernas. As vendas eram as principais responsáveis pelo abastecimento de comestíveis e bebidas para a população de um modo geral, o que também é observado em outros locais da Colônia. No entanto, era muito comum que elas comercializassem não apenas os gêneros molhados (comestíveis e bebidas), mas também os secos (tecidos, ferramentas, armarinhos, itens domésticos, dentre outros). Por outro lado, as tabernas ficavam mais restritas aos comestíveis e bebidas, sendo que, aparentemente, as bebidas eram a principal atração desses locais (BASSO, 2016).

Já no contexto do Rio de Janeiro, no período entre 1808 e 1821, Leila Algranti (2011) refletiu sobre os lugares de consumo e venda de bebida alcoólica. Ela utiliza esses lugares, como a taberna, por exemplo, para compreender modos de viver e estar na sociedade, bem como as relações comunitárias que podem se desenvolver dentro desses contextos de consumo de bebidas. Após a chegada da corte ao Rio houve um crescente número de europeus na cidade, bem como de população escravizada. Isso levou a um aumento nos serviços urbanos, em geral, da cidade. Sua ideia, portanto, é a de que os espaços de alimentação e lazer também acompanharam esse ritmo de crescimento.

Mas a dificuldade de identificar esses locais de consumo de bebidas na documentação histórica, bem como seus frequentadores, passa pela pouca clareza no uso dos termos:

O mais provável é que o termo taberna, empregado no Almanaque [da cidade do Rio de Janeiro de 1799], envolvesse outros tipos de estabelecimentos comerciais ligados à alimentação (como armazéns, lojas ou barracas), os quais não teriam sido considerados na avaliação do intendente. Isso pode ter ocorrido porque havia muitas formas de denominar os locais de venda e consumo de alimentos: botequins, tabernas, tabernas com comida, tabernas sem comida, armazéns, armazéns de molhados, vendas, casas de pasto, cafés e barracas, entre outras. (ALGRANTI, 2011, p. 28).

Essa dificuldade passa pela caracterização dos próprios termos tanto na documentação histórica quanto nos relatos dos viajantes do século XIX. Nessas vendas e botequins ou tabernas a população menos favorecida encontrava um espaço para divertimentos como jogos, música, dança e bebida. Muitas foram as acusações contra tabernas e taberneiros de permitirem que os locais se transformassem em lugares de reunião de pretos que resultava em desordens diversas, segundo as autoridades da época. Mesmo brancos e pardos que se juntassem nesses locais seriam levados a se retirarem.

Havia diversos locais que congregavam várias funções como casa de bilhar, bebidas e hospedaria. Eram locais em que predominava a sociabilidade. Os cafés “a exemplo das tabernas, casas de pasto e botequins, [...] eram também espaços de sociabilidade e de lazer, onde indivíduos de origens sociais diversas poderiam permanecer por algumas horas jogando, bebendo ou simplesmente descansando.” (ALGRANTI, 2011, p. 38).

Mas a autora leva em consideração também a abertura de estabelecimentos restritos às classes mais abastadas, havendo uma hierarquia entre os diversos estabelecimentos, assim como havia na sociedade como um todo.

Já as pesquisas arqueológicas sobre as estruturas de pouso dos caminhos coloniais e imperiais são insuficientes. As poucas existentes especificamente sobre vendas, estalagens ou ranchos não apresentaram aspectos conclusivos ou de maior profundidade, não sendo possível construir uma compreensão regional deste tipo de sítio. Seja por constrangimentos de tempo ou pela natureza das pesquisas, todos os trabalhos a seguir apresentados são de caráter inicial, indicando potencialidades para pesquisas futuras.

Cristiane Dantas (2010) trabalhou com a fazenda da Cachoeira do Corrente situada no município de Aporé/GO. Localizada em área estratégica tanto do ponto de vista dos recursos naturais quanto econômicos, a fazenda serviu de ponto de apoio aos viajantes da segunda metade do século XIX que passavam por Goiás e se dirigiam ao Mato Grosso, configurando-se como local de parada (segundo relatos orais).

A fazenda está em uso atualmente, o que não permitiu que os trabalhos de escavação fossem aprofundados e ampliados. No entanto, as poucas áreas escavadas recuperaram uma grande quantidade e variedade de louças, ao mesmo tempo em que o número de recipientes cerâmicos foi baixo. Devido ao caráter introdutório das pesquisas, a autora preferiu uma posição mais cautelosa em relação às afirmações que colocam o antigo proprietário da fazenda como alguém de alto poder aquisitivo ou assumindo um modo de vida burguês. A alta incidência de

louças pode estar ligada apenas ao fato da facilidade de aquisição devido à proximidade da rota comercial e por ser ponto de apoio para viajantes.

Dois outros trabalhos foram desenvolvidos pelo Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Magno Guimarães. O primeiro deles é referente ao Sítio Arqueológico Pouso do Belvedere¹⁸, que é o remanescente de um pouso de tropeiros do século XVIII, localizado no município de Itabirito/MG¹⁹. O sítio foi identificado a partir do *Levantamento Arqueológico da Serra da Moeda e seu Entorno* em 2008. Naquele momento foram evidenciadas duas edificações e currais de muros de pedras. O sítio estava em péssimo estado de conservação devido à deposição de lixo, esgoto a céu aberto e retirada de material construtivo. Grande parte do impacto foi decorrente de um restaurante que se localizava às margens da rodovia.

Já que o sítio era um ponto de parada e pernoite de viajantes e tropas que passavam pela região, a equipe que estudou o sítio sugeriu uma estreita relação com outros sítios arqueológicos identificados na região como: Chacrinha dos Pretos, a Fazenda Boa Esperança, a Fazenda da Barra e a Comunidade Boa Morte, do outro lado da Serra da Moeda.

O trabalho não constou de escavação, apenas identificação das estruturas em superfície, resultando no registro de uma edificação principal construída com blocos de canga e reboco de areia e cal. Foram identificados vãos de portas e janelas e intervenções de cimento no piso e paredes, indicando reutilizações da estrutura. Os currais foram construídos com 1,5m de altura e havia um corredor para passagem do gado.

Em 2010 o Ministério Público solicitou ao Laboratório uma nova vistoria para checar as condições do sítio. A equipe constatou uma degradação ainda maior pelo acúmulo de lixo no local e uma terraplanagem que foi feita, destruindo a parte mais expressiva dos remanescentes arqueológicos. Essa situação mostrou a urgência de se estudar esse tipo de vestígio com sérias ameaças de desaparecimento, sem a compreensão de um elemento importante no contexto colonial brasileiro.

¹⁸ Os vestígios estão às margens da BR-040, próximo ao Viaduto Vila Rica, mais conhecido como Viaduto das Almas, hoje desativado (coordenadas UTM 23k 0614374 / 7746135). Cadastrado no CNSA/Iphan sob o número MG02583. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php>. Acesso em: 9 nov. 2020.

¹⁹ Todas as informações a seguir sobre o Pouso do Belvedere foram retiradas da documentação de pareceres e relatórios referentes às ações do Ministério Público Federal, constante no processo de número 01514.003726/2013-08. Disponível em: <https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJGLI0dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcr- boq_U7kSzQ7sUy03Twom28q77cOI7qGraNpqPZSnNBbAI->. Acesso em: 25 jan. 2021.

Posteriormente, em 2014, outra equipe, coordenada pelo arqueólogo Edward Koole, realizou uma pesquisa de caráter emergencial no sítio, também motivada pelo monitoramento do local²⁰. Foram realizadas sondagens e a escavação de uma trincheira. No entanto, o período muito curto do trabalho não permitiu um aprofundamento da compreensão do sítio, mas resultou em alguns vestígios como alinhamento de pedras, e alguns fragmentos de telhas e recipientes cerâmicos. Portanto, mesmo com todo o impacto no sítio ficou claro que ainda pode haver áreas ricas em material arqueológico o que demandaria mais pesquisas aprofundadas na área por um tempo mais longo.

A segunda pesquisa realizada pelo Laboratório teve como foco o sítio da Estalagem da Varginha do Lourenço, localizado em Conselheiro Lafaiete/MG (GUIMARÃES, 2012). Apesar de ser um sítio tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha, em 1989, ele vem sofrendo constantes impactos, principalmente antrópicos que têm destruído o sítio de maneira irreversível.

A Estalagem da Varginha do Lourenço foi uma fazenda produtiva que dava hospedagem a viajantes, localizada no arraial dos Carijós, posteriormente Vila de Queluz (a partir de 1790 e após 1934, Conselheiro Lafaiete), às margens do Caminho Novo. A pesquisa liga a estalagem à Inconfidência Mineira e a Tiradentes. Tiradentes frequentava a Varginha do Lourenço e foi lá onde o alferes encontrou-se com o piloto ou medidor de terras Antônio Lopes de Oliveira, expondo-lhe ideias revolucionárias. Quando o movimento foi abortado e Tiradentes executado, seu corpo foi dividido em partes e cada uma delas foi colocada em um local estratégico do Caminho Novo: Cebola²¹, Barbacena, Queluz e, provavelmente, a perna direita, foi exposta na Varginha do Lourenço, à sombra de uma gameleira. A cabeça ficou em Vila Rica (PIMENTA, 1971; GUIMARÃES, 2012).

Esse fato coloca os caminhos como locais de fluxo e trânsito de pessoas e mercadorias, mas também de ideias e os pousos existentes em suas margens como locais de disseminação delas. Há aqui um ponto de semelhança com as tabernas no contexto estadunidense, vistas como locais de intenso florescimento e circulação de ideias, de conversas, de novidades e de socializações. Algo semelhante pode ter ocorrido nas vendas e estalagens dos caminhos coloniais e imperiais mineiros, conforme explicitaremos mais adiante.

Apesar dos diversos impactos que o sítio tem sofrido, através das prospecções

[f]oram identificadas estruturas que, em conexão com a Estalagem, constituem um único contexto. Um muro de pedra em junta seca, uma plataforma arrimada, cavas

²⁰ As informações sobre essa pesquisa também estão na referência citada na nota anterior.

²¹ Atual distrito de Inconfidência, município de Paraíba do Sul/RJ.

remanescentes de mineração, canais, açudes, tanques, alicerce de um rancho, um trecho da Estrada Real (que passa em frente à Casa-sede) e vestígios de uma ponte de pedras, dentre outros. (GUIMARÃES, 2012, p. 32).



FIGURA 3 - Ruínas da Casa-sede: vista geral (recorte da foto original).
Fonte: GUIMARÃES, 2012, p. 33.

Lamentavelmente, as diversas sondagens realizadas foram pouco frutíferas em vestígios móveis, tanto em quantidade, quanto em variedade amostral, em especial relacionado ao período de funcionamento da estalagem. Pode-se dizer que os vestígios apresentados no relatório são, em sua maioria, do século XX, o que impossibilita reconstituir um contexto arqueológico para o período de funcionamento da estalagem.

No sítio eletrônico do APM há algumas fotos identificadas como referentes à Varginha do Lourenço. A ausência de autoria e datas também dificultam a identificação ou confirmação do local. A implantação da casa nas fotos e as ruínas atuais parecem não corresponder ao mesmo local, porém ele pode ter sido profundamente impactado ao longo dos anos.²²



FIGURA 4 - Pintura que retrata a casa onde funcionava a Pousada da Varginha do Lourenço
Sem autoria e data.
Fonte: APM.

²² Carlos Magno Guimarães, coordenador do projeto da Varginha do Lourenço, também entende que as fotos não correspondem às ruínas atuais (mensagem pessoal, mar/2021).



FIGURA 5 - Fachada da Pousada Varginha do Lourenço
Sem autoria e data.
Fonte: APM.



FIGURA 6 - Vista da Pousada Varginha do Lourenço
Sem autoria e data.
Fonte: APM.²³

Camila Morais (2012) trabalhou especificamente com o Capão do Lana em sua monografia de conclusão de curso. Sua proposta foi utilizar fontes históricas e documentais para o estudo do sítio arqueológico. Seu objetivo foi desenvolver reflexões acerca das fontes utilizadas em arqueologia histórica e como o cruzamento de dados históricos e arqueológicos pode trazer resultados satisfatórios para a pesquisa. A perspectiva é a de que os dados se completam e de que a utilização de fontes documentais pode abranger hipóteses que não seriam alcançadas apenas com o uso do material arqueológico. Da mesma forma, os dados

²³ As três fotos pertencem ao acervo iconográfico do Fundo Dermeval José Pimenta. As notações são as seguintes, respectivamente: DJP-6-2-002(151); DJP-6-2-002(294); DJP-6-2-002(297). Disponíveis respectivamente em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=34296>; <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=34439>; <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=34442>. Acesso em: 07 dez. 2020.

arqueológicos permitem uma melhor compreensão do contexto histórico, pois a materialidade pode registrar muitas coisas que não estão presente nos documentos. Sendo assim, documentação histórica e vestígios arqueológicos devem ser tratados com a mesma relevância na pesquisa arqueológica histórica, já que oferecem informações distintas.

Em 2017, quando da realização do plano de manejo do Monumento Natural Estadual de Itatiaia – MNEI, foi feito o levantamento e identificação de vários sítios arqueológicos na região, na Serra de Itatiaia e na Serra do Ouro Branco. Pela natureza do trabalho não houve escavações, ou um estudo aprofundado de documentação histórica ou mesmo dos vestígios em superfície. Portanto os dados aqui compilados entram com caráter informativo, no sentido de mostrar a riqueza potencial do estado de Minas em relação aos vestígios relacionados ao tema desta pesquisa. Os trabalhos de arqueologia foram coordenados pelas arqueólogas Maria Jacqueline Rodet e Déborah Duarte Talim.²⁴

Os sítios encontrados ou levantados foram de naturezas diversas, mas especialmente se concentraram na categoria dos remanescentes de estruturas viárias dos caminhos coloniais e imperiais, como bueiros, galerias, trechos de leito de estrada (alguns com calçamentos), pontes etc. Além disso, vestígios de estruturas de apoio aos viajantes como antigas estalagens e vendas.

Em relação a essa última categoria destaco um sítio arqueológico que foi identificado (os demais dessa categoria já eram conhecidos e serão apresentados posteriormente), denominado Sítio Ruínas da Praça²⁵, localizado na praça do atual distrito de Itatiaia, Ouro Branco/MG. Basicamente, a estrutura é composta pelos alicerces de uma grande edificação, em péssimo estado de conservação, com vegetação e lixo ao redor das ruínas. Segundo informações orais, a estrutura era uma venda.

Apesar da necessidade de estudos arqueológicos e históricos mais aprofundados para confirmar essa hipótese ela é bastante plausível já que Itatiaia era uma localidade importante no oitocentos, sendo um entroncamento de caminhos. Segundo o relato de Antonil, o roteiro do Caminho de São Paulo para as Minas (ou Caminho do Sertão) ia de São Paulo até a Serra de Itatiaia, onde se dividia em dois: um para as minas do Caeté ou ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto e outro para as minas do rio das Velhas. Outra informação interessante de Antonil é que a partir “[...] desta serra [da Itatiaia] também começam as roçarias de milho e feijão, a perder de vista, donde se proveêm [*sic*] os que assistem e lavram nas minas.” (ANTONIL, 1982, p. 183).

²⁴ Participei deste trabalho como arqueóloga consultora convidada para um dia de trabalho de campo para dar um suporte na interpretação e identificação de alguns vestígios e sítios.

²⁵ Coordenadas UTM 23K 646173,319 / 7733516,102 SAD 69.

Portanto é condizente com essa descrição a possibilidade de haver uma venda em Itatiaia tanto para comercialização de produtos para a comunidade local, quanto para apoio das tropas e viajantes, vendendo os itens necessários nas viagens ou provendo hospedagem a eles.



FIGURA 7 - Vestígio de edificação de pedra do Sítio Ruínas da Praça, Vila de Itatiaia
Sem autoria e data.
Fonte: MINAS GERAIS, 2017.

Por fim, outra venda foi identificada em um contexto de arqueologia preventiva na região de Itabirito/MG. O documento consultado é um relatório parcial de pesquisa arqueológica realizada em área da empresa Vale: *Projeto Maravilhas III – Sítio Arqueológico Ruínas do Congonhas I*²⁶, coordenado pela arqueóloga Alenice Baeta e o arqueólogo Henrique Piló (TOTAL MEIO AMBIENTE, 2018). Por ser um sítio sem informações documentais diretamente relacionadas a ele, foram levantados dados históricos indiretos, ou seja, do contexto histórico da região. Nesse sentido, mais do que nunca os vestígios materiais tornaram-se protagonistas da pesquisa, partindo deles, quase a totalidade das interpretações acerca do sítio.

As estruturas identificadas foram divididas em três setores e interpretadas como: setor A - curral, depósito e pomar; setor B - canal de água, roda d'água, moenda e venda; setor C - estrada ligando os dois primeiros setores. Dentre as estruturas identificadas chamamos a atenção para duas delas. A primeira é o depósito que também pode ter sido um local de pouso de viajantes, onde foram encontrados vestígios móveis na escavação. Diversos fragmentos de

²⁶ Projeto de pesquisa autorizado por meio da portaria IPHAN nº 54, de 15 de setembro de 2017, anexo 1, item 2, processo nº 01514.003019/2010-61, publicada em 18 de setembro de 2017.

cerâmica do tipo Saramenha, pratos de cerâmica, louça, vidros (especialmente garrafas), metais, cravos, facas e dobradiças. Os vestígios são de baixo custo, não havendo louças refinadas, o que remete ao cotidiano dos trabalhadores do local e, eventualmente, viajantes entre Itabirito e Nova Lima.

No setor B, foram encontrados vestígios de estruturas hidráulicas ligadas a uma área de serviço e à venda. As estruturas estavam em ruínas, apenas restando os alicerces e restos de madeira e telha, indicando vedações e cobertura. Esta foi a área de maior concentração de vestígios móveis. No engenho havia muitos fragmentos de vidro e louça, indicando uma possível área de lavagem dos vasilhames. A área da venda foi identificada pela grande quantidade de telhas em superfície, além da fachada com uma escada que levava ao interior da venda. A fachada estava voltada para a estrada e os fundos seriam a área de estoque dos produtos. A escavação foi bastante profícua apresentando inicialmente uma camada de telha e depois fragmentos de recipientes de diversos materiais como “grês, louça, cerâmica, pedaços de panelas em pedra, vidros oriundos de garrafas, além de material metálico diverso, como lata, garfo e colher.” (TOTAL MEIO AMBIENTE, 2018, p. 63). Também foi encontrada uma moeda, abaixo da camada de telhas com a data de 1900.

Infelizmente, o relatório tem caráter parcial e não foi encontrado um relatório final do sítio, com a apresentação da análise dos vestígios escavados. No entanto, ficou a seguinte conclusão:

E[m] uma área de mais de 400 metros, podem ser identificados canais, arrimos, muros em pedras, alicerces e estruturas para abastecimento de água, que levam a interpretação a caminhar para ter sido, no passado, uma fazenda de fornecimento de víveres para a região, além de um ponto de parada para tropas que se deslocavam entre Nova Lima e Itabirito. Não pode ser esquecida a possibilidade de ter sido o local, um ponto de abastecimento também para os primeiros exploradores de manganês da região, tendo em vista esta atividade no local ser documentada pelo menos a partir de 1918, quando a produção era escoada por lombo de burros. (TOTAL MEIO AMBIENTE, 2018, p. 3).



FIGURA 8 - Vista do muro lateral do curral, com blocos maiores. Sítio Arqueológico Ruínas do Congonhas I – Itabirito/MG
Fonte: TOTAL MEIO AMBIENTE, 2018, p. 20.



FIGURA 9 - Vista de empilhamento de telhas após a retirada de 25 cm de sedimento. Sítio Arqueológico Ruínas do Congonhas I – Itabirito/MG
Fonte: TOTAL MEIO AMBIENTE, 2018, p. 41.



FIGURA 10 - Fragmento de prato de cerâmica do tipo Saramenha. Sítio Arqueológico Ruínas do Congonhas I – Itabirito/MG
Fonte: TOTAL MEIO AMBIENTE, 2018, p. 42.



FIGURA 11 - Vista do local onde existia um pequeno cocho. Sítio Arqueológico Ruínas do Congonhas I – Itabirito/MG
Fonte: TOTAL MEIO AMBIENTE, 2018, p. 44.

Ressalta-se que a paragem seria mais rústica, cujos proprietários eram pessoas mais pobres, que produziam e forneciam bens de consumo aos moradores do entorno e aos viajantes que porventura passassem pelo local.

Outras possíveis pousadas foram identificadas por meio de pesquisa documental no acervo iconográfico do APM. Infelizmente por restrições financeiras deste doutorado não foi possível verificar a situação desses antigos pontos de parada em campo, mas é importante registrar que esses locais estiveram presentes ao longo das principais estradas coloniais e imperiais.

Um deles é uma estalagem na antiga Fazenda Ana de Sá, próximo à Ponte de Ana de Sá, ainda existente, que ficava no caminho entre Ouro Preto e Sabará. Hermann Burmeister²⁷, em 1850, saiu de Ouro Preto em viagem ao Rio das Velhas até Lagoa Santa. Seu trajeto inicial

²⁷ Zoólogo de origem alemã que acompanhou os estudos de Lund.

passava pelo rancho de José Henrique; a fazenda da Bandeirinha; o arraial da Casa Branca²⁸; a fazenda Ana de Sá, e em Piçarrão, após atravessar o rio das Velhas, passaram perto de um local onde estavam construindo uma casa que seria destinada a ser uma venda e estalagem. Ele não cita estalagem em Ana de Sá, provavelmente por que não ficou lá, mas se espanta com o aspecto empobrecido do solo da região, citando a exploração de ouro que já não existia mais (BURMEISTER, 1980, p. 237).



FIGURA 12 - Antiga Pousada da Ponte Ana de Sá às margens da estrada entre Vila Rica e Glaura. Ouro Preto/MG

Sem autoria.

Data: 1972.

Fonte: APM²⁹.

Por fim, há o registro da estalagem do Ribeirão Alberto Dias. As fotos mostram um grande casarão assobradado, em ruínas, na década de 1970. Pelas poucas fotos, parece ter sido uma grande fazenda e ponto importante de parada do Caminho Novo. Ele consta já no relato de Antonil, um dos registros mais antigos que temos sobre essa via. Após passar o Paraibuna segue por várias roças até chegar em Borda do Campo (atual Antônio Carlos/MG). Desse ponto, quem ia para o Rio das Mortes seguia para a roça de Alberto Dias, e daí à de Manuel de Araújo, também chamada Ressaca (atual Carandaí/MG) (ANTONIL, 1982). O local parece ter sido de grande importância, pois Johann Pohl³⁰ (1817 a 1821) o descreve como um lugar grande, com um amplo rancho de pedras, uma igreja, uma casa assobradada e várias cabanas (POHL, 1976).

²⁸ Atualmente Glaura, distrito de Ouro Preto. As demais localidades citadas não foram identificadas.

²⁹ Acervo Iconográfico do APM. Fundo Dermeval José Pimenta. Notação: DJP-6-2-002(019). Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=34164>. Acesso em: 07 dez. 20.

³⁰ Médico de origem germânica, veio ao Brasil na expedição de D. Leopoldina com funções de naturalista, cuidando da parte de mineralogia e botânica. A expedição ocorreu entre 1817 e 1821.



FIGURA 13 - Fachada lateral da antiga Pousada do Ribeirão Alberto Dias. Barbacena/MG
Sem autoria.
Data: 1973.
Fonte: APM.



FIGURA 14 - Fachada da antiga Pousada do Ribeirão Alberto Dias. Barbacena/MG
Sem autoria.
Data: 1973.
Fonte: APM.



FIGURA 15 - Pia batismal da capela da Fazenda do Ribeirão Alberto Dias. Barbacena/MG

Sem autoria.
Data: 1973.
Fonte: APM³¹.

Os estudos aqui apresentados³² mostraram as vendas/tabernas, hospedarias e demais estruturas de pouso como locais importantes na vida comunitária onde estão inseridos. Tratados como locais de trocas de mercadorias e ideias permitia a socialização tanto entre os moradores do entorno como com as pessoas de fora da comunidade. Uma das principais perguntas feitas foi: qual a função primordial desses locais, socialização, alimentação, consumo de bebidas, hospedagem? Além disso, perceber um padrão nas amostras para caracterizar um sítio como uma taberna ou hospedagem é um dos grandes desafios da arqueologia, já que os vestígios podem ser muito semelhantes aos encontrados em habitações domésticas. Assim, a documentação histórica é uma grande aliada na interpretação dos vestígios (MILLER, 2015). Porém, a predominância da cultura material torna-se essencial para mostrar as contradições presentes no cotidiano das pessoas que habitaram tais locais: as que passaram ou as que se fixaram.

³¹ As três fotos fazem parte do Acervo Iconográfico do APM, Fundo Dermeval José Pimenta. Notações, respectivamente: DJP-6-2-002(114); DJP-6-2-002(115); DJP-6-2-002(116). Disponíveis, respectivamente em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=34259>; <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=34260>; <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=34261>. Acesso em: 08 dez. 2020.

³² Importante ressaltar que nem todas as pesquisas que foram citadas aqui, têm fotos, plantas e/ou mapas disponíveis para inserir neste texto. Por essa razão há fotos de umas e de outras não.

Lamentavelmente, como já dito, o caráter dessas pesquisas (muitas delas de vistoria e prospecção) não propiciaram um conhecimento aprofundado dos sítios arqueológicos, bem como os vestígios móveis para que pudéssemos perceber semelhanças e diferenças e construir um entendimento mais amplo do tema. E aqui, não estamos fazendo uma crítica às pesquisas realizadas, mas apenas constatando um fato que, muitas vezes, vai além da vontade do pesquisador ou da pesquisadora que coordena o projeto.

Uma diferença que pode ser percebida através desses estudos, em relação ao contexto brasileiro, é que nos Estados Unidos as tabernas eram locais centrais na vida da comunidade. Seriam o primeiro ou segundo edifício público a ser construído em uma localidade, junto com a igreja. Essa construção, inclusive, era promovida pelo poder colonial. Eram os principais locais para as pessoas interagirem e os edifícios mais numerosos da vida colonial nas possessões inglesas (ROCKMAN; ROTSCCHILD, 1984; MILLER, 2015; VICTOR, 2019).

Diferentemente, aqui as capelas eram as primeiras edificações a serem construídas, inclusive por iniciativa própria dos colonos. Eles construíam ao lado de suas roças e lavras pequenas capelas que depois eram oficializadas pela Coroa. Essa oficialização, normalmente, indicava que já havia uma aglomeração mais estável. As igrejas eram os locais propícios à socialização, passando a fazer parte da estrutura de poder da criação de arraiais e vilas (RESENDE, 2007; FONSECA, 2011).

Outra diferença, apesar da falta de escavações amplas dos estudos até aqui apresentados, seria a pouca quantidade de vestígios de cerâmica, louça e vidro e mesmo faunísticos. As poucas escavações efetuadas apresentaram uma baixa quantidade de vestígios e pouca variedade entre eles, o que evidencia a precariedade dos dados para permitir construções teóricas mais robustas. Talvez uma ressalva seria em relação às Ruínas do Congonhas. Porém, com um único sítio não é possível fazer comparativos. Isso nos leva a pensar nas grandes diferenças contextuais, já que as vendas/estalagens aqui apresentadas estão em contextos rurais do interior da colônia. Talvez este fato tenha um grande peso nos vestígios a serem encontrados em escavações desses contextos no Brasil, necessitando, portanto, de pesquisas em áreas urbanas para complementação do que foi aqui exposto.

1.3. Locais de parada no entorno do Capão do Lana (Ouro Branco – Ouro Preto/MG)

Conforme veremos pela pesquisa histórica do capítulo seguinte, muitos foram os pontos de parada ao longo das estradas. Porém, poucos deles permaneceram como testemunho material desse contexto e/ou já foram identificados em projetos de pesquisa. Para o trecho do

Caminho Novo entre Ouro Preto e Ouro Branco, a região do Capão do Lana, foram identificados mais cinco remanescentes (incluindo uma em funcionamento) de pousos do tipo estalagem, além do Capão do Lana.

Não é o foco desta pesquisa fazer o estudo aprofundando de cada uma delas, mas apenas uma caracterização. Portanto, utilizo como base o Levantamento realizado pelo Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG (GUIMARÃES, 2007) conforme se vê a seguir:

1.3.1 Chiqueiro

O local denominado Chiqueiro é particularmente interessante por se localizar em um entroncamento entre o Caminho Velho de São Paulo, vindo de Congonhas e o Caminho Novo, vindo de Ouro Branco. A partir de Chiqueiro, os dois caminhos seguiam o mesmo traçado passando por Capão, José Correia, Boa Vista, Três Cruzes, Tripuí, Boa Vista e Vila Rica.

Na documentação e nos relatos de viagem há várias menções à localidade, inclusive com diversas denominações (ou grafias): Chiqueira, Chiqueiro, Chiqueiro do Capão e Chiqueiro de Fora. Nelson de Senna informou que “perto de São Julião (munc. de Ouro Preto) fica o histórico logar conhecido por Chiqueiro do Alemão.” (SENNA, 1928, p. 125). No entanto, provavelmente Chiqueiro e o Chiqueiro do Alemão a que Senna se refere são localidades diferentes a julgar por um mapa produzido por Eschwege onde ele traz as duas referências:



FIGURA 17 - Parte do “Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais” levantado por W. von Eschwege (detalhe do original com grifos em vermelho das localidades Chiqueiro e Chiqueiro do Alemão)

Autoria: W. von Eschwege.

Data: 1821.

Fonte: COSTA, 2005, p. 191.

No entanto, possivelmente as duas localidades estavam relacionadas, devido à proximidade e à semelhança do nome. A primeira referência que se tem conhecimento sobre o Chiqueiro provém de um mapa de Diogo Soares de 1734/35, onde Chiqueiro aparece como a única localidade entre Ouro Preto e Ouro Branco, no trajeto do Caminho Novo.



FIGURA 18 - Mapa da região do alto Rio Doce, Rio das Velhas e Rio Paraopeba. Detalhe do mapa com grifo em vermelho da localidade “Chiqueyro”

Autoria: Diogo Soares.

Data: c. 1734/5.

Fonte: COSTA, 2005, p. 222.

São várias as referências ao Chiqueiro, tanto na cartografia, quanto nos relatos dos viajantes do século XIX. Dentre as várias selecionamos as mais interessantes para caracterizar o local. A primeira de Pohl, onde ele dá o nome ao local de Chiqueiro do Capão: “Este povoado consiste em duas casas, dois ranchos e uma venda. Um pouco mais adiante atingimos o Riacho Chiqueiro, onde a estrada se biparte, indo de um lado para Congonhas do Campo e do outro para Ouro Branco” (POHL, 1976, p. 409). Nota-se que Pohl estava retornando de Ouro Preto em direção ao Rio de Janeiro.

A segunda referência é de Hermann Burmeister em meados do século:

[...] depois de meia hora, chegamos a um “rancho”, ao redor do qual havia várias habitações. Descansei numa venda, depois de uma penosa viagem de 3 léguas, de Cachoeira até ali, e resolvi esperar a chegada do preto com a besta de carga, que ficara para trás durante a viagem. Tomei uma xícara de café e comi alguns biscoitos, enquanto conversava com o dono da venda, um mulato que mostrava muito interesse por tudo e certo despreendimento em questões religiosas, coisa rara entre a população de cor. O lugar chamava-se Chiqueiro [...] (BURMEISTER, 1980, p. 294-295).

Pelas descrições Chiqueiro seria um povoado e não apenas o nome de uma venda. Ou seja, seria um ponto de parada importante no Caminho Novo, mas tendo formado um povoamento ao seu redor com casas de moradores locais, além dos ranchos e da venda. Essa parece ser uma situação comum, como veremos mais adiante. Os ranchos e a venda dariam hospedagem, e, além disso, a venda forneceria provisões aos viajantes e à localidade. Ressaltamos também que o nome remete à atividade de criação de porcos (GUIMARÃES, 2007), de onde derivaria os principais produtos do lugar: carne, linguiça e toucinho.

A partir do século XX Chiqueiro “some” dos mapas, dificultando a sua localização. Informações orais apontam que a localidade de Dolores de Bela Vista³³, onde há, atualmente, uma pequena capela, cemitério e muros de pedra descontextualizados pela presença de uma mina de topázio e uma edificação seria a antiga localidade do Chiqueiro. No entanto, essa hipótese merece um estudo mais aprofundado³⁴ com pesquisas documentais, prospecções e escavações arqueológicas (GUIMARÃES, 2007, p. 166). Também foram encontradas ruínas na localidade conhecida ainda hoje como Chiqueiro dos Alemães.



FIGURA 19 - Igreja Nossa Senhora da Conceição em ruínas. Chiqueiro dos Alemães
Fonte: GUIMARÃES, 2007, p. 167.



FIGURA 20 - Capela Nossa Senhora das Dolores de Bela Vista. Provável Chiqueiro
Fonte: MINAS GERAIS, 2017, p. 74.

³³ Povoado do distrito de Rodrigo Silva, município de Ouro Preto/MG.

³⁴ Recomendo a leitura da tese de Luana Campos Akinruli (2018) onde há maiores esclarecimentos sobre essas localidades. Por não ser o escopo desta pesquisa, essas discussões não serão aprofundadas.



FIGURA 21 - Cemitério da Capela Nossa Senhora das Dores de Bela Vista. Provável Chiqueiro
Fonte: MINAS GERAIS, 2017, p. 74.



FIGURA 22 - Fragmento de muro de pedras. Dores de Bela Vista. Provável Chiqueiro
Fonte: MINAS GERAIS, 2017, p. 75.

1.3.2 Lavrinha

Outra localidade que daria pousada era a Lavrinha, esta já com menos informações entre os viajantes do século XIX. O levantamento do Laboratório de Arqueologia identificou ruínas no alto da Serra do Ouro Branco, no início da encosta norte, remetendo a vestígios de edificação e diversos muros de pedras. Segundo informações orais as edificações que compunham o local entraram em processo de arruinamento há muito tempo, sendo que na década de 1980 pedras e madeiras do local foram utilizadas para a restauração de uma fazenda na região (GUIMARÃES, 2007).

No entanto o levantamento arqueológico realizado para o plano de manejo do MNEI (MINAS GERAIS, 2017), já citado, informa a possibilidade de outro local para a Lavrinha. Foram encontrados restos de edificações identificados pelos moradores locais como de uma Fazenda Lavrinha, remanescente do período colonial com vários vestígios de estruturas de pedras, bastante arruinados e cobertos por vegetação.³⁵

Também não pode ser descartada a hipótese de mais de uma localidade chamada Lavrinha, já que este nome também aponta para uma atividade econômica, ou seja, a mineração, atividade onipresente na região. Portanto, a localização confirmada do ponto de parada da Lavrinha, que aparece nos roteiros, merece estudos mais aprofundados de pesquisa documental e de prospecções e escavações arqueológicas.

As informações mais relevantes que temos é a de que ela está no itinerário de D. Pedro, de 1822, quando veio a Minas para pacificar uma rebelião que começava a se formar em Ouro

³⁵ No plano de manejo a equipe de arqueologia leva em conta as duas possibilidades, apresentando os dois locais no relatório.

Preto (BARREIROS, 1973). Pohl informa que havia uma venda em Lavrinha, confirmando o nome da localidade à atividade econômica:

Chegamos à Venda Lavrinha, no Ribeirão Mata-Cavalos, onde há uma pequena lavra de ouro; daí seguimos por uma elevação íngreme, coberto de densa mata, que constitui um contraforte da Serra do Ouro Branco, [...] (POHL, 1976, p. 409).



FIGURA 23 - Lavrinha – muro de pedra. Local identificado pelo Laboratório de Arqueologia
Fonte: GUIMARÃES, 2007, p. 170.



FIGURA 24 - Vista geral de um muro de uma das estruturas, coberto por vegetação. Local identificado no plano de manejo
Fonte: MINAS GERAIS, 2017, p. 84.

1.3.3 Pé do Morro / Meio do Morro / Alto do Morro

Esses três pontos de parada também são frequentemente relatados na literatura de viagem ou na cartografia histórica. A nomenclatura se refere à posição do pouso em relação à Serra do Ouro Branco. Apesar da referência aos três lugares, apenas dois foram localizados atualmente, sendo que um deles, a Fazenda Pé do Morro, ainda está em atividade.

A descrição mais pormenorizada que temos do local, novamente é dada por Pohl, que cita as três localidades na sua viagem de retorno, saindo de Ouro Preto, após passar por Lavrinha:

[...] daí seguimos por uma elevação íngreme, coberto de densa mata, que constitui um contraforte da Serra do Ouro Branco, estendendo-se de leste para oeste, e chamada Deus-te-livre por causa da má trilha que nela existe e que nos primeiros tempos deve ter sido chamada **Alto-do-Morro**, que tem uma casa construída de pedra, um rancho e uma venda e possui uma fonte ornada com uma estátua esculpida em pedra-sabão representando um menino nu. Aqui pernoitamos [...]. O caminho continuava acidentado, estendendo-se, com muitas curvas, por uma légua. Atingimos o cume, um pico escalvado, com fragmentos salientes de pedra, e achamo-nos no sítio existente na encosta da serra, chamado **Morro do Meio**, constituído de um rancho e alguns edifícios anexos. Aqui o caminho melhorava um pouco, levando-nos gradualmente para o vale, a um sítio denominado **Pé-do-Morro**, que consiste em algumas casinhas dispersas, parcial ou inteiramente arruinadas, distante cerca de uma légua do Alto-do-Morro. (POHL, 1976, p. 409. Grifos nossos).

No levantamento do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG foram encontrados vestígios do que pode ser o Morro do Meio ou Meio do Morro, implantados na encosta sul da Serra do Ouro Branco no meio do caminho entre a fazenda Pé do Morro e as ruínas da Lavrinha. Há dois vestígios de edificações de pedras e muros de pedra. Os vestígios estão implantados em um local plano e limitados por um afloramento rochoso, assim como na descrição de Pohl.



FIGURA 25 - Meio do Morro: implantação dos vestígios na paisagem (indicada pela seta)
Fonte: GUIMARÃES, 2007, p. 173.



FIGURA26 - Meio do Morro: vestígios de edificação de pedras
Fonte: GUIMARÃES, 2007, p. 173.

A Fazenda Pé do Morro, atualmente, é um hotel-fazenda, com suas edificações ainda estruturadas no sentido do que teria sido uma fazenda do século XVIII, o que a torna um local com alto potencial de estudo. Seu conjunto arquitetônico e paisagístico, que inclui a capela de

Santana, foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha/MG, por ser considerado um exemplar importante da arquitetura rural colonial brasileira. Além da edificação sede há ruínas de um moinho com muros de pedra e um monjolo de madeira em ruínas. Na área da fazenda estão os remanescentes da Capela de Santana, atribuída ao século XVII, mas com intervenções modernas da década de 1980³⁶ (MINAS GERAIS, 2017).



FIGURA 27 - Pousada da Fazenda Pé do Morro
Fonte: MINAS GERAIS, 2017, p. 55.



FIGURA 28 - Interior das ruínas da Capela de Santana
Fonte: MINAS GERAIS, 2017, p. 55.

No acervo iconográfico do APM encontramos uma foto com a legenda de uma pousada não identificada. Mas a mesma estrutura aparece, por outro ângulo, em um conjunto de fotos identificada como sendo da Fazenda Pé do Morro. Essas fotos antigas podem ajudar na reconstituição das mudanças arquitetônicas e estruturais ocorridas no bem.

³⁶ Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/114/bens-tombados-conjunto-arquitet%C3%B4nico-e-paisag%C3%ADstico-da-capela-de-santana-e-da-fazenda-p%C3%A9-do-morro>>. Acesso em: 18 nov. 2020.



FIGURA 29 - Fachada de Pousada não-identificada. Ouro Branco/MG
Sem autoria e data.
Fonte: APM.

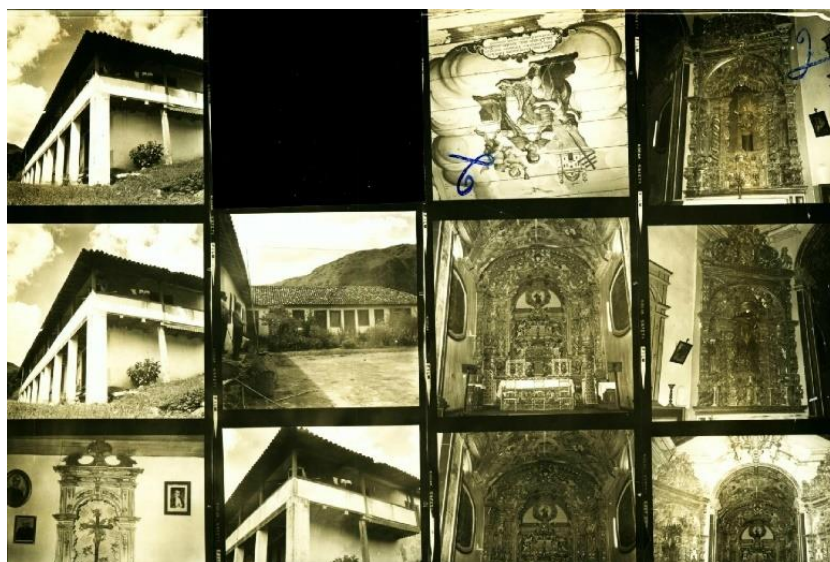


FIGURA 30 - Pousada de Pé de Morro no sopé da Serra de Ouro Branco – Altar de Igreja de Santo Antônio de Ouro Branco – 1971

Sem autoria.
Data: 1971.
Fonte: APM.³⁷

³⁷ Ambas as fotos fazem parte do acervo iconográfico do APM, Fundo Dermeval José Pimenta. Notações respectivamente: DJP-6-2-002(233); DJP-6-2-002(112). Disponíveis, respectivamente, em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=34378>; <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=34257>. Acesso em: 07 dez. 2020.

1.3.4 Tripuí

Tripuí, pelo que consta nos relatos, era a última parada antes da chegada em Vila Rica, ou a primeira parada após a partida da cidade. O ponto de apoio integra o roteiro de Francisco Tavares de Brito³⁸, publicado em 1732:

[...] Carijos, Macabello. Aqui se passa o Rodeo, isto he, que se rodea hua Serra, a que chamaõ Ititiaya. Ilheos, Olanã. [...] e proseguindo o caminho da Minas Geraes, do Olanã se vay as tres Cruzes, e da hi a **Trapui**, que fica humalegoa de Villa Rica [...] ³⁹ (TAVARES DE BRITO, 1972, p. 104, 105. Grifo nosso).

Novamente, Pohl traz informações bem relevantes sobre seu ponto de parada:

[...] estávamos em Tripuí, um edifício de alguma importância, assobradado, à margem do riacho do mesmo nome, no qual havia, à pouca distância, algumas casinhas dispersas. Os moradores deste lugarejo dedicavam-se unicamente à plantação de hortaliças, com que abasteciam toda a cidade de Vila Rica; por isso, ali é geralmente chamado Horta de Vila Rica. A região é particularmente notável porque, numa depressão ao sul – a Lavra do Bananal – bem como nos riachos que descem da serra, foram achados belos grãos rolados isolados de cinábrio muito vermelho [...]. Pouco depois chegávamos a Venda Nova, que ainda pertence a Tripuí e onde se encontram um rancho e uma forja.” (POHL, 1976, p. 406).

Segundo Pohl a região de Venda Nova, também chamada Três Cruzes, fazia parte de Tripuí, talvez como um ponto de apoio. No entanto, são pontos de parada diferentes.

A dupla de pesquisadores Spix e Martius trazem a informação de que o local era uma venda:

[...] chegámos finalmente a **Trepui**, uma venda animada, distante uma légua de Vila-Rica, sítio onde em geral se organizaram de novo as tropas que vêm de lá ou que para lá vão. Aquí igualmente fizemos pouso, afim de nos prepararmos para entrar na vila [...]. (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 1, p. 304. Grifo nosso).

Atualmente, a região que compreendia as localidades de Tripuí e Venda Nova/Três Cruzes fazem parte da Estação Ecológica do Tripuí, gerenciada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF. Essa situação permitiu a boa conservação de alguns vestígios como uma ponte de pedras, a Ponte do Tripuí, único exemplar remanescente do Caminho Novo no trecho entre Ouro Preto e Ouro Branco. Provavelmente a data de construção da ponte é de 1776, já que um dos moradores locais possui uma pedra com a inscrição dessa data, em sua casa que, segundo ele, foi retirada do local. Outros vestígios são muros de pedras e restos de edificações, que

³⁸ As informações biográficas sobre Francisco Tavares de Brito são nebulosas. Teria nascido no Rio de Janeiro em 1700 e publicou seu *Itinerário* em Sevilha, em 1732, porém foi escrito em 1717. Há quem, de fato, sustente que Brito não tenha sido o verdadeiro autor (PEREIRA, 2015). Parece certo dizer que o dito *Itinerário* é clandestino, tendo sido publicado sem as devidas autorizações (GUIMARÃES, 2007).

³⁹ Há uma versão atualizada do roteiro no Códice Costa Matoso (COSTA MATOSO, 1999, p. 903, 904)

moradores do lugar identificam como ruínas de uma antiga hospedaria e senzala. Também foi informado que próximo dali a, aproximadamente, 1,5km em direção a Ouro Preto, há ruínas de uma venda e de um moinho de vento, mas que não puderam ser localizados pela equipe de arqueologia (GUIMARÃES, 2007).



FIGURA 31 - Tripuí: vestígios de alicerce de edificação
Fonte: GUIMARÃES, 2007, p. 176, 48



FIGURA 32 - Tripuí: vestígio de edificação – parede
Fonte: GUIMARÃES, 2007, p. 176, 48



FIGURA 33 - Tripuí: vestígios de edificação
Fonte: GUIMARÃES, 2007, p. 176, 48.



FIGURA 34 - Ponte do Tripuí
Fonte: GUIMARÃES, 2007, p. 176, 48

Esses são os pontos de parada localizados por pesquisas arqueológicas na região entre Ouro Preto e Ouro Branco, que compreende o trecho da estrada onde está localizado o Capão do Lana. Interessante observar que todos eles parecem ter sido mais do que pousos, podendo ser identificados como povoados. Provavelmente, as atividades da estrada propiciaram a formação de pontos de parada nesses locais às margens do Caminho Novo. O elemento venda/rancho fez-se presente em todos, um ou outro ou os dois conjugados, principalmente. A exceção seria Pé do Morro, para a qual não encontramos esse tipo de informação na literatura de viagem. No entanto, seus remanescentes não deixam dúvidas sobre a possibilidade de a fazenda oferecer pouso aos viajantes.

Essas comunidades eram locais inseridos na dinâmica colonial, inclusive como pontos de apoio de atividades econômicas como a mineração. O Capão do Lana se insere nesse contexto de suporte aos viajantes. No entanto, sendo considerado um ponto de apoio mais completo do que os demais. Pelas dimensões de suas ruínas, a estalagem era grande o suficiente para acomodar muitas pessoas, ao mesmo tempo em que estava relacionada a outros processos dinâmicos como a mineração do topázio e a criação de animais. O mapa a seguir, com alguns vestígios arqueológicos plotados, mostra como deveria ser o cenário nos séculos XVIII e XIX nessa região entre Ouro Preto e Ouro Branco:

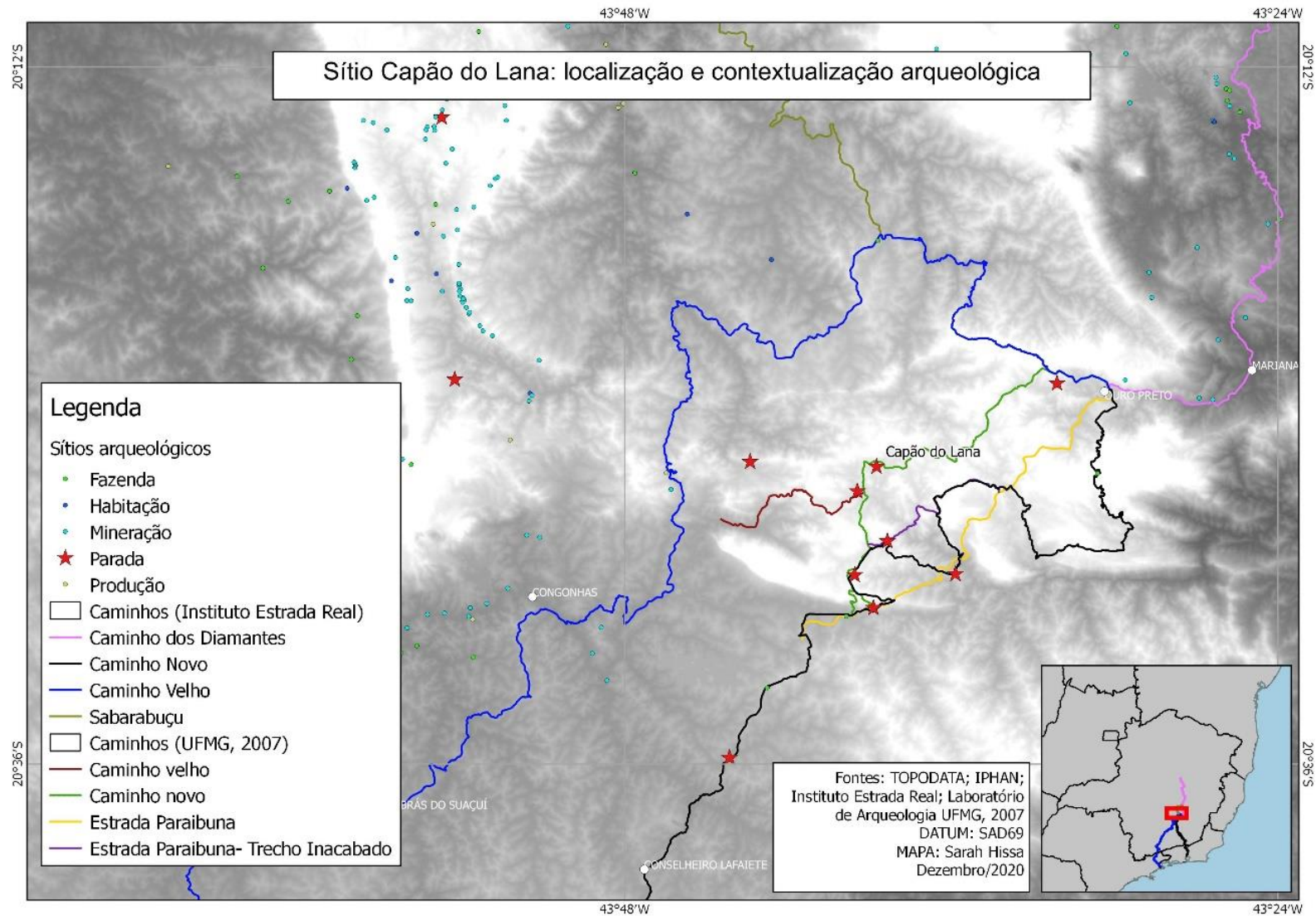


FIGURA 35 - Localização dos sítios arqueológicos identificados no entorno do Capão do Lana
Fonte: TOPODATA; IPHAN; Instituto Estrada Real; Laboratório de Arqueologia UFMG, 2007.

CAPÍTULO 2 – OS CAMINHOS E AS ANDANÇAS: MOVIMENTOS E PARADAS

2.1. A formação dos caminhos e estradas⁴⁰

Ao falar do Capão do Lana, inevitavelmente, nos remetemos aos caminhos terrestres que surgiram desde o princípio da colonização portuguesa. Essa estalagem encontra-se no Caminho Novo, conhecido, atualmente como “Estrada Real”⁴¹. Quando os portugueses chegaram na América a ideia inicial era encontrar fontes de riquezas que pudessem ser exploradas pelo Império português. No entanto, muitas foram as dificuldades encontradas pelo colonizador. O pouco costume com a natureza ali encontrada e o contato hostil com o indígena (lembrando que o território estava intensamente povoado), fizeram com que se assentassem primeiramente no litoral.

Mas as notícias da descoberta das minas de Potosí na área de colonização espanhola e as histórias indígenas que indicavam a existência de riquezas minerais levaram os portugueses a fazerem incursões mais objetivas pelo interior da Colônia (BOTELHO, 2003). Uma das histórias mais contadas se refere a um local denominado Sabarabuçu⁴², onde estaria uma serra abundante em riquezas minerais, mais precisamente, a prata. Não havia uma indicação precisa do local, mas os colonizadores o relacionaram à região do atual rio das Velhas, mais precisamente onde hoje é Sabará/MG⁴³.

Por sua vez, havia também a história de uma grande lagoa, com imensas riquezas no seu interior e que os cartógrafos coloniais registraram nas proximidades da nascente do rio São Francisco. Essa lenda foi relacionada à história dos índios Maxapo, em que Uiara, a mãe-

⁴⁰ Como esta pesquisa se refere a uma estalagem localizada na região de Ouro Preto, em Minas Gerais, será dada maior ênfase aos caminhos e pontos de parada desse estado. Não foi nosso objetivo quantificar os pontos de parada, comparativamente a outras regiões, apenas caracterizá-los do ponto de vista material, suas funções e o impacto deles na vida da comunidade do entorno. Por isso, esse recorte.

⁴¹ Para uma discussão sobre a criação do conceito contemporâneo de Estrada Real ver: Guimarães (2007) e Almeida (2012).

⁴² Também chamado Iatabirá-açu ou Sobra-Buçu (BOTELHO, 2003). Marcelo Delvaux trabalha com a ideia de que a Serra Resplandente, o Sabarabuçu, seria o “mito originário” das demais histórias sobre montanhas ricas em minerais ou pedras preciosas. Havendo uma correspondência etimológica entre Itáberába-oçú (Serra Resplandente na língua indígena) e Sabarabuçu. DELVAUX, Marcelo M. Cartografia imaginária do sertão. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 46, n. 2, p. 74-87, jul-dez, 2010. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1033&op=1>>. Acesso em: 15 set. 2020.

⁴³ É necessário destacar que alguns historiadores consideram um erro associar o nome Sabarabuçu a Sabará, pois preferem uma posição mais cautelosa associando o nome apenas à história indígena. Conferir, por exemplo, Barbosa (1995, p. 292). Zoroastro Viana Passos (1942) é um ferrenho crítico à associação dos nomes, o autor defende que Sabarabuçu é uma região imprecisa, totalmente ligada à história indígena. O certo é que a lenda emprestou seu nome à região aurífera do Rio das Velhas, a atual Sabará (DELVAUX, 2010).

d'água, morava na lagoa Vapabuçu e seduzia os guerreiros com seus cantos levando-os para o fundo do lago. Com essa ameaça, os indígenas pediram a ajuda de Macachera, o deus da guerra, que fez com que Uiara caísse em profundo sono. Seus cabelos verdes, quando em contato com a terra, viravam pedras verdes, mas que não poderiam ser retiradas, para não acordar Uiara. Os primeiros exploradores relacionaram essas histórias ao mítico *El Dorado* e as tomaram como uma motivação a mais para a busca de metais e pedras preciosas (BOTELHO, 2003; STRAFORINI, 2007).

Mas não foi apenas a busca de riquezas que incentivou a expansão da colonização para o interior. Esse movimento precisa ser visto a partir da perspectiva do preenchimento dos supostos espaços vazios. Depois de consolidado no litoral, o povoamento precisava se estender para o interior da Colônia: o sertão⁴⁴. Ainda que tenha sido usado continuamente para se referir ao território das Minas ou outros locais interiores, este termo não remete apenas a um lugar geográfico, podendo ser considerado também um espaço simbólico. O sertão designava o interior, o desconhecido, o selvagem. Era o oposto da civilização e do povoamento (ROMEIRO, 2005). Portanto, à medida que o local era “domesticado” a fronteira do que era considerado sertão se estendia, ou seja, o sertão, tinha uma fronteira móvel que se afastava à medida que a colonização avançava. Segundo Straforini (2007, p. 69), “[...] seu aspecto mais marcante era a ausência de limite e de contigüidade, que dificultava a definição do seu início e do fim, pois quanto mais se adentrava, mais prolongado ficava.”

O sertão também foi associado à possibilidade de um local de realização de cultos pagãos, refúgio de assassinos e fugitivos, além de ser visto como o local onde se abrigavam riquezas incontáveis: terras cultiváveis, matérias-primas e riquezas minerais (FONSECA, 2011).

É interessante observar, na cartografia, essa representação. No mapa abaixo, de João Teixeira Albernás, o Velho, de 1626, a representação da suposta Serra das Esmeraldas está em um local quase misterioso, para além dos rios conhecidos, atrás das montanhas, de difícil acesso, ao fundo, bem no canto do mapa, nos limites do seu desenho. No terreno real, a Serra

⁴⁴ Importante lembrar que aqui não estamos nos referindo ao conceito atual de sertão, como uma área de domínio fitogeográfico do semiárido brasileiro. Essa significação ainda não existia no período da colonização.

das Esmeraldas também estaria no limite do mundo conhecido, sem mesmo uma indicação precisa de localidades próximas ou pontos de referência.⁴⁵



FIGURA 36 - Demonstração da capitania do Espírito Santo até a ponta da Barra do Rio Doce. Indicação nossa da Serra das Esmeraldas pelo círculo vermelho

Autoria: João Teixeira Albernás

Data: 1626-1627

Fonte: COSTA, 2004, p. 48.

⁴⁵ Além da representação gráfica da Serra das Esmeraldas observe, no canto inferior esquerdo do mapa, em forma de legenda, a descrição de um roteiro para se chegar a ela: “Mostrace pelo rio Doçe o caminho q se faz pera a Serra das Esmeraldas, pasando o rio Guasiçi e maes avante das cachoeiras o rio Guasiçimiri e maes avante como se entra no rio Una e delle caminhando pouca terra se entra na lagoa do ponto E da qual desembarção e sobe a Serra das Esmeraldas tudo cõforme a viagem q fez Marcos dazevedo”. Ver ALBERNAS, João Teixeira. Demonstração da capitania do Espírito Santo até a ponta da barra do Rio Doce. [1626-1627]. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Reproduzido em: MORENO, Diogo de Campos. Livro que dá razão do Estado do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1968. p. 25 em: Delvaux (2010).



FIGURA 37 - Detalhe do mapa “Demonstração da capitania do Espírito Santo...” com a Serra das Esmeraldas grifada de vermelho

Autoria: João Teixeira Albernás

Data: 1626-1627

Fonte: COSTA, 2004, p. 48.

O sertão, portanto, possui uma fronteira móvel. É um contínuo vir a ser. À medida que o povoamento ocorre, o sertão converte-se em território, sendo também um espaço de indefinição temporária (ROMEIRO, 2005; STRAFORINI, 2007; FONSECA, 2011). Assim, ainda que essa ideia de espaço vazio não tivesse correspondência na realidade, já que o território era densamente habitado por vários povos indígenas, vemos que a perspectiva da terra virgem e inexplorada foi a que dominou a mentalidade dos primeiros colonizadores. Tanto que as sucessivas descobertas minerais que ocorreram de fins do século XVII em diante não arrefeceram o imaginário colonial dos locais ricos em tesouros inimagináveis, mas foram mudando de lugar ao longo do tempo. Portanto, o sertão pode ser definido “simultaneamente como a realidade que preexiste ao território e como a fronteira, indefinida e movente, deste último” (FONSECA, 2011, p. 55).

Diante dessa mentalidade, entradas e bandeiras foram empreendidas com o fim de descobrir essas riquezas, bem como continuar o empreendimento do apresamento de índios. É importante destacar que no princípio do século XVIII era mais lucrativo apresarem índios do que procurar ouro (SOUZA e BICALHO, 2000).

No século XVII o nome “Bandeira” foi dado às expedições não oficiais de apresamento de indígenas e procura dos metais e pedras preciosas. No século seguinte a designação incorporou também as expedições oficiais, que eram chamadas “Entradas”. Eram organizadas em um estilo militar, sendo comandadas por um cabo de tropa que reunia tanto funções civis quanto militares. Essas expedições usavam também indígenas “mansos” que eram usados como batedores de caminho. Muitas vezes as famílias iam juntas além de outras pessoas como “vadios” que acompanhavam as bandeiras. Elas poderiam ser compostas de dez até cem

peessoas. Viviam de frutos e animais silvestres e do que encontravam pelo caminho; iam plantando roças para ter mantimento e quando o alimento acabava atacavam as aldeias indígenas. Essas roças também contribuíram para o estabelecimento de locais de parada. A princípio faziam construções precárias, mas, ao final, foram se tornando locais importantes e estratégicos dos caminhos (cf. BOTELHO, 2003, verbete “bandeira”).⁴⁶

Para a região em estudo destacamos a bandeira de Fernão Dias Pais que estava acompanhado de seu filho Garcia Rodrigues Pais, Manoel da Borba Gato e o Capitão Matias Cardoso. Por determinação de D. Pedro, Regente do Reino de Portugal e Algarves, ela partiu em 1674, com o objetivo de encontrar o Sabarabuçu. Em sua jornada, passaram pelo Vale do Paraíba, atravessaram a Mantiqueira e alcançaram a região da atual Sabará/MG. Porém, não encontraram o Sabarabuçu. Assim, prosseguiram mais ao norte e foram encontrar pedras verdes na região do que hoje conhecemos como Itacambira/MG. Para comprovar tais achados foi organizada a expedição de D. Rodrigo de Castelo Branco que partiu em 1681, de São Paulo, encontrando-se com a bandeira anterior chefiada por Borba Gato, devido à morte de Fernão Dias (COSTA, 2005).

Essas bandeiras consolidaram⁴⁷ o Caminho Geral do Sertão ou Caminho de São Paulo para as Minas. Ele tornou-se o principal caminho oficial da colônia, até princípios do século XVIII, pois era o único a fazer a ligação entre as regiões a norte e aquelas situadas a sul, indo de São Paulo até o Rio São Francisco (RENGER, 2007)⁴⁸.

Essa constituição dos caminhos está ligada ao surgimento e/ou consolidação de povoados que, depois, vieram a se tornar vilas e cidades. Isso porque, nessas expedições, os bandeirantes procuravam locais acessíveis e estratégicos onde pudessem descansar as tropas. Assim, ranchos improvisados eram construídos. Outro costume era plantar roças ao longo do caminho para que, na volta, pudessem ter alimento para reabastecer o grupo. Dessa forma, várias localidades foram surgindo, tornando-se núcleos de povoamento. Se, por um lado, a abertura de caminhos foi essencial para a formação desses núcleos, por outro, locais já

⁴⁶ Costa (2005, p. 43) define como entradas as expedições oficiais baianas e as bandeiras seriam as expedições paulistas.

⁴⁷ É difícil afirmar, com certeza, pela pouca documentação histórica e evidências arqueológicas, se as bandeiras originaram os caminhos coloniais ou consolidaram antigas trilhas indígenas já existentes. Há alguns estudos que têm partido da segunda perspectiva (cf. ABREU, 1960; VENANCIO, 2000; HOLANDA, 2017) e é a que consideramos mais provável.

⁴⁸ Posteriormente, este caminho deu origem ao Caminho da Bahia ou Caminho dos Currais do Sertão do São Francisco (ver SANTOS, 2010) e desenvolverá uma ligação com o citado Caminho das Tropas, aberto em 1731, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul (HERBERTS, 2009).

conhecidos e habitados funcionaram como atrativos para que estradas e caminhos passassem no seu entorno (ALMEIDA, 2012).

Como exemplo dos itinerários que foram consolidados ao longo dos anos vale citar o primeiro texto a fazer referência ao Caminho de São Paulo para as Minas: o roteiro de Antonil, já citado parcialmente no capítulo anterior. Sua primeira edição é de 1711 e ainda que ele mesmo não tenha passado pelo caminho, as informações do trajeto são precisas, ainda que não detalhadas:

Do Rio Grande se vai em cinco ou seis dias ao rio das Mortes, assim chamado pelas que nele se fizeram, e esta é a principal **estalagem** aonde **os passageiros se refazem**, por chegarem já muito faltos de mantimentos. E, neste rio, e nos ribeiros e córregos que nele dão, há muito ouro e muito se tem tirado e tira, e o lugar é muito alegre e capaz de se fazer morada nele estável, se não fosse tão longe do mar. Desta **estalagem** vão em seis ou oito dias às plantas de Garcia Rodrigues. E daqui, em dous dias, chegam à serra de Itatiaia. Desta serra seguem-se dous caminhos: um, que vai a dar nas minas gerais do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, e outro, que vai dar nas minas do rio das Velhas, cada um deles de seis dias de viagem. E desta serra também começam as **roçarias de milho e feijão**, a perder de vista, donde se provêm os que assistem e lavram nas minas (ANTONIL, 1982, p. 183. Grifos nossos).

Antonil destaca dois elementos importantes nas viagens pelos caminhos: a existência de estalagens⁴⁹ e de roças. Ambos os elementos estão intimamente interligados a ponto de um não existir sem o outro, já que a estalagem poderia prover o viajante de mantimentos. Essas roças contribuíram para a formação de locais de parada, que no início seriam provisórios e precários, mas foram consolidados ao longo do tempo a ponto de se tornarem importantes e estratégicos, sendo o início de futuras vilas e cidades (BOTELHO, 2003).

A concentração de pessoas na principal região mineradora de Minas de fins do seiscentos foi tão grande que logo as dificuldades de abastecimento de víveres ficaram evidentes com as duas principais crises de fome nos anos iniciais da exploração mineral: uma em 1697-98 e outra em 1700-01. A Coroa percebeu que era preciso regular a questão da produção e abastecimento de alimentos nas Minas, concedendo sesmarias destinadas ao cultivo da terra e impondo ao sesmeiro a obrigatoriedade de ocupá-la com gado e cultivos num período de até três anos, sob pena de perda da posse (GUIMARÃES e REIS, v. 1, 2007). Assim, as roças também mostram que um grande contingente populacional se dedicou a essa atividade. Ainda que a população mineira fosse inconstante em termos da sua localização, já que as

⁴⁹ Neste momento ainda não estamos preocupados com o conceito preciso de estalagem. Presumimos que não se deve entender este conceito de Antonil, de fato, como uma casa pública onde os viajantes se hospedam por determinado preço, pois talvez ele não estivesse muito preocupado com essas nomenclaturas e qualquer local de parada (um rancho, uma venda, uma fazenda ou pousada/estalagem) pode ter sido denominado “estalagem”. Sendo assim, preferimos que se entenda no momento como local de parada.

peessoas mudavam para outros locais à medida que as lavras esgotavam, o fluxo populacional era muito grande, o que fez com que desde os períodos iniciais da colonização a agricultura se desenvolvesse fortemente em Minas Gerais⁵⁰. Isso contribuiu para a diversificação da economia, e para a intensificação do povoamento.

Outra lógica presente nos escritos de Antonil é a de que as estalagens foram se estabelecendo logo que se percebeu a abundância de ouro na região, pois os mercadores começaram a mandar para as Minas o melhor que havia nos navios do Reino e também em navios vindos de outras partes, todo o tipo de mantimentos, vestimentas, além de “bugiarias de França” (ANTONIL, 1982, p. 169).

Percebe-se que o movimento de penetração no interior foi impulsionado pelas próprias descobertas minerais, que acabaram por embasar um complexo processo que foi o do surgimento e consolidação de cidades, bem como de fluxos comerciais (FONSECA, 2011).

Nos períodos iniciais da colonização, especialmente nas áreas de descobertas minerais, dois termos eram muito usados para se referir aos locais de povoamento dos primeiros mineradores: arraial e rancho. As duas palavras eram usadas em Portugal para designar acampamentos militares, mas ganharam novas conotações na Colônia. Em fins do século XVII o termo arraial designava os pousos e roças que os bandeirantes criaram ao longo de suas trilhas. Após a consolidação dos caminhos e das descobertas minerais esses pontos passaram a reunir agricultores e comerciantes, e ao redor deles se formaram povoados que também eram chamados de arraiais (FONSECA, 2011). O naturalista inglês Charles Bunbury que esteve no Brasil entre 1833 e 1835 observa, curioso, que esta palavra que, segundo ele, significa “acampamento” seja utilizada para designar as “aldeias”. Conclui seu pensamento dizendo que, de fato, era o que elas foram em seus inícios (BUNBURY, 1981, p. 69).

O dicionário de Bluteau e Silva (1789, p. 550)⁵¹ registra que uma das acepções da palavra rancho designava “casa, ou tenda móvel, que se faz pelos caminhos”. Na colônia portuguesa a palavra realmente designava o “galpão rústico”, com um telheiro apoiado sobre suportes de madeira, normalmente aberto nas laterais, que muitos viajantes citam, inclusive em um contexto de Brasil Império (BUNBURY, 1981; FREIRREYSS, 1982; BURTON, 2001)⁵².

⁵⁰ Sobre o tema da agricultura em Minas conferir também Guimarães e Reis (1987).

⁵¹ BLUTEAU, Rafael; SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p. Em: Biblioteca Brasileira Guita e Jose Mindlin. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-portuguesa-recompilado-dos-vocabularios-impressos-ate-agora-e-nesta-segunda-edi%C3%A7%C3%A3o-novamente-emendado-e-muito-acrescentado-por-antonio-de-moraes-silva/?q=rancho>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

⁵² Havia exceções, das quais trataremos mais adiante.

Mas, também, poderia significar qualquer ponto de parada (FONSECA, 2011). Ao que tudo indica, uma parada rápida para um descanso do sol forte, para um almoço durante a jornada, ou uma opção para aqueles que não tinham muito dinheiro para pagar uma hospedagem na venda ou na estalagem. Os ranchos foram as opções preferidas dos tropeiros, pois havia espaço para acomodação de suas cargas, sem muitos custos ou nenhum.

Assim, os pousos e roças que os bandeirantes criaram ao longo de suas trilhas tanto asseguraram sua sobrevivência em trânsito quanto contribuíram para que as trilhas fossem se transformando em caminhos consolidados. Ao mesmo tempo, esses caminhos impulsionaram, devido ao constante trânsito de viajantes e tropeiros, a consolidação dos locais de parada (os pousos e roças), reunindo-se em torno deles comerciantes e agricultores (FONSECA, 2011). Se antes o caráter desses locais era efêmero, passaram a ter maior durabilidade, porque não existiam mais somente em função das atividades minerárias, mas faziam parte do fluxo cotidiano e produtivo dos caminhos. Um exemplo é o fato de que muitos dos fazendeiros que se instalavam às margens dos caminhos viravam vendeiros ou estalajadeiros.

Outro fator importante para a abertura de vias terrestres rumo ao interior da colônia foi o declínio da economia açucareira, pois com a descoberta do ouro em Minas Gerais ocorreu uma mudança do centro econômico do Nordeste para o sudeste da colônia. Dessa maneira, o Rio de Janeiro tornou-se o principal porto colonial. Com o passar do tempo, novas vias foram abertas para atender o crescente fluxo de pessoas e mercadorias que iam e vinham do litoral fluminense para o interior da área mineradora, já que o Caminho do Sertão, ou o Caminho de São Paulo para as Minas tornou-se insuficiente para atender as demandas comerciais. Isso porque, quem ia do Rio de Janeiro à região das Minas Gerais precisava passar por São Paulo tornando a viagem muito longa e cara. As opções eram: ir até o porto de Santos, seguindo daí pelo Caminho do Sertão; ou atravessar a Baía de Angra e, partindo de Parati, trilhar um caminho dos índios Goianases, passando pela Vila do Falcão (atual Cunha/SP) e atravessar a serra do Mar, alcançando o Caminho do Sertão em Guaratinguetá (COSTA, 2005). Ver FIGURA 38 - Mapa esquemático (recorte do Mapa “Caminhos Coloniais no Brasil).



FIGURA 38 - Mapa esquemático (recorte do Mapa “Caminhos Coloniais no Brasil”) Fonte: ALMEIDA, 2012, p. 65.

Em uma visita do governador da capitania do Rio de Janeiro à região das minas, em 1697, com o intuito de conferir as descobertas auríferas, ele utilizou o Caminho de São Paulo, ficando impressionado com a demora da viagem e sugeriu ao rei a abertura de um caminho que fizesse a ligação direta entre o Rio e a região aurífera. A sugestão foi aceita (RENGER, 2007), levando à contratação do já conhecido sertanista Garcia Rodrigues Pais. O contrato foi assinado em 1698 e os custos da construção foram assumidos pelo contratado em troca de algumas mercês. A construção foi iniciada na região da Borda do Campo (atual Antônio Carlos, nas proximidades de Barbacena/MG), onde Garcia Rodrigues já tinha uma roça (BARBOSA, 1979) e onde se interconectavam os caminhos do rio das Mortes, do rio das Velhas e do rio Doce.

Com muitas dificuldades, Garcia Rodrigues conseguiu finalizar a obra em 1706, com a ajuda do seu cunhado, o coronel Domingos Rodrigues.⁵³ Este caminho ficou conhecido como Caminho Novo, em contraposição ao já existente, que passou a ser denominado Caminho Velho. Tornou-se, então, a principal rota para os viajantes que queriam se deslocar do Rio para a região das Minas e vice-versa. O mapa a seguir mostra os traçados do Caminho Velho e Novo, bem como algumas interconexões:

⁵³ O traçado definitivo do Caminho Novo se deu em 1725 com o atalho construído pelo Sargento-mor Bernardo Soares Proença no lugar mais crítico do caminho entre o Rio de Janeiro e o rio Paraíba. Seu novo traçado encurtava ainda mais a viagem ao passar por lugares de topografia mais favorável (BARBOSA, 1979, v. 2). Para mais detalhes sobre a construção do Caminho Novo ver Straforini (2007).

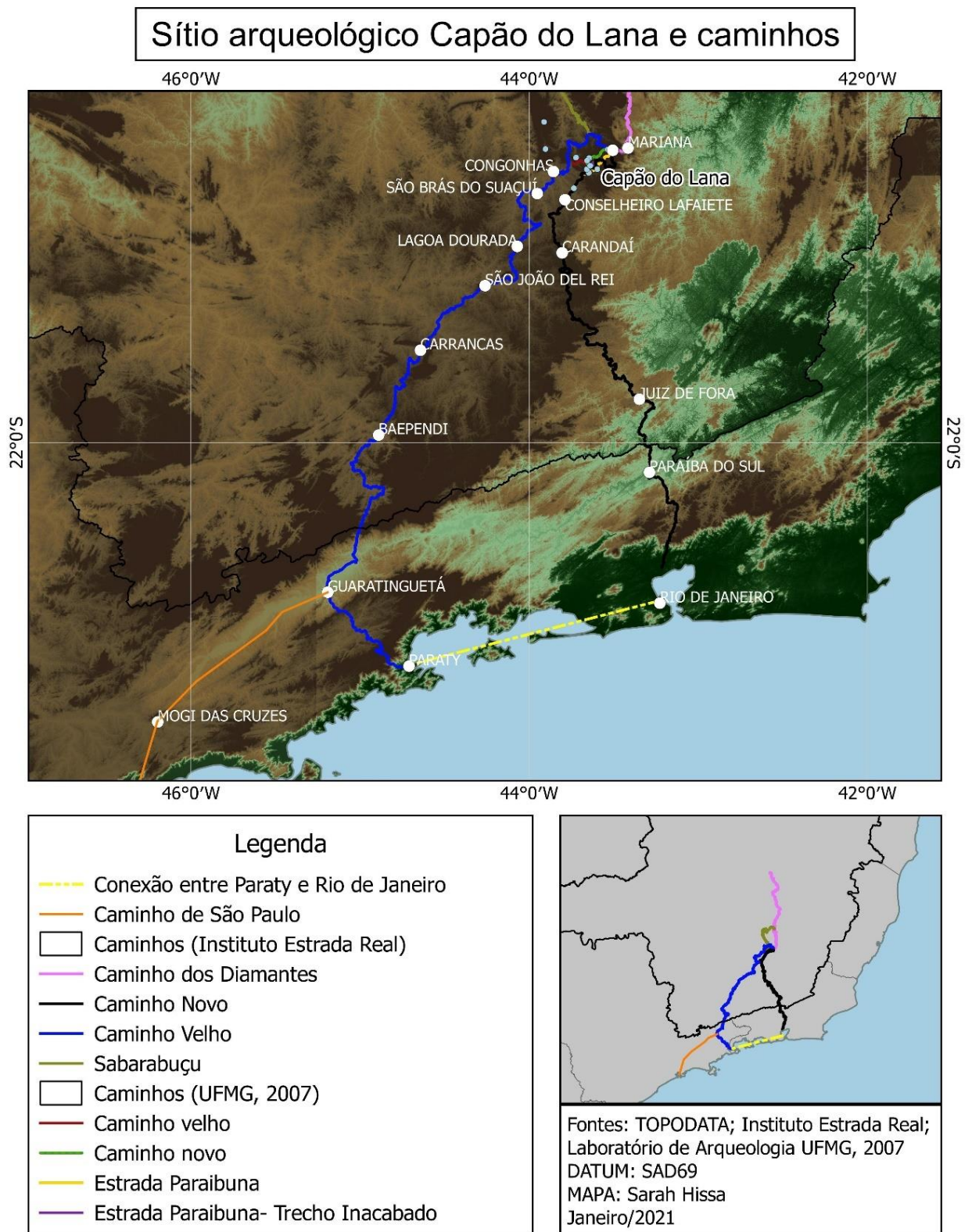


FIGURA 39 - Mapa esquemático dos principais caminhos coloniais no Brasil (região sudeste), com Capão do Lana destacado acima, no Caminho Novo
 Fonte: Elaborado por Sarah Hissa, 2021.

2.1.1 A infraestrutura de pouso dos caminhos

Assim que o Caminho Novo foi construído, a Coroa tratou de tomar providências concretas com relação ao povoamento da via. Era preciso que surgissem, ao longo do trajeto, estabelecimentos de suporte às tropas e viajantes como pousos, ranchos, vendas, hospedarias e fazendas. Como vimos, essa infraestrutura surgiu a partir da própria dinâmica do fluxo dos caminhos, espontaneamente a partir das próprias necessidades dos viajantes. No entanto, ocorreu um movimento oficial de viabilização pela Coroa, e mesmo uma ocupação incentivada através da doação de cartas de sesmarias que também contemplava a questão da ocupação às margens da estrada (ALMEIDA, 2012).

Além disso, a construção e/ou posse desses estabelecimentos era diretamente regulada pela Coroa através de licenças para ter vendas e comercializar produtos. Além de pagarem os impostos devidos, os donos de vendas/tabernas não poderiam estabelecê-las em qualquer lugar.

Alguns documentos guardados no Arquivo Público Mineiro trazem informações relevantes a esse respeito. O primeiro a ser destacado é uma autuação, de seis de março de 1732, contra Joana da Conceição, “preta forra” que possuía uma venda ilegal. Segundo o relato, ela mantinha uma venda na própria senzala onde morava, e onde o meirinho encontrou “uns sacos cheios de [linguiças], dois sacos com cachaça, um pedaço grande [...] de toucinho e por ser certo, [...] e notório que era uma venda pública e que a Negra ali tinha em prejuízo da renda pública.”⁵⁴

Esta autuação foi baseada em um bando de Dom Lourenço de Almeida, de 1722, no qual

Hei por bem proibir que nenhuma // [Fl. 3v] nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição que seja possa ter nos lugares do morro, Ouro Podre, Ouro Fino, Ouro Gueno, Córrego Seco, Rio das Pedras e Campinho nenhuma casta de vendas de seco ou de molhado, ou seja pública ou particular, como também da mesma sorte nenhuma casta de pessoa poderá vender aos negros ou aos brancos qualquer gênero que seja com cominação de que a pessoa que tiver as ditas vendas, ou públicas ou particulares, ou vender por si ou por pessoas de seus escravos qualquer gênero que seja terá um mês de prisão na cadeia desta Vila [...] e somente será prometido que as pessoas moradoras no morro e mais lugares acima ditos possam mandar conduzir para sua casa comestível que acharem mister para seu sustento, porém conduzindo-se pelos seus negros e levarão estes escritos de seus Senhores em que declarem o que levarem os ditos escravos e no caso em que sejam achados sem o tal escrito ficarão incursos na pena referida e os lavradores de milho, feijão, farinha e arroz, poderão levar os ditos gêneros a vender nos ditos lugares não fazendo a venda deles senão por alqueires e o mais miúdo por quartas e não por pratos ou medidas mais pequenas e fazendo o

⁵⁴ Arquivo Público Mineiro. Câmara Municipal de Ouro Preto. Autuação contra Joana da Conceição, preta forra, por possuir venda ilegal. 18/02/1732 (1). Vila Rica. CMOP CX. 03 DOC. 22. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmop/brtacervo.php?cid=106>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

contrário ficarão incursos na dita pena como também se poderá assim a brancos como a negros vender a carne crua e não cozida [...]. (*Idem*).

O documento de autuação de Joana da Conceição informa que a venda ilegal estava “no morro desta Vila”, sem especificar qual deles. Isso nos leva a crer que havia um problema em ter este tipo de estabelecimento nas áreas de morro, possivelmente por nelas ser comum a exploração mineral. No entanto, outros documentos seriam necessários para confirmar tal hipótese.

Um documento de 1779 solicita a expulsão de José Rodrigues da casa em que ele morava no morro do Padre Faria, por manter ali uma taberna ilegal. A solicitação foi feita pelos “moradores do Alto da Cruz até o fim de Água Limpa desta Vila e Homens Mineiros do Morro do Padre Faria [fl. 1]”⁵⁵. As vendas e tabernas eram proibidas não só nos ditos morros, mas também em locais afastados das vias públicas, já que davam oportunidade para comportamentos indesejados pela Coroa e pelos mineiros, por parte de seus escravos:

[é proibido ter casas de negócios] e não somente naquele Sítio, mas em qualquer outro que seja **fora de rua pública**, especialmente contíguos ou vizinhos ao referido morro por serem prejudiciais com grande dano aos moradores da rua donde perceber o Real Erário, e este Senado, e Conveniência; **e da mesma sorte são prejudicados os referidos Mineiros e todos os mais em seus escravos, pelo retiro em que se acham, muito próprio ao gênio dos tais escravos os seus desordenados vícios e costumados distúrbios, e por isto justa proibição de tabernas em semelhantes paragens [...]** (*Idem*, fl. 2. Grifos nossos).

A solução exigida era que José Rodrigues mudasse seu negócio para uma rua pública, o que, de fato, aconteceu, tendo se mudado para a “rua do Salé”. Ao que parece, o local onde mantinha a venda/taberna⁵⁶ era alugado de uma “crioula forra” chamada Rita Velosa, que também foi notificada a que não alugasse mais as casas para funcionamento de vendas (fl. 5v.).

Esse tipo de “problema” parece ter sido a tônica em todo o século XVIII e, inclusive no XIX. Em quinze de setembro de 1804, Francisco Gonçalves de Araújo, capitão do distrito da Ermida do Senhor Jesus dos Perdões do Curalinho, no termo da Vila de São José,⁵⁷ fez um requerimento solicitando autorização para fechar duas vendas:

em lugares remotos desviados do Arraial da Lagoa Dourada⁵⁸ e fora de todas as estradas, mal pagando os Direitos Régios, **servindo só estas de refúgio a todos os vadios** de toda a circunvizinhança e **também para os negros fugidos** por serem

⁵⁵ Arquivo Público Mineiro. Câmara Municipal de Ouro Preto. Solicitação da expulsão de José Rodrigues, da casa que ocupava no Morro do Padre Faria, por manter ali uma taberna ilegal. 04/09/1779 (1). Vila Rica. CMOP CX. 53 DOC. 39. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmop/brtacervo.php?cid=3355>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

⁵⁶ No documento foram utilizadas as duas nomenclaturas.

⁵⁷ Atualmente, Tiradentes/MG.

⁵⁸ Atualmente Lagoa Dourada/MG, localizada na mesorregião do Campo das Vertentes.

situadas estas ao pé de uma espessa mata donde costumam a fazer vários roubos e vivendo sem temor de Deus, nem das Justiças de Sua Alteza Real como também aqueles já ditos escravos costumam convidar para aquele conciliábulo todas as Negras quitadeiras que podem achar, tanto forras como cativas, para se acharem naquele lugar; [...]. (*Idem*, fl. 1. Grifos nossos.)⁵⁹

Nesses documentos a preocupação era o desvio do trabalho escravo, bem como a não arrecadação dos impostos, além de servir como refúgio de escravizados em fuga. O capitão chega a comparar as duas vendas a uma das principais formas de subversão da ordem escravista, o quilombo, que supostamente teria gerado temor nas “pessoas brancas” que então evitavam passar pelo local:

não tem outra diferença senão o serem dois famosos **Quilombos** donde não há outro comércio mais do que os daquelas pessoas acima referidas que **pessoas brancas se temem chegar** ao já dito lugar pela grande lassidão com que vivem e as muitas desordens que tem havido entre os mesmos e outros [...] (*Idem, ibidem*. Grifos nossos).

O capitão também se admirava de que as vendas sempre estavam providas de carne seca de gado *vacum*, que servia de alimento aos foragidos, sem que isso lhes custasse dinheiro.

Como mostram esses documentos, esses estabelecimentos careciam de licenças regulatórias. Além disso, eles poderiam ser utilizados para descaminhos dos impostos devidos à Coroa, além de propiciarem a perturbação da ordem e o desvio dos escravizados de suas atividades, chegando ao ponto, possivelmente, de ameaçar a ordem escravista, caso não fosse controlado.

Mas essas vendas não eram apenas casas de comércio. Elas também podiam cumprir a função de dar hospedagem a viajantes, conforme temos mencionado. E além delas, havia estruturas que também cumpriam essa função das quais passaremos a falar com mais detalhes.

Com o objetivo de caracterizar melhor essas estruturas de pouso, optamos por utilizar a literatura de viagem do século XIX. Após as descobertas auríferas, a vinda de estrangeiros foi proibida pelo governo português que tinha o objetivo de controlar as riquezas e informações acerca da sua Colônia. Mas, no princípio do século XIX, com a vinda da família Real e a abertura dos portos, o país recebeu uma leva de estrangeiros de diversas ocupações e nacionalidades, muitos deles interessados em empreender viagens pela região, deixando relatos escritos, normalmente publicados em seus países de origem (ALMEIDA, 2012).

⁵⁹ Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial). Requerimento do capitão do distrito da ermida do Senhor Bom Jesus dos Perdões do Curralinho, pedindo autorização para fechar duas vendas pertencentes a negros forros e quartados, herdeiros de seus antigos senhores, cujas vendas situam-se em lugar afastado e são frequentadas por negras quitadeiras, vadios e negros fugidos que nelas se abastecem. 19/01/1804. Vila Rica. SG - CX. 59 - DOC. 26. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=5227>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

Os relatos dos viajantes oitocentistas são fontes importantes, pois trazem informações de diversas naturezas que ajudam na compreensão de diferentes temáticas, em especial das vias de comunicação. Afinal, faziam suas viagens, principalmente, pelas estradas oficiais, utilizando os meios de transporte da época (animais, carroças, liteiras etc.) ou a pé. Coletavam não só informações de interesse pessoal (como as que se referiam aos seus interesses científicos, por exemplo) como também impressões acerca da sociedade, da economia, dos impactos culturais que sofreram, dentre outros aspectos, revelando um constante contato com os costumes e o cotidiano no Brasil. Também, em suas viagens, usufruíram das estruturas de pouso dos caminhos, ou acamparam quando elas não estavam disponíveis. A iconografia produzida pelos viajantes também foi uma rica fonte de informação dessa infraestrutura e sobre os usos e costumes das tropas, bem como os modos de viajar.

Fazer uma tipologia das estruturas de pouso a partir dessa fonte não é uma tarefa fácil, apesar de esta ser a primeira impressão, já que os viajantes foram testemunhas oculares dos lugares pelos quais passaram. No entanto, as opiniões sobre os ranchos, vendas, pousadas, estalagens, estão longe de serem homogêneas, bem como sobre a hospitalidade, recebida ou não, e os preços cobrados. Além disso, faltam informações, pois nem todos os viajantes se preocuparam em registrar o nome e as características do local, se foram bem recebidos, se pagaram ou não, qual valor pago, se havia mantimentos ou outras provisões. Muitas vezes um viajante caracteriza certos lugares e outros não, ao longo de sua viagem.

Dois desses viajantes, o reverendo inglês Robert Walsh, que esteve no Brasil entre 1828 e 1829, e o explorador e orientalista britânico Richard Burton, que esteve em terras brasileiras em 1868, se preocuparam em estabelecer uma tipologia dos locais de parada, inclusive para ajudar os demais que quisessem se aventurar por essas terras. Interessante notar que suas classificações são semelhantes, com variações pouco significativas, sendo que podemos considerar que o relato de Burton complementa o de Walsh. Por este motivo, consideramos usar, praticamente a mesma nomenclatura⁶⁰ e caracterização nesta pesquisa, com algumas ressalvas que serão apresentadas (WALSH, 1985, p. 23; BURTON, 1976, p. 136 e 137):

⁶⁰ Na consulta à versão inglesa, é digno de nota que Burton, ao fazer sua caracterização, utiliza os nomes em português: “pouso”, “rancho”, “venda”, “estalagem ou hospedaria”. Cf. BURTON, 1869, v. 1, p. 101-103. Disponível em: <<https://burtoniana.org/books/1869-Explorations%20of%20the%20Highlands%20of%20Brazil/explorationsofhi01burt.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2023. Da mesma forma acontece com o original de Walsh. O autor usa as palavras em português para fazer sua caracterização, traduzindo-as para o inglês: “rancho”, “venda”, “estalagem” e “fazenda”. Cf. WALSH, 1830, v. 2, p. 6. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18060>>. Acesso em: 21 set. 2023.

1. **Acampamento:** é o nome que preferimos usar nesta pesquisa e que Burton chama de “pouso”. É o tipo de parada mais simples, um terreno onde os tropeiros acampavam, montavam suas estacas para improvisar alguma cobertura, davam água aos animais, muitas vezes passando a noite ao relento. Poderia ou não haver alguma estrutura de apoio por perto como venda ou rancho. Se não houvesse um local para comprar mantimentos, era comum que praticassem a caça. Seria uma acomodação que quase não deixaria vestígios arqueológicos, a não ser que fossem locais recorrentemente utilizados. Assim, haveria vestígios de fogueiras e restos zoológicos;
2. **Rancho:** um local coberto, geralmente comprido, que poderia ou não ter uma varanda e divisões internas de pau-a-pique. Ali os tropeiros descarregavam os animais, deixando-os soltos no pasto, acendiam fogueiras, descansavam as tropas. No entanto, ainda que tivesse uma cobertura, dava pouca proteção contra as intempéries pelo fato de, geralmente, serem abertos nas laterais. Havia exceções como os ranchos que possuíam um fechamento lateral, especialmente os localizados em altitudes maiores para proteção contra os ventos frios.⁶¹ Os ranchos poderiam pertencer a fazendas ou não e era muito comum ter uma venda por perto;
3. **Venda:** espécie de mercearia/empório onde se vendia de tudo: vela, livros de missa, comida, fumo, dentre outros. No geral, ela possuía um quarto mobiliado com o básico: uma cama, uma mesa, uma cadeira e uma gamela para o viajante se lavar. Aqui, poderia ou não ser cobrada a estadia dos viajantes, mas, normalmente, o que se cobrava era o consumo dos alimentos e outros produtos comprados na venda;
4. **Estalagem** ou **hospedaria:** seria um estabelecimento voltado para o acolhimento de viajantes, cobrando determinado preço (diária ou pernoite). As estalagens contavam com quartos, normalmente com duas camas (poderia haver até mais por quarto) e, às vezes, uma cadeira. Os colchões das camas poderiam ser feitos de palha de milho (mais comum) ou couro de boi amarrado fortemente

⁶¹ Pohl fala de um “rancho murado” no arraial de São João. De todo modo, ele não protegeu os viajantes da chuva forte que caía (POHL, 1976, p. 366). Saint-Hilaire (1938) também comenta que nas regiões mais altas costumava-se construir muros nos ranchos para a proteção das tropas e mercadorias. Aliás, essa foi uma constante reclamação dos viajantes que não encontravam abrigo das chuvas e frio nos ranchos.

na estrutura da cama. Raramente os quartos tinham uma mesa. Essas estruturas dispunham de alimentação para o viajante, como café da manhã, almoço e jantar, sendo que tudo era cobrado, o que fazia os viajantes reclamarem muito dos preços altos;

5. **Hotel:** esta categoria apresenta estruturas e objetivos bastante similares à anterior, mas preferimos separá-la por ter sido mencionada de maneira específica por alguns viajantes. Parece que os hotéis estariam mais ligados aos centros urbanos;⁶² e,
6. **Fazenda (e casa):** local onde o viajante era acolhido na própria residência do fazendeiro, às vezes em nome da hospitalidade, ou apenas cobrando os alimentos consumidos e aproveitando para dar saída aos seus produtos. Muitas fazendas grandes possuíam seu rancho e venda já com o fim de acolher os viajantes. Mas, quando nos referimos à fazenda, indicamos a situação em que o hóspede fica na casa do próprio fazendeiro.

Temos aqui, portanto, dois grupos: os pousos públicos e os particulares. O primeiro grupo refere-se aos estabelecimentos edificadas com o fim de dar acolhida a viajantes, como o rancho, a venda, a estalagem/hospedaria e o hotel, sendo cobrado pelo serviço, seja da alimentação, seja da hospedagem ou de ambos. A única estrutura pública em que, normalmente, não era cobrada a estadia era o rancho. Já os pousos particulares são as casas e as fazendas, onde o viajante conta com a hospitalidade do proprietário, que muitas vezes não cobrava pela acolhida. O acampamento não se encaixa nessas categorias, por não ser propriamente um estabelecimento, mas um local improvisado pelo próprio viajante.

Em resumo, os **Acampamentos** seriam qualquer local, com nenhuma ou pouquíssima infraestrutura, onde se acampava improvisadamente; os **Ranchos** eram locais que ofereciam uma cobertura aos viajantes para que não ficassem ao relento; as **Vendas** eram uma espécie de taberna⁶³, que poderia vender de tudo ou não e poderia ou não oferecer um ou mais quartos para pernoite; a **estalagem/hospedaria** e o **hotel** ofereciam serviço de quarto individual ou compartilhado e alimentação, no estilo diária de hotel, como conhecemos. Uma diferença que

⁶² Discutiremos um pouco dessas diferenças no capítulo seguinte. Os viajantes que utilizaram a nomenclatura “hotel” foram Walsh (1985), North (2001), Warming (2006) e Tschudi (2006, v. 1). Apesar de parecer anacrônico, o termo existe desde o século 13, vindo do latim *hospitale*, “casa para hóspedes”. Daí também surgiu as palavras *hospital* e *hospício*. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/o-hotel-o-hospital-e-o-hospicio/>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

⁶³ Cf. Bluteau; Silva (1789, p. 515), onde uma das acepções é “taberna onde se vende”.

notamos entre as estalagens/hospedarias e os hotéis é que os últimos parecem estar mais relacionados ao contexto urbano e os outros ao contexto rural; as **Fazendas** ou **Casas** poderiam ou não ter a infraestrutura de viagem (ranchos e vendas), estando, em grande medida ligadas mais à hospitalidade dos proprietários.

Essa classificação nos ajuda a compreender, também, diferenças na oferta de comodidade encontrada pelo viajante. No entanto, como veremos adiante, a ideia de que a estalagem seria mais confortável do que um acampamento precisa ser relativizada, pois muitos foram os viajantes que preferiram ficar ao relento ou em um rancho do que se hospedar em uma venda ou estalagem, devido às precárias condições das mesmas, atreladas aos altos preços.

Para esta pesquisa foram consultados 21 viajantes⁶⁴, no período de 1809 a 1886, sendo que relacionamos 340 paradas de viagem⁶⁵. Dessas paradas a maior parte dos viajantes optaram pela hospedagem em fazendas (63), sendo que três dessas fazendas possuíam seu próprio rancho, mas os viajantes ficaram na casa do próprio fazendeiro. Acreditamos que o número de fazendas com ranchos seja bem superior, mas, no caso, dependemos das informações disponibilizadas pelos próprios viajantes e, como alertamos anteriormente, nem sempre as informações são claras e completas, quando não ausentes.

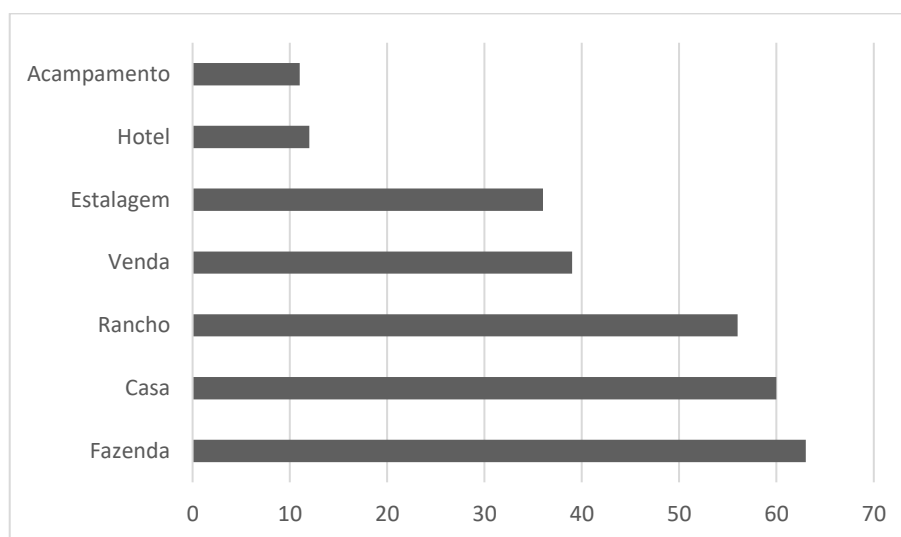


GRÁFICO 1 - Preferências de hospedagem dos viajantes do século XIX

Fonte: Elaborado pela autora.

⁶⁴ Aqui excluímos Antonil, por nunca ter estado em Minas Gerais, como já dito. De fato, é interessante notar que suas informações sobre as paradas não são tão descritivas. Assim, suas informações não foram utilizadas nessa análise.

⁶⁵ Dessas 340 em 27 delas o viajante não informou o tipo de parada, muitas vezes não informando nem o nome da localidade.

A segunda hospedagem na ordem de preferência são as casas (60), que diferenciamos das fazendas por não serem unidades produtivas, mas que poderiam ter apenas uma pequena criação ou plantação para consumo próprio. Dessas casas, duas delas possuíam vendas próximas e em quatro delas havia ranchos. Tanto no caso das fazendas quanto no das casas, os viajantes contaram com a hospitalidade dos proprietários que os levaram para dentro de suas próprias residências.

Posteriormente, aparecem os ranchos (56), sendo que onze deles estavam conjugados a vendas e um a uma fazenda, mas consideramos os casos em que o viajante ficou no rancho. É bem provável que este número seja maior, pois os próprios viajantes europeus colocam os ranchos como os locais de preferência dos tropeiros, por ser uma hospedagem normalmente sem custo e por possibilitar acomodar toda a tropa com suas mercadorias.

Em quarto lugar aparecem as vendas (39) e depois as estalagens (36). Há apenas uma menção a uma hospedaria com uma venda. Na categoria estalagens reunimos os estabelecimentos que os viajantes chamaram de pousada, hospedaria e albergue. Essas últimas nomenclaturas, em especial a última, foram as menos utilizadas por eles. Diferenciamos as estalagens dos hotéis (12), pois consideramos essa uma nomenclatura muito específica e mais ligada ao espaço urbano, conforme já mencionamos.

Por fim, aparecem os acampamentos ao ar livre, com onze ocorrências, tendo sido a opção menos utilizada, aparentemente apenas quando não havia nenhuma alternativa. É sempre importante lembrar que estamos tomando como base os relatos dos viajantes europeus. Logo, acreditamos que essas preferências de hospedagem estão intimamente ligadas à bagagem sociocultural do viajante, ainda que limitada às ofertas encontradas.

Além desses principais tipos de pouso citados no GRAF. 1, é preciso mencionar outros que aparecem nos relatos. Primeiramente, destacamos duas tabernas (SILVA, v. 1, 1997; BURTON, 2001) e duas “casas de pasto” (FREIREYSS, 1982; TSCHUDI, v. 1, 2006). Ainda que isso possa ter sido uma confusão de nomenclatura por parte dos viajantes, se destacam por não serem os nomes mais usados⁶⁶. Conforme já vimos anteriormente, na própria documentação histórica a nomenclatura desses estabelecimentos não é clara. Por esses motivos, apesar de termos destacado essa diferenciação aqui, não vamos trabalhar com ela, considerando venda, taberna e casa de pasto na mesma categoria.

Outra modalidade que não reunimos acima, mas que é interessante mencionar, são os acampamentos improvisados (quatorze), onde os viajantes não acampam ao ar livre, mas

⁶⁶ Charles Bunbury (1981), por exemplo, coloca as vendas e tabernas como sinônimos.

usaram a estrutura de locais abandonados como engenhos de fazendas, cabanas às margens da estrada e até uma capela que estava em reforma. Em outros locais (sete) o viajante ficou em espaços conjugados como fazenda e venda, forja e rancho, rancho e venda, mas não informou exatamente onde se hospedou. Por fim, outros lugares excepcionais (dezoito), ou seja, lugares que foram exceção nos relatos, funcionaram como hospedagem, sendo o caso de uma chácara, uma quinta, Registros (quando não havia outras opções por perto), um quartel e até o palácio presidencial, como foi o caso de Langsdorff (SILVA, 1997, v. 1), quando esteve em Ouro Preto e lá hospedou-se quando era presidente da província José Teixeira da Fonseca Vasconcelos. Muito provavelmente essa estadia estava ligada à sua posição proeminente de cônsul. Nesse parágrafo, reunimos as exceções que não representam o cotidiano das viagens, mas mostram também a variedade de opções e a criatividade dos viajantes.

Considerando a totalidade dos números apresentados acima, os modos de hospedagem particulares, ou seja, as fazendas e casas, apareceram em grande número, ainda que não a maioria. Em grande medida foram utilizadas também pela ausência das estruturas de hospedagens públicas como os ranchos, as vendas e as estalagens. Como já salientado, muitas fazendas, e até casas, tinham seus ranchos e vendas, no entanto, observamos os casos em que o viajante se abrigava na própria casa do dono, conforme mencionado acima.

Infelizmente, poucos foram os viajantes que falaram sobre momentos de sociabilidade nas casas e fazendas. Dos relatos, apenas três informaram momentos de conversas e/ou bebendo vinho com os proprietários.

2.1.2 Os Ranchos

Em relação às hospedagens públicas, os ranchos foram os mais comuns e populares, geralmente sem custo para o viajante. Mas, em grande parte das vezes elas localizavam-se próximas das vendas, justamente para dar saída aos produtos dos proprietários dos ranchos. Warming informa que isso fazia com que o viajante tivesse uma espécie de “obrigação moral” de comprar do dono, os víveres de que necessitava (WARMING, 2006, p. 44).

Os viajantes deixaram também uma rica iconografia, além dos relatos escritos. Através dela é possível visualizar a realidade concreta vivida nas estruturas de pouso, como no caso das imagens a seguir.

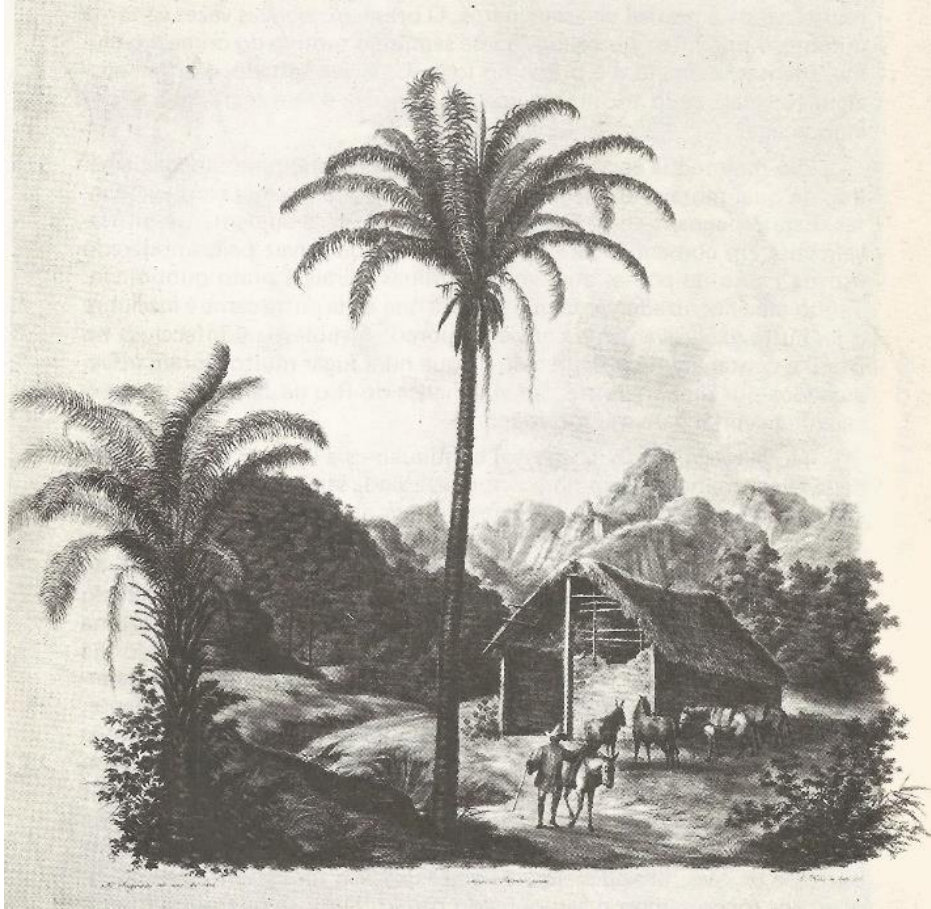


FIGURA 40 - Rancho à beira da estrada
Autor: Rugendas
Data: 1823
Fonte: FREIREYSS, 1982, p. 35.

Neste desenho de Rugendas, note o rancho com fechamento lateral. O teto é de palha e as laterais parecem estar vedadas pela técnica do pau a pique, mas não é possível afirmar. O rancho parece ter sofrido um desmoronamento na parte da frente e a quebra é bastante irregular, o que nos remete a uma arquitetura de barro.



FIGURA 41 - Rancho nas proximidades da Serra do Caraça⁶⁷

Autoria: Não identificada⁶⁸

Data: c. 1823 a 1831

Fonte: COSTA, 2005, p. 213.

Nesta imagem vemos o rancho ocupado por uma tropa. As mercadorias estão abrigadas no interior da construção e ao fundo vemos dois homens ferrando um cavalo, enquanto outros, no centro da imagem, preparam a refeição em um caldeirão pendurado em um tripé. O rancho é bem simples, com cobertura de palha e possui a armação de madeira. A venda está bem ao lado do rancho, na extremidade direita da imagem. Pode-se ver um homem negociando suas mercadorias, ao que parece algumas garrafas de bebida à mostra. Interessante notar a presença feminina representada pela quitandeira ou “negra de taboleiro” já referida na documentação citada anteriormente.

O médico e naturalista escocês George Gardner, que esteve no Brasil entre 1836 e 1841, relatou que se cobrava pela estadia nos Ranchos:

Pela acomodação o proprietário cobra quatro vinténs (cerca de dois pence) por noite a cada tropeiro. Junto do rancho, tem ele uma venda grande para fornecer provisões e

⁶⁷ Livre tradução de “Rancho unweit der Serra do Caraça”.

⁶⁸ Costa (2005) não coloca uma autoria clara, mas a gravura faz parte do livro de Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*.

milho e subentende-se que os tropeiros aí compreem o de que precisam para si, seus homens e as mulas (GARDNER, 1975, p. 214).

Ele foi o único viajante consultado que citou a cobrança de valores, o que pode ser um indício de que a cobrança pela estadia nos ranchos seria uma exceção e não uma regra.

Mencionamos que a preferência nos relatos de viagem pelo rancho ao invés das vendas e estalagens pode ser pela ausência delas, porém, Warming (2006) traz uma informação relevante ao valorizar o rancho colocando-o como preferível ao hotel, conforme se pode ver:

Completadas 2 ou 3 léguas [da caminhada do dia], em 4 a 5 horas de viagem, a tropa para em um dos ranchos que ficam ao longo da trilha. **O rancho significa tudo para o viajante.** Aqui ele prepara a comida, come e dorme.

O telhado dá proteção contra a chuva, tudo o que é normalmente necessário no clima ameno do Brasil. As inconveniências são os bichos-do-pé [...] e também os bandos de porcos [...] futricando nos restos da cozinha e roubando o milho dos animais. [...] Na maioria dos casos, entretanto, o rancho é melhor do que as **miseras moradas** que, com o nome de “**Hotel**” pintada acima da porta, se oferecem aos viajantes. Essas moradas são frequentemente sujas, cheias de insetos desumanos e têm ainda os telhados e as paredes esburacados, deixando entrar o vento e a chuva. [...]

Ao longo das estradas – frequentemente próximo aos ranchos – encontra-se, de vez em quando, uma **venda**, ou seja, uma loja onde os tropeiros podem adquirir os itens mais necessários. (WARMING, 2006, p. 47 e 48. Grifos nossos).

Warming (2006) mostra que há três principais tipos de estruturas: o rancho, a venda e a estalagem ou hotel. O problema das estalagens/hotéis a seu ver são as condições precárias, fazendo com que os viajantes prefiram o rancho, uma estrutura mais simples e pouco abrigada. Além disso, Warming também cita em outro momento a questão dos valores cobrados nesses estabelecimentos, que seriam caros. É muito comum os viajantes reclamarem dos preços nas estradas principais: tanto em relação à alimentação, quanto em relação à hospedagem. E, ao que tudo indica, a questão reside na injustiça de oferecer um péssimo serviço por um preço exorbitante (cf. MAWE, 1978; Burton, 2001; TSCHUDI, v. 1, 2006).

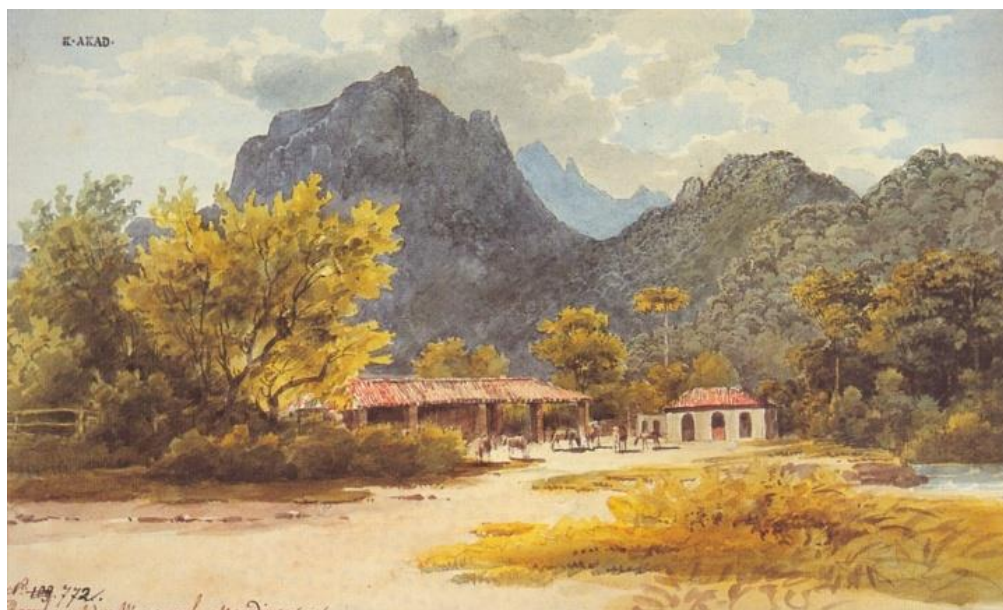


FIGURA 42 - Rancho no caminho para Mandioca⁶⁹
 Autor: Thomas Ender⁷⁰
 Data: c. 1817.
 Fonte: COSTA, 2005, p. 134.



FIGURA 43 - O Rancho da Fazenda dos Negros⁷¹
 Autor: Thomas Ender
 Data: c. 1817.
 Fonte: COSTA, 2005, p. 200.

⁶⁹ Livre tradução de “Rancho auf dem Wege Mandioca”. Segundo Costa (2005) rancho que fica no sopé da serra da Estrela (Rio de Janeiro) no caminho para a Fazenda da Mandioca, nas proximidades do Caminho Novo.

⁷⁰ Pintor austríaco que veio ao Brasil na expedição que acompanhou a arquiduquesa Leopoldina. Ficou menos de um ano no país.

⁷¹ Livre tradução de “Der Ranjo von Fazenda dos Negros”. No caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro.

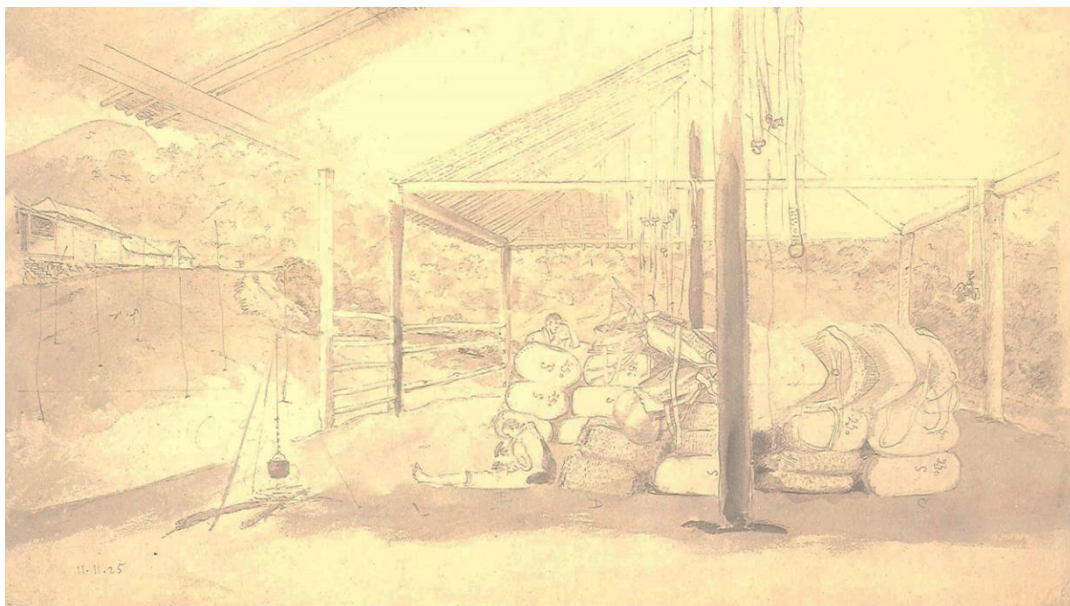


FIGURA 44 - Interior de um rancho próximo ao porto da Estrela
 Autor: William Burchell⁷²
 Data: 11/11/1825.
 Fonte: FERREZ, 1981, p. 69.



FIGURA 45– Repouso de uma caravana⁷³
 Autor: J. M. Rugendas
 Data: c. 1824 a 1825.
 Fonte: RUGENDAS, 1998.

⁷² Botânico e artista amador, inglês, veio na missão diplomática britânica chefiada por Sir Charles Stuart, encarregada de negociar o reconhecimento, por parte de Portugal e da Grã-Bretanha, do recém-independente império do Brasil. Esteve no país de 1825 a 1830.

Nas imagens acima vemos os ranchos ocupados pelos tropeiros e suas mercadorias, normalmente amontoadas no centro da estrutura para protegê-la das intempéries. Bruacas, arreios e cangalhas, os apetrechos típicos das tropas, aparecem nas imagens, bem como os animais, instrumentos musicais e bebidas. Um local propício para a sociabilidade⁷⁴. A ausência de barreiras físicas nos ranchos, como paredes e portas dos quartos poderia propiciar a quebra de barreiras sociais? Ou essa seria uma perspectiva muito otimista? No entanto, a possibilidade de, pelo menos, a amenização dessas barreiras está posta, como veremos adiante. Ainda, é importante mencionar a presença de uma mulher na FIG. 45 no interior do rancho em sua porção direita. Apesar de não ser possível afirmar se ela faria parte da tropa ou se apenas trabalhava nas redondezas (poderia haver uma fazenda ou venda, por perto, como sugerem as construções ao fundo), é digna de nota sua presença.

Dos poucos registros de episódios de sociabilidade que os viajantes relataram a maioria ocorreu nos ranchos e nas vendas. As casas também propiciaram momentos de sociabilidade, mas é o que se espera, uma vez que elas teriam sido abertas em nome da hospitalidade. Nosso foco, portanto, está nas hospedagens públicas.

Eugenius Warming (2006) teve uma experiência interessante. Ao chegar na aldeia chamada Lapa⁷⁵ tiveram que ficar em um rancho, pois lá não havia hospedagens. Ele conta que o local estava cheio, ocupado por uma tropa que estava levando mantimentos de uma fazenda até Sabará. Os tropeiros foram muito gentis com eles, emprestando os utensílios de cozinha e ajudando-os a se acomodarem, ajuda, que receberam de bom grado.

John Luccock, um comerciante inglês que trouxe suas mercadorias ao Brasil em 1817, parece ter acampado perto de um rancho em Vargem⁷⁶, cujo proprietário era um homem idoso. A experiência foi positiva, tendo sido bem tratado pelo dono do rancho, com quem também teve agradáveis conversas. Em uma estalagem em Lagoa Dourada conta que conseguiram se divertir algumas vezes. Numa dessas,

Uns poucos músicos pretos vieram ter à nossa estalagem e a execução de um dêles no flautim, e de outro à guitarra, não foi nada desprezível; um terceiro fabricara para si um instrumento passável, algo de parecido com uma flauta, de um gomo de taquara. (LUCCOCK, 1975, p. 352).

⁷³ Livre tradução de “Repos d’une caravane”.

⁷⁴ Por sociabilidade estamos entendendo as práticas do compartilhamento de espaços comuns, como sentar-se para comer e beber no mesmo local, dentre outras possibilidades, como a de ocorrerem intercursos sociais como conversas e trocas de gentilezas.

⁷⁵ Atualmente Ravena, distrito de Sabará/MG.

⁷⁶ Localidade não identificada, mas, provavelmente, uma região próxima a Juiz de Fora/MG.

Já Langsdorff⁷⁷ (SILVA, 1997, v. 1), entre 1824 e 1825, ficando em um rancho em Invernado⁷⁸, recebeu a prestativa ajuda de um negro que habitava uma cabana próxima e era um agregado do proprietário da fazenda, onde ficava o rancho e a cabana. Esse auxílio e acolhimento não encontrou por parte do proprietário da fazenda, que não o abrigou em sua casa e nem mesmo deu as boas-vindas em suas terras. Mais à frente, em sua viagem, na localidade de Meio da Serra⁷⁹, recolheu-se em uma cabana, próxima a um rancho que estava cheio. Langsdorff conseguiu com os tropeiros instalados no rancho farinha e couros de boi para deitar-se. Essa atitude demonstra uma certa solidariedade entre os viajantes e boa interlocução com estrangeiros.

No entanto, a ausência de barreiras físicas entre as classes sociais não parece ter derrubado algumas barreiras sociais para o comerciante alemão Ernst Hasenclever, que veio ao Brasil em 1839. Quando esteve hospedado em Bertioiga⁸⁰ ele passou a fazer considerações acerca dos “negros”, “mulatos” e “pardos” de uma maneira geral no Brasil. Hasenclever mostrou-se muito desconfortável com os costumes de alguns desses que eram ex-escravizados. Segundo o viajante, esses indivíduos eram arrogantes por terem comportamentos de “brancos”, como, por exemplo, ter seu próprio cavalo e montar nele com botas e esporas, poncho, “rondando moças bonitas, morenas como ele”.

De maneira geral, **tive dificuldade de lidar com esses tipos durante a minha viagem** pelo fato de ter que tratar esses negros livres, frequentemente ricos e mulatos mal educados, com o dobro da cautela, dado que são ciumentos e qualquer investida poderia acabar mal. Por outro lado, pode-se esperar qualquer cortesia da parte deles. Quantas vezes tive que **comer na mesma mesa com esses negros arrogantes, porque eram livres**, enquanto outros, escravos submissos, de longe e em pé, murmuravam, quase inaudível, sua saudação: “*Abençoa-me senhor!*”⁸¹ (ALVES, 2015, p. 140. Grifos nossos).

Por esse relato, a aparente fraternidade e solidariedade surgida na viagem era válida desde que as pessoas estivessem em seu “devido lugar” e soubessem as suas posições na estrutura social.

⁷⁷ Georg Langsdorff, de origem germânica e médico de formação, com experiência também em zoologia, exercia funções consulares e diplomáticas no Rio de Janeiro a serviço do governo russo, e era proprietário da Fazenda Mandioca, já citada.

⁷⁸ Localidade não identificada, mas estaria entre Barroso/MG e São João del-Rei/MG.

⁷⁹ Localidade não identificada, mas seria próxima a Diamantina/MG, já que Langsdorff tinha saído dessa cidade e pegado caminho em direção a Congonhas, provavelmente Congonhas do Norte/MG.

⁸⁰ Atualmente Ibertyoga/MG, município da Zona da Mata mineira.

⁸¹ No original em inglês, “Abençoa-me, senhor!” está em português. O itálico do original

Ter que lidar com essa “mistura” parece também ter sido um dos motivos para Gardner não ficar no rancho que encontrou no arraial de Mendanha⁸²:

Perguntando por um lugar onde pudéssemos passar a noite, indicaram-nos o rancho público; mas achando-o pequeno, extremamente sujo e ocupado por uns negros tropeiros, não pensei em alojar-me ali.

Os ranchos são grandes abrigos, geralmente abertos dos lados, edificados perto de uma venda para acomodação dos viajantes. Este era o primeiro que eu via desde que partimos da costa⁸³, mas encontrei-os depois por toda a parte nas estradas mais freqüentadas de Minas, e particularmente na grande estrada pública entre o Distrito do Diamante e o Rio de Janeiro (GARDNER, 1975, p. 206).

Mas a solução que Gardner encontrou revela uma possibilidade de hospedagem que foi pouco usada pelos demais viajantes consultados: utilizar cartas de recomendação para ficar em casas de particulares ou alugar casas vagas quando se chegava em cidades e não se tinha cartas de recomendação. Esta pareceu ser a alternativa preferida por Gardner, só utilizando as outras quando essa faltava. Aliás, sua segunda opção mais utilizada foi a dos ranchos, que ele chama de “ranchos públicos”. Chegando em Cocais⁸⁴, eles se acomodaram no “rancho público”, “como de costume”, pois não encontraram opção melhor na aldeia (GARDNER, 1975, p. 218).

2.1.3 As Vendas

Depois do rancho, a hospedagem pública mais corriqueira era a venda. Pelos relatos, era muito comum que tivessem um ou mais quartos para abrigar os viajantes, ou seja, as vendas não só estavam lá para prover o alimento ou uma espécie de apoio para alguma estalagem ou rancho por perto, como também poderiam ser a única opção de hospedagem na maioria dos pontos de parada.

O naturalista suíço Johann Tschudi esteve em Minas Gerais em 1858 e também fez suas considerações sobre o rancho e a venda. O primeiro é um “galpão aberto num dos lados, grande, vazio e retangular”. Em sua frente ficam vários postes onde os animais podem ser amarrados. Em geral, perto do rancho há uma venda, às vezes com um cômodo ruim para pernoitar. Pode-se comprar aguardente, ovos, toucinho, carne seca, feijão preto, arroz, roscas, fumo e “coisas do gênero” (TSCHUDI, 2006, v. 1, p. 306). Em outras passagens fez referências aos elevados custos de uma hospedagem na venda (cf. p. 256).

⁸² Atualmente Mendanha é distrito de Diamantina/MG.

⁸³ Gardner não esclarece de qual costa estaria falando, mas, ao que parece, ele está mesmo generalizando, já que fez uma extensa viagem por vários estados litorâneos. Basicamente seu trajeto é: Rio de Janeiro – Bahia – Pernambuco – Alagoas – Ceará – Piauí – Tocantins – Minas Gerais.

⁸⁴ Cocais é atualmente distrito de Barão de Cocais/MG.



FIGURA 46 - Simão Antônio, venda na Serra do Mar, cruzamento de duas estradas, 21 milhas do Rio de Janeiro

Autor: E. Hasenclever

Data: 4/8/1839.

Fonte: ALVES, 2015, p. 230.

Neste desenho a lápis de Hasenclever é possível ver a venda à esquerda e o rancho à direita. O rancho é aberto lateralmente e possui as estacas próximas para amarrar os animais.

Warming também deu uma boa caracterização das vendas, que segundo ele, aparece quase sempre perto dos ranchos:

Em uma cabana suja há um balcão e algumas prateleiras. Algumas vezes a única mercadoria exposta nessas prateleiras são garrafas de “**cachaça**”, um rum incolor feito de cana-de-açúcar; essa bebida abominável é a **primeira necessidade das vendas**. Nas vendas melhores há também víveres necessários para a alimentação do dia-a-dia, como feijão preto, farinha de milho, ou mandioca, charque e toucinho, [...]. Açúcar, na forma de tijolos partidos (rapadura), e fumo figuram também entre as mercadorias mais costumeiras. Finalmente, pode-se encontrar, como uma delícia especial, um tipo de pão de trigo seco, “biscoitos” e pés-de-mulato (pés-de-moleque), que são pequenos doces feitos de açúcar e de sementes de amendoim [...]. São essas as mercadorias na maioria das vendas, e com essa base as refeições são preparadas. [...] Nas cidades do interior, naturalmente, há vendas maiores que oferecem literalmente qualquer coisa, e entre esses extremos há todos os níveis intermediários. (WARMING, 2006, p. 47 e 48. Grifos nossos).

Nos relatos de viagem, a venda e o rancho, normalmente, estão relacionados dando a entender que foram espaços conjugados, por isso mesmo, dificilmente, se cobraria pela estadia em um acampamento ou um rancho, mas apenas na venda. Esta proveria o abastecimento das tropas, onde poderiam comprar alimentos e outros itens básicos. Tanto Tschudi quanto

Warming dão a entender que as vendas estavam sempre providas. Inclusive, em nota, Warming afirma que esses estabelecimentos são chamados lojas e vendem de tudo: toucinho, feijão, sapatos, ferramentas, bebidas (inclusive importadas) além de haver as prateleiras de botica e farmácia. No entanto, nem sempre é o que vemos nos relatos.

Essa foi uma das principais reclamações em relação às vendas. Era muito comum chegar nesses locais para comprar alimentos e encontrar apenas cachaça. Alexander Caldcleugh⁸⁵ (2000) relata a existência de vendas com boas ou regulares acomodações, mas com pouco ou nenhum alimento.

O já citado Langsdorff teve experiências boas e ruins com as vendas, e critica bastante a falta de provisões nelas, apesar de nunca faltar a cachaça, observação feita por outros viajantes (GARDNER, 1975; POHL, 1976; CLADCLEUGH, 2000). Langsdorff termina seu relato alertando aos demais viajantes sobre os problemas que poderiam enfrentar no caminho, como fome e sede. Além disso, seria impossível qualquer probabilidade de uma viagem confortável pelo país (SILVA, 1997, v. 1).

O relato de Pohl (1976) cita constantemente o rancho e a venda juntos. São sempre as principais opções para os viajantes. Opções que envolviam a quantidade de gastos a se fazer, e o grau de comodidade que queriam encontrar ou a comodidade que não teriam por um preço alto. Muitas vezes era preferível ficar exposto e passar a noite no rancho do que suportar os incômodos da venda (buracos nas paredes, falta de cômodos, quartos escuros, extremante sujos, cheios de pragas etc.) pagando caro. Interessante que o naturalista francês Saint-Hilaire (1816 a 1822) explica o motivo da diferença no cuidado das duas acomodações:

Achamos o rancho do Marmelo⁸⁶ bastante grande e bem conservado enquanto que [*sic*] a venda vizinha era muito pequena e muito mal provida. Esse contraste, que é muito comum, origina-se de que os tropeiros, que costumam transportar consigo as provisões, e são de uma sobriedade extrema, ligam muito menos à venda que ao rancho. O proprietário, que, por seu lado, quer vender seu milho, procura atrair fregueses tratando bem do rancho, e o abastecimento da venda, de que pouco há a esperar, fica geralmente por conta do homem pobre encarregado de vender o milho (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 52).

Os relatos de vendas boas e ruins são muito diversos, pois as viagens eram longas, o que proporcionava aos viajantes encontrar locais mais cômodos e outros mais precários. Caldcleugh, já citado, viajou pelo caminho do Rio de Janeiro para as Minas passou por Lagoa

⁸⁵ Inglês que esteve no Brasil entre 1819 e 1821, como secretário particular de *sir* Edward Thornton, ministro britânico para a corte portuguesa no Brasil.

⁸⁶ Localidade não identificada, mas estaria entre Matias Barbosa/MG e Juiz de Fora/MG.

e chegou ao Engenho do Governo⁸⁷. Lá havia a casa do proprietário e um barracão para abrigar as tropas. Possuía uma venda que comercializava de tudo e, ao redor, uma lavoura. Em seguida, chegaram a um lugar chamado Lucas⁸⁸, mas lá não havia comida. Apesar disso, o rancho estava cheio. Posteriormente, conseguiram pernoitar numa venda em Chapéu d’Uvas⁸⁹ que, até aquele momento da viagem, consideraram uma excelente venda. Ela possuía um quarto para viajantes, com assoalho de tábuas (CALDCLEUGH, 2000).

Charles Bunbury, na primeira metade da década de 1830, afirma que:

As *vendas*, ou *tavernas* são construçõeszinhas miseráveis, simples choupanas ou cabanas, em geral, com um pequeno quarto sujo com chão de barro, para alojar o viajante e sua bagagem; este quarto não contém outro mobiliário que não seja um banco de madeira com uma esteira ou um couro de boi estendido sobre ele, o qual deve servir de cadeira, mesa e cama; às vezes nem mesmo janelas tem, a única luz que nele penetra é pela porta e pelas bandas do telhado. (BUNBURY, 1981, p. 63. Grifo nosso, itálico do original).

Pohl também passou por situações diversas em relação às vendas: às vezes encontrava “abrigo seguro e cômodo”, outras vezes a hospedagem era péssima e não encontravam comida, apenas cachaça (POHL, 1976, p. 376, 378, 411).

Voltando às questões de sociabilidade, Hasenclever (ALVES, 2015), em 1839, hospedou-se em uma venda, em Barroso. Lá tocaram viola e conversaram na varanda com as pessoas da localidade. Ou seja, a sociabilidade se dava também com os habitantes do local e não apenas entre os viajantes. Na volta, ficaram nesta mesma venda, e ele conta que ela estava muito animada com uma festa de casamento.

Já Burmeister teve conversas sobre questões religiosas com o dono da venda em Chiqueiro⁹⁰, onde parou para tomar um café. No entanto, as barreiras sociais estavam bem presentes em uma aparente aproximação. Vale a pena citar novamente esse trecho:

Tomei uma xícara de café e comi alguns biscoitos, enquanto conversava com o dono da venda, um mulato que mostrava muito interesse por tudo e certo desprendimento em questões religiosas, coisa rara entre a população de cor. O lugar chamava-se Chiqueiro, e seu nome era bem justificado; as casas eram das mais miseráveis e a população inteiramente composta de pretos e mulatos. (BURMEISTER, 1980, p. 294, 295).

⁸⁷ Localidades não identificadas, ainda no Rio de Janeiro.

⁸⁸ Lucas é uma localidade não identificada, mas provavelmente estava na província do Rio de Janeiro, porque depois atravessaram o rio Paraíba (do Sul).

⁸⁹ Chapéu d’Uvas é a atual cidade de Paula Lima/MG, próxima a Juiz de Fora/MG.

⁹⁰ Localidade discutida anteriormente: Chiqueiro do Alemão é um povoado próximo a Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto/MG.

Seu relato está impregnado de visões de mundo eurocêntricas quando sugere uma incapacidade da população “de cor” de demonstrar desprendimento em conversas religiosas. Também, para ele, fazia todo o sentido que um lugar habitado inteiramente por “pretos e mulatos” tivesse o nome de Chiqueiro.

Em uma venda no “posto da Alfândega”⁹¹, onde Burmeister parou para almoçar havia muita gente bebendo e dançando, a maioria negros, era um domingo. As vendas costumavam ficar abertas todos os dias e elas podiam propiciar momentos de descontração e interação entre os diversos frequentadores. Burmeister parou nesta venda onde foi comer uma galinha e bebeu uma “garrafa de Porter”⁹².

No entanto, era preciso chegar cedo para conseguir hospedagem, isso em qualquer local. Esta é a dica dada por Tschudi (2006, v. 1). Ele elogia a hospitalidade brasileira, no entanto, diz ser bom estar atento ao horário de saída para não chegar tarde ao local de pernoite, já que os habitantes do interior não abrem facilmente a porta a qualquer viajante desconhecido, especialmente nas estradas menos frequentadas.

Outro motivo é que os tropeiros não chegam tarde nos locais de pouso, já que saem cedo e param no princípio da tarde, conforme já salientamos no capítulo anterior. Vários se depararam com a situação de chegar em um rancho e não conseguir lugar por estar cheio. Como exemplo, podemos citar Pohl (1976, p. 337), Caldcleugh (2000, p. 101) e Warming (2006, p. 148).

Ao que parece, também, as vendas não costumavam ter muitos quartos, conforme já observado. Tschudi (2006, v. 1, p. 255) quando estava em uma localidade denominada São José do Sumidouro, no Rio de Janeiro, procurou por hospedagem em uma venda que ficava em cima da casa de um francês, para se abrigar da chuva. Porém, já não havia quarto disponível, pois o francês já estava hospedando um casal de noivos. Por sua vez, Luccock chegou tarde no Capão do Lana e o local estava repleto de viajantes.

⁹¹ Provavelmente ele está se referindo ao Registro do Paraibuna, que ficava no rio Paraibuna.

⁹² *Porter*, que traduzido do inglês literalmente significa carregador, é um tipo de cerveja que foi muito popular na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. Há divergências sobre a data da sua origem, local exato ou como foi produzida, mas trata-se de um estilo de cerveja escura fabricada a partir de um costume dos trabalhadores dos portos ingleses que misturavam alguns tipos de cerveja para chegar ao sabor ideal. Como esse tipo (escura, forte e saborosa) ficou muito associada aos trabalhadores dos portos, ela foi denominada *porter*. Começou a ser exportada em princípios do século XIX. Disponível em: <<https://blog.clubedomalte.com.br/noticias/erveja-porter-dos-portos-ingleses-para-o-mundo/>>; <<https://www.cervesia.com.br/noticias/curiosidades/978-conhecendo-os-estilos-da-erveja-porter.html>>; <<https://mestre-ervejeiro.com/estilo-porter-e-suas-variacoes/>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

2.1.4 Casas e fazendas

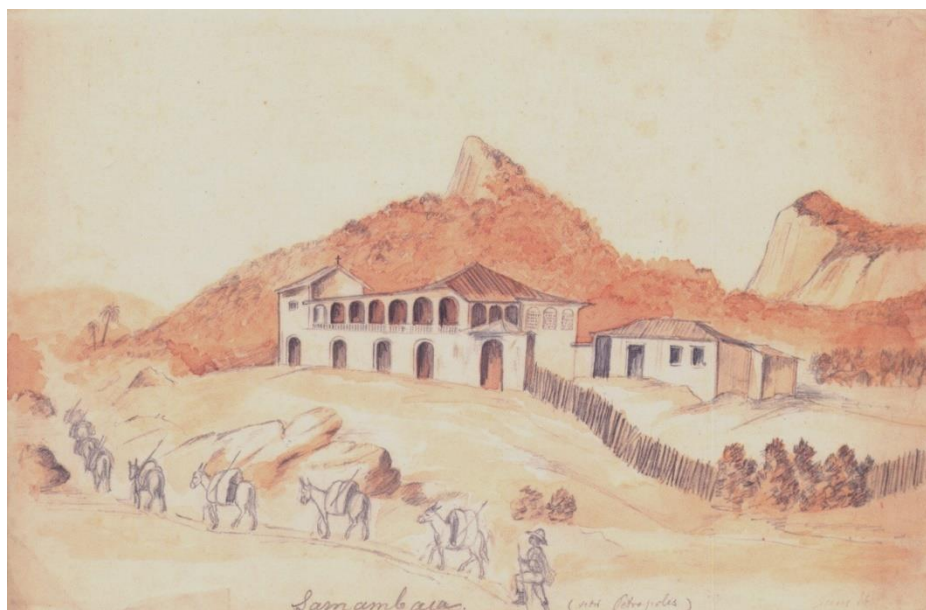


FIGURA 47 - Fazenda Samambaia
Autor: Peter Brandt
Data: c. 1834.
Fonte: WARMING, 2006, p. 209.

Na figura acima, vemos uma tropa passando em frente à Fazenda Samambaia, um ponto de parada no Caminho Novo, no Rio de Janeiro. Não podemos dizer como seria a hospedagem nela, mas vemos que há, ao menos, uma edificação perto do que seria a Casa-sede que poderia ser uma das áreas de trabalho da fazenda ou mesmo a venda que poderia dar hospedagem a transeuntes. Mas também poderia ser oferecido um dos vários quartos da casa aos viajantes.

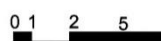
Essa possibilidade da acolhida dos viajantes nas fazendas, na residência do próprio fazendeiro, nos remete ao modelo da Casa Bandeirista, uma forma arquitetônica típica do primeiro século da colonização. Construídas em taipa de pilão, as casas bandeiristas já eram projetadas de tal maneira a preservar a privacidade familiar, ao mesmo tempo em que previa a possibilidade de acolhida a estranhos. Isso era feito de maneira a separar categoricamente o espaço da família do espaço destinado a pessoas “de fora” por meio da tríade capela – quarto de hóspedes – alpendre (ZANETTINI, 2005; CARRANZA, 2018).

PRANCHA 01

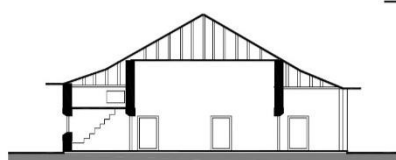
SÍTIO DO PADRE INÁCIO

LEGENDA:

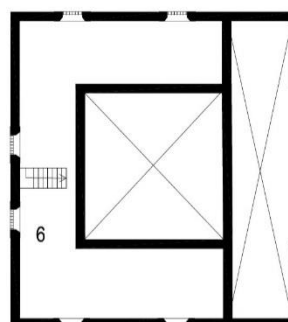
- 1 - ALPENDRE
- 2 - CAPELA
- 3 - QUARTO DE HOSPEDES
- 4 - QUARTO
- 5 - SALA PRAÇA
- 6 - SÓTÃO



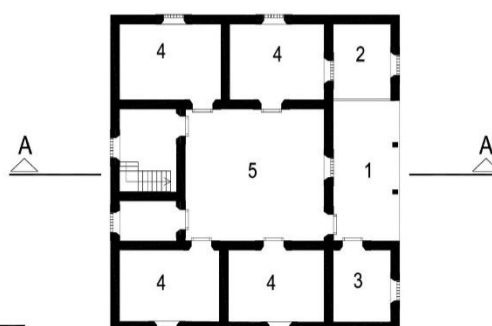
ESCALA GRÁFICA



CORTE A-A



PLANTA SOTÃO



PLANTA PAV.TÉRREO

FIGURA 48 - Sítio do Padre Inácio, exemplo de Casa Bandeirista
 Autoria: redesenho de Edite Carranza
 Fonte: CARRANZA, 2018, s/p.

Pela planta mostrada acima, o quarto de hóspedes era um cômodo que não tinha acesso direto ao interior da casa, preservando a intimidade e privacidade da família, como já dito. Não estamos querendo aqui estabelecer uma relação direta entre a fazenda colonial mineira setecentista e oitocentista e a casa bandeirista, mas é possível que reminiscências desse período tenham ficado, tanto em relação à possibilidade de receber estranhos na própria casa, quanto à separação de um espaço destinado a hóspedes sem comunicação com a família ou com o interior da residência.

Corroborar essa ideia um relato de Burmeister, em 1850, ao se hospedar na Fazenda “Mainarte”⁹³:

A casa, exemplo típico das antigas vivendas de fazendeiros, era uma construção de dois andares e muito ampla. No pavimento térreo, uma varanda formava a parte central da habitação; em cada extremidade, havia um pequeno quarto que servia de

⁹³ Burmeister informa que a fazenda onde estava se chamava Mainarte. Esse nome remete ao atual sub-distrito de Mainart, distrito de Padre Viegas, município de Mariana/MG. De fato, o naturalista estava nas proximidades de Mariana indo em direção a Ouro Preto.

pouso para viajantes de classe inferior. A porta da entrada saía no centro da varanda e ao lado estava a venda; [...] (BURMEISTER, 1980, p. 206).

Burmeister e seus companheiros foram levados para o primeiro andar da casa, mas no interior dela, já que não seriam considerados hóspedes de “classe inferior”. Pelo visto, essa fazenda, apesar de particular, possuía uma estrutura de hospedagem organizada. Os hóspedes, ao que parecem não ficavam na venda, mas na própria Casa-sede, havendo quartos separados para classes mais altas e mais baixas. As classes mais baixas ficavam no exterior da casa, em cômodos semelhantes ao das casas bandeiristas.

Uma situação muito comum relatada pelos viajantes foi a falta de móveis nas casas dos fazendeiros. Quando encontravam uma casa com mesas e cadeiras, isso era considerado um luxo, mesmo nas fazendas mais abastadas. Leila Algranti (1997, v. 1, p. 105) informa que “[...] a precariedade do mobiliário e dos ambientes domésticos era comum a toda Colônia, salvo algumas poucas exceções, como as casas de certos capitães-mores e de alguns ricos fazendeiros.”⁹⁴ Langsdorff, que em dois momentos diferentes ficou em duas fazendas produtoras de algodão, que considerou prósperas, entendeu que essa riqueza não estava exposta nos móveis e mesmo nos utensílios domésticos, apesar de ter presenciado mesas fartas. Em uma dessas fazendas, nas proximidades de Mariana, ele informa ter ficado em “uma grande e bela casa abandonada, desprovida de qualquer tipo de utensílio doméstico. Havia apenas uma mesa, estrados de camas e dois enxergões, embora se cultive aqui o algodão, com o qual se fazem tecidos rústicos.” (SILVA, 1997, v. 1, p. 121).

Na outra fazenda, em Pau de Cheiro⁹⁵, havia uns poucos talheres de prata, mas usavam louça de barro de Caeté, que Langsdorff considerou de má qualidade e muito cara. Apesar do pouco conforto, ele a classificou como uma boa hospedagem, com ótima hospitalidade. Em outra fazenda⁹⁶, uma grande e rica propriedade do Capitão José Antônio, Langsdorff informa que, apesar de ter sido bem recebido, a provisão foi parca, apenas canjica e couve, bananas e laranjas. Sua cama foi feita em cima de uma mesa.

Em relação às casas a situação foi semelhante. Luccock (1975) teve excelente hospitalidade em uma casa em Palmeiras⁹⁷, mas nela não havia móveis, apenas alguns tamboretas e blocos de madeira que usaram para se sentar. Apesar da extensa roça de milho, os

⁹⁴ Para mais informações sobre esse assunto do mobiliário das casas coloniais, conferir, também, Ribeiro (2019)

⁹⁵ Provavelmente ele estava onde hoje é a comunidade Pau de Cheiro, um povoado de Funilândia, município da Zona Metalúrgica de Minas Gerais.

⁹⁶ O viajante não informou a localidade, mas ele estava na atual Zona da Mata mineira.

⁹⁷ Localidade não identificada, entre São João del-Rei e Conselheiro Lafaiete/MG.

proprietários não pareciam se preocupar com conforto em sua casa, mantendo-a sem caiação, nem qualquer tipo de reboco.

Já Walsh (1985) almoçou na casa do ouvidor em São José (atual Tiradentes/MG) e, apesar da mesa farta e da ótima hospitalidade, observou que a mesa não estava completa em termos de equipamentos domésticos.

Voltando a Langsdorff, em sua passagem pela mina de Gongo Soco em Minas Gerais, ele se hospedou na casa do guarda-mor da mina, de nome João Batista. Ele se admirou que um homem rico conviva com o luxo e o supérfluo, assim como com a simplicidade. A casa possui: quatro a seis dúzias de colheres, facas e garfos de prata; colheres grandes e muitos castiçais com base de prata; muitas bacias e serviços de chá e café em prata. O quarto de hóspedes é mobiliado em estilo europeu: duas cômodas, e cada uma com um belo pêndulo; três mesinhas, vasos com flores, castiçais de bronze com cilindros de vidro; mesas e cômodas razoáveis; pequeno lustre de vidro com seis lâmpadas, dois pequenos espelhos alemães; finas cortinas de musselina e cadeiras de palhinhas (segundo ele, um costume local); paredes forradas com papel de parede de paisagens francesas, com gravuras em cobre. A sala de jantar, pelo contrário, não era luxuosa: mesa de madeira comum; a louça é de faiança inglesa comum, branca, com bordas azuis, “porque os escravos quebram muito” (SILVA, 1997, v. 1 p. 138). Mas a comida era muito boa e farta com ingredientes variados e raros.

Essa informação descritiva sobre a louça, dada por Langsdorff, nos leva a pensar que ela poderia ser a que conhecemos no registro arqueológico como *shell edge*. Segundo a escala de Miller (2009), das louças minimamente decoradas, essas eram as mais baratas. Logo, faz sentido a afirmação de Langsdorff, inclusive, talvez, porque o guarda-mor preferisse investir em outros utensílios como talheres, aparelhos de chá e café, conforto e decoração dos quartos, bem como na fartura e variedade dos alimentos consumidos na residência.

Luccock (1975) também se hospedou na casa do seu guia, que era tropeiro, chamado José Correia Pinto. Segundo o naturalista, José Correia era tropeiro não por necessidade, já que tinha uma grande e próspera propriedade nos arredores de São João del-Rei:

Ao jantar viam-se à mesa inúmeras provisões sólidas e vários artigos de luxo que acresciam seu valor intrínseco pela dificuldade de os obter e transportar tão longe. Além de muita prata e louça inglesa [*sic*], tínhamos rosca da cidade, cerveja inglesa engarrafada e bom vinho do Pôrto servido em cangirões de cristal lapidado. [...] Meu quarto, tal como os demais aposentos da casa, era constituído de tabique de ripado, grosseiramente recoberto de barro, sem, naturalmente, nenhum revestimento nem caiação. Era de telha vã e não possuía janela; as telhas são de tal modo conformadas e colocadas que deixam coar luz entre as frinchas e, para o mesmo fim, se deixa aberto um pequenino espaço ao longo de tampo da parede de fora. Minha cama era de uma das mais simples espécies, sem dossel nem cortinas, com um grande saco

por colchão, cheio de palha de milho. Tais são os quartos e tais as acomodações nas regiões do interior de Minas-Gerais; que nenhum viajante espere por cousa melhor e, se por acaso topar com esplendor maior, raras serão as vezes que este lhe aumentará o conforto. (LUCCOCK, 1975, p. 296).

Enquanto Langsdorff experimentou um luxuoso quarto de hóspedes e uma sala de jantar com poucos equipamentos, Luccock experimentou o contrário. No entanto, segundo todos os relatos que analisamos, apesar da alta hospitalidade oferecida aos viajantes, as casas e fazendas ofereciam muito pouco luxo e até mesmo o básico como móveis do tipo mesa, cadeira e cama. Esta última seria um item ainda mais especial.

2.1.5 Os Acampamentos

Em relação aos acampamentos, a opção menos utilizada, eram feitos ao ar livre, podendo-se improvisar uma cobertura a depender se o viajante havia levado algo do tipo. Recorria-se à caça para provisão de alimentos, pois nem sempre eles acampavam perto de estruturas de apoio. Na verdade, a caça foi utilizada mesmo quando havia estabelecimentos por perto, já que era comum muitos deles não terem provisões.

O Barão de Eschwege⁹⁸ (2002) acampou próximo a Queluz⁹⁹. John Luccok (1975), em seus acampamentos, utilizou-se do recurso da caça. No arraial de Tapanhoacanga¹⁰⁰, Pohl (1976) acampou às margens de um riacho. Gardner (1975) foi o viajante que mais relata a utilização de pousos ao relento. Das suas trinta paradas na região de Minas, relata cinco acampamentos totalmente ao relento. Em um deles, tomaram muita chuva.

⁹⁸ De origem germânica, foi chamado pelo governo brasileiro para reativar a decadente mineração e trabalhar na nascente indústria siderúrgica. Notabilizou-se nos campos da siderurgia, da mineralogia e da geologia. Seus escritos se referem ao período da década de 1810.

⁹⁹ Atualmente Conselheiro Lafaiete/MG.

¹⁰⁰ Atualmente, Itapanhoacanga, distrito de Alvorada de Minas/MG.

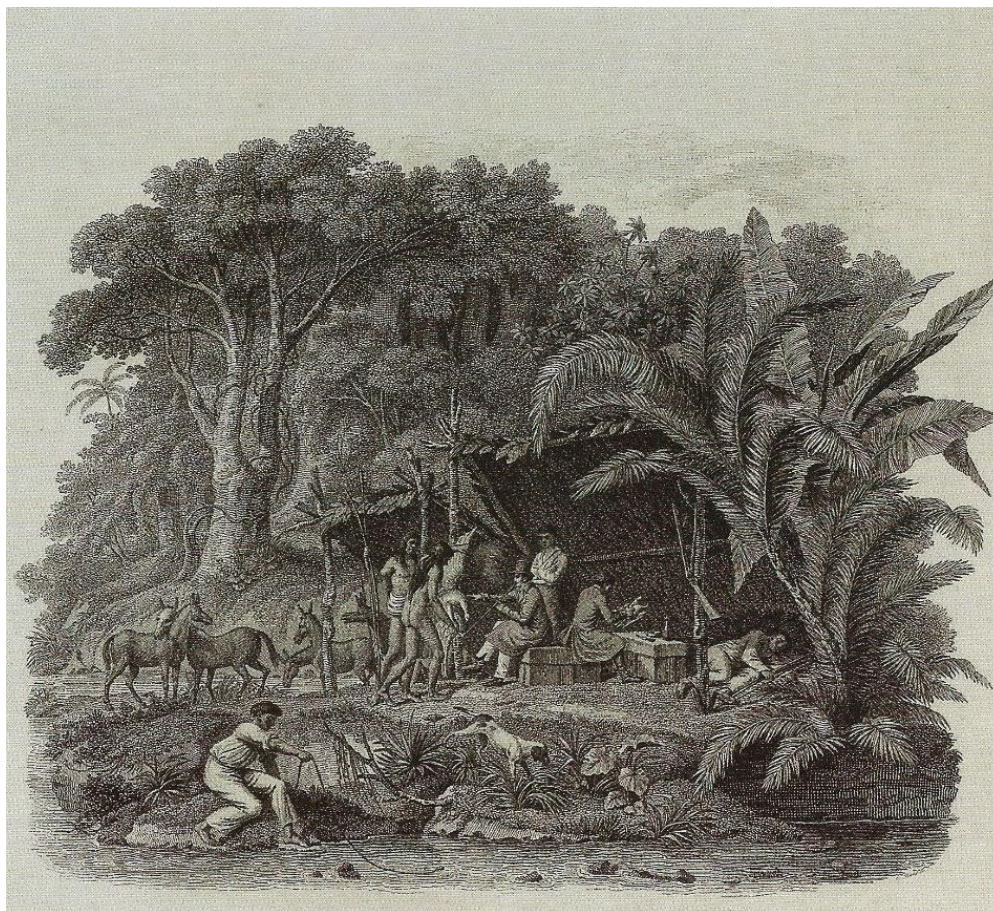


FIGURA 49 - Parada no Rio da Cachoeira¹⁰¹

Autoria: Não identificada

Data: c. 1815 a 1817.

Fonte: COSTA, 2005, p. 199.

2.2. A Estrada do Paraibuna

Antes de finalizar esta caracterização das estruturas de parada, é preciso levar em consideração que o Caminho Novo foi um caminho majoritariamente utilizado no século XVIII e até a primeira metade do século XIX. A partir do oitocentos, algumas mudanças começaram a preparar o contexto que culminaria na Independência. As invasões napoleônicas fizeram com que a Corte portuguesa se transferisse para o Brasil em 1808, instalando-se no Rio de Janeiro, em um processo que Maria Odila Dias (1986) chamou de “interiorização da metrópole”. Esse enraizamento da corte em terras brasileiras implicou no fim do sistema colonial em 1815 com a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves.

¹⁰¹ Livre tradução de “Haltam Rio da Cachoeira”. Representação do acampamento da expedição do Príncipe Wied-Neuwied. Não há indicação de autoria na obra de Costa. Maximilian de Wied-Neuwied era um príncipe renano, naturalista, que esteve no Brasil entre 1815 e 1817.

Mesmo sem revoluções e ideias nacionalistas, a Independência do Brasil ocorreu em 1822 quando, após este momento, começaram a existir preocupações mais concretas com relação ao posicionamento do país frente às outras nações. O medo de uma revolução social fez com que as elites luso-brasileiras se reunissem em torno da ideia da invenção de uma nacionalidade (DIAS, 1986).

Foi nesse contexto que surgiram as preocupações do Estado e das províncias em melhorar as principais estradas. As melhorias tinham como objetivo construir uma via melhor, que permitisse a utilização de transportes mais rápidos, como as carruagens. Essas ideias estavam ligadas a um contexto nacional mais amplo, em que a economia dependia de boas estradas para escoar os produtos, tanto para exportação como para importação, incrementando o comércio entre as províncias e a integração entre elas. Esses objetivos estavam de acordo com o Projeto Nacional e com os discursos das estradas como sinais de progresso.¹⁰²

Sendo assim, em 1835 foi aprovado um plano rodoviário para Minas Gerais que não apenas buscava melhorar a estrada com ampliações do leito, calçamentos e pontes, mas também modificava o traçado do Caminho Novo, especialmente no trecho entre Ouro Preto e Ouro Branco.

A intenção do governo de Minas era começar, ainda em 1835, a construção da nova estrada que, partindo de Ouro Preto iria, com recursos próprios, até a divisa com a província do Rio de Janeiro, na ponte do Paraibuna. A continuação da estrada até a cidade do Rio seria de competência da província do Rio de Janeiro e do Governo Imperial, sendo iniciada somente em 1852. A nova estrada entre Ouro Preto e a cidade do Rio de Janeiro passou a ser chamada de Estrada Geral da Corte ou, apenas, Estrada da Corte.

Embora façam parte de um mesmo conjunto, podemos identificar três segmentos na Estrada da Corte: Estrada do Paraibuna, de Ouro Preto a Barbacena, que abrange a área imediata do sítio arqueológico que é o foco principal do estudo; Estrada União e Indústria, de Barbacena a Petrópolis e Estrada da Estrela, de Petrópolis ao porto de Estrela, no rio Inhomirim (GUIMARÃES, 2007; ALMEIDA, 2012)¹⁰³.

Enfocando a Estrada do Paraibuna no trecho, entre Ouro Preto e Ouro Branco, que mais nos interessa devido à localização do Capão do Lana, o traçado que foi aprovado pelo engenheiro da província Heinrich Ferdinand Halfeld (ou Fernando Halfeld como ficou

¹⁰² Para aprofundar as discussões sobre a modernização das estradas e o Projeto Nacional em curso cf. Godoy e Barbosa (2008) e Almeida (2012).

¹⁰³ Para mais detalhes sobre as estradas dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais consultar também Pimenta (1971).

conhecido no Brasil) não seguiria mais o traçado do Caminho Novo, isto é via Tripuí, José Correia, Capão do Lana, Chiqueiro e Lavrinha. O traçado contornaria o arraial do Itatiaia transpondo as serras do Ouro Branco e de Mata Cavalos via Caveira, Bico de Pedra e Fundão¹⁰⁴ (PIMENTA, 1971; ALMEIDA, 2012).

A construção desse trecho foi iniciada em 1839. No entanto, muitos problemas de ordem técnica e financeira impediram que o trecho fosse finalizado. Havia muitos críticos da obra que argumentavam que o governo provincial estava tendo enormes despesas ao utilizar técnicas extremamente apuradas em uma área muito acidentada, o que não seria necessário se se adotasse outro traçado. Após muitas dificuldades, em 1855 o traçado foi abandonado e proposto um novo projeto que, partindo do ribeirão Falcão, alcançaria os campos de Alegria, atravessando o desfiladeiro da serra de Itatiaia até o arraial do mesmo nome. Daí seguiria passando pela fazenda Pé do Morro, até Ouro Branco. A construção do novo trajeto foi iniciada no mesmo ano de 1855 e prosseguiu sem maiores problemas.

O mapa a seguir ilustra, de maneira esquemática, o traçado dos Caminhos Velho e Novo (“Estrada Real”) e a Estrada da Corte, com o traçado abandonado e o definitivo.

¹⁰⁴ Caveira, provavelmente, é uma referência à Serra da Caveira e Bico de Pedra e Fundão são localidades ainda conhecidas hoje, situadas em Ouro Branco/MG.

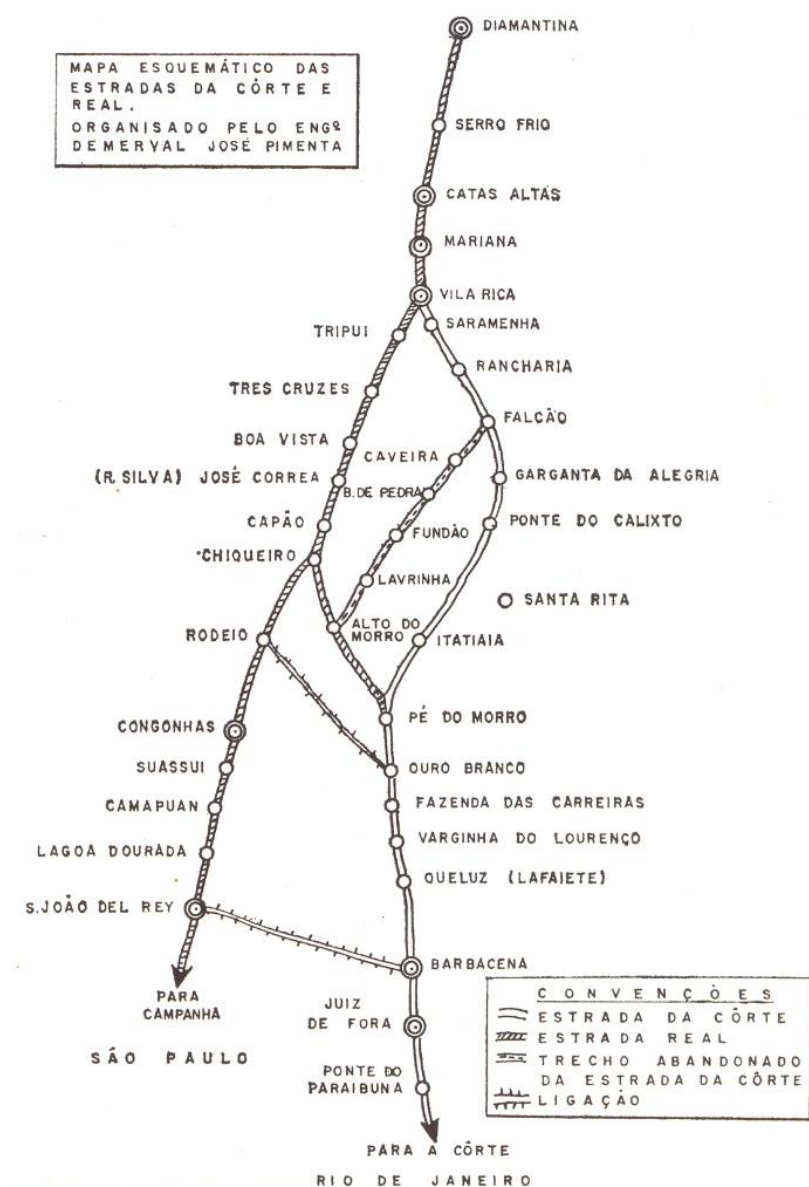


FIGURA 50 - Estradas da Corte e Real

Autoria: D. J. Pimenta

Data: c. 1971.

Fonte: PIMENTA, 1971, p. 46.

Essa mudança no trajeto e no próprio tipo de estrada, ou seja, estradas mais largas que permitiam o uso de carruagens, modificou os modos de viajar e, conseqüentemente, de se hospedar.

Fazendo uma breve comparação entre a primeira e a segunda metade do século XIX, temos que do princípio do século até 1850, as hospedagens preferidas eram as fazendas (56), seguidas das casas (43) e dos ranchos (40). As vendas (35) eram muito utilizadas também, bem

como as estalagens (24), e há a menção de três hotéis e duas tabernas¹⁰⁵. Os acampamentos ao ar livre (onze), conforme vimos, eram pouco utilizados, mas uma opção presente. Além disso, observamos a utilização de hospedagens improvisadas como fazendas e engenhos abandonados, capela em reforma, além de casas ou cabanas abandonadas à beira da estrada.

Já na segunda metade do século, os números são bem diferentes. há uma preferência pelas casas (treze), em segundo lugar as vendas (doze), seguida dos ranchos (dez) e hotéis (dez). Depois aparecem as estalagens (oito) e fazendas (quatro), além de uma taberna, e não há nenhuma menção a acampamentos ao ar livre, nem acampamentos improvisados.

Como existe uma diferença de quantidade de viajantes entre os dois períodos, quinze e seis respectivamente, optamos por elaborar um gráfico mostrando as porcentagens em relação ao total de estruturas utilizadas:

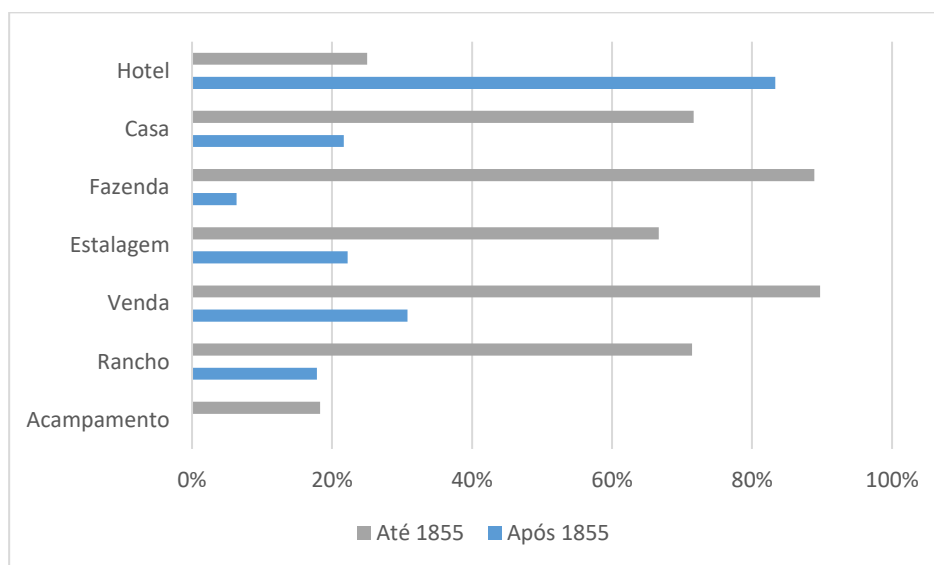


GRÁFICO 1 - Preferência de tipos de estabelecimentos entre os viajantes até 1855 e após 1855
Fonte: Elaborado pela autora.

É possível observar quase uma inversão das preferências entre os dois períodos. Após 1855 há um grande aumento no número de hotéis e a diminuição considerável do número de estadias em fazendas. Aparentemente, as paradas começaram a ser mais urbanas e menos rurais, bem como passaram a ser mais especializadas, no sentido da maior utilização dos estabelecimentos apropriados para este fim.

¹⁰⁵ Nas análises posteriores não estamos fazendo uma separação rigorosa entre vendas e tabernas, pois quando se trata de documentação histórica e cultura material os termos e vestígios ainda são confusos. Mas, neste caso dos relatos, consideramos interessante citar a menção separada de tabernas e vendas já que os nomes aparecem diferenciados nos textos, apesar de não sabermos ao certo se os viajantes estavam fazendo diferenciações significativas.

Conforme já salientado, não conseguimos aqui observar uma diferença substancial entre a estalagem e o hotel, pela documentação até agora consultada, a não ser uma questão de nomenclatura. Isso se deu já que ambos muitas vezes são caracterizados da mesma maneira e até utilizados como sinônimos. Mas os hotéis parecem, de fato, estar ligados a um contexto mais urbano, enquanto as estalagens a um contexto mais rural, ainda que não seja uma relação exclusiva já que as duas categorias estão ligadas a localidades maiores e mais importantes. É o caso de Mariana, Ouro Preto, São João del-Rei, Barbacena, Juiz de Fora e Sabará.

Tschudi (2006, v. 1, p. 281) dá uma dica da diferença, relacionando-a ao preço, mas essa diferença de preço parece mesmo estar relacionada ao nome: “ao sul de Ouro Preto paga-se muito caro pelas estalagens com o nome de ‘hotel’ e paga-se menos nas que se chamam ‘estalagem, hospedaria e casa de pasto’”.

A informação de Warming (2006, p. 48) é elucidativa em relação à localização dos hotéis, bem como a qualidade deles:

Nos lugares mais habitados das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, onde o contato com estrangeiros tem despertado o espírito empresarial, encontram-se os “hotéis” já mencionados, porém é sempre melhor evita-los. Nossas hospedarias mais simples nas estradas são tão melhores do que esses, quanto os nossos melhores hotéis o são em relação às hospedarias. Além disso, paga-se caro pelo pernoite nesses hotéis (WARMING, 2006, p. 48).

A dica de Burton (2001, p. 235) parece ter sido seguida pela maioria dos viajantes já que a maior parte das paradas registradas mostram preferência pelas hospedagens particulares (casas/fazendas): “Jamais vá para um hotel, se há uma casa particular no raio de uma légua, e, acima de tudo, tome nota de suas despesas.” Essa observação de Burton se deve ao fato de que ele reparou que, assim como na Inglaterra, há muita desonestidade no país. A diferença era que “os brasileiros são tão corteses que os hóspedes são enganados mais facilmente.” (BURTON, 2001, p. 127).

Burmeister em vila da Pomba¹⁰⁶ à procura de um “albergue”, encontra um hotel:

Atravessamos a praça principal e chegamos a uma rua muito estreita onde encontramos uma casa baixa e comprida, com muitas portas, que era o primeiro e o melhor hotel da cidade. Receberam-nos amavelmente e prometeram-nos o melhor serviço possível. Nosso quarto não tinha nem forro, nem assoalho, pois tudo era de barro, e nem sequer caiado. Mesmo assim, nele havia cama, mesa e cadeira. (BURMEISTER, 1980, p. 197).

Ao que parece, encontrar móveis compensaria os demais problemas do quarto.

Walsh, procurando uma hospedagem em Vila Rica, chega às portas de um hotel:

¹⁰⁶ Atualmente, Rio Pomba/MG município localizado na Zona da Mata mineira.

Subimos até o comprido corredor, e uma escrava apareceu com uma chave e nos levou a um amplo aposento, onde nos alojaríamos. Mas que aposento! As persianas das janelas estavam em frangalhos, o teto e as paredes tinham desmoronado parcialmente e o chão estava encharcado de chuva. Pedimos outro quarto, mas todos eram iguais àquele. (WALSH, 1985, p. 97, 98).

Procuraram outro hotel na cidade, que estava igualmente miserável, mas menos encharcado.

Já o engenheiro britânico James Wells¹⁰⁷ demonstra sua ironia na crítica ao Hotel Barbacenense, onde se hospedou quando esteve em Barbacena:

Uma escadaria de pedra leva da rua ao meio de um salão grande e despojado do hotel, cujas janelas dão para a rua; duas pequenas mesas de canto, um sofá de palhinha, algumas cadeiras de palhinha e uma cadeira de balanço, um grande abajur de latão, algumas estampas emolduradas de cores berrantes na parede constituem a mobília. Atrás deste, há outro salão maior que dá para os estábulos e terreiros recendendo a lixo, sobras e porcos. Cada um dos quartos continha apenas duas camas, uma bacia sobre um suporte de metal e duas cadeiras. Este é 'o' hotel da cidade. Anos depois, em 1882, com a Ferrovia D. Pedro II trazendo passageiros da capital em um dia, encontrei-o quase do mesmo jeito, com exceção do nome, que fora mudado para "Hotel Nova York". (WELLS, 1995, v. 1, p. 84).

Langsdorff (SILVA, 1997, v. 1) teve uma péssima experiência na Estalagem do Rosário, em Sabará. Era uma grande estalagem, possuindo dezesseis ou dezoito quartos, a maioria com duas camas e com um alto movimento diário de viajantes. Apesar disso, o serviço era ruim, muito cara, além de ser suja e desconfortável.

Mas ainda que essas experiências tenham sido negativas é importante destacar que elas mostram que o hotel/estalagem se diferenciava dos demais pela mobília. Normalmente, por pior que fosse o quarto notamos a presença de cama (uma ou duas por quarto), uma cadeira e às vezes uma mesa. Poderia ter também uma bacia para abluções. Outro aspecto é que sempre havia comida. Ao contrário da venda, onde ela poderia faltar, ou nas casas particulares, onde ela poderia ser bem regrada, nas estalagens e nos hotéis sempre havia a refeição garantida. Muitas vezes a custo alto, mas havia.

No entanto, percebemos que a maioria das experiências relatadas é positiva. Marianne North (2001), a naturalista e artista botânica inglesa teve boas experiências em um hotel muito confortável de Juiz de Fora, em princípios da década de 1870. Burmeister (1980, p. 304) ficou

¹⁰⁷ “[...] viajou por Minas com uma equipe de engenheiros organizada pela *Public Works Construction Company*, de Londres, contratada pelo governo imperial para levantar um itinerário para o trecho final da Estrada de Ferro Pedro II, levando os trilhos pelos vales do Paraopeba e do São Francisco até Pirapora, ligando a ferrovia à navegação do grande rio (o percurso de Wells não foi construído, adotando-se outra rota, pelo vale do Rio das Velhas).” (WELLS, 1995, v. 1, s/p). Esteve em Minas entre 1873 e 1875.

em uma estalagem em Barbacena e elogiou a presença de janelas de vidro e “móvel decente”, que seriam coisas raras. Em Juiz de Fora, Wells (1995, v. 1, p. 67) se hospedou no hotel da Companhia Rodoviária União e Indústria (que construiu um dos trechos da Estrada da Corte). Era um “hotel cômodo e asseado”. Havia salas de recepção, leitura, música e jantar, tudo mobiliado.

CAPÍTULO 3 – CHEGAR E PARTIR: O CAPÃO DO LANA

3.1 A estalagem: surgimento e consolidação

O Capão do Lana era uma das estruturas de parada mais completas do Caminho Novo. Os viajantes se referem a ele como estalagem e/ou como fazenda, possuindo rancho e venda (CASTELNAU, 1949; WALSH, 1985; SILVA, 1997, v. 1).

Diante disso, Capão do Lana parece ser uma exceção em relação às demais estruturas de pouso. No geral, os viajantes elogiaram a estadia e o suprimento da estalagem. Dos 21 viajantes consultados, dez se hospedaram no Capão e outros quatro fizeram uma parada rápida, para um almoço, ou uma visita à mina, mas não se hospedaram no local, provavelmente devido à proximidade de Ouro Preto e por isso decidiram ficar na capital.

Burmeister é uma exceção em relação aos viajantes que passaram pelo Caminho Novo. Ele queria muito ter visitado o Capão, mas quebrou a perna e por isso não pode ir ao local. Os seis restantes, desses 21 viajantes, não passaram pelo Caminho Novo, ou seja, não fizeram o trajeto onde o Capão está localizado por estarem indo para outras regiões. Ou, como é o caso de Tschudi, passaram pela estrada nova do Paraibuna, que tinha outro traçado.

A documentação histórica analisada, especialmente as cartas de sesmarias, tem corroborado a hipótese de que o Capão surgiu por causa do Caminho Novo, talvez primeiramente como um pequeno pouso de tropeiros e, posteriormente, foi ampliando suas atividades até chegar a uma grande fazenda e estalagem completa, ao ponto de tornar-se um povoado. Isso porque a descoberta do topázio teria se dado em fins da década de 1760 ou princípios da de 1770.

Segundo Peixoto e Lima (2004), a primeira descoberta se deu no Morro de Saramenha em Ouro Preto e, posteriormente, foram descobertas as lavras do Capão. De fato, um documento publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro (1900), informa o descobrimento de topázios no Morro de Saramenha, nos arredores de Vila Rica, em 1772. E a abundância de pedras foi tão grande que os mineiros começaram a deixar suas lavras de ouro para investir na mineração de topázios, o que não era desejável para o governo colonial. Sendo assim, o Conde de Valadares propôs a imposição de um tributo sobre a mineração das pedras preciosas.¹⁰⁸

¹⁰⁸Assento que se tomou sobre o descuberto de topasios no morro chamado Saramenha no districto desta Villa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v. 5, n. 1, p. 160-162. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, jan.-jun. 1900. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=231>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

José João Teixeira Coelho, Desembargador da Relação do Porto e Intendente de Vila Rica, que, inclusive, foi um dos que assinou o referido documento acima, escreveu a *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais* em 1780. Ao falar do governo do Conde de Valadares registra:

O mesmo Governador fez tirar, contra o estilo até aquele tempo praticado, uma data no descoberto dos topázios, feito nas vizinhanças de Vila Rica para Sua Majestade, a quem pertencem as minas das pedras preciosas, assim como lhe pertencem as dos metais, o que se lhe aprovou pela ordem do Erário dirigida à mesma Junta, a 7 de abril de 1774. (COELHO, 1994, p. 153).

Quando Coelho escreveu essa instrução, provavelmente o Capão do Lana ainda não era famoso pela exploração de topázio, pois não é mencionado na lista que ele apresenta, ou então teve um descobrimento posterior:

Os topázios da Capitania de Minas são excelentes; tiram-se no Rio das Velhas, na Itatiaia, no Chiqueiro e em um morro próximo à Vila Rica, na Cachoeira do Campo, no Serro Frio e, ultimamente, apareceram também no Cuieté¹⁰⁹. (COELHO, 1994, p. 245).

Importante lembrar que Chiqueiro é uma localidade próxima ao Capão, o que pode indicar descobertas simultâneas de minas destas pedras na região. Talvez o “morro próximo à Vila Rica” que Teixeira Coelho menciona seja o de Saramenha.



FIGURA 51 - Morro onde se estraem os Topazios descobertos no anno de 1772. Datta de El Rei
Autoria e data não identificadas.
Fonte: COSTA, 2005, p. 143.

¹⁰⁹ Serro Frio é atualmente Serro/MG e Cuieté é Cuieté Velho, distrito de Conselheiro Pena/MG, região do Vale do Rio Doce.

José Joaquim da Rocha¹¹⁰, escrevendo na mesma época de Teixeira Coelho, corrobora a época do descobrimento dos topázios e que estariam ainda em seu auge no período em que escreveu suas considerações:

Na Comarca de Vila Rica se acham os topázios encarnados e amarelos com muita abundância, principalmente depois do ano de 1773, que se descobriu em Vila Rica uma nova mina das tais pedras, que abismou o grande número de arobas que dela se extraíram e ainda hoje se encontram bastantes. (ROCHA, 1995, p. 166).

Portanto, até o momento, parece correto afirmar que a descoberta das primeiras minas de topázio, pelo menos oficialmente, se deu em algum momento na virada das décadas de 1760 para 1770. Porém, a referência ao Capão em itinerários e mapas é bem anterior a este período. A primeira menção ao local encontra-se no relato de Tavares de Brito, já citado, que elaborou um roteiro sobre os caminhos do litoral para as Minas em 1732, havendo a possibilidade de ter sido escrito anteriormente, em 1717. Neste roteiro ele cita o trajeto definitivo do Caminho Novo, onde aparece o Capão do Lana como “Olanã”¹¹¹. O itinerário foi incluído no Códice Costa Matoso, transcrito com uma versão atualizada, conforme se lê:

[...] Carijós; Macabelo — aqui se passa o Rodeio, isto é, que se rodeia uma serra a que chamam Itatiaia —; Ihéus; **Lana**. [...] E prosseguindo o caminho das Minas Gerais, do **Lana** se vai às Três Cruzes, e daí a Tripuí, que fica uma légua de Vila Rica, e logo se entra nela. (COSTA MATOSO, 1999, v. 1, p. 903 e 904. Grifos nossos)

Mas a primeira referência ao Caminho Novo foi o roteiro de Antonil, publicado em 1711, também já citado. Neste roteiro não aparece o Capão. Logo, ou ele ainda não existia ou não seria importante o suficiente para figurar em um roteiro como ponto de parada¹¹². Assim, segundo essas fontes, podemos estabelecer uma data relativa para o surgimento do Capão, que seria entre 1711 e 1732. Outros argumentos para esta data relativa referem-se ao fato de que, no período em que Tavares de Brito escreveu, a região das Minas já se encontrava intensamente povoada, devido ao grande fluxo populacional ocasionado pelas descobertas auríferas que demandavam também o desenvolvimento de outras atividades econômicas para a subsistência da região (cf. GUIMARÃES e REIS, 1987).

E, ao mesmo tempo, provavelmente não seria muito anterior a 1711, pois nos relatos consultados acerca da Guerra dos Emboabas, que ocorreu entre os anos de 1707 e 1709, e que

¹¹⁰ Português, viveu em Vila Rica como cartógrafo e praça de cabo-de-esquadra do Regimento da Cavalaria Regular de Minas Gerais. Publicou sua obra em 1780.

¹¹¹ O roteiro já foi citado no capítulo anterior, mas julgamos interessante reproduzir novamente.

¹¹² Como Antonil não esteve em Minas Gerais, conforme já dito, o Capão pode ter ficado de fora do seu itinerário por causa disso, mas como citou com precisão os principais pontos de parada, a dúvida persiste.

teve como um dos locais de sucessão de acontecimentos a região de Cachoeira do Campo, próxima ao sítio, não há menção ao Capão do Lana (BARREIROS, 1984; GUIMARÃES, 2008).

Uma fonte importante para a compreensão da formação da estalagem são os mapas produzidos ao longo dos séculos XVIII e XIX. Uma referência relevante do setecentos é o mapa de Cláudio Manoel da Costa produzido entre os anos de 1755 e 1766, com o objetivo de indicar os caminhos da principal região aurífera de Minas no período colonial.

Nas imagens a seguir, destacamos o Capão do Lana em um círculo verde.



FIGURA 52 - Carta Geográfica do Termo de Villa Rica, em q se mostra que os Arrayaes de Catas Altas da Noroega, Itaberaba e Carijós lhe ficam mais perto, q ao da Villa de S. José a q pertencem, e igualmente o de S. Antônio do Rio das Pedras, q toca ao do Sabará, o q se mostra, pela Escala, ou Petipe de Léguas. Capão do Lana circulado em verde

Autor: Cláudio Manuel da Costa

Data: c. 1766.

Fonte: COSTA, 2005, p. 100.

possuírem me requereram lhes concedesse na dita paragem meia légua de terra em quadra para continuar sua cultura [...].¹¹³ (Grifo nosso).

As atividades referidas no local estão relacionadas ao cultivo da terra, afinal é uma carta de sesmaria e não uma data, não possuindo relação com a exploração de topázio. Pelo menos, não há menção dessa atividade nessa carta, o que chama a atenção já que este é o provável período da descoberta do topázio nas proximidades.

Nesse, bem como em outros documentos, o Capão do Lana aparece como uma **paragem**. Essa denominação indica um local que já possuía um povoamento estável (FONSECA, 2011, p. 77), ou seja, já ocupado por vários indivíduos há alguns anos. Isso mostra que o Capão do Lana, mais do que uma estalagem, era um local com várias unidades domésticas e habitantes. Provavelmente o local tomou o nome da fazenda principal, que abrigava os viajantes.

Outros documentos nos ajudam a confirmar essa hipótese como outra carta de sesmaria para a região, passada em 5 de outubro de 1798 a Domingos José Ferreira, que já era morador no Capão do Lana e pedira a concessão de terras devolutas que, inclusive, confrontavam com as terras de José da Silva Guimarães, nesta época, já falecido.¹¹⁴

Além desse, mais outros dois documentos nos ajudam a pensar na ocupação da região, um depositado no Arquivo Público Mineiro, pertencente ao acervo da Casa dos Contos, e outro no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência em Ouro Preto. O primeiro refere-se a uma lista, de 1773, de moradores de vários povoados dessa região localizada entre Ouro Preto e Ouro Branco, por onde passava o Caminho Novo. Esse documento apresenta a lista de moradores das seguintes localidades:

Do [Pacodés?] até a freguesia de Ouro Preto; Bota Fogo; Macacos; Vira Lobos; Basouras; Fornos; Lagoa do [Preto?]; [Rodeyo]; Alto do Morro; Xiqueiro; **Capão**; Paiva; Citio de Jozé Correya; Citio do Crioullo; Boa vista; Citio do Crioullo; Citio das trez Cruzes. (Grifo nosso)¹¹⁵

A lista do Capão apresenta quatorze nomes, dentre homens e mulheres, um feitor, indivíduos alforriados e um padre: Jerônimo José Correia; Antônio Francisco, feitor; Simoa da Silva, viúva; José de Almeida, “preto forro”; Thereza Nunes, “preta forra”; João de Freitas

¹¹³ Carta de sesmaria passada a Manoel Martins de Carvalho. Paragem O Lana. 07 de janeiro de 1772. SC. 146 Filme: 32 206V. Neg. G-1. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

¹¹⁴ Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial). Registro de sesmarias (com índice no final). Arquivo Público Mineiro – SC-285 Filme: 60 122v. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=289>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

¹¹⁵ Casa dos Contos. Caixa 71, rolo 522, planilha 30.778 (doc. 5, fl. 3v.). Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

[Leme?]; Anna Maria de Souza, “parda forra”; [Joaquim?] José Barroso; Manoel de Pinho; Manoel Luís Carneiro; *Jose da Silva Guimarães* pela testamentária do padre Manoel Fernandes Machado; *Manoel Martins*; Agostinho da Costa Pereira e Gabriel Fernandes Gonçalves (fl. 3v.). Grifamos aqui os dois sesmeiros citados anteriormente.

O segundo documento é um Auto de Devassa de 1777¹¹⁶, acerca de um crime ocorrido no Capão do Lana. Estavam sendo investigados os ferimentos de Simeão Coutinho de Oliveira ocorridos na venda ou estalagem (utiliza-se as duas nomenclaturas no documento) de José Barbosa neste mesmo ano. De acordo com o relato das testemunhas Simeão, homem “pardo forro”, peão da tropa de Roberto Felipe da Costa instigou Narcisa, “uma negra mina” com uma faca para que dançasse com ela. Narcisa fugiu e buscou abrigo na venda de José Barbosa e Simeão foi atrás dela, conseguindo entrar no local.

As pessoas presentes, apenas homens, ajudaram a proteger Narcisa, o que levou Simeão a ameaçar todos com uma faca. A impressão que as testemunhas passam é de que Simeão estava claramente alterado. De fato, uma das testemunhas informa que Simeão estava bêbado e na perseguição a Narcisa, chegou a cair no chão. Estava tão furioso que passou a ameaçar Manoel Francisco Pedrosa, que morava na venda de José Barbosa e estava quase dormindo sobre o balcão quando o tumulto começou. Aparentemente, Manoel Francisco, em outra ocasião, não tinha emprestado a ele uma rabeça e esse fato foi usado por Simeão para confrontá-lo. Para escapar da confusão, Manoel Francisco subiu ao seu quarto, já que a venda era um sobrado, e Simeão foi atrás dele.

O peão ficou do lado de fora do quarto provocando Manoel Francisco a que saísse para enfrentá-lo e, após muita insistência, ele saiu do quarto com sua “catana de soldado de cavalo auxiliar”, indo para cima de Simeão e sendo ajudado por todos os que se achavam na venda naquele momento, incluindo seu escravo, Domingos, munido de um pau. E foi assim que se deram os ferimentos referidos nos autos.

Dentre os hóspedes da venda/estalagem relacionados no documento estavam: Floriano Gonçalves da Silva, homem branco, morador em Vila Rica, negociante e Fernando Antônio de Pádua, cunhado de Floriano, oficial de justiça também morador de Vila Rica. Além deles havia “Homens do Caminho” e seus escravos. Essa designação parece ser uma nomenclatura genérica para designar aqueles que se utilizavam dos caminhos por conta do seu ofício, sejam eles

¹¹⁶ Ações Criminais. Devassa. Ano 1777. Caixa 447, documento 9413, Cartório 1. Baz Valentim de Oliveira (capitão, juiz ordinário) – autor; Simão Coutinho de Oliveira (pardo forro, peão da tropa de Roberto Felipe da Costa). Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

comerciantes, tratantes, comboieiros, condutores, tropeiros, dentre outros (NEVES, 2016). Esses poderiam ser os tropeiros que normalmente se hospedavam no rancho.

Ao que parece, estavam todos na venda naquele momento, em uma sexta-feira, por volta das dezoito horas, pelo relato. Podemos presumir que momentos de fumo e consumo de bebidas ou apenas alimentos estavam ocorrendo entre os passageiros do Capão, além de conversas sobre as últimas novidades. Pelo relato das testemunhas é possível inferir que a venda de José Barbosa era um local central da comunidade, inclusive congregando pessoas de lugares próximos. Das trinta testemunhas ouvidas, vinte são moradoras de localidades circunvizinhas ao Capão: Vila Rica, Bocaina, Crioulo, Tripuí, José Correia, Chiqueiro, Botafogo e até Ouro Branco.

Tirando os dois homens que estavam hospedados naquele dia e o estalajadeiro, a maioria dos depoentes (dezenove testemunhas), sabia do caso por ouvir dizer e até conhecer de vista os envolvidos na confusão. O porquê foram arrolados como testemunhas não fica claro. Poderiam ser pessoas de relações próximas dos moradores do Capão, ou estarem na localidade no dia dos acontecimentos, não, necessariamente, no local do evento. Poderiam também ter o costume de frequentar a venda, para almoço ou jantar ou apenas para uma pausa de suas atividades e ficarem sabendo de mais alguma novidade do acontecido, sendo, por isso, intimados a depor.

Dentre as nove testemunhas restantes estavam moradores do “sítio do Capão”, para usar uma terminologia do documento. Interessante ressaltar que apenas uma delas, Ana Maria de Souza, uma “parda forra” está em ambos os documentos, a lista de moradores apresentada anteriormente a este. Isso permite levantar a hipótese de um povoado com, no mínimo, 23 núcleos familiares, ou uma rotatividade na ocupação do local, já que muitos deles viviam de minerar: são quatro os que “vivem de minerar” e um “mineiro de pedras”, provavelmente o topázio, dando a entender que a mineração dessa pedra já ocorria na localidade em 1777. Sendo assim, é possível que os moradores se mudassem em períodos curtos. E é bem provável que a venda citada no documento corresponda às ruínas arqueológicas encontradas, já que era uma construção assobradada, com rancho e venda.

A sentença dada pelo juiz foi a prisão de Simeão Coutinho, entendendo que ele foi o causador da confusão e os demais o teriam ferido em defesa de suas próprias vidas. O peão veio a falecer na cadeia, não estando claro se foi em decorrência dos ferimentos, mas é provável que sim, já que morreu dois meses depois do ocorrido e seus ferimentos foram bastante graves, na cabeça e no rosto.

O comportamento de algumas testemunhas também deixa entrever talvez um certo costume com desordens ocorridas pelos lados da venda de João Barbosa. Enquanto uns apenas ouviram os gritos e esperaram aparecer quem socorresse, outros decidiram se trancar em casa, com receio do tumulto.

Essa grande movimentação, o intenso fluxo de pessoas, no chegar e partir do Capão, nos leva também ao constante trânsito de mercadorias. Recibos da estalagem foram identificados no APM registrando venda e compra de animais e insumos como sal e capim. Alguns indicam compras feitas por meio do contratador João Rodrigues de Macedo entre os anos de 1780 e 1781, referentes a aquisição de “bestas”. Nesses documentos o Capão aparece como um local de transação comercial, com a possibilidade de vendas de animais criados na própria localidade, e também a possibilidade de que os comerciantes ou tropeiros levassem seus animais para serem vendidos lá¹¹⁷, como demonstra o Auto de Devassa que acabamos de analisar, que registra o fato de que a tropa da qual Simeão Coutinho era peão, estava no Capão para engorda e venda dos seus animais.

Já em outro documento, Manoel Caetano de Castro passou a Vicente da Mota um vale de três alqueires de farinha em 1782. Também, comprou de Vicente uma arroba de toucinho.¹¹⁸ Este é Vicente Vieira da Mota, relacionado, mais tarde, entre os inconfidentes e guarda-livros do citado contratador João Rodrigues de Macedo (MINAS GERAIS, 1976, v. 1).

Ainda que Macedo não tenha sido listado como um inconfidente, sua relação com este movimento é, no mínimo, indireta. Na casa que construiu para sua residência, a Casa dos Contos em Ouro Preto, promovia saraus e festas com certa frequência. Nesses momentos, propostas de reconfigurações e acomodações das relações com a Metrópole eram discutidas e entende-se que essas reuniões acabaram por dar as bases teóricas para o movimento da Inconfidência Mineira. Macedo tinha entre seu círculo íntimo pessoas como Inácio José de Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa, além do próprio Vicente Vieira da Mota. Todos relacionados no banco dos réus da Inconfidência (FONSECA, 2005).

Essa circulação de mercadorias e pessoas levou também à circulação de ideias. Por ser um local estratégico dos caminhos, próximo à capital, e de contínuo trânsito, as pessoas não ficavam alheias aos acontecimentos de Vila Rica. Assim, trabalhamos com a hipótese de o Capão ter funcionado como um agregador de ideias revolucionárias que transitavam pelos

¹¹⁷ Conferir os seguintes documentos: Casa dos Contos. Data 1780. Caixa 24, rolo 508, planilha 10.482; Data 1780. Caixa 13, rolo 504, planilha 10.270 (imagem 7); Data 1781. Caixa 25, rolo 508, planilha 10.515 (documento 2). Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

¹¹⁸ Casa dos Contos. Data 1782. Caixa 93, rolo 529, planilha 20.337 (documento 3). Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

caminhos com as pessoas e se fixavam nas estalagens com elas. Trabalhamos com o exemplo da Inconfidência Mineira, já que os inconfidentes também estiveram no Capão.

Um deles, provavelmente, foi Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, apelido que ganhou por trabalhar como dentista, além de ter experiência em práticas farmacêuticas. Na década de 1770 entrou para o exército colonial e tornou-se alferes em 1781, nomeado comandante da Patrulha do Caminho Novo. Por este motivo, conhecia bem o trajeto da via, cada parada, os locais mais propícios e os menos propícios para a explanação de seus ideais. Sua ligação com a estalagem da Varginha do Lourenço é inegável, conforme consta nos Autos de Devassa. Mas, muito provavelmente, esta foi apenas uma das muitas estalagens, vendas ou ranchos que serviram de ponto de encontros e discussões de diversas ideias subversivas.

Quando Basílio de Brito Malheiro do Lago, um dos delatores da Inconfidência, foi à Varginha do Lourenço em oito de maio de 1789 colher informações sobre o que se passou lá, conversou cuidadosamente com o estalajadeiro, João da Costa Rodrigues. Ao longo da conversa este perguntou sobre a cobrança da derrama, ao que Lago informou que esta era uma obrigação da Capitania, que devia muito ao Rei, ao que o estalajadeiro respondeu:

Não disse aqui assim um oficial pago que ia para o Rio de Janeiro. E falou aqui muita coisa. Procurei eu [Lago], com jeito, que me dissesse quem era o oficial, [...]. Disse-me que já tinha cabelos brancos, e disse-me que **falava com muita liberdade**. E por muitos sinais que alcancei e pelo que já sabia do Tiradentes, eu julgo ser este o oficial de quem falava o estalajadeiro. (MINAS GERAIS, 2016, v. 2, p. 450. Grifo nosso).

Na continuação do relato, Lago informa que, ao entrar em seu quarto para cear, o estalajadeiro contou que houve uma reunião naquele mesmo quarto entre o tal oficial, um clérigo, uns homens do Rio das Mortes e um soldado. Nesta conversa Tiradentes falou das suas ideias, mostrando que todo o ouro produzido era levado para fora, que o que Portugal fazia não era mais do que manter os daqui com a cabeça baixa para levarem todo o ouro e deixar a terra miserável. Seu discurso foi tão enfático que acabou por “converter” o clérigo às suas ideias.

A 18ª testemunha a depor nos Autos de Devassa, João Dias da Mota, deslocando-se da Varginha do Lourenço, onde se hospedara, para o arraial de São Bartolomeu, ficou na estalagem das Bananeiras¹¹⁹. Lá encontrou-se com Tiradentes que estava deitado em uma esteira, com quem começou a conversar. Mota, sabendo que Tiradentes vinha de Vila Rica, perguntou as últimas novidades de lá, ao que Tiradentes respondeu

¹¹⁹ São Bartolomeu atualmente é distrito de Ouro Preto/MG e Bananeiras é um povoado localizado no município de Conselheiro Lafaiete/MG.

que se lançava a derrama pelo povo, para se completar o pagamento das cem arrobas de ouro a Sua Majestade pelo quinto e que a cada pessoa cabiam por ano oito oitavas, ao que ele, testemunha, respondeu que muito era, mas que não havia remédio senão pagá-los quando se lançassem, de cuja resposta o dito alferes Joaquim José da Silva Xavier se enfureceu; e levantando-se de repente, entrou a calçar as botas e disse a ele, testemunha, umas poucas de vezes que não havia de pagar a derrama, **porque havia de haver levante**; [...] (MINAS GERAIS, 2016, v. 4, p. 136. Grifo nosso).

Conversas de que haveria um levante também ocorreram na Estalagem das Cabeças, localizada em Vila Rica (MINAS GERAIS, 2016, v. 4)

Foi na Estalagem da Praça, que ficava próxima ao Palácio de Vila Rica,¹²⁰ que Francisco Antônio Rebelo visitou Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Lopes estava encarregado de convencer o Tenente Coronel Francisco de Paula a dar início ao levante. Como nada conseguiu dele, a ordem era escrever uma contra denúncia para neutralizar a delação de Joaquim Silvério dos Reis e entregá-la ao Visconde de Barbacena. Nesse encontro na estalagem, Rebelo aconselhou que a escrevesse logo (MINAS GERAIS, 2016, v. 2; v. 8). E foi o que Lopes fez, apresentando-a em Cachoeira ao Visconde de Barbacena.

O alferes Vitoriano Gonçalves Veloso, que estava preso por portar um bilhete suspeito, informa em seu depoimento que tal bilhete foi mandado pelo Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes ao Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada. O conteúdo do bilhete, que era um recado, informava que “se acautelasse que, por aqueles quatro ou cinco dias, era preso” e que “o negócio estava perdido” (MINAS GERAIS, 2016, v. 2, p. 169 e 170). Esse “negócio” nada mais era do que o levante da Inconfidência. O recado foi dado após saberem da prisão de Joaquim Silvério dos Reis no Rio de Janeiro. Lopes ainda recomendou a Veloso que se não encontrasse Freire de Andrada em Vila Rica, que o procurasse em sua Fazenda dos Caldeirões¹²¹. Veloso poderia confirmar onde estava Freire de Andrada no Capão do Lana, que ficava próximo à Caldeirões que foi um dos locais das reuniões da Inconfidência (MINAS GERAIS, 2016, v. 3).

Esses relatos mostram a construção de uma rede de informações que ligava as estalagens: uma rede de ideias subversivas. Pelos documentos citados no capítulo 2 também percebemos as vendas, em certos aspectos, como locais subversivos da ordem escravista já que

¹²⁰ Atualmente, a Escola de Minas da Ufop.

¹²¹ Nos autos de devassa, a Fazenda Caldeirões aparece como de propriedade de Francisco de Paula Freire de Andrada. No entanto, Luana Akinruli (2018) fez uma extensa pesquisa documental relacionando a propriedade à família de Álvares Maciel. Tarquínio Oliveira considera que no sequestro dos bens de Freire de Andrada não aparece a Fazenda Caldeirões, pela possibilidade de ela ter sido dada como propriedade do seu sogro (MINAS GERAIS, 2016, v. 8, p. 229), já que ele era casado com umas das filhas de José Álvares Maciel (pai).

vendas nas paragens em que possam prejudicar os mineiros, pelos danos que a estes e seus escravos sucede se está conservando [...] uma rua [...] detrás da rua do padre Faria, onde tudo são vendas e casas [...] de comissão em que se recolhem os negros fugidos e se consome todo o ouro dos escravos [...] lhe sucede de tal rua é fazerem-se-lhe seus escravos calhambolas e fujões dando-lhes nas casas da tal rua coito e escapula por certos becos que nela há [...]. (APMSC/CMOP, Cód. 49 fls. 68-69 em GUIMARÃES, 2003, p. 185).

As vendas também foram identificadas como locais em que os próprios “brancos” escondiam escravizados que haviam fugido, transformando esses estabelecimentos em “trincheiras avançadas” dos quilombos (GUIMARÃES, 2003, p. 186), em confronto direto com a ordem escravista. Guimarães ainda coloca as vendas como locais que não seriam utilizados pela elite “branca” escravista, já que possivelmente a associação entre vendas e a população de classe mais baixa, inclusive escravizada, ocorreu. Consideramos esse tipo de estabelecimento diferente do caso do Capão do Lana, que recebeu hóspedes diversos, pelo que veremos.

Ao mesmo tempo, as estalagens também serviram como locais de repressão das ideias subversivas, já que as comitivas que levavam os presos da inconfidência se hospedaram nelas. Na tarde do dia 24 de maio de 1789, o inconfidente Vitoriano Gonçalves Veloso, estando no Capão, viu passar preso o inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, sendo conduzido ao Rio de Janeiro, conforme relato a seguir:

No Capão do Lana, importante entroncamento das estradas para Vila Rica e Cachoeira do Campo, naquele sábado (24-05), viu passar preso o Des. Tomás Antônio Gonzaga, acompanhado do A. O. Francisco Antônio Rebelo e da escolta comandada pelo Cap. Antônio José de Araújo. [...] No Capão do Lana, devia informar-se que o Ten.-Cel. Francisco de Paula estava na Fazenda Caldeirões ou em Vila Rica, estando a fazenda perto daquele entroncamento (MINAS GERAIS, 1976, v. 2, p. 160).

No depoimento de Veloso, o Capão cumpre a função de pouso e possivelmente esconderijo:

E nessa noite dormiu no Capão do Lana, onde ouviu dizer que pela estrada andavam soldados pagos tomando cavalos e que tinham aberto uma carta a um portador, do que assustado, ele Respondente temendo igual sucesso logo de madrugada voltou pelo mesmo caminho para sua casa (MINAS GERAIS, 1976, v. 2, p. 162).

Alguns anos mais tarde, em 23 de setembro de 1795, o Bacharel José Caetano César Manitti, então Ouvidor e Corregedor da Comarca do Sabará (Rio das Velhas), nomeado escrivão dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, hospedou-se no Capão do Lana com alguns presos que estava enviando ao Rio de Janeiro. O documento é um recibo de Domingos José Ferreira e Silva, do qual encontramos uma carta de sesmaria, já citada:

Recebi do Snr. Joaõ Roiz. de Macedo vinte e nove oitavas e três quartos e três Vintens de oiro emportancia da despeza *que* fez na *mesma* **Estalagem do Capam do Lana** ao Snr. Doutor Intendente Jozé Caetano Cezar Manite [Manitti] na paragem *que* fez desta Vila a Cidade do Riyo de *Janeiro* [na ocaziaõ?] *que* foraõ desta Vila Varios[prezos] de emconfidência e por estar pago pazei a *prezente* Vila Rica [ilegível].¹²² (Grifo nosso).

3.2. Os moradores da estalagem: fixidez em meio ao fluxo

O nome Capão do Lana, nos faz pensar em quem era o proprietário “original” do local, possivelmente, alguém que tinha o sobrenome Lana. Não sabemos quem seria esse provável Lana. Mas, muitas das pessoas com quem conversamos em Ouro Preto, que têm alguma ligação com o sítio, relacionaram o nome a um francês que veio morar em Ouro Preto no século XVIII. Pesquisando esta informação, encontramos um artigo do cônego Raimundo Trindade (1955) que relaciona a atual extensa família Lana em Minas Gerais a um francês chamado Jean de Lanne, que aqui ficou conhecido como João de Lana.

Ele era ourives, filho de um ourives da região de Baiona, e mudou-se para o Brasil em 1695, instalando-se primeiramente no Rio de Janeiro. As informações sobre ele são muito escassas, mas sabe-se que desde 1728 João de Lana e um genro, Pantaleão da Costa Dantas, já trabalhavam na Casa de Fundação de Vila Rica, tendo sido nomeado contraste e ensaiador pela Câmara de Vila Rica em 1742. Outra informação referente a ele é sobre um neto seu, que foi ordenado no Rio de Janeiro em 1748 e foi vigário colado de Itatiaia até 1790, onde faleceu.

Apesar de João de Lana já estar estabelecido em Vila Rica no período em que estimamos o surgimento da estalagem (entre 1711 e 1732), não encontramos nenhuma documentação que ligue João de Lana à paragem do Capão do Lana.

A referência aos nomes dos antigos proprietários possibilita o rastreamento do processo de ocupação da estalagem, as pessoas que ocuparam o local, seus ofícios, além de permitir buscar por outros tipos de informações diretamente relacionadas à estalagem como testamentos e inventários, propiciando um melhor entendimento dos vestígios arqueológicos, tanto os imóveis, como os móveis. No entanto, nas buscas documentais para esta tese, tal rastreamento não se mostrou tão frutífero como o esperado. A referência ao estalajadeiro João Barbosa e sua venda se resume àquele processo criminal contra Simeão Coutinho, não ficando claro se ele chegou a vender sua propriedade e outros deram continuidade ao seu negócio ou se a desativou e outros estabeleceram uma estalagem em outro ponto do povoado.

¹²² Casa dos Contos. Data 1795. Caixa 04, rolo 502, planilha 10.099 (documento 3). Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

Pensamos nessas hipóteses devido às informações encontradas nos inventários de José da Silva Guimarães, um dos sesmeiros que já citamos e sua esposa, Joana da Rocha Campos, falecidos em 1795 e 1789, respectivamente. Em ambos os inventários consta nos bens de raiz

um sítio que se compõe de casas de vivenda com seu rancho tudo coberto de telha com alguns capões de mato e campos que compreendem uma sesmaria que // [fl 10v] que se acha medida e demarcada e confirmada por Sua Majestade na paragem chamada o Lanna [...] [e] Várias terras minerais que partem com as terras do dito sitio na paragem do Morro do Capão do Lanna [...].¹²³

Estão relacionados quatorze indivíduos escravizados, sendo sete homens e sete mulheres, com a ressalva de que dois ainda eram crianças. Esse número equilibrado de homens e mulheres indica a diversidade de atividades da fazenda, de hospedagem e mineração, além de trabalhos agrícolas e de criação de gado, já que nos inventários de Joana e José da Silva¹²⁴ também aparecem tanto ferramentas relacionadas à agricultura que também eram usadas na mineração de topázio, bem como cabeças de gado. Mais provavelmente o carro-chefe do Capão eram os trabalhos de hospedagem e mineração, ficando as atividades agrícolas e de criação de gado como um suporte às principais.

Já no inventário de José da Silva Guimarães, seis anos após a morte de sua esposa, percebemos um aumento no número de indivíduos escravizados. São dezoito, sendo quatro homens e sete mulheres, excluindo as crianças e uma senhora já bem idosa. Vemos agora um número maior de mulheres. Na verdade, elas também estavam presentes no trabalho de mineração, já que na lista das testemunhas do crime ocorrido no Capão a forra Ana Maria de Souza informa que vive de minerar e outra, Anna de Almeida, vive de minerar e de suas costuras.

Quanto aos bens móveis do inventário de Joana destacamos a presença de um garfo e duas colheres de prata, avaliados em quatro mil réis. Também a presença de ferramentas que, conforme dito, tanto podem ter sido usadas em trabalhos agrícolas como no de mineração: quatro enxadas, três almocafres¹²⁵ de ferro, dois machados e duas alavancas de ferro. A enxada parece ter sido o instrumento preferido na exploração do topázio no Capão do Lana, conforme veremos mais adiante.

¹²³ Fórum da Comarca de Ouro Preto. Ações cíveis. Inventário. Ano 1789. Caixa 89, documento 1079, Cartório 1. Joana da Rocha Campos – inventariado / José da Silva Guimarães – inventariante. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

¹²⁴ Fórum da Comarca de Ouro Preto. Ações cíveis. Inventário. Ano 1795. Caixa 27, documento 295, Cartório 2. José da Silva Guimarães – inventariado. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

¹²⁵ Espécie de sacho terminado em ponta, originalmente da agricultura, mas muito usado na mineração. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/almocafre>>. Acesso em: 02 set. 2020.

Quanto aos “trastes da venda”, estão na lista a seguir:

- Item - um **frasco de vidro preto** [...] quantia de cento cinquenta réis com que se sai a margem - /150
- Item - um **copo de vidro** pequeno [...] na quantia de cento cinquenta réis com que se sai aqui a margem - /150
- Item - duas **garrafinhas pequenas de vidro preto** [...] na quantia de cento e cinquenta réis e sai - /150
- Item - um **funil pequeno de folha de Flandres** [...] na quantia de setenta e cinco réis com que se sai aqui - /75
- Item - três **barris com quatro aros de ferro** cada um [...] a trezentos réis que importam novecentos réis com que se sai aqui a margem deste - /900
- Item- oito **panelas de barro** [...] todas juntas na quantia de cento e cinquenta réis com que se sai - /150
- Item - duas **pichorras**¹²⁶**de barro** [...] ambas juntas em setenta e cinco réis com que se sai aqui a margem - /075
- [fl 9f] Item - Duas **frigideiras de barro** [...] na quantia de trinta e sete réis e meio com que se sai aqui a margem - /37z
- Item - Uma **balança** de pesar ouro com seu marco de meia libra [...] na quantia de mil e duzentos réis com que se sai - 1/200
- Item - Um **almofariz**¹²⁷ **de bronze** com sua mão [...] na quantia de seiscentos réis com que se sai aqui a margem deste - /600
- Item - Uma **mesa** pequena tosca [...] na quantia de trezentos réis com que se sai aqui a margem deste como se vê - 300
- Item - Um **caixão de guardar mantimento** [...] na quantia de mil e oitocentos réis com que se sai aqui a margem - 1/800.¹²⁸ (Grifos nossos).

Pelos itens da venda é possível inferir que ela não estava relacionada apenas à venda de produtos secos e molhados, mas também à venda de refeições, como almoço e jantar, pela quantidade de panelas, caixa para guarda de mantimentos além de itens relacionados ao preparo de condimentos como o almofariz.

Já no inventário do José da Silva Guimarães, de 1795, alguns itens foram acrescentados e alguns poucos estão ausentes em relação ao inventário de sua esposa.

- Descriçam de bens /
- Item **dois barris com quatro [arcos] de ferro** [...] am/bosemportam em seiscentos réis e sahe. \$600 /
- Item **dois frascos de vidro verde** [...] ambos importam em qua/trocentos e cincoenta réis com que sahe. \$450 /
- Item **huma frasqueira** com quatro / palmos de cumprimento **de madeira** bran/ca com sua fechadura que fora ava/liada [...] novecentos réis e se sahe. \$900 /
- Item outra **frasqueira de madeira** / branca com sua fechadura e que tem / três palmos de cumprimento que fora a/valiada em [...] setecentos e cincoenta réis. \$750 /
- Item **huma balança de pezar oiro** / com seo marco de meia libra que fo/ra avaliada [...] novecentos réis. \$900 /

¹²⁶ Pequeno cântaro de barro com bico. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/pichorra>>. Acesso em: 02 set. 2020.

¹²⁷ Recipiente em que se trituram e misturam substâncias; pequeno pilão. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/almofariz>>. Acesso em: 02 set. 2020.

¹²⁸ Fórum da Comarca de Ouro Preto. Ações cíveis. Inventário. Ano 1789. Caixa 89, documento 1079, Cartório 1. Joana da Rocha Campos – inventariado / José da Silva Guimarães – inventariante. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

Item **hum quarta e meia quarta / de medir mantimentos** que foram / avaliadas em [...] seiscientos reis e sahe. \$600 /

Item **duas dúzias de panellas pequenas / e frigideiras de barro** que foram avaliadas em [...] quatrocentos e cincoenta reis com que se sahe aqui a margem. \$450 / [Fl. 3v]

Item hum (ter) **nove medidas de pao / de venda** que fora avaliado em [...] trezentos reis como se sahe a margem. \$300 /

Item **hum meza de madeira branca** / redonda com sua gaveta e fechadura / que fora avaliada [...] 1\$800 /

Item **hum meza de madeira branca** fina com sete palmos de cumprimento que fora avaliada em [...] seiscientos reis. \$600 /

Item **hum caixa de madeira branca** / [...] liza com sete / palmos de cumprimento com sua fechadura e com suas molduras de Jacarandá / que fora avaliada na quantia [...] seis mil e seiscientos reis e se sahe aqui. 6\$600 /

Item **hum banco de madeira branca** li/zo quebrado em hum ponta com doze / palmos e meio de comprimento que fora / avaliado em trezentos reis com que sahe. \$600 /

Item **hum [catre] de jacarandá** [tornea/do] que fora avaliado [...] 2\$400 /

Item **hum espreguiseiro de jacarandá** / torneado de coiro crú que fora / avaliado em [...] quatrocentos reis. 2\$400 /

Ferramenta cobre e estanho /

Item **três eixadas munto velas** que fo/ram avaliadas [...] em seiscientos e setenta e cinco reis e se sahe. \$675 /

Item **dois Machados grandes** que forão / avaliados [...] 1\$200 /

Item **hum foisse** que fora avaliada / em [...] seiscientos reis com que se sahe. \$600 /

Item **hum alavanca de ferro** que fo/ra avaliada em [...] 2\$400 /

Item **hum tacho de cobre** que peza //

(Fl. 4)

Que peza oito libras que fora avaliada [...] 3\$000 /

Item **quatro pratos piquenos de es/tanho** que foram avaliados em [...] seiscientos reis com que se sahe aqui. \$600 /¹²⁹ (Grifos nossos).

A primeira coisa que chama a atenção no inventário de José da Silva é que não são destacados os “trastes da venda”. Os itens móveis foram descritos sem essa diferenciação. Provavelmente, não foram separados no inventário, tendo sido listados todos juntos com os bens da residência. Chama a atenção a indicação de alguns móveis não listados anteriormente, como mesas, banco e catre, além de uma espreguiçadeira. Esses móveis indicam um investimento maior em conforto e talvez uma diferenciação maior entre os cômodos da casa.

É curioso que essa mudança tenha se dado após o falecimento da esposa. Mas o que parece é que José da Silva estava fazendo um maior investimento na estalagem em si. Há um aumento considerável no número de panelas: são duas dúzias, sendo que havia oito unidades anteriormente. Também a presença de pratos de estanho, material característico dos inventários do século XVIII. Percebe-se um maior investimento em caixas de mantimentos e medidas para mantimentos.

¹²⁹ Fórum da Comarca de Ouro Preto. Ações cíveis. Inventário. Ano 1795. Caixa 27, documento 295, Cartório 1. José da Silva Guimarães – inventariado. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

Enquanto isso, é possível perceber que não houve uma reposição das ferramentas ligadas à agricultura e/ou mineração. Há três enxadas “muito velhas”, sendo que eram quatro anteriormente; apenas uma alavanca, sendo que eram duas; os machados permanecem e aparece uma foice. Por fim, nota-se a ausência dos almocafres. Talvez, na época da família Guimarães a estalagem passou a ser o grande foco e a mineração que antes poderia ter uma proeminência passou a ocupar uma posição secundária, mas ganhando destaque novamente no século XIX, especialmente a partir da segunda metade.

Inclusive, aparentemente, a estalagem muda de dono a partir da morte de José da Silva, pois Domingos José Ferreira, alguns meses depois, passa a assinar recibos da estalagem do Capão, conforme já mostrado anteriormente, mais os seguintes. No dia 23 de setembro de 1795 Domingos recebeu dois pagamentos de João Rodrigues de Macedo: um pela hospedagem de Anna Joaquina, quando estava indo ao Rio das Mortes e outro pelo envio de uma bruaca de sal a Macedo quando este estava no sítio do Paiva (localidade próxima ao Capão).¹³⁰

Além disso, foram encontrados mais dois recibos de Domingos José Ferreira “do Capam”, referente a seis arcos de capim, cada um, ao preço de cinquenta reis cada arco, para os cavalos de Sua Majestade. Um em 13 de maio de 1820 para Cosme Ribeiro da Silva e outro em 04 de junho do mesmo ano para José Theodoro de Sá e Silva.

No entanto, também não encontramos outras informações relevantes sobre Domingos, como inventários ou testamentos, bem como outros tipos de documentação.

É fato que encontramos o inventário de uma das herdeiras de Joana da Rocha Campos, sua filha Rosa Álvares da Rocha, de 1826, juntamente com o inventário de seu marido, João Francisco Ferreira (1822).¹³¹ O documento informa que João Francisco e Rosa não moravam no Capão do Lana, mas em uma casa de número “quinhentos e trinta, de sobrado, coberta de telhas com seu quintal citas na Ladeira que vai para [rua] São José” (f. 8v.). A casa foi avaliada em 350 mil réis. Não há nenhum outro bem de raiz relacionado em nenhum dos dois inventários. Se o padrasto¹³² e a mãe de Rosa possuíam estalagem e venda no Capão, não sabemos como se deu a divisão, e se alguém teria assumido os negócios da família. No inventário de Joana, Rosa recebe parte do dinheiro pertencente aos bens de raiz, mas não há menção ao Capão em seu próprio inventário. Portanto, aparentemente não foram Rosa e seu marido que assumiram a estalagem.

¹³⁰ Conferir os seguintes documentos, respectivamente: Casa dos Contos. Data 1795. Caixa 9, rolo 503, planilha 10.184 (documento 3); Caixa 11, rolo 504, planilha 10.226. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

¹³¹ Fórum da Comarca de Ouro Preto. Ações cíveis. Inventário. Ano 1822. Caixa 84, documento 1025, Cartório 1. João Francisco Ferreira (Alferes) – inventariado. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

¹³² Rosa não era filha de José da Silva Guimarães.

Sendo assim, podemos resumir os possíveis proprietários do Capão no Quadro a seguir.

QUADRO 1- Possíveis proprietários e provável ocupação do Capão do Lana

NOME	PARENTESCO	PERÍODO DE OCUPAÇÃO/ POSSE DA PROPRIEDADE
José da Silva Guimarães	Joana da Rocha Campos (cônjuge)	1772 (carta de sesmaria) a 1795 (ano da sua morte)
Joana da Rocha Campos	José da Silva Guimarães (cônjuge)	? a 1789 (ano da sua morte)
José Barbosa ¹³³	-	c. 1777
Domingos José Ferreira	-	1795 a 1820 ¹³⁴
Joaquim Cândido da Costa Sena	-	Final do século XIX até 1902

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3 Viajantes naturalistas, topázios e uma nova revolta no século XIX

A mina do Capão do Lana era de especial interesse científico para os viajantes naturalistas que vieram para a região das Minas. Mawe, em 1809, ao se aproximar dos arredores do Capão do Lana, ficou sabendo que lá havia topázios, o que o entusiasmou muito pela possibilidade de conhecer uma mina desta pedra. Quando chegaram à casa do proprietário ele se ofereceu para levá-los à mina. Segundo Mawe:

Depois de ter subido a pé durante meia milha a colina, a que me referi, o guia mostrou-me duas aberturas, onde, informou-me, estavam as minas de topázio. Entrei em umas dessas fendas, cuja extensão era de perto de dois acres, [...]. Vi, em um lugar, dois negros excavando [*sic*] nos pequenos veios fracos, que as fendas deixavam lobrigar, com pedaço de ferro enferrujado, provavelmente **parte de uma velha enxada**, e ao perguntar o que faziam, informaram-me que eram os mineiros, procurando topázios. (MAWE, 1978, p. 120. Grifo nosso).

Mawe informa que os escravizados empregados neste trabalho ficavam sob supervisão de dois “crioulos” aos quais entregavam as pedras, que eram guardadas em uma bolsa e entregues ao dono da mina. Depois, Mawe se serviu de um dos instrumentos e começou a cavar a terra encontrando três topázios. O proprietário o levou à sua casa e lhe mostrou grande

¹³³ As datas coincidentes com a ocupação de José da Silva e Joana podem indicar que ele seria um funcionário da família, ou até mesmo a possibilidade de mais de uma estalagem na localidade.

¹³⁴ Ferreira pode ter tanto começado a morar/trabalhar na estalagem do Capão antes de 1795, bem como ter permanecido até muito tempo depois de 1820. Porém, essas são as datas das primeiras e últimas documentações que encontramos referentes a ele.

quantidade de pedras de qualidade inferior e deixou que o comerciante pegasse quantas quisesse (MAWE, 1978).

Posteriormente, o Barão de Eschwege (1811 a 1822) também deixou registros sobre sua passagem pelo Capão do Lana, que lá esteve principalmente por causa da mina de topázio, que, segundo ele, era a principal jazida dessas pedras. Aparentemente, não se hospedou no Capão, mas passou tempo suficiente para constatar a qualidade do pouso: “Encontra-se em Capão uma boa pousada pelo padrão local [...]. Depois de almoçar naquela pousada, continuei minha viagem, andando 3 léguas até Vila Rica [...]” (ESCHWEGE, 2002, p. 256 e 257).

O mineralogista informa que a descoberta do topázio deve ter se dado na década de 1760 pois, “já em 1768, ordenava o governador de Minas, Conde de Valadares, que se medisse uma data para o rei” (ESCHWEGE, 1979, v. 2, p. 109). Não se sabe quem o descobriu, nem o ano exato. Ele não faz referência de onde tirou esta informação, mas, pelo documento citado de Teixeira Coelho, esta medição teria sido feita em 1774. Pelo seu relato também foi possível observar que o processo de exploração do topázio não era complexo, necessitando poucas ferramentas. Podemos considerar que sua descrição complementa a de Mawe:

O método de trabalho nas lavras de topázio não exige nenhuma ciência, bastando ao trabalhador pesadas e **largas enxadas**, com as quais ele escava as montanhas, nos lugares em que supõe existirem *ninhos* e depósitos de quartzo e filetes de litomarga. Os operários se colocam em filas, como os arrancadores de batatas, enquanto o feitor permanece ao lado, tendo à mão uma comprida vara com ponteira de ferro. Logo que a cor da terra untuosa mostra sinais de *ninhos* ou depósitos, o feitor aproxima-se, e, remexendo a massa solta com a sua vara, vai com a mão colhendo todos os topázios, que guarda, em seguida, na bolsa. Esvaziado o *ninho*, reinicia-se o trabalho de escavação, atingindo este tal ponto que se torna impossível aprofundá-lo mais. Sobre a terra desagregada, faz-se então correr a água de um reservatório, a qual, com o material arrastado, vai depositar-se no canal de recepção, onde é revolvida pelos negros, que devem utilizar somente as **enxadas** para remexer a lama grossa. Depois da remoção desta e do exame do canal de recepção (momento em que se procuram os topázios, que se depositaram), reinicia-se logo o trabalho. (ESCHWEGE, 1979, v. 2, p. 111. Grifos nossos).

Após descrever o método de mineração do topázio Eschwege cita a existência de duas fazendas: a do Capão e a do Lana:

O principal dono de exploração de topázio é o proprietário da Fazenda do Capão, que emprega frequentemente, nesses serviços, de 10 a 14 escravos. Vem em seguida o do Lana, que trabalha somente com 4 ou 5. Todos os outros não empreendem esse trabalho senão em caso de necessidade, e são antes faiscadores, que vendem suas pedras aos dois citados mineiros principais, ou ao de Boa Vista. (ESCHWEGE, 1979, v. 2, p. 113)

A descoberta dos topázios na região, acabou por aumentar a demanda de pessoas que passavam pelo local, já que podemos dizer que todos os naturalistas almejavam conhecer a

mina. Seus proprietários devem ter enriquecido, o que pode ter levado a um investimento nos recursos da estalagem, já que pareciam monopolizar a exploração da pedra, conforme o relato acima. Segundo Eschwege, inclusive, não se pagava imposto pela exploração do topázio:

Se estes [proprietários das minas de topázio] pagaram algum imposto pelo recebimento da concessão, ou, de início, uma certa contribuição em pedras, não sei. O que é certo é que ultimamente nenhum imposto as gravava. (ESCHWEGE, 1979, v. 2, p. 109).

Novamente, não sabemos as referências utilizadas pelo Barão para informar que as pedras não tinham nenhuma tributação. Sabemos pela documentação que elas tiveram anteriormente e é de estranhar se deixaram de ter.

Pohl (1817 a 1821) é um dos naturalistas que melhor descreve suas viagens, os caminhos, as condições das hospedagens etc. Esteve alojado no Capão e também cita a existência de duas fazendas. Em suas descrições, menciona o costume naquela área de cercar as propriedades com chapas de pedras da região:

Um misto de caminho e escada, formado de troncos de árvores meio carcomidos, por sinal péssimo, levou-nos às pequenas e insignificantes fazendas Manuel Francisco, José Correias e Crioulos. Todas essas fazendas eram cercadas de muros feitos de grandes chapas de xisto talcoso e 1 metro e meio de comprimento e 1 metro de largura, que eram fincadas na terra, bem juntas umas das outras. (POHL, 1976, p. 407).

Tal fato foi constatado em nosso trabalho de campo no sítio em 2008.

A seguir, algumas fotos apresentam chapas de pedra remanescentes no sítio arqueológico Capão do Lana:



FIGURA 55 - Curral 1: placas de pedra servindo de contenção ou separação de áreas
Data: 2008.

Sem autoria.

Fonte: Acervo do Centro Especializado em Arqueologia Histórica do MHNJB/UFGM.



FIGURA 56 - Curral 1: placa de pedra para cercamento, indicada pela seta
Data: 2008.

Sem autoria.

Fonte: Acervo do Centro Especializado em Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 57 - Curral 1: placas de pedra para cercamento

Data: 2008.

Sem autoria.

Fonte: Acervo do Centro Especializado em Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.

Importante observar que “José Correias” ou José Correia é o antigo nome do distrito de Rodrigo Silva (BARBOSA, 1995), local onde está implantado o sítio arqueológico, mas que naquele período eram localidades distintas.

Pohl também detalha alguns aspectos da fazenda, bem como da exploração do topázio. Assim como Eschwege, ele aponta para a existência de duas fazendas:

Então chegamos à depressão onde ficam as maiores pedreiras de topázio, chamada Capão do Lana, na qual só há dois edifícios isolados e um rancho. A fazenda Lana, onde também se encontram topázios, fica apenas a um quarto de légua de distância dali. [...] Nessa mina de topázio, havia 200 trabalhadores escravos. Com largas enxadas, cavavam

aquela terra gorda, que sempre indicava a proximidade do argárico mineral, cujos ninhos eram amontoados juntamente com a terra. Então, o inspetor da mina, com um bastão munido de ponta de ferro, procura os topázios na terra solta, que é depois posta numa calha que dá para um tanque. Quando este está inteiramente cheio, solta-se a água, que carrega consigo a terra leve, deixando no fundo do tanque os topázios que porventura nela ainda se achem. O inspetor, então, reúne-o em bolsas de couro e os entrega ao dono da mina. (POHL, 1976, p. 407).

Nota-se que o número de indivíduos escravizados trabalhando é bastante superior ao informado por Eschwege, que esteve no Capão, aproximadamente no mesmo período. Provavelmente, Pohl exagerou, ou cometeu um erro na sua escrita. Consideramos até a possibilidade de um erro na tradução. Por fim, Pohl teve dificuldade em conseguir alojamento na estalagem, que estava cheia:

[...] segui para a Fazenda Capão, que dista três léguas e meia de Vila Rica. Aqui, só consegui, para hospedagem, um pequeno quarto, porque os demais aposentos disponíveis para hóspedes estavam ocupados por uma companhia de circo que ia exhibir-se em Vila Rica. (POHL, 1976, p. 408).

Analisando o relato de Pohl, poderíamos sugerir, de fato, a existência de duas fazendas pertencentes a um “Lana”: a Fazenda Capão e a Fazenda Lana. Enquanto a primeira seria destinada ao pouso de viajantes, a segunda focaria na produção de topázios (GUIMARÃES, 2008).

Spix e Martius (1817 a 1820) também citam duas fazendas: “Do morro do Cascalho sobe-se apenas pouco e obliquamente para alcançar a bela fazenda do Capão e a fazenda Lana, distante um quarto de hora além” (SPIX e MARTIUS, 1938, v. 1, p. 301).

Sobre as acomodações da estalagem, vale citar as palavras de Hasenclever (1839) que deu uma das mais detalhadas descrições que se tem sobre a estadia no Capão:

Depois desse dia exaustivo, fomos bem recompensados. [...] Ainda que tenhamos encontrado ali um comboio de cinco soldados e um sargento, recebi dos donos um quarto bonito por me reconhecerem como *gentleman*, quer dizer, um inglês de posses. A comida era muito boa e a cama tão limpa que fiquei admirado. Variações tão bruscas oferece a vida no interior do Brasil que feliz é aquele que bem disposto aceita o bem e aguenta em nome de Deus o ruim. (ALVES, 2015, p. 155).

Pelo visto, o Capão era uma exceção em termos de hospedarias em Minas Gerais, especialmente nas áreas mais interiores. Precisamos considerar também que, pela proximidade de Vila Rica, é difícil considerá-lo como uma estalagem do interior, propriamente dito, especialmente quando se considera o intenso processo de urbanização pelo qual passou Minas Gerais no século XVIII, por causa da mineração.

Reforça essa ideia o fato de o próprio imperador ter se hospedado na estalagem. Em abril de 1822, D. Pedro I resolveu empreender uma viagem a Minas Gerais com o objetivo de pacificar um princípio de revolta iniciada pela Junta Governativa da Província de Minas, que não atendeu ao pedido da Corte de nomear conselheiros para o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias, que teria como missão assessorar o imperador. Com receio sobre como seria sua recepção em Ouro Preto, o imperador decidiu ficar no Capão do Lana, proclamando-o Paço Imperial Provisório. Foi da estalagem que D. Pedro mandou prender o tenente-coronel José Maria Pinto Peixoto, uma das figuras chave da junta rebelde (BANDECCHI e AMARAL, 1972).

Mesmo que sua estadia no Capão tenha sido estratégica, o fato de o imperador ter decidido ficar lá mostra que a pousada teria condições de receber tal hóspede, ainda que sua comitiva não fosse grande. Não excluimos a possibilidade de falta de alternativas, já que as estalagens e vendas poderiam ou não oferecer comodidade e/ou mantimentos. Mas, acreditamos que a primeira opção é a mais provável, já que as observações acerca da estalagem foram todas positivas, quando relatadas. Inclusive, havia outras possibilidades de parada antes de Ouro Preto, como Boa Vista, Três Cruzes e Tripuí, mas sua decisão foi pelo Capão. O cônsul Langsdorff, um hóspede que podemos considerar requintado, em 1825 também se hospedou na Fazenda do Capão e achou que a estalagem estava bem suprida (SILVA, 1997, v. 1). Assim, reforça-se a ideia de que a parada no Capão foi estratégica, mas conjugada ao fato de ser um local que poderia receber o imperador com um mínimo de conforto.

Pouco tempo depois, o paleontólogo francês Alcide d'Orbigny,¹³⁵ saindo de Ouro Preto em direção ao Rio de Janeiro, passou pelo Capão: “Atravessamos, primeiro, Boa Vista, depois o povoado do Capão, depois Ouro Branco [...]” (ORBIGNY, 1976, p. 159). Essa informação reforça a hipótese do Capão como uma localidade e não apenas uma estalagem.

O reverendo Robert Walsh deu mais alguns detalhes acerca da estadia, tendo se hospedado lá em 1828. Além das referências à mina de topázio, o reverendo deixou registrado que:

A venda existente no Capão é bastante grande, podendo acomodar os numerosos viajantes que pernoitam ali depois de atravessarem a serra [do Ouro Branco]. Seu proprietário é também um grande fazendeiro, além de dono de jazidas de topázio. É conhecido como o “homem dos dois pais”, já que dois ricos fazendeiros o reivindicavam como filho, atestando sua paternidade ao lhe deixar cada um uma vasta fazenda. (WALSH, 1985, p. 94).

¹³⁵ Foi comissionado pelo Museu de História Natural de Paris para estudar o continente americano, em especial os índios, esteve no Brasil entre 1826 e 1834.

As informações de Walsh lançam luz sobre a hipótese já aventada da existência de duas fazendas. Ganha força a ideia de que a Fazenda do Capão estaria destinada majoritariamente ao alojamento dos viajantes, que ficariam instalados na venda, um local destinado aos viajantes e a Fazenda Lana estaria voltada para a produção do topázio. Moradores locais informaram, na época do *Levantamento Arqueológico*, que próximo ao local das ruínas do Capão do Lana há vestígios de outra fazenda de grandes proporções¹³⁶.

Como se pode observar, os relatos indicam o Capão como uma estalagem bem completa e havia um povoado ao seu redor. A fazenda era uma agregadora das pessoas do local. As denominações utilizadas para se referir a ela foram diversas: fazenda, pousada, casa, estalagem, venda. Mas principalmente fazenda e depois casa. Isso nos leva a crer que a estalagem do Capão abrigava os viajantes também no casarão da fazenda. Lembramos que ainda havia o rancho para o abrigo dos tropeiros. Possivelmente a venda estaria em um local externo ao casarão, talvez uma estrutura contígua, ou a casa possuía um compartimento para venda que ficaria no andar térreo, já que a casa era um sobrado e os viajantes poderiam ser hospedados no andar superior onde também estariam os quartos da família proprietária. Como seria essa divisão entre o espaço familiar e o espaço dos viajantes não fica clara na documentação encontrada e é o que veremos adiante.

John Luccock (1975, p. 345), em 1817, por exemplo, informa que a “casa” estava “repleta de viajantes” quando por lá passou.

Sobre a casa, cujo testemunho só temos ruínas hoje em péssimo estado de conservação, Hasenclever é o que nos dá a melhor descrição:

Nossa parada no Capão do Lana era a melhor pousada que se podia desejar. É uma fazenda considerável. Pelo menos, a casa é muito grande e uma bonita construção em estilo suíço. O dono vive em Ouro Preto, e a propriedade é administrada por negros livres que comandam alguns escravos. Ainda que tenhamos encontrado ali um comboio de cinco soldados e um sargento, recebi dos donos um quarto bonito por me reconhecerem como *gentleman*, quer dizer, um inglês de posses. A comida era muito boa e a cama tão limpa que fiquei admirado. Variações tão bruscas oferece a vida no interior do Brasil que feliz é aquele que bem disposto aceita o bem e aguenta em nome de Deus o ruim. (ALVES, 2015, p. 155).

Uma das coisas que podemos concluir do relato de Hasenclever era que o Capão do Lana era uma exceção do que se encontrava pelos caminhos, conforme já comentado: bem suprida, grande, confortável, quarto com camas e limpo.

¹³⁶ Guimarães (mensagem pessoal, 2020). Na época dos trabalhos a equipe do Laboratório esteve no local, mas foi uma visita muito rápida, não havendo tempo nem recursos financeiros para maiores registros.

Também é curiosa a descrição referindo-se a um suposto estilo suíço na edificação. Como não sabemos a que especificamente ele estava se referindo, só podemos levantar hipóteses sobre a edificação ou algum detalhe construtivo ou decorativo do edifício. Pode-se imaginar que nesta época o casarão da fazenda tenha incorporado alguns elementos desse estilo, como o lambrequim, por exemplo, muito usado na ornamentação dos beirais dos telhados no século XIX¹³⁷, consistindo em um recorte na madeira, normalmente rendilhado, assim como na foto abaixo da Estação de Rodrigo Silva.



FIGURA 58 - Estação de Rodrigo Silva. Lambrequim em mau estado de conservação no telhado

Foto: Ane Souz.

Sem data.

Fonte: Turismo Ouro Preto.¹³⁸

Acsa Moraes (2017), no entanto, coloca o lambrequim da Estação de Rodrigo Silva como de influência francesa:

A estética desta estação tem seus padrões voltados para a influência Francesa, caracterizada assim em sua forma europeia de “chalé rural”, é a forma tradicional de identificar uma estrutura de pequeno porte que possui uma cobertura de duas águas, seu beiral é amplo cobrindo assim toda a plataforma da estrutura, e serve de proteção para os passageiros. Estas estruturas necessariamente não precisam de elemento ornamental, mas no caso desta estação é o seu diferencial. Os seus beirais rodeados por lambrequins,

¹³⁷ Em uma pesquisa rápida, já que esse não é nosso foco, foi difícil encontrar uma cronologia precisa para o uso do lambrequim. No entanto, consultando algumas pesquisas, os autores, ainda que não tenham feito essa correlação direta, mostraram o uso do lambrequim sempre em edificações de fins do século XIX e princípios do XX. Cf. Batista (2007); Schäfer (2011); Brito (2015).

¹³⁸ FERREIRA, Greiza. Rodrigo Silva. Disponível em: <<https://turismo.ouropreto.mg.gov.br/distrito/41>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

caracterizam mais ainda esta estação como um estilo francês, além do lambrequim ela possui suas telhas cerâmicas originadas da França, e as madeiras utilizadas também são advindas da Europa. (MORAES, 2017, s/p).

No entanto, Bunbury, ao chegar a Ouro Preto utilizando o Caminho Novo, fez uma caracterização da via em si, das construções, casas e fazendas que viu. Sua percepção é a de que havia um certo padrão nas construções existentes. Em relação às fazendas diz: “[a]s casas das fazendas costumam ter um andar superior e ao longo deste, na frente, uma varanda aberta (como se vê em casas suíças), para a qual se sobe por uma escada exterior.” (BUNBURY, 1981, p. 63). Bunbury dá uma dica do que poderia ser esse “estilo suíço” citado por Hasenclever. Porém, apesar de Bunbury não estar afirmando essa relação varandas são elementos característicos das fazendas mineiras desde o século XVIII, não havendo dados que possam relacionar o uso desse elemento a uma influência suíça em terras mineiras. Apesar disso ficam as duas hipóteses em relação ao que Hasenclever quis dizer, podendo-se considerar, inclusive, que estaria se referindo aos dois elementos, uma característica decorativa como o lambrequim e a varanda de fora a fora na fachada da casa.¹³⁹

Outra coisa que chama a atenção ao lermos o relato de Hasenclever é o fato de que a casa, em 1839, era administrada por “negros livres” que comandavam alguns escravizados. Não se sabe desde quando esses administradores tomavam conta da estalagem e por quanto tempo essa situação durou. Se essa foi uma prática recorrente ou quais influências tiveram sobre os vestígios materiais do Capão, é o que discutiremos adiante.

Finalizando seu relato ele conta que travou agradável conversa com um sargento que também estava hospedado lá. Pelo que conta, beberam e conversaram até tarde. A movimentação das tropas que encheram o local posteriormente também parece ter contribuído para a satisfatória estadia do comerciante. Mas não fica claro se ele socializou com os tropeiros que lá estavam. O certo é que essa movimentação parece também ter feito parte dessa “boa estadia” que o viajante relata.

Algum tempo depois, nos anos iniciais da década de 1840, Francis Castelnau¹⁴⁰ observou que a mineração de topázio parecia estar em decadência, e cita a existência de um rancho na fazenda:

A sede da fazenda do Capão é composta de uma casa bastante grande e de um rancho. Está situada precisamente na cratera, cerca de três léguas de Ouro Preto. [...] A mina de

¹³⁹ Aqui, devo um agradecimento especial à arquiteta Adriana Assis, pelos esclarecimentos e as hipóteses levantadas em conversa frutífera.

¹⁴⁰ Naturalista inglês que esteve a serviço do governo francês. Realizou uma expedição pela América do Sul e esteve no Brasil nos anos de 1842 e 1843.

topázio, hoje abandonada, no que se refere pelo menos à exploração regular, é, como ficou dito, uma espécie de pedreira aberta e se assemelha muito às numerosas barrocas que se vêem [*sic*] de um e de outro lado da estrada, desde Barbacena até Ouro Preto. (CASTELNAU, 1949, tomo 1, p. 139, 140).

Em relação à decadência da mineração de topázios na região (e não apenas no Capão do Lana) Halfeld e Tschudi corroboram a informação de Castelnau. Escrevendo em meados da década de 1850 informam que

Topázios amarelos são encontrados em buchos no talco xisto intemperizado no município da capital, no Capão do Lana, no Chiqueiro do Alemão, em Cachoeira do Campo, e perto de Saramenha. Antigamente, quando o topázio era mais valorizado, valia a pena explorar essas lavras, nas quais se obtinha, em média, de 7 a 9 *zentner*¹⁴¹, mas hoje elas estão totalmente abandonadas. (HALFELD e TSCHUDI, 1998, p. 92).

No entanto, conforme vemos neste despacho oficial do governo provincial de 1872, a exploração de topázio continuava ativa, sendo o Capão uma referência, inclusive, mundial:

Ao commendador Fernando Candido d'Oliveira Carmo, rogando se sirva enviar algumas amostras de topazio e águas marinhas do Capão do Lanna, a fim de que sejam exibidas na proxima Exposição de Vienna dAustria.¹⁴²

Talvez a produção de topázios tenha entrado em um período de declínio, devido à necessidade de técnicas mais apuradas para se chegar aos veios, e por uma queda nos preços, mas não que tenha sido abandonada completamente, conforme relata Tschudi.

Poderia citar outros viajantes que passaram pelo Capão, seja para pernoitar ou para almoçar, mas sem deixar muitas informações, apenas que ficaram bem alojados (SAINT-HILAIRE, 1938, t. 1; TRINDADE, 1998; BUNBURY, 1981). Outros apenas passaram pela localidade sem se hospedar, como é o caso de Freirreyss (1982).

Fechando esse período do auge da estalagem, há um movimento político, que assim como a Inconfidência, deve ter agitado bastante o Capão do Lana: a Revolta Liberal de 1842. A Revolta foi um movimento contestatório, por parte do Partido Liberal, sobre a chegada do Partido Conservador ao poder. Ela teve início em São Paulo e Minas Gerais e teve vários focos

¹⁴¹*Zentner* é palavra alemã vinda do latim *centenarius*. É uma antiga medida de peso (“quintal”) que, dependendo do contexto e lugar, poderia significar 50kg ou 100kg. Disponível em: <<https://pt.pons.com/tradu%C3%A7%C3%A3o/alem%C3%A3o-portugu%C3%AAs/Zentner>>; <<https://en.wikipedia.org/wiki/Zentner>>. Acesso em: 25 ago. 2020. Uma das acepções da palavra quintal em Bluteau e Silva (1789) é o peso de quatro arrobas, o que daria aproximadamente 60kg.

¹⁴²Noticiador de Minas: Órgão conservador (propriedade de J. F. de Paula Castro). Anno IV. nº 528 Sábado, 18 de janeiro de 1873. Parte Oficial. Governo Provincial. Secretaria da Presidencia. Extracto do expediente do mez de setembro de 1872. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=766216&pesq=cap%C3%A3o%20do%20lanna>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

de enfrentamento entre as tropas legalistas e as tropas rebeldes. Era plano de Teófilo Ottoni, o comandante das tropas insurgentes, atacar a capital da província mineira e tomar seu controle. Sendo assim, acamparam no Capão do Lana, esperando ordens para marchar em direção à capital. Mas não foi o que aconteceu. Nesse momento, a liderança se dividiu e os insurgentes se dirigiram para Bocaina. Tal fato, segundo o cônego Marinho, foi decisivo para o enfraquecimento da causa rebelde (MARINHO, 2015).

O presidente da Província de Minas, Bernardo Veiga, foi destituído pelas tropas revolucionárias, que colocaram em seu lugar José Feliciano. Para aplacar os revoltosos, o governo imperial mandou para Minas uma tropa comandada por Caxias que avançou sobre Barbacena, Ouro Preto, Sabará e, finalmente, Santa Luzia. Os rebeldes se entrincheiraram no Alto do Alcobaça, uma pequena elevação dessa última cidade, que deu a eles um posicionamento vantajoso sobre as tropas legalistas. Mas a tropa de Caxias recuou estrategicamente, fazendo com que o exército liberal deixasse seu posto e sofresse o ataque final, onde foram derrotados. Caxias foi elevado a Duque e recebeu um monumento, localizado no alto da colina (GOULART, 2009).

Essa proximidade com a capital talvez seja um dos principais motivos para o Capão do Lana ser parte de um tecido político que cobria seus habitantes, não os deixando alheios aos acontecimentos políticos, nem no período colonial, nem no período imperial.

Mas, a partir da segunda metade do século XIX, as estadias no Capão entram em declínio. Provavelmente, a construção do novo trajeto, que não passava por lá, conforme já relatado, fez cair o movimento de tal maneira que não compensava mais investir na estalagem, podendo ser este o motivo do seguinte anúncio:

No sitio denominado Capão do Lanna, distante desta cidade tresleguas e meia não se dá mais rancho, ou estalagem, como era de costume, a escuteiro algum, do primeiro de setembro em diante o que se participa ao publico para sua intelligencia. Ouro Preto 21 de agosto de 1855.¹⁴³

Em resumo, analisamos os dados históricos aqui apresentados basicamente por quatro vertentes: o surgimento e consolidação do local em estudo; as pessoas que transitavam e/ou habitavam o local; a tripla função do sítio: moradia, estalagem e mina de topázio e, por fim, o local como fluxo de ideias ligadas a movimentos políticos.

¹⁴³ O Bom Senso (MG) – 1852 a 1856 – Anno 4, nº 340, quinta-feira, 23 de agosto de 1855. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=715107&pesq=cap%C3%A3o%20do%20lanna>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

O Capão surgiu em torno do primeiro quartel do século XVIII, sendo que em 1732 já estava consolidado como ponto de parada do Caminho Novo. Isso fez com que fosse um lugar bastante movimentado, congregando diversos tipos sociais, além dos seus moradores: naturalistas, tropeiros, militares, pessoas ligadas a movimentos políticos, escravizados, artistas circenses (o que nos leva a imaginar outras categorias profissionais que transitavam por lá), religiosos e, finalmente, pessoas ligadas ao governo, como o próprio imperador.

Quanto à tripla função do local, o fato de ser uma mina de topázio deu impulso não apenas econômico, por causa da mineração, mas acabou por incentivar o movimento da estalagem já que a mina era famosa, levando vários naturalistas, dentre outros viajantes, a incluírem o Capão em seus roteiros de visitas.

Por ser também um local estratégico no Caminho Novo, próximo a Ouro Preto, o Capão pode ter funcionado como um ponto de encontro de pessoas ligadas a movimentos políticos como a Inconfidência Mineira e a Revolta Liberal. Sendo um local de fluxo contínuo de mercadorias, pessoas e ideias, muitos poderiam procurar a estalagem como forma de saber das últimas novidades, possivelmente debatendo e promovendo suas opiniões entre os que passavam por lá.

Pensando nos espaços de sociabilidade, há a possibilidade de os caminhos permitirem em seu trajeto a existência de espaços públicos e privados, bem como propiciar a mobilidade e fixação, podendo deixar a ideia de uma relação ambígua com esses espaços e, por vezes, suspendendo as hierarquias sociais. Como não se passava muito tempo nos locais de pouso, as normas poderiam ser quebradas algumas das vezes, bem como as hierarquias. Um exemplo desses locais que existiam nos caminhos seriam as vendas e os ranchos que poderiam funcionar como lugares agregadores de relações sociais e de diluição de hierarquias. Mas talvez esta não tenha sido a realidade cotidiana do Capão.

3.4 O Capão: da estalagem às ruínas

A partir da segunda metade do século XIX a história do Capão passa a se tornar mais difícil de rastrear. Aparentemente, de 1855 em diante houve um enfoque na exploração do topázio e a fazenda passou a ser apenas residência familiar. A diminuição do fluxo de pessoas pelo local com a mudança do traçado do caminho e, posteriormente, a instalação da rede ferroviária, levou a uma decadência da região que deveria estar atrelada ao comércio de mercadorias e ao movimento da estrada.

As últimas informações sobre residentes do Capão foram obtidas por meio do senhor Fernando Celso Gonçalves, aos 79 anos¹⁴⁴ e através dos escritos do memorialista João Batista Costa, natural de Cachoeira do Campo¹⁴⁵.

O terreno onde está localizado o sítio arqueológico do Capão do Lana é, atualmente, de propriedade da família Gonçalves. O bisavô de Fernando Celso, Antônio Gonçalves, ficou sabendo, por meio de mascates, que o presidente Costa Sena¹⁴⁶ estava vendendo suas terras que incluíam a fazenda do Capão do Lana. Antônio Gonçalves, então, adquiriu a propriedade, o que deve ter ocorrido no ano de 1902, já que Fernando Celso informou que a compra se deu quando Costa Sena ainda era presidente do estado. Porém, a adquiriu não para exploração do topázio, mas para criação de gado. Segundo Fernando Celso, Costa Sena residiu no casarão em algum momento bem anterior à venda do terreno, já que quando seu bisavô comprou o terreno a casa ainda estava em pé, mas já tinha começado o processo de arruinamento.

No entanto, algumas pessoas moravam no terreno, provavelmente garimpeiros autônomos, pois não havia exploração formal de topázio naquela época, mas o garimpo nunca deixou de existir. Antônio Gonçalves deixou alguns empregados morando no local para cuidar da fazenda, não estando claro se moravam no casarão ou nas proximidades do sítio. O certo é que Antônio Gonçalves não providenciou a manutenção da casa.¹⁴⁷

Fernando Celso teve contato com o Capão do Lana a partir dos anos de 1947, aproximadamente, quando, ainda criança, ia com seu pai, avô e demais familiares e camaradas levar o gado para pastagem. Quando iam para os lados do Capão do Lana, apenas na época da seca, ajuntavam o gado no curral da fazenda e acampavam no casarão, que naquela época já estava bem arruinado, havendo só a parte dos fundos em pé.

Segundo o relato de Fernando Celso, o Capão, que chamou de “grande palácio”, tinha uma casa muito grande, assobradada, com uma extensa varanda, em todo o comprimento da casa e uma ermida ao fim dela. Havia currais para criação de gado, que, segundo ele, circundavam o casarão.

¹⁴⁴ Entrevista concedida a mim na residência do sr. Fernando, em Belo Horizonte, no dia 7 de novembro de 2019.

¹⁴⁵ COSTA, João B. *Memória histórica*. v. 1. Cachoeira do Campo [manuscrito]. Os escritos são de 1930 a 1970. Agradeço especialmente ao Prof. Alex Bohrer pelo acesso à obra.

¹⁴⁶ Joaquim Cândido da Costa Sena, geólogo de formação e professor na Escola de Minas de Ouro Preto, foi presidente (nomenclatura da época) de Minas Gerais em 1902, por ocasião da morte de seu antecessor Silviano Brandão.

¹⁴⁷ Tivemos um pouco de dificuldade em organizar essas informações, pois não fica claro onde exatamente os garimpeiros e os empregados moravam. Se era no casarão ou nos arredores. O que podemos afirmar é que havia pessoas morando no terreno e Antônio Gonçalves não as tirou de lá.

Completando este relato, temos as memórias de João Batista Costa onde ele conta uma história interessante, ainda que bem comum quando se pensa em ruínas de antigos casarões: a da existência de um tesouro escondido nas ruínas. Segundo Costa, lá pelos idos de 1920, seu tio-avô Sebastião Lessa tomava conta da “Estalagem do Capão” que passou a ser conhecida como Fazenda do Capão.

Não fica claro o porquê ele tomava conta da fazenda, se voluntariamente ou se empregado. Apesar de Fernando Celso não ter conhecimento desse nome, nessa época o terreno já era de propriedade da sua família, portanto, seu bisavô poderia ter contratado Lessa, que era anteriormente tropeiro, para tomar conta do casarão.¹⁴⁸

Outras informações que podemos depreender, tanto do relato oral, quanto do manuscrito do memorialista João Batista Costa, é a existência de uma grande cozinha térrea, que na época de Sebastião Lessa tinha as paredes enegrecidas pela fuligem. Havia também um relógio de parede no salão nobre, além de alguns objetos remanescentes da “estalagem do passado” como uma chocolateira de cobre e um “tarro”¹⁴⁹ pequeno, pintado de azul com flores amarelas e vermelhas.¹⁵⁰

O casarão era tido como maldito e mal-assombrado, o que não causava grandes problemas a Lessa, que lá morava de bom grado. Mas em uma fria noite de inverno Lessa perdeu o sono e foi fazer um café. Esperando o café coar, passou a bater o bico da bota distraidamente na parede, quando notou um som oco. Como a “parede era sólida, toda feita de grandes pedras e não poderia nunca ter aquele som” (f. 279) começou a bater de novo no local quando notou que o reboco estava cedendo. Assim, começou a bater e cavar quando encontrou algo lá dentro que retirou. Estava coberto por tiras de pano apodrecidas pelo tempo. Ao desembulhar percebeu que eram barras de ouro, várias delas.

O que Sebastião Lessa fez com elas, ou o que fez depois da descoberta, Costa não informa. Mas é interessante pensar na estalagem como um local que ficou vivo na memória das pessoas da localidade. A história da descoberta de um tesouro, verdadeira ou não, chama a atenção por estar relacionada ao ouro e não aos topázios, o que fazia a fama do Capão e faz ainda hoje.

¹⁴⁸ Importante ressaltar que, nesse momento, Fernando Celso ainda não era nascido. Portanto, esse nome pode ter se perdido nas próprias memórias familiares. Mas também, não descartamos a hipótese de Lessa ter escolhido morar lá por conta própria, já que, aparentemente, o local ficava boa parte do tempo “abandonado”.

¹⁴⁹ Vasilha onde se recolhe o leite ordenhado, ou qualquer vaso ou vasilha. Cf. A primeira acepção do verbete “tarro”. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/palavra/G9G9d/tarro%3CEi%3E1%3C/Ei%3E/>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

¹⁵⁰ COSTA, João B. *Memória histórica*. v. 1. Cachoeira do Campo [manuscrito]. Os escritos são de 1930 a 1970, f. 279.

CAPÍTULO 4 - ARQUEOLOGIA NO CAPÃO DO LANA

4.1. Apresentação do sítio e suas condições, quando da escavação arqueológica

O sítio arqueológico Capão do Lana, registrado no CNSA sob o número MG02654¹⁵¹, está localizado em Rodrigo Silva, distrito de Ouro Preto/MG, na propriedade da empresa Topázio Imperial Mineração, Comércio e Indústria Ltda. A empresa iniciou suas atividades em 1971¹⁵² e continua ativa com áreas de exploração em outros locais da região.

Contudo, conforme já explicitado, a mineração de topázio é ainda mais antiga, precedendo em muito a atual mineradora. Provavelmente, garimpeiros autônomos estão ativos no local desde o final do século XVIII, situação que deve ter perdurado até o princípio do século XXI, ainda que com o início da atividade da mineradora a situação deve ter sido amenizada.

Em entrevista com Fernando Celso, já mencionada, ele informa que a exploração de topázio sempre ocorreu de forma autônoma nas terras do Capão. Inclusive, provavelmente, desde a década de 1940 um morador de Rodrigo Silva, Serafim da Silva Gomes, conhecedor do valor das pedras, passou a comprá-las das mãos dos garimpeiros bem barato e revendê-las no Rio de Janeiro por preços elevados.

Essa situação chamou a atenção de um deputado estadual do Rio de Janeiro, que era de São João do Meriti, Lucas de Andrade. Esse deputado viu uma grande oportunidade e arrendou as terras do Capão com o tio de Fernando Celso na década de 1960 e ele passou a explorar o local tendo muito sucesso na venda das pedras em Ouro Preto, Rio de Janeiro, dentre outros locais. Foi por causa desse sucesso que Fernando Celso resolveu explorar as terras da sua família, pedindo ao seu tio que não arrendasse mais as terras ao deputado. Fernando tinha um amigo proprietário de uma loja que comprava essas pedras do deputado em Ouro Preto e propôs a esse amigo uma sociedade para explorar os topázios. Sendo assim, o sócio parou de comprar as pedras e o deputado foi perdendo comércio na região, até que parou com a exploração. Então Fernando e seu sócio entraram com um pedido no Ministério da Agricultura para exploração das lavras do Capão e passaram a explorar a região em 1971.

Após a criação da empresa, a exploração de topázio por garimpeiros deve ter diminuído consideravelmente, mas não cessou totalmente já que, no início dos trabalhos de escavação em 2008, o sítio foi encontrado fortemente impactado, com vários buracos abertos,

¹⁵¹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?27068>. Acesso em: 26 fev. 2020. Coordenadas UTM: 640887.00 m E / 7740565.00 m S.

¹⁵² Disponível em: <<http://www.topazioimperial.com.br/>>. Acesso em: 24 mai. 2018. Informações também coletadas por meio da citada entrevista com Fernando Celso em 07 de novembro de 2019.

evidentemente sem controle estratigráfico, e com os montes de rejeito ao lado. Os sedimentos haviam sido deslocados verticalmente em vários pontos do sítio, não sendo possível identificar a estratigrafia natural e deposição original dos vestígios. Esta situação impossibilitou escavar de acordo com a estratigrafia natural, já inteiramente desestruturada, sendo necessário usar níveis artificiais.

Outra informação que corrobora esta é da existência de uma garimpeira conhecida como Maria Paraguaia. Não conseguimos muitas informações sobre ela, apenas que possuía uma pensão em Mariana, próximo à antiga rodoviária. Segundo o sr. Vamilone Fernandes dos Prazeres¹⁵³, Maria Paraguaia mexia com garimpo naquela região e morava na fazenda do Capão. Um genro seu, chamado Messias, também morava lá com ela e aos fins de semana sua esposa ia para lá ficar no Capão.

Portanto, devido à mineração de pedras e ouro que ocorre desde o final do século XVIII, o local foi muito impactado, não só pela ação de garimpeiros autônomos, mas também pela possibilidade de “caçadores de tesouros” terem atuado no sítio. Essa é uma possibilidade reforçada pela história contada pelo memorialista João Costa que deve ter registrado histórias que estão na memória da população local. Inclusive, relatos orais de moradores da região informaram que muitos desses garimpeiros recolheram vestígios arqueológicos inteiros ou mais completos e com maior apelo estético (GUIMARÃES, 2008).

Essa situação impediu a utilização de uma análise cronológica de deposição dos vestígios a partir da estratigrafia. Tal foi a perturbação ocorrida nos níveis arqueológicos que foi comum encontrar fragmentos da mesma peça em níveis diferentes, como é o caso de um recipiente cerâmico com fragmentos em superfície e a 110cm de profundidade (MORAIS, 2012).

Assim, as intervenções arqueológicas concentraram-se nos buracos de garimpeiros e nos montes de rejeito deixados por eles. Ao fazer o buraco em busca de topázios, peneiravam a terra que era amontoada próximo aos buracos. Nesses locais foi encontrada a maior parte dos vestígios móveis, sendo que a escavação procurou obedecer a uma lógica de estratigrafia invertida, ou seja, a terra retirada por cima foi ficando em baixo nos montes, logo, os vestígios mais recentes estariam no final dos montes. No entanto, essa metodologia não se mostrou eficaz, já que os vestígios, por serem mais pesados, acabavam por escorrer para a base dos montes de rejeito. Também, não foram encontrados tantos vestígios exatamente nos montes de rejeitos, mas mais no entorno dos buracos, como se os garimpeiros amontoassem os vestígios

¹⁵³ Entrevista concedida a mim em Rodrigo Silva no dia 04 de novembro de 2019.

que iam sendo encontrados. Vários deles estavam empilhados em “cantos” ou em cima de pedras ou nas próprias estruturas como exemplificam as duas fotos abaixo:



FIGURA 59 - Fragmentos de bojo de pote cerâmico empilhados sobre pedra (seta)
Sem autoria, 2008.
Fonte: Acervo do Centro Especializado em Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 60 - Fragmentos de garrafa de vidro sobre pedras empilhadas
Sem autoria, 2008.
Fonte: Acervo do Centro Especializado em Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 61 - Arqueóloga trabalhando no interior de um buraco de garimpeiro
Sem autoria, 2008.
Fonte: Acervo do Centro Especializado em Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 62 - Sondagens arqueológicas em buraco de garimpeiro (seta vermelha) e em montes de rejeito (setas amarelas)
Sem autoria, 2008.
Fonte: Acervo do Centro Especializado em Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 63 - Buraco de garimpeiro (seta vermelha) e sondagens arqueológicas (50 x 50cm) em montes de rejeito (setas amarelas)
Sem autoria, 2008.
Fonte: Acervo do Centro Especializado em Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 64 - Sondagem arqueológica em monte de rejeito
Sem autoria, 2008.
Fonte: Acervo do Centro Especializado em Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.

Ainda assim, os garimpeiros ou caçadores de tesouros descontextualizaram os vestígios da sua estratigrafia natural, mas não os afastaram horizontalmente do seu local de origem. Isto é, não moveram em distâncias significativas o sedimento entre as diversas estruturas do sítio. Os vestígios permaneceram próximos dos seus locais originais prováveis. Sendo assim, uma solução encontrada para tratar esses vestígios pouco deslocados horizontalmente foi pensá-los de acordo com sua dispersão espacial.

O Capão do Lana é um sítio de grandes dimensões¹⁵⁴ e muita complexidade, devido às poucas informações documentais sobre as estruturas, o grau de degradação das ruínas e a já mencionada ausência de estratigrafia natural.

¹⁵⁴ Especialmente se formos considerar a área da cava. Porém, ela não será tratada nesta tese.

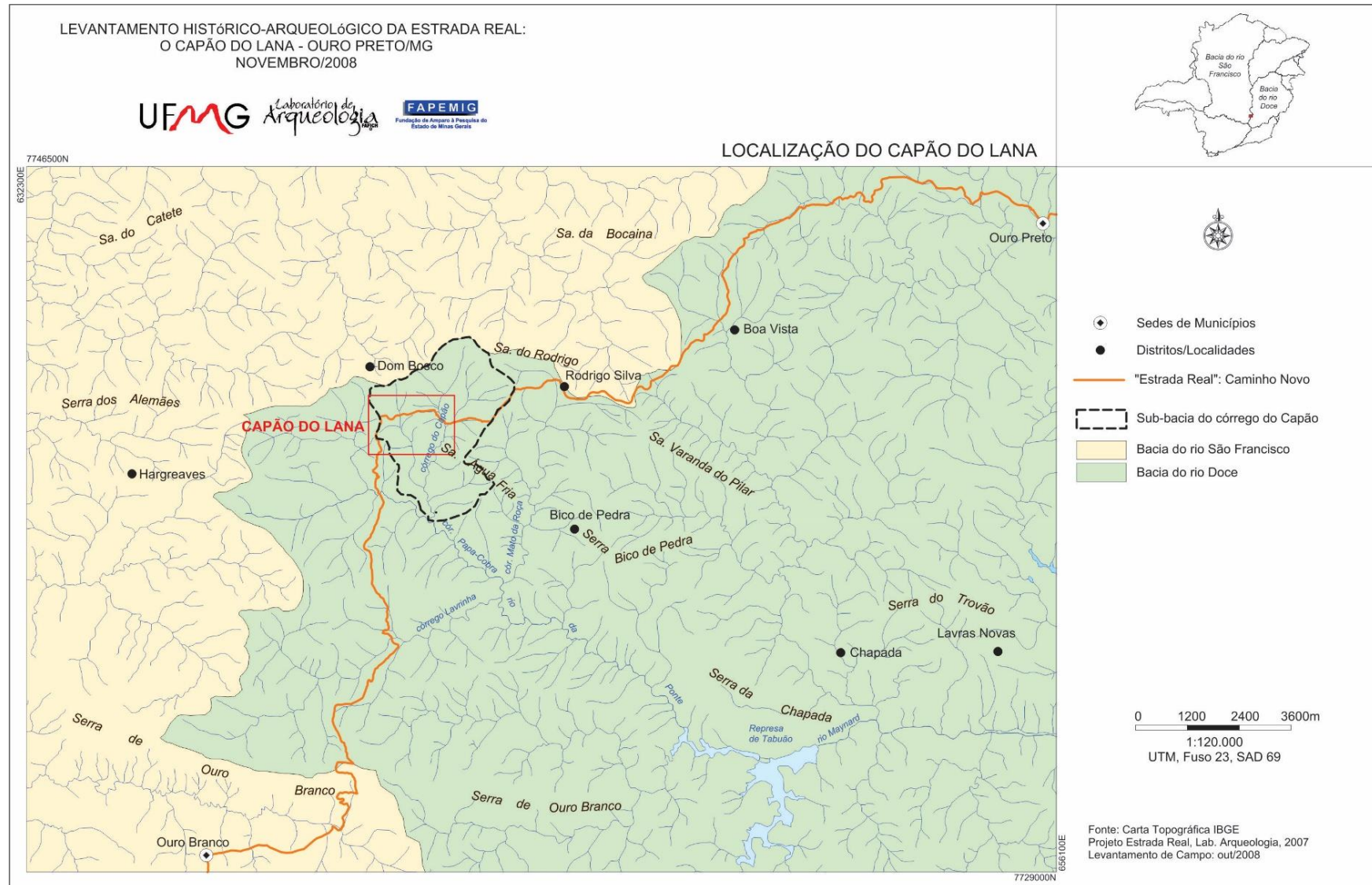


FIGURA 65 - Localização do Capão do Lana
Fonte: Adaptado de GUIMARÃES, 2008, p. 30.

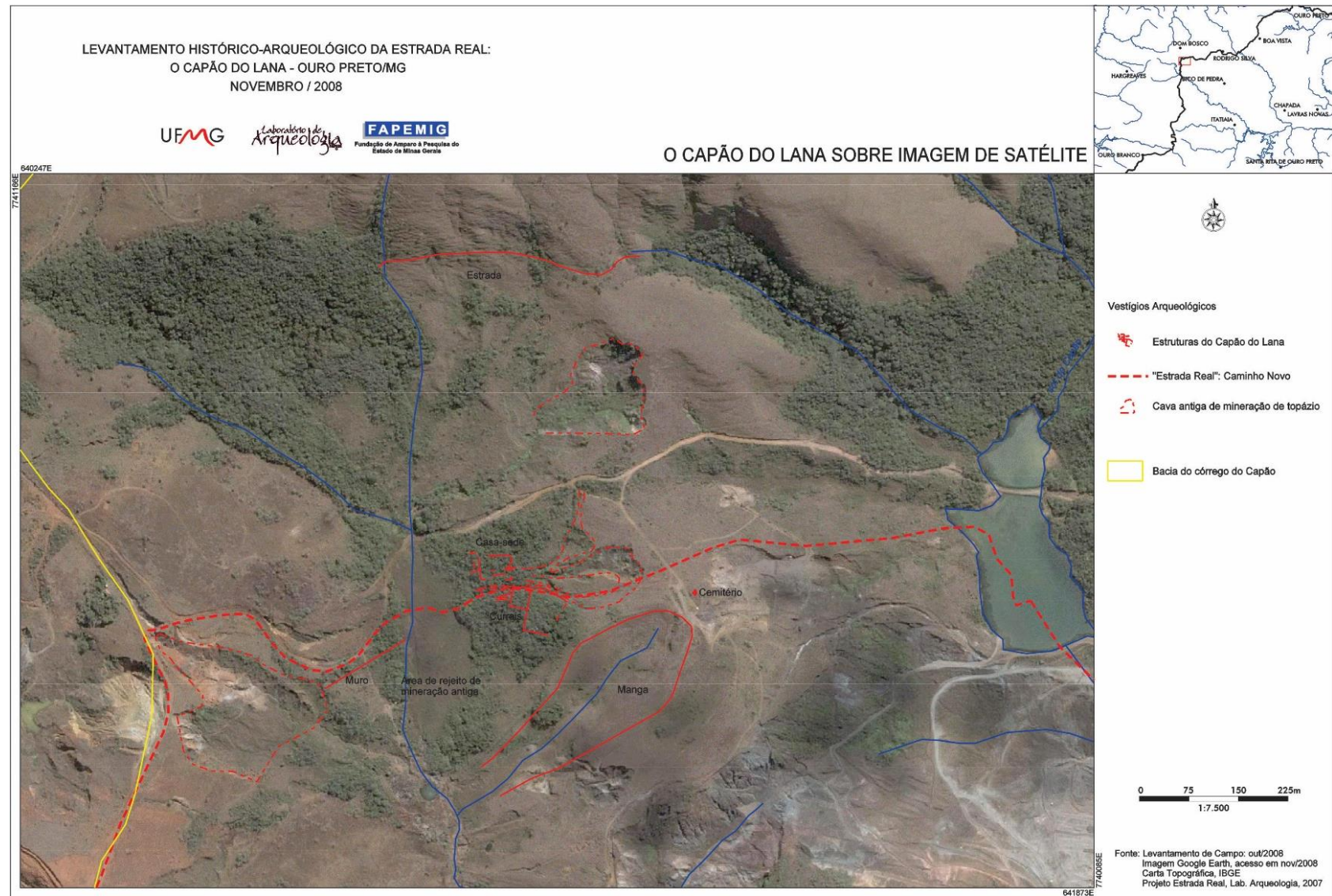


FIGURA 66 - Implantação do sítio sobre imagem de satélite
Fonte: Adaptado de GUIMARÃES, 2008, p. 33.

O Capão do Lana está localizado em uma área de vegetação diferente da que a compõe, como o próprio nome do sítio já indica¹⁵⁵, formada por mata secundária, com árvores de médio porte e presença de exemplares de árvores frutíferas como ameixeiras, bananeiras, cafeeiros, cítricos (limão, laranja etc.). Circundado por serras, o Capão se encontra em média vertente, sendo que a área oeste do sítio é constituída por um brejo resultante da ação antrópica, já que a água de um córrego que passa próximo ao local foi represada para implantação de atividade minerária e barragem de rejeito. Esse brejo está muito próximo de algumas estruturas do sítio, o que nos leva a deduzir a existência de estruturas submersas, bem como vestígios arqueológicos móveis no local (GUIMARÃES, 2008).



FIGURA 67 - Inserção na paisagem. Sítio indicado pela seta

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado em Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.

O sítio foi dividido em áreas consideradas a partir de suas estruturas. Para facilitar a compreensão utilizamos uma nomenclatura que permite dividi-las em categorias específicas: alicerce, arrimo, muro e parede:

Por Alicerce foi identificada qualquer estrutura que evidenciou ser base de apoio para sustentação de paredes. Geralmente, seus elementos integrantes estão visíveis no nível do solo ou acima dele. O termo Arrimo foi utilizado para estruturas que serviam de suporte/contenção para terra, normalmente formando níveis ou planos/plataformas. Sob a denominação de Muro estão as estruturas acima do solo utilizadas para separar ou delimitar espaços. Finalmente, as Paredes são tipos de construção que fecham as

¹⁵⁵ Do tupi *kaa-puã*, capão significa: “Pequeno bosque isolado cujo aspecto difere da vegetação circundante; caapuã, capuão, capuão de mato, ilha de mato”. Verbete “capão” (segunda acepção). Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/palavra/oKaA/cap%C3%A3o-2/>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

áreas externamente e fazem divisões internas das edificações (GUIMARÃES, 2008, p. 37).

O sítio possui duas grandes áreas: a Casa-sede, que compõe o conjunto principal das ruínas, e os Currais. Essas duas áreas totalizam, aproximadamente, 14.700m².

A Casa-sede foi definida como tal pelas suas dimensões estruturais, compondo o que era, provavelmente, o porão do casarão. Restaram algumas paredes e alicerces da antiga casa, que era um sobrado, vestígios de muro, arrimos e galeria, além de uma edificação de pequenas dimensões.



FIGURA 68 - Planta geral do sítio arqueológico Capão do Lana
 Fonte: Adaptado de GUIMARÃES, 2008, p. 28.

A área da Casa-sede é composta pelo conjunto principal do casarão, a Edificação 1 e o Pátio. Dentro do conjunto principal destacam-se como áreas de grande quantidade de vestígios arqueológicos o Arrimo 2 e a Plataforma do Rejeito 4, que serão abordadas com mais detalhes.

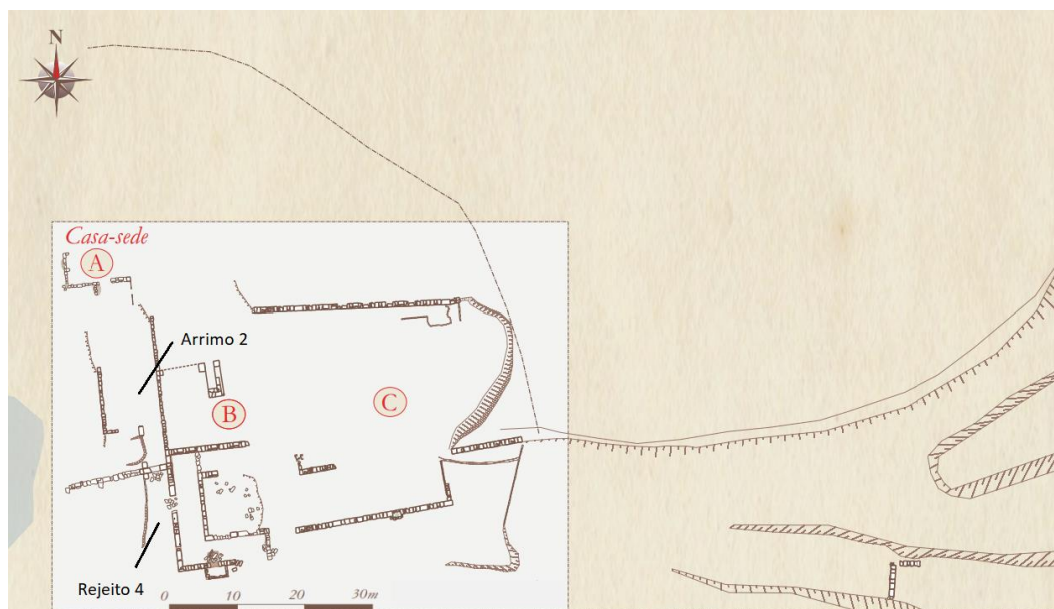


FIGURA 69 - Recorte da Planta geral do sítio Capão do Lana. Área da Casa-sede: A – Edificação 1; B – Casa-sede; C – Pátio. Notar indicação de localização do Arrimo 2 e da Plataforma de Rejeito 4. Fonte: Extraído e adaptado de: GUIMARÃES, 2008, p. 28.



FIGURA 70 - Vista parcial das ruínas da Casa-sede
Sem autoria.
Data: 2008.
Fonte: Acervo do Centro Especializado em Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 71 - Vista parcial das ruínas da Casa-sede – 2
Sem autoria.
Data: 2008.
Fonte: Acervo do Centro Especializado em Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 72 - Edificação 1 – vista oeste
Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 73 - Edificação 1 – vista sudoeste
Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 74 - Edificação 1 – arrimo formado por lajes verticais
Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.

É importante aqui destacar o Pátio, uma área que, originalmente, seria plana, situada a leste do casarão. A área do Pátio é delimitada por três segmentos de muro. O Muro 1 apresenta uma sequência de seis vãos retangulares que, pelas características e posicionamento, parecem encaixes para barrotes. Acima dessa sequência há um único vão, aparentemente destinado ao encaixe de alguma peça. Foi feito, por garimpeiros, um enorme buraco, do qual foi retirada grande quantidade de pedras (e amontoadas em seu redor), além de fragmentos de telhas.

O perfil estratigráfico na parede do buraco indica a presença de pedras concentradas, mas não foi possível esclarecer sua procedência. É possível que sejam originárias de um piso.



FIGURA 75 - Vista geral da área do Pátio

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 76 - Pátio: Muro 1 - vista dos vãos com encaixes para barrotes

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 77 - Pátio: Muro 1 - vista dos vãos com encaixes para barrotes – 2

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.

A área dos Currais é composta por três unidades delimitadas por muros de pedras e construídas de maneira escalonada, com gradação de níveis diferentes entre eles, e com dimensões distintas. Dessa área ainda faz parte a Edificação 2 e a Habitação. A Edificação 2 é uma estrutura de menor tamanho, assim como a Edificação 1, não tendo sido possível identificar sua função. A Habitação é uma construção recente, provavelmente construída entre os anos de 1946/47 segundo as informações do Fernando Celso. Quando seus familiares levavam o gado para aquela região, eles acampavam no próprio casarão. Porém, seu processo de arruinamento

ia avançando a cada nova temporada, fazendo com que tivessem receio de, estando dentro dele, ocorrerem novos desabamentos.

Assim, resolveram construir uma casinha, esta estrutura de tijolos maciços e cimento. Aproveitaram também materiais do próprio casarão, como as pedras e as telhas, além de madeira do local. Só havia dois cômodos, uma cozinha e uma sala/quarto que utilizavam para dormir. Dormiam todos juntos, em cima de couros de boi. Nesta área, encontramos pregos e vestígios de fogão a lenha de cimento.



FIGURA 78 - Muro de cercamento da área dos currais

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 79 - Curral 1 visto de cima

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 80 - Habitação, construída para acampamento dos boiadeiros

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 81 - Vestígio de fogão a lenha de cimento na Habitação

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.

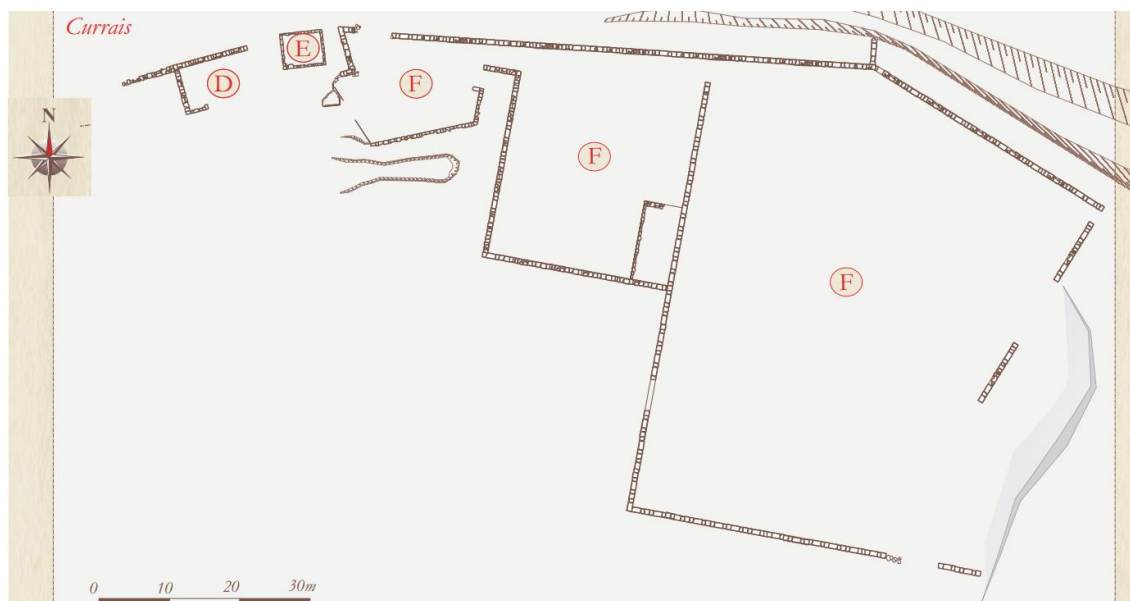


FIGURA 82 - Recorte da Planta geral do sítio Capão do Lana. Área dos Currais: D – Edificação 2; E – Habitação; F – Currais
 Fonte: Extraído e adaptado de GUIMARÃES, 2008, p. 28.

É interessante notar que a descrição de Fernando Celso entra em conflito, parcialmente, com a nossa interpretação dos vestígios já que ele informa que o curral era uma área contínua, em frente ao casarão e não havia estruturas escalonadas. Poderia ser o que estamos chamando de Pátio. Porém, precisamos considerar que ele conheceu e frequentou o lugar há muito anos, não sendo uma identificação *in situ*. Também, ele pode ter relacionado o local onde guardavam o gado, ao curral original do Capão, o que pode não ser o caso.

Outra questão é que ele coloca a estrada real passando nos fundos da casa e, ao que tudo indica, pelas prospecções realizadas, é que a estrada passaria em frente ou ao lado da casa, entre as estruturas da sede e os currais. Essa hipótese foi por nós colocada devido a uma espécie de corredor existente entre essas duas áreas, dando acesso aos currais e desembocando na área das estruturas do Casarão, como se pode ver abaixo. Nessa planta, o suposto caminho da estrada real (tracejado vermelho) passa dentro da fazenda, mas sem ter acesso direto à Casa-sede.



FIGURA 83 - Planta geral do sítio Capão do Lana (tracejado nosso, indicando o traçado da estrada real)
 Fonte: Extraído e adaptado de GUIMARÃES, 2008, p. 28.

Esquemáticamente, pela descrição do Fernando, a planta seria a seguinte:

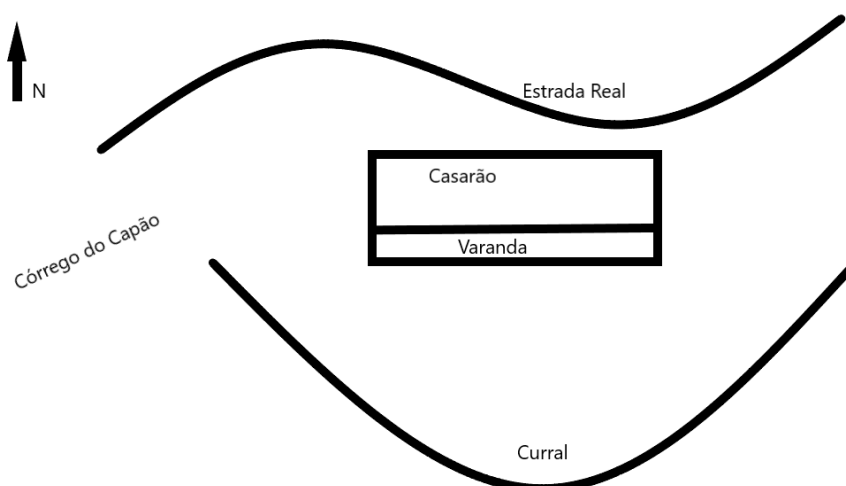


FIGURA 84 - Planta esquemática das estruturas do Capão do Lana, segundo Fernando Celso
 Fonte: Acervo da autora, 2021.

De acordo com Fernando Celso a casa era grande e muito bonita. Possuía uma varanda que corria em toda a extensão da fachada com uma pequena capela no “final”. Havia muitos quartos, ligados um ao outro pelas portas. Havia escadas de madeira para acesso à casa na frente (sala) e nos fundos (cozinha). A casa era feita de pau a pique e muros de pedra.

Em nossas pesquisas encontramos estruturas que indicam outras construções no terreno que não apenas o casarão, talvez áreas de serviços ou casas de agregados. Fernando Celso, inicialmente, disse que havia apenas o casarão, porém depois admitiu a possibilidade de haver outras estruturas no local.

Como explicar essa aparente contradição entre o relato e as pesquisas arqueológicas? De um lado, as reminiscências da memória de um senhor de 79 anos, de quando era um garoto entre sete e quinze anos, e, de outro, a interpretação de arqueólogos e arqueólogas que não vivenciaram aquele espaço antes de se tornarem ruínas arqueológicas. Contudo, é possível também conjugar as duas informações, procurando identificar nos vestígios certos espaços, como a varanda e a capela.

Em suas memórias Fernando Celso não tem nenhuma lembrança de móveis do casarão e nem de objetos que tenham ficado para trás. Não se lembra de terem encontrado coisas antigas. Porém, cita a existência de um cemitério “para escravos” com muros que chegavam a ter até 3m de largura, mas que não havia nada dentro: cruzeiros ou lápides. Esse cemitério ficaria em uma área externa à fazenda, mas dentro do terreno, sendo que não existe mais por causa da

exploração de topázio pela empresa.¹⁵⁶ A área da lavra suprimiu as estruturas referentes ao cemitério. Também, informou que o terreno da fazenda era cercado por muros de pedras de divisa de propriedade.

4.2 Cultura material do Capão do Lana

Em relação aos vestígios arqueológicos achados, optamos pela análise que reconstitui a forma e função das peças encontradas. Para isso, foi utilizada a metodologia do número mínimo de peças (NMP) que consiste em quantificar um número mínimo de artefatos (fragmentos que permitem a reconstituição, ainda que imaginária, do objeto inteiro) existentes na amostra (SYMANSKI, 1997). Esta abordagem nos permite ter uma ideia do tipo de material relacionado a cada contexto espacial, bem como informações sobre suas funções, qualidade, datação, dentre outros aspectos que podem trazer informações sobre as questões já colocadas anteriormente. Assim, ainda que seja possível que a amostra fique sub-representada, acreditamos que uma análise deste tipo, mais qualitativa, exponha melhor cada contexto de ocupação e o reconhecimento de espaços específicos da estalagem.

O material arqueológico coletado durante os trabalhos de campo no ano de 2008 passou por uma triagem, que implicou no descarte de vários fragmentos de telhas.¹⁵⁷ As telhas do Capão do Lana correspondem ao tipo meia-cana, fabricadas artesanalmente através de moldes de madeira. A pasta era colocada sobre o molde, deixada secar e depois era submetida à queima. Como sua fabricação não exigia um nível específico de qualidade elas apresentam irregularidades no formato, em sua pasta e na composição do tempero, mostrando pedaços de quartzo maiores e irregulares bem como chamota, deixando a pasta mais grosseira (MORAIS, 2012).

Assim, foi mantida uma amostra qualitativa de cada tipo de telha encontrada. As variações na coloração da pasta vão do branco, passando por um bege claro até um cinza escuro, e chegando ao marrom avermelhado. Algumas apresentam marcas, como incisões feitas com

¹⁵⁶ Posteriormente, no próprio relato, Fernando Celso afirmou que havia outro cemitério, da antiga fazenda, com cruzes de madeira, mas que ele não conheceu. Na época de Costa Sena, ou em um momento anterior, foi feito um grande buraco, quadrado, fora da fazenda, mas dentro do que hoje é o terreno da empresa, e os restos mortais dessas pessoas que estavam no cemitério foram exumados e depositados lá. Ao redor, construiu-se esse grande muro. Segundo Fernando, ele os demais companheiros tinham medo de cair dentro da área, pois seria muito difícil retirar uma pessoa de lá, dando a entender que, de fato, o muro tinha enormes proporções. Logicamente, temos que considerar que ele era uma criança naquela época.

¹⁵⁷ Foram encontradas também muitas pedrinhas de topázio, em todo o sítio, porém, sem valor comercial. Algumas foram coletadas a fim de serem registradas devido ao histórico de exploração do sítio. Porém, não passaram por análise de nenhum tipo, por não ser o foco desta tese.

os dedos que poderiam remeter a identificação de manufatura¹⁵⁸, por exemplo, nos exemplares mais bem preservados. No entanto as telhas não foram objeto de análise desta pesquisa.

No caso da louça (faiança fina), dos vidros e das cerâmicas utilitárias, bem como outros tipos de materiais, inclusive, mais recentes, todos os fragmentos foram coletados. A partir desses materiais, as análises realizadas no âmbito desta tese se voltaram para os fragmentos maiores, a partir de uma dimensão mínima onde era possível identificar algum tipo de informação: seja a datação (pelo esmalte, decoração, cores da decoração ou das peças, no caso das louças; em relação aos vidros, técnicas de manufaturas, marcas de molde, cores etc.) ou a função do objeto ao qual o caco se remete. Os fragmentos¹⁵⁹ que não puderam trazer esse tipo de informação não foram considerados.

A TAB. 1 a seguir mostra a distribuição do material arqueológico, por quantidade de fragmentos, de acordo com as áreas definidas dividindo o sítio em três grandes partes: a área do casarão (Casa-sede), a área do Pátio e as demais estruturas (como Habitação recente e os currais).

TABELA 1 - Total de amostras analisadas - Ocorrência no sítio

TIPOS DE VESTÍGIOS	ÁREA DA CASA-SEDE		PÁTIO		OUTRAS ESTRUTURAS	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Vidros	1040	91,87%	83	7,3%	9	0,79%
Cerâmica ¹⁶⁰	280	92,1%	24	7,8%	0	0%
Louça	298	93,71%	18	5,66%	3	0,94%
Metais	129	90%	10	7%	4	3%
Grés	16	100%	0	0%	0	0%
Pedra-sabão	4	80%	1	20%	0	0%
Plástico	4	100%	0	0%	0	0%
Ossos	2	100%	0	0%	0	0%
Borracha	1	100%	0	0%	0	0%
Azulejo	0	0%	1	100%	0	0%
Faiança	0	0%	1	100%	0	0%
Total	1774	92%	138	7,15%	16	0,82%

Fonte: GUIMARÃES, 2008, p. 96. Adaptado¹⁶¹.

¹⁵⁸ Essas marcas podem servir para identificar o artesão, por exemplo, caso haja uma considerável produção local.

¹⁵⁹ Fragmentos muito pequenos, com 2 ou 3cm, aproximadamente, que não apresentavam nenhuma marca diagnóstica como técnicas de manufatura ou decorações, por exemplo, não foram considerados na análise.

¹⁶⁰ Este grupo será mais bem categorizado, em outro momento, já que há diversas formas de se produzir cerâmica, cada uma com sua especificidade. Estamos aqui falando dos recipientes cerâmicos utilitários.

¹⁶¹ A adaptação se deu porque aqui estamos trabalhando com o número de fragmentos do NMP. Por isso, os totais desta tabela apresentada são menores do que os totais do relatório citado.

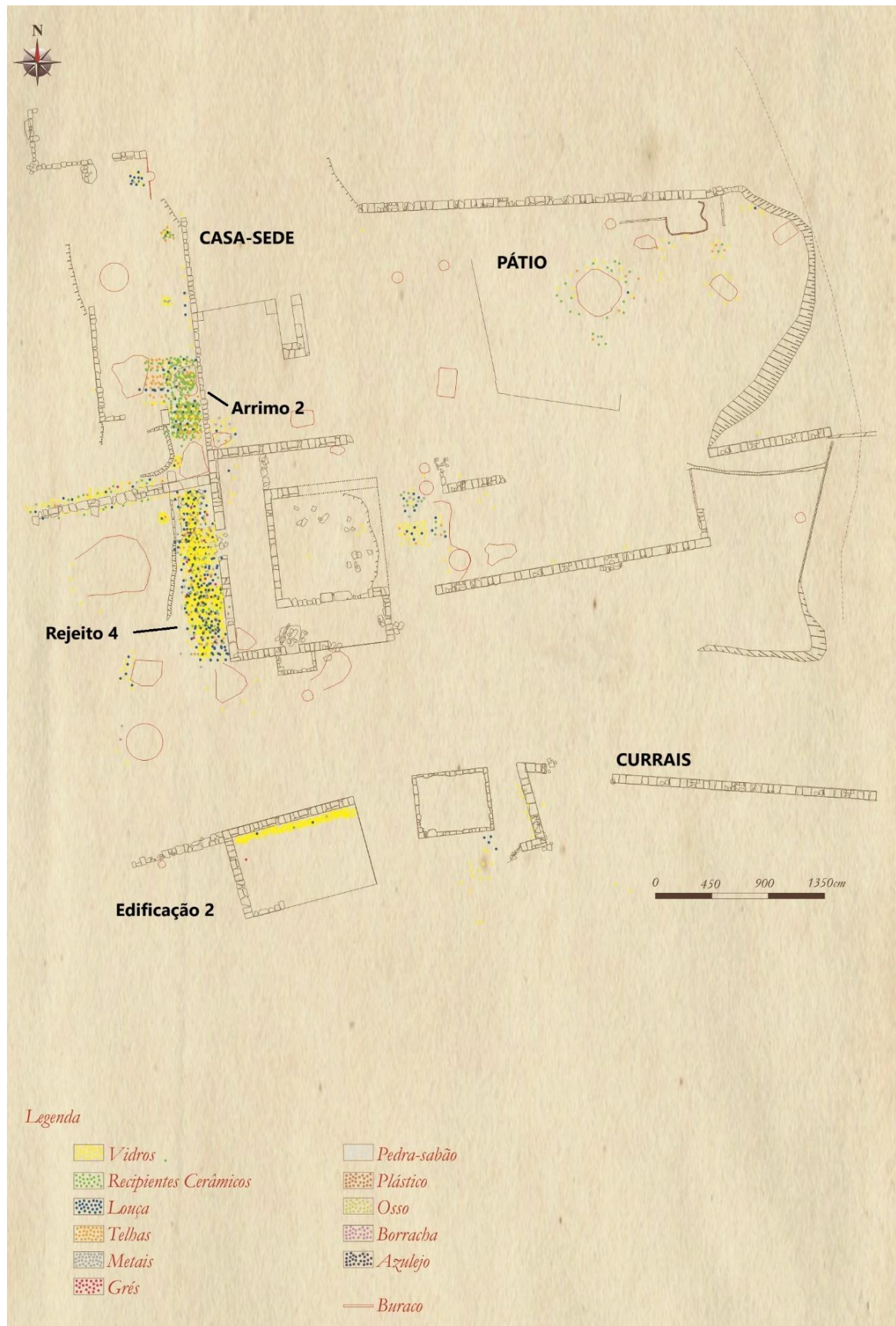


FIGURA 85 - Planta de dispersão dos vestígios arqueológicos
 Fonte: Adaptado de GUIMARÃES, 2008, p. 101.

A TAB. 1 e a FIG. 85 nos dão uma primeira visão geral do sítio em termos de vestígios móveis. Na planta, cada cor representa um tipo de material e assim podemos notar a dispersão espacial de cada um deles. Por exemplo, percebemos uma grande quantidade de vidros (amarelo) na Plataforma do Rejeito 4, ainda que haja muita louça (azul) também. No Arrimo 2, observamos uma área com variedade de tipos de vestígios, mas podemos perceber um certo predomínio de materiais cerâmicos (verde). Tanto pela tabela quanto pela planta destaca-se a área da Casa-sede como a de maior concentração de vestígios (superior a 90% do total) e também com maior variedade de materiais. Mais da metade (58%) dos fragmentos encontrados é de vidro, seguido de louças e recipientes cerâmicos, com cerca de 16% e 15% respectivamente.

Em menor número, mas em quantidade relevante, foram encontrados esteatita (pedra-sabão) e grés. Foram coletados, ainda, vestígios de metal, plástico, osso, azulejo e borracha, além de um minúsculo fragmento de faiança, provavelmente, portuguesa. Esse fragmento não foi considerado na análise a seguir por não apresentar nenhuma informação de forma e função e por ser o único em todo o sítio. A única coisa que podemos afirmar é que houve a utilização de faiança em algum momento, ainda que em menor quantidade.

Devido às restrições causadas pela pandemia e, principalmente, também devido à extrema fragmentação dos vestígios das outras categorias, optamos por trabalhar em profundidade apenas com o vidro, a cerâmica e a louça. A pedra-sabão e o grés ajudarão a compor essa análise.

4.2.1 Análise e interpretação

Os objetos podem ter significações diversas e expressar relações simbólicas que coexistem com sua função utilitária. Portanto, analisar os vestígios encontrados, como as louças, os vidros, as vasilhas cerâmicas podem nos ajudar a compreender mais do que o universo funcional, passando também ao universo simbólico da estalagem. Como bem expressou Yentsch (1996 em SYMANSKI, 1999, p. 156) “[...] em uma comunicação não verbal coisas tão comuns como uma panela podem ter uma associação metafórica ou simbólica existindo lado a lado com sua função utilitária”.

No caso do Capão do Lana os objetos são de especial interesse na datação do sítio, bem como na identificação das diversas estruturas do local já que as informações documentais disponíveis são escassas. A situação é agravada pela ausência de uma estratigrafia arqueológica

preservada para compreender as ocupações do sítio já que ele foi revirado por garimpeiros autônomos ao longo de décadas, conforme dito. Portanto, cabe ressaltar que a datação arqueológica do sítio e de suas diversas estruturas é limitada pela datação do período de produção das peças encontradas, já que não pudemos correlacionar essas diversas variáveis com camadas de ocupações estratigráficas. Logicamente, estamos aqui dialogando com as fontes históricas apresentadas anteriormente, portanto, tratamos os períodos de produção dessas peças dentro do contexto histórico de ocupação do sítio apresentado.

Para cada tipo de material as análises estiveram baseadas em três principais categorias: forma/função, técnica de fabricação, decorações e cores utilizadas (ou não). Além disso, observou-se a presença de marcas de fabricantes em algumas peças de louças, muito úteis nas datações. Porém, cada tipo de material possui suas especificidades.

Foi dada especial atenção à análise das louças e vidros por três motivos. O primeiro, por serem materiais em sua maioria importados e produzidos em um contexto industrial, o que tornou esses produtos padronizados, o que nos permite observar marcas de técnicas de produção, artesanais ou não, bem datadas. Além disso, esses materiais estão em maior número no sítio.

Em terceiro lugar, a pandemia de Covid-19 causou o fechamento de diversas instituições, como foi o caso do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG – MHNJB/UFMG, onde o material da pesquisa está acondicionado. Essa situação prejudicou em muito os resultados dessa análise, já que a cerâmica, categoria material ainda não analisada quando do início da crise sanitária, é um material extremamente importante em sítio históricos, trazendo informações bastante distintas das louças e vidros. Sendo assim, quando possível¹⁶² foi feita uma análise muito expedita, sem grandes detalhamentos de decoração e forma, por exemplo. Portanto, em alguns casos utilizaremos informações do relatório de pesquisa da escavação do sítio (GUIMARÃES, 2008) e da monografia da Camila Morais (2012).

Antes de apresentar os resultados da análise é importante fazer algumas ressalvas em relação às limitações encontradas. Muitas das peças não permitiram (pelo tamanho do fragmento) definir de maneira precisa forma e datação, gerando informações aproximadas. Uma estratigrafia arqueológica preservada poderia nos ajudar a reconhecer as diferentes ocupações através do material arqueológico escavado. Porém, não é o que temos. Sabemos, pelas informações documentais, que a fazenda foi ocupada, provavelmente, por José da Silva

¹⁶² Foi permitida emergencialmente a minha entrada em abril de 2021, em apenas três dias. Logicamente, insuficientes para essa análise.

Guimarães e sua família, pela carta de sesmária datada de 1770. Mas também sabemos que o Capão já existia desde princípios do século XVIII e há indícios também que outros ocuparam a venda, como José Barbosa e Domingos José Ferreira.

O Capão deixou de funcionar como estalagem em 1855, o que nos leva a entender que houve uma ocupação exclusivamente doméstica após este momento. Também sabemos que o ex-presidente de Minas Gerais, Costa Sena, foi proprietário da área até, aproximadamente, 1902¹⁶³ e que havia garimpeiros autônomos residindo no local, além da própria família Gonçalves que ocupava sazonalmente o sítio.

Assim, decidimos por definir três períodos genéricos de ocupação do sítio: a **estalagem** que iria de princípios do século XVIII até 1855; a **residência**, de 1856 até o fim do século XIX e a partir do século XX, uma ocupação que se caracteriza por ser **esporádica** e de maior rotatividade, é o período de ocupação dos garimpeiros e da família Gonçalves. Essa diferenciação irá nos ajudar em relação à identificação dos vestígios dentro desses contextos. Lembrando que nosso foco é o período da estalagem.

4.2.2 Louças: panorama inicial

Antes, é necessário fazer uma observação importante. Optamos pela utilização do nome genérico “louça”, ao invés de faiança fina, englobando nessa seção, também, a porcelana e o *ironstone china*, por termos encontrado poucos fragmentos desses materiais específicos. Portanto, nas análises mais genéricas de distribuição do material, por exemplo, reunimos as três categorias, mas mencionaremos cada uma especificamente quando for necessário. O termo exclui a louça de barro, aqui referida como cerâmica, e o grés.

A porcelana é uma variedade de cerâmica mais densa, de corpo branco, translúcido e vitrificado, queimada a alta temperatura, acima de 1300°C. Há três tipos: a pasta dura, a pasta mole e o *bone china*. Os chineses foram os primeiros a criar a porcelana e mantiveram a receita em segredo durante séculos. Portanto, essas variedades mencionadas são tentativas de se imitar a porcelana original chinesa. A pasta dura é aquela queimada a temperaturas mais altas que as outras, criando uma pasta altamente vitrificada, resistente à mancha. A pasta mole foi feita na Inglaterra, Europa Continental e EUA. O esmalte aparece distinto da pasta. Já a *bone china* é

¹⁶³ Apesar de proprietário, não parece que tenha morado lá até este ano, já que as informações orais indicaram que o casarão já estava entrando em processo de arruinamento quando a propriedade foi comprada.

altamente translúcida e estaria entre a pasta dura e a pasta mole. Sua principal característica é a inclusão de osso calcinado à pasta.¹⁶⁴

A faiança fina ou louça foi uma revolução na indústria cerâmica inglesa, produto das tentativas de imitar a porcelana chinesa, e logo substituiu a faiança portuguesa. É caracterizada por uma massa mais clara, uniforme e resistente, sobre a qual a decoração era aplicada diretamente. A pasta, dependendo de cada manufatura, tinha sílex calcinado, caulim, argila, ossos calcinados, feldspato e giz. O resultado era uma pasta permeável, opaca, de quebra irregular que deveria ser coberta por um esmalte para se tornar impermeável. Deve-se sua descoberta a Josiah Wedgwood em 1761. A louça dominou rapidamente o mercado brasileiro após a abertura dos portos em 1808, principalmente aquela vinda da Inglaterra. No Brasil, assim como em outras áreas da indústria nacional, a produção de louças só teve início no princípio do século XX no Paraná e em São Paulo (TOCCHETTO, *et al.*, 2001).¹⁶⁵

Já a *ironstone china*, também chamada *stone china* ou *white granite*, é mais uma pasta na tentativa de criar peças semelhantes à porcelana, já que a British East India Company parou de importar a porcelana chinesa em 1791. Criada por Charles Mason em 1813, a *ironstone* contém pó de minério de ferro triturado, misturado à argila e óxido de cobalto. Foi utilizada para diversos fins além da louça doméstica. Caracteriza-se por ser durável e opaca, com uma pasta branca, vitrificada ou semi-vitrificada e esmalte brilhante. Tornou-se muito popular a partir de 1850 até fins do século XIX (Cf. ANDRADE LIMA, 1995; MILLER, 2009; SAMFORD, 2014).

Dessa maneira é de se esperar que em um local de trânsito, às margens do Caminho Novo, houvesse acesso a produtos importados como a louça, conforme foi confirmado pela pesquisa arqueológica.

Dentre os fragmentos de louça coletados, foram contabilizadas 73 peças (135 fragmentos) pelo NMP. As peças foram identificadas associando-se informações como esmalte, forma e decoração, principalmente. Dessas, 66 (125 fragmentos) fazem parte do conjunto da Casa-sede, o que mostra que mais de 90% da louça é proveniente dos arredores do casarão, em especial do seu lado oeste: Plataforma do Rejeito 4, com 39 peças e o Arrimo 2 com 18 peças

¹⁶⁴

Disponível

em:

<<https://apps.jefpat.maryland.gov/diagnostic/Porcelain/PorcelainWareDescriptions/SoftPastePorcelain-intro.html>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

¹⁶⁵ No entanto, o/a leitor/a irá perceber que ao estabelecer a cronologia da peça identificamos algumas como sendo do fim do século XVIII ou pertencente ao intervalo da virada do século XVIII para o XIX. Isso porque não descartamos a presença de louça importada no Brasil antes de 1808, já que havia contrabando e comércio ilegal na colônia (cf. PIJNING, 2001; PEDREIRA, 2006). Não fazemos afirmações na falta de estudos mais direcionados ao tema, porém, consideramos uma possibilidade a ser pesquisada.

(para localização dessas duas áreas, ver FIG. 64). Associamos essa área a um local de descarte ou onde a maior parte das atividades domésticas e da estalagem/venda ocorreram.

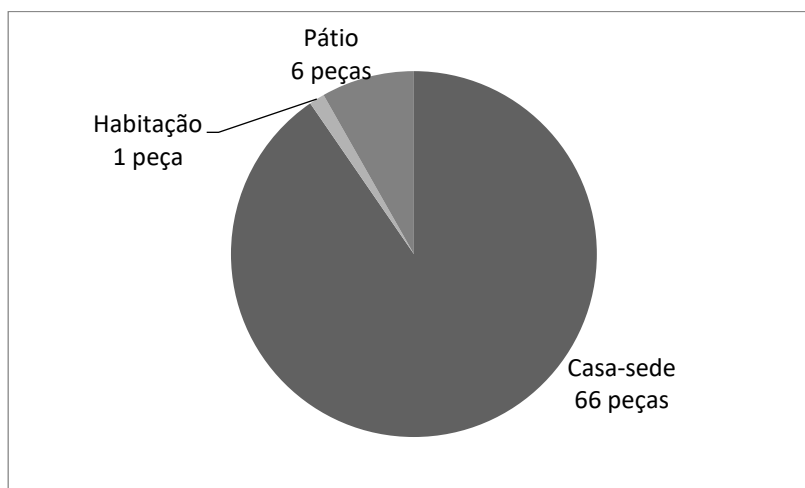


GRÁFICO 2 - Distribuição da louça pelas estruturas do sítio
Fonte: Elaborado pela autora.

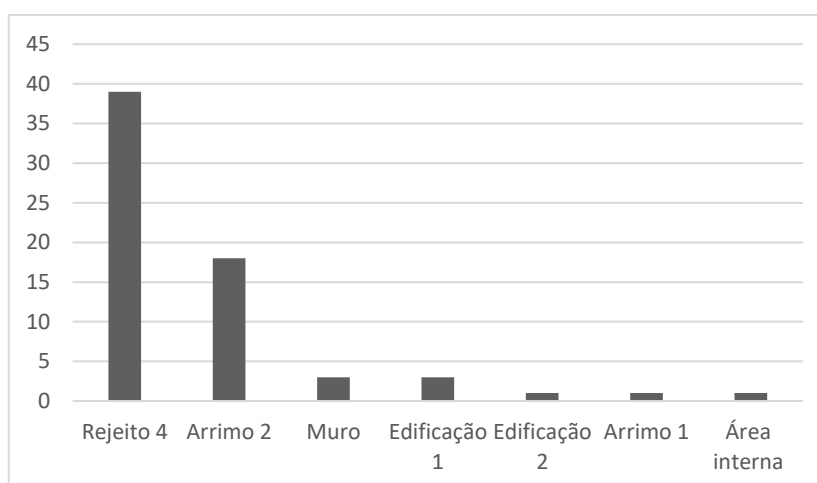


GRÁFICO 3 - Distribuição da louça pelas áreas da Casa-sede
Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à categoria das peças, foram identificados quatro tipos: mesa, chá, toucador e higiene íntima. As peças de mesa referem-se a pratos, tigelas, travessas, sopeiras, pratos de sobremesa etc. As peças de chá referem-se a xícaras¹⁶⁶, pires, malgas, bules, leiteiras etc. As peças de toucador referem-se a colônias, potes de dentifrício, dentre outros. Por fim, as peças

¹⁶⁶ Não faremos distinções entre xícaras grandes e pequenas, bem como xícaras de café, devido à alta fragmentação dos vestígios impossibilitando esse nível de detalhe. Essas identificações só serão feitas em casos específicos.

de higiene referem-se àquelas relacionadas à higiene e satisfação das necessidades biológicas como urinar e defecar, por exemplo o urinol.

A categoria predominante das peças de louça é a de mesa, com 34 no total, representando 46,57% das peças. Seguem-se as de chá, com 26 (31,5%) no total e as de higiene e toucador com uma peça cada (1,36% cada). Ressaltamos que há um número considerável de peças que não puderam ser identificadas, são onze itens, ou 15% do total. No entanto, essas peças continuam a fazer parte da amostra, porque possibilitam outras informações como a cronologia que pode ser estimada pela identificação do tipo de esmalte, decorações e cores utilizadas (conjugação de um ou mais desses elementos).

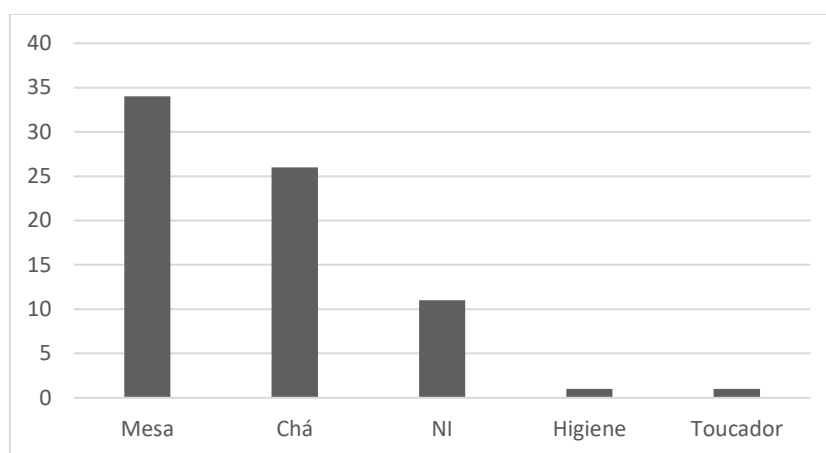


GRÁFICO 4 - Categorias das louças do Capão do Lana
Fonte: Elaborado pela autora.

Utilizando a fórmula proposta por South¹⁶⁷ (2007) para as louças obtivemos uma data média do sítio de 1862,25, ou seja, um período pós estalagem. A maioria das peças de louça indicam que o investimento nelas foi feito em um período posterior ao funcionamento da estalagem.

Sabemos que o uso das datas médias pode ter problemas de distorções, como, por exemplo, o período de produção de determinado tipo de louça e o período de deposição da peça. Isso pode ocorrer, por exemplo em contexto em que há um reuso intenso, com manutenções e até reciclagens. Então, uma peça que foi produzida até 1790, mas foi descartada em 1820 pode levar a uma distorção nessa data média. Porém, consideramos que esta pode ser uma ferramenta

¹⁶⁷ Esta fórmula utiliza a data média do intervalo de produção dos fragmentos. Essa data média é multiplicada pelo número de fragmentos da amostra do mesmo tipo. Depois faz-se a soma desses produtos e multiplica-se o resultado pela soma das frequências de cada tipo individualmente. O resultado dará a data média daqueles fragmentos. Neste caso, aplicamos à fórmula o NMP e não o número de fragmentos (cf. ANDRADE LIMA, 1993).

que, conjugada a outras, produz resultados interessantes para datações de sítios, inclusive quando não temos a ajuda da estratigrafia.

Para refinar um pouco mais a questão da cronologia de produção e descarte das louças no sítio, na imagem a seguir estão identificadas as peças bem como sua distribuição diacrônica. Esse gráfico mostra o período em que, segundo o material analisado, o sítio foi mais intensamente ocupado.

As linhas verticais separam os períodos de funcionamento da estalagem. A primeira linha vertical seria a data aproximada do início de funcionamento e a segunda linha o encerramento das atividades da estalagem e o começo do período exclusivamente residencial. A terceira linha vertical indica o início do período da ocupação esporádica do sítio por garimpeiros e a família Gonçalves. As linhas azuis horizontais também separam os vestígios cronologicamente a partir dessas três divisões (estalagem, residência e ocupação esporádica) e as cores das barras indicam os vestígios nos mesmos períodos cronológicos.

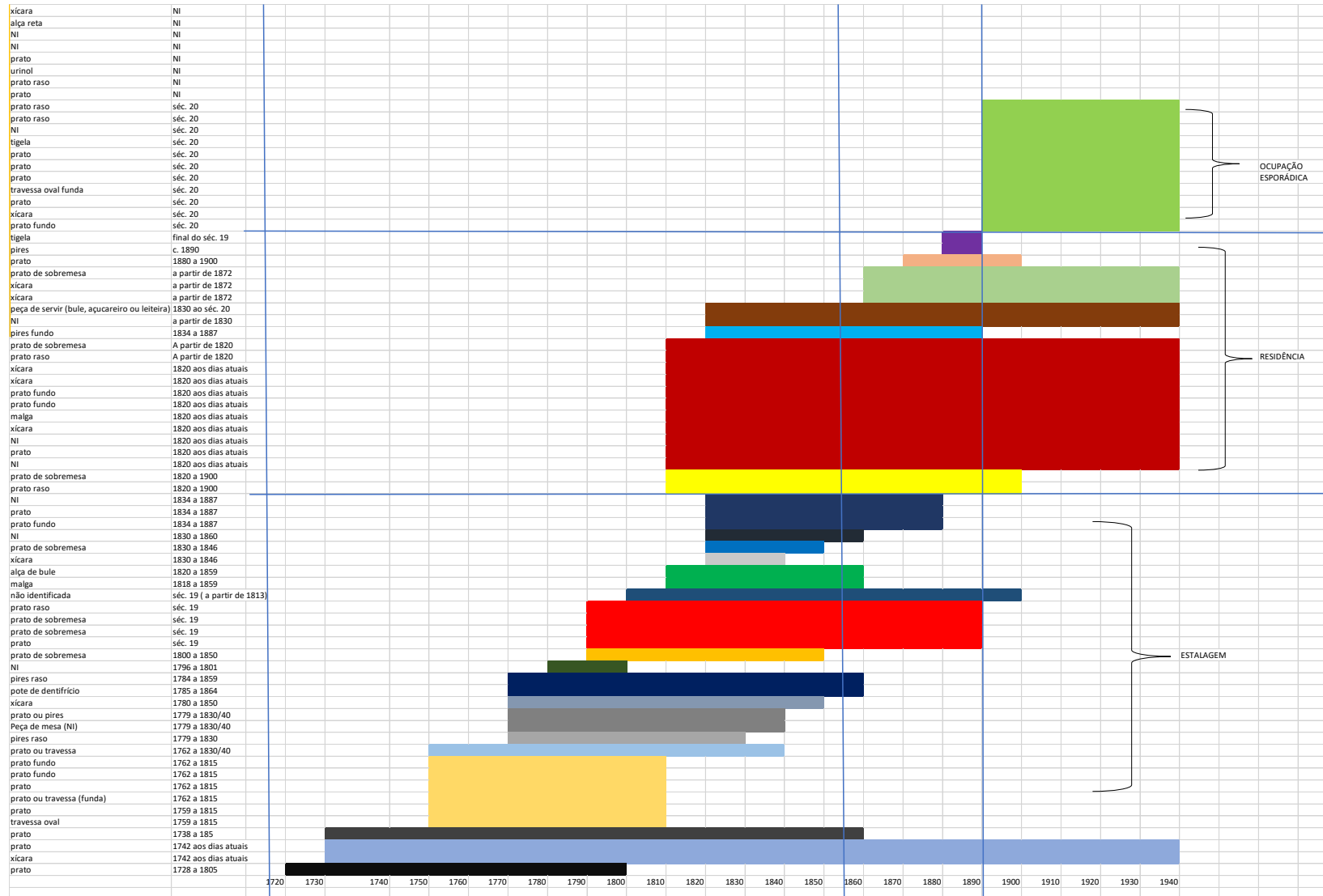


GRÁFICO 6 - Cronologia das peças de louça do sítio Capão do Lana
 Fonte: Elaborado pela autora.

Com este gráfico podemos usar o princípio do *terminus post quem* e *terminus ante quem*. Para obter uma aproximação da data inicial de deposição dos vestígios arqueológicos utilizamos o princípio do *terminus post quem*, que significa “não anterior a”. Tomamos como base o primeiro prato, de baixo para cima, no gráfico, produzido entre 1730 e 1800. Então, como este prato foi produzido até 1800 este seria o início do período de maior deposição do sítio. O padrão das barras mostra intervalos quase regulares, o que demonstra a continuidade da ocupação do sítio. O final da deposição mais intensa seria 1890, pois a partir dessa data as barras perdem a continuidade, havendo pequenos “saltos” de uma para outra.

As peças que foram consideradas como sendo da estalagem em função da sua cronologia de produção são caracterizadas de maneira geral pelo esmalte *creamware*¹⁶⁸ em sua maioria, seguido do *pearlware*. Na decoração predomina o uso da técnica impressa (*transfer printing*¹⁶⁹), sem borrão (a maioria), seguida da modificação de borda no estilo *royal rim*. Há, ainda, uma peça de porcelana pintada à mão e uma *ironstone china*. O material da estalagem será melhor apresentado posteriormente.

¹⁶⁸ Os tipos de esmalte da faiança fina (ou louça) são o *creamware* ou louça creme (1759 – 1815), inventado por J. Wedgwood. É uma louça de corpo creme com esmalte esverdeado devido à aplicação de óxido de chumbo. Ela substituiu aos poucos, os utensílios de mesa de estanho. Posteriormente, foi substituída pela *pearlware*, mas sua fabricação permaneceu para louças de higiene pessoal. A *pearlware* ou louça pérola (1779 – c. 1830/40), do mesmo fabricante, popularizou-se a partir de 1810. Ela tem uma coloração azulada, especialmente nos locais de acúmulo, nas bordas e bases, por causa do óxido de cobalto em sua composição. A *whiteware* ou louça branca (1820 – dias atuais) tornou-se muito popular devido ao baixo custo, predominando até os dias de hoje (TOCCHETTO *et al.*, 2001).

¹⁶⁹ *Transfer printing* (impressão por transferência ou louça impressa): introduzida na Inglaterra em 1750 em substituição à decoração pintada à mão, que era mais cara. Este processo sofreu modificações ao longo do tempo, produto das inovações tecnológicas da industrialização inglesa. Porém, o princípio não se modificou: um desenho era gravado em uma placa de cobre, tinta era colocada sobre a placa, cobria-se a placa com papel de seda umedecido e fazia-se a prensagem para transferir o desenho do papel para a peça cerâmica que já havia sofrido um processo de queima. Depois da aderência a peça era colocada na água para retirar o papel de seda; mergulhava-se a peça na solução de esmalte e depois ela retornava ao forno para ser queimada novamente. Esta técnica foi importante pela diminuição dos custos: era possível fazer muitas peças, com desenhos complexos em menos tempo, permitindo a padronização e a produção em massa (TOCCHETTO *et al.*, 2001).



FIGURA 86 - Fragmentos de malga com decoração impressa em verde, sem borrão. Provavelmente, esmalte *creamware*
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 87 - Fragmentos de bordas de pratos *creamware* com modificação na borda em estilo *royal rim*
Fonte: Acervo da autora, 2017.

É possível ver que, no período da estalagem, predominam os itens de mesa (ao todo são dezenove componentes do aparelho de jantar), com preponderância das peças de consumo (pratos e pratos de sobremesa). Em seguida as peças de chá (sete) e uma peça de toucador, que é o caso do pote de dentifrício.

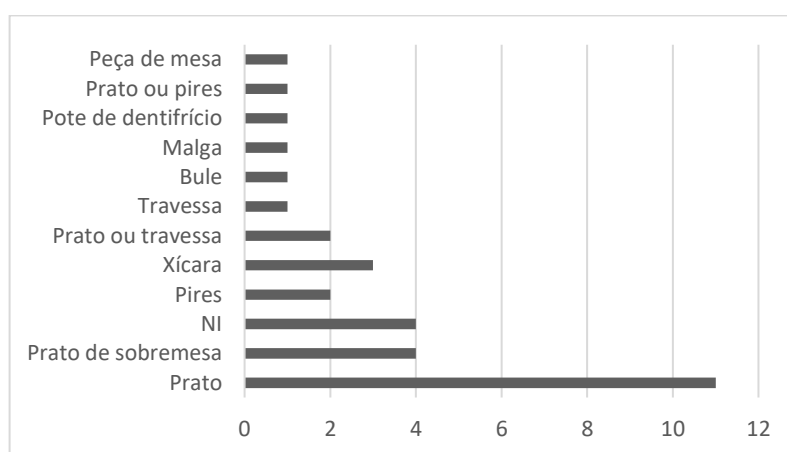


GRÁFICO 7 - Tipos de peças de louça no período de funcionamento da estalagem
Fonte: Elaborado pela autora.

No período pós-estalagem os itens de jantar continuam predominando, porém há um maior equilíbrio entre as peças de jantar e as de chá. Ao que parece, o consumo do chá passou a ser mais valorizado após a casa tornar-se exclusivamente residencial ou o consumo do chá era

de exclusividade da família proprietária no período da estalagem, já que há uma predominância nos itens de jantar.

As peças identificadas como sendo do período residencial são, em sua maioria, *whiteware*, com predomínio da decoração impressa em azul borrão. Dentre as peças destacamos uma tigela de porcelana de pasta mole e um pires em *ironstone china* ou *white granite*, de origem inglesa, já que foi identificada a marca impressa em preto no fundo do pires “J. & [...]” e brasão do fabricante.

A marca remete à J. & G. Meakin. O brasão foi identificado como sendo o uso da forma “moderna” das armas reais britânicas, o que possibilitou datar a peça a partir de 1890¹⁷⁰. Esta fábrica foi fundada em 1851 pelos irmãos James e George Meakin em Hanley, Stoke-on-Trent, na Inglaterra. Seu principal produto era o *white granite* principalmente as peças de mesa e chá. Conhecida pela sua qualidade e por atender a diversos públicos, as louças Meakin são encontradas em contextos do século XIX e princípios do XX, muito populares no Brasil. Apesar de, em sua maioria, terem sido fabricadas para serem exportadas para os Estados Unidos e as colônias britânicas, atingiram também os mercados da América do Sul, tornando-se uma das principais fábricas de louça em fins do século XIX.¹⁷¹

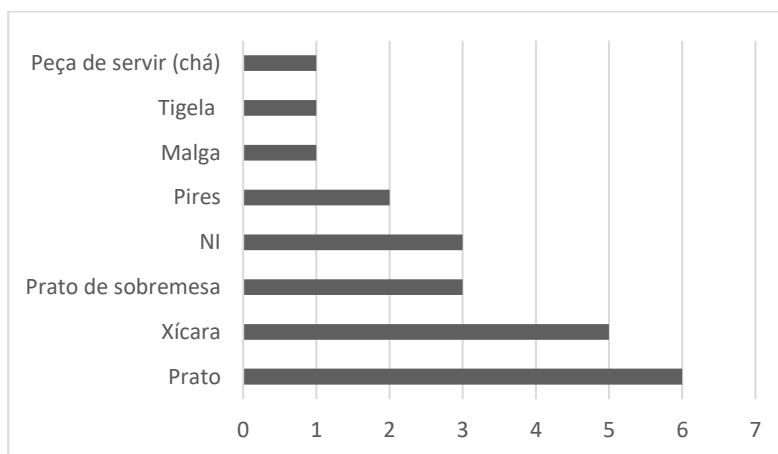


GRÁFICO 8 - Tipos de peças de louças no período pós-estalagem
Fonte: Elaborado pela autora.

¹⁷⁰ Disponível em: <http://www.thepotteries.org/mark/m/meakin_jg.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.thepotteries.org/potters/meakin.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2019. E, também, conferir: <<https://www.potteryhistories.com/page70.html>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

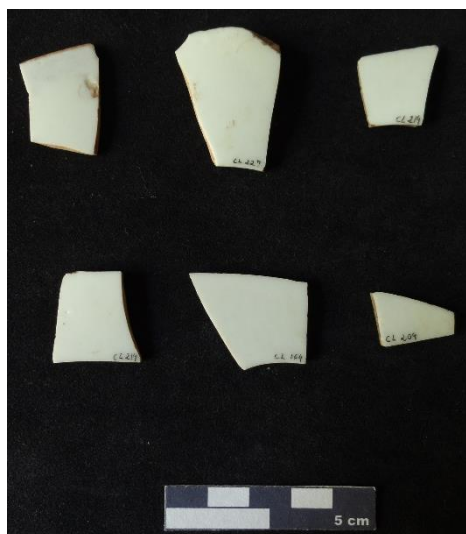


FIGURA 88 - Fragmentos de tigela de porcelana de pasta mole. Face externa

Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 89 - Fragmento de tigela de porcelana de pasta mole. Perfil.

Foto: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 89 - Fragmento de borda de peça de serviço de chá. Face externa.

Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 90 - Fragmentos de pires (borda e fundo) em *ironstone china*, com marca de fabricante J. & G. Meakin. Face externa
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 91 - Fragmentos de pires (fundo) em *ironstone china*, com marca de fabricante J. & G. Meakin. Face externa
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 92 - Marca da J. & G. Meakin com o uso das armas reais com o leão em pé sobre duas patas, utilizada a partir de 1890
Fonte: The Potteries.¹⁷²



FIGURA 93 - Fragmento de prato com decoração impressa em azul borrão. Face interna
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Já na época dos garimpeiros, os vestígios de louça voltam a ser majoritariamente ligados ao serviço de mesa, com grande predominância de pratos. Essas são as peças do topo do GRAF. 6, datadas do século XX.

¹⁷² Disponível em: <http://www.thepotteries.org/mark/m/meakin_jg.html>. Acesso em: 02 fev. 2021.

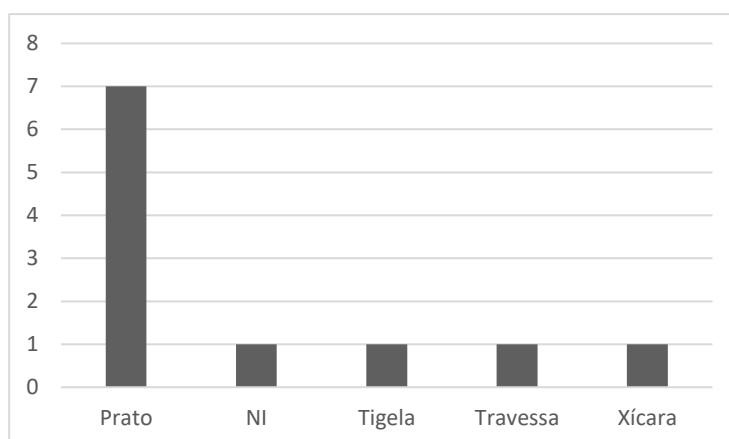


GRÁFICO 9 - Tipo de peças de louças no período de ocupação esporádica
Fonte: Elaborado pela autora.

Além disso, há oito peças cuja cronologia não foi identificada, seja pelo tamanho pequeno do fragmento ou pela falta de informações cronológicas como decorações e a não identificação do esmalte. É o caso de um fragmento de borda de urinol, a única peça desta categoria no sítio. O esmalte está bastante deteriorado, quebradiço e com muita sujeira impregnada e não há nenhum tipo de decoração ou marca, o que impossibilitou sua datação.



FIGURA 94 - Fragmento de borda de urinol -
face externa
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 95 - Fragmento de borda de urinol -
face interna
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 96 - Fragmento de borda de urinol - perfil
Fonte: Acervo da autora, 2017.

4.2.3 Vidros

Os fragmentos de vidro apresentam características – cores e formas – bastante diversificadas. De modo geral, essa categoria poderia nos remeter mais diretamente às atividades da venda/estalagem do Capão, devido à alta quantidade de garrafas, onde haveria consumo e venda de bebidas alcoólicas e não alcoólicas. Isso não implica descartar seus usos na esfera doméstica da fazenda, se é que esses contextos eram marcadamente separados. Outros fragmentos remetem a recipientes para acondicionamento de vinho, apresentando alguns o fundo característico abaulado e a cor escura, para proteger o conteúdo da luz. Além dos fragmentos de garrafas de bebidas, há ainda frascos de toucador e remédios.

Foi identificado um total de 206 peças, também pelo método do NMP. Essa identificação se deu a partir da correlação de cores, formas, marcas de fabricação e textura dos cacos. No entanto, dessas, serão consideradas nesta análise apenas 133 (912 fragmentos), pois as demais, devido ao tamanho dos fragmentos, não permitiram trazer informações mais precisas sobre forma e/ou cronologia.¹⁷³

Assim como as louças, os vidros também predominam na área da Casa-sede, porém, com uma disparidade um pouco menor em relação às louças. 78% das peças (104 itens) estão na área da Casa-sede, 20% (27) no Pátio e 2% (2) na área dos Currais, onde não encontramos

¹⁷³ O NMP de 206, então, é útil apenas para fins de quantificação, mostrando a importância dessa categoria material no sítio. Mesmo assim, dessas 133 peças nem sempre foi possível estimar a função e cronologia. Em alguns casos, privilegiamos a função da peça. Quando era possível dizer para que serve a peça, mesmo que sem datá-la, elas foram consideradas na amostra para fins de quantificação e caracterização das áreas. Outro ponto a destacar, é que consideramos a cor um elemento de análise bastante frágil, que não pode ser tomado isoladamente, já que, após a introdução das máquinas na indústria vidreira não houve mais limitação de cores para a fabricação de vidros.

nenhum vestígio de louça. Na Casa-sede, a distribuição das peças se concentra na área da Plataforma do Rejeito 4, com 62 peças, seguida da Edificação 2, com 16 peças, o Muro com 11, o Arrimo 2 com sete e as áreas imediatas do casarão (áreas internas e externas) apresentaram quatro peças cada uma.

Aqui, nota-se uma diferença em relação à distribuição das louças e vidros na Casa-sede, pois a Plataforma do Rejeito 4 e o Arrimo 2 foram as grandes áreas de concentração das louças. No caso dos vidros, continua predominando a Plataforma do Rejeito 4 como o local de grande acúmulo de peças, mas em segundo lugar vem a Edificação 2.

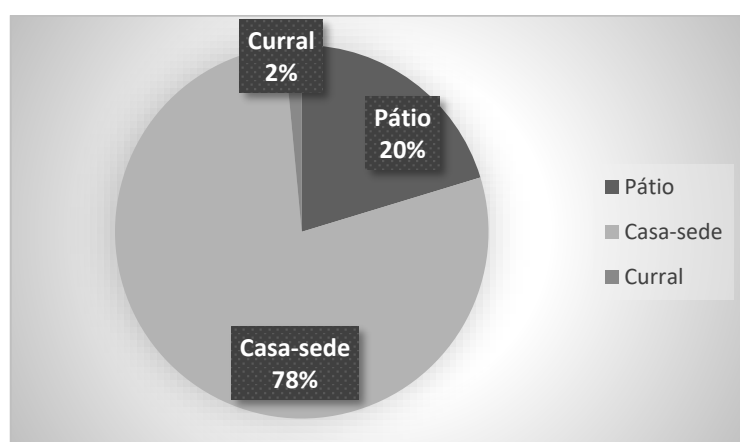


GRÁFICO 10 - Distribuição das peças de vidro por estrutura do sítio
Fonte: Elaborado pela autora.

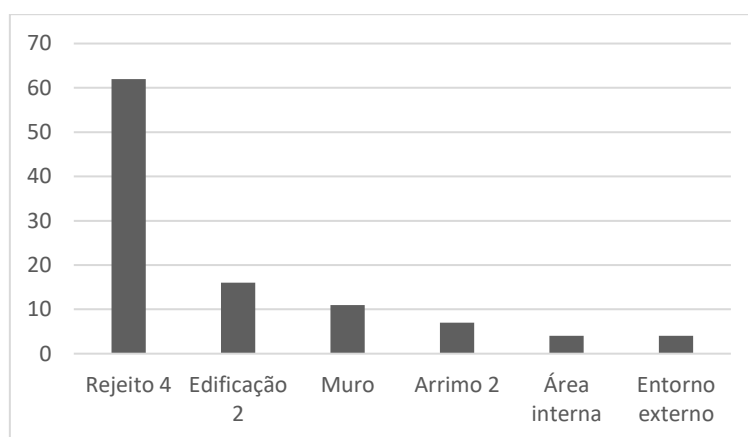


GRÁFICO 5 - Distribuição das peças de vidro por área da Casa-sede
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre as formas identificadas, é possível separar os vestígios em sete categorias: culinários, medicinais, construtivos, domésticos, de servir, lazer e alcoólicos. Os vidros culinários englobam as garrafas e frascos de bebidas não alcoólicas (leite, água etc.), conservas,

óleos etc.; os medicinais são aqueles em que pudemos identificar alguma função medicamentosa como óleo de rícino e leite de magnésia. Na categoria domésticos entram os tinteiros e vidros decorativos, dentre outros; os de servir são as tigelas, jarras, além de outros recipientes para servir líquidos. Os vidros construtivos são os planos, identificados como vidraças de janela, principalmente.

É preciso ressaltar que os vidros construtivos são representativos já que não pudemos formar peças com eles. Na verdade, consideramos que, pelo tamanho das ruínas, os possíveis vidros de janelas estão sub-representados ou, de fato, foram pouco utilizados no casarão. Também consideramos a hipótese de terem sido retirados para reutilização em outros locais da região, já que o casarão parece ter ficado um tempo abandonado. Assim, os fragmentos de vidros planos encontrados em cada área do sítio são considerados uma peça. Na categoria lazer entram possíveis peças de jogos, bonecas etc. Por fim, a categoria alcoólica destaca as garrafas de bebida alcoólica, já que este é um elemento importante no sítio, como se verá.

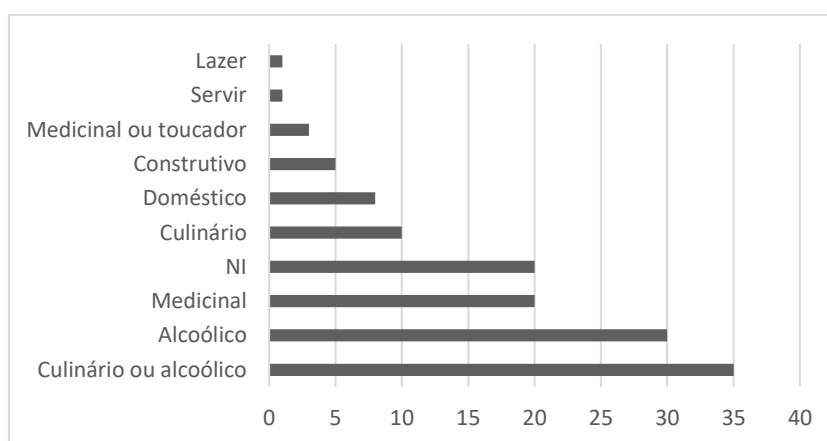


GRÁFICO 6 - Tipologia das peças de vidro do sítio Capão do Lana
Fonte: Elaborado pela autora.

Como se pode ver pelo gráfico acima predominam as garrafas de bebida, podendo ser alcoólicas ou não alcoólicas (35 peças, tipologia “culinário ou alcoólico”, pois não foi possível estabelecer o conteúdo); em segundo lugar as garrafas de bebida alcoólica (trinta); posteriormente os medicinais (vinte), os vidros culinários (dez) e depois os domésticos (oito). Em menor quantidade os construtivos e os de lazer e servir. Chamamos a atenção para um alto número de peças (vinte garrafas) não identificadas, mas que foram quantificadas aqui por ser possível estimar uma data ou para quantificação das áreas, conforme explicado anteriormente.

É preciso ter em mente que os recipientes foram agrupados na tipologia por suas formas, cores, dimensões, gargalos e bases que, geralmente, são identificados nos registros

históricos e arqueológicos como uso mais provável¹⁷⁴. Isso porque, quando pensamos nas garrafas que não possuem rótulo ou qualquer inscrição relacionada ao seu conteúdo, como é o caso da maior parte do material vítreo do Capão do Lana, possivelmente, essas garrafas foram usadas para diversas finalidades. Então, é preciso ponderar que o mesmo tipo ou estilo de garrafa pode ter sido usado para acondicionar diferentes produtos e, nesta análise, apesar de considerar o uso mais provável da garrafa, temos em mente que a reutilização pode ter acontecido até o seu descarte final.

Um exemplo dessa reutilização foi dado por James Wells que esteve em Minas Gerais entre 1873 e 1875. Ao atravessar a Ponte do Jacaré¹⁷⁵, chegou a um local com uma venda e umas poucas casas por perto. Sua descrição da venda é a seguinte:

Como a maior parte das vendas de beira de estrada, esta possuía o estoque habitual de cerveja, sempre vendida como cerveja inglesa; mas em geral o único material ânglico aí são as garrafas. Neste caso, as cápsulas verdes de metal ortodoxas estavam ausentes, e as rolhas simplesmente amarradas com um barbante. Os rótulos exibiam a marca registrada em forma de pirâmide vermelha da *Bass*¹⁷⁶, e os nomes de engarrafadores conhecidos; mas a cerveja é nacional e péssima, apesar de pedirem três *shillings* por ela. (WELLS, 1995, v. 1, p. 119).

Pela descrição de Wells havia um grande reaproveitamento das garrafas de vidro, sendo que a vedação já não era mais a original. O viajante conhecia a marca e os engarrafadores, ambos importados, mas não reconhecia o conteúdo, concluindo que a origem da cerveja só poderia ser nacional. Muito provavelmente essa foi a realidade do Capão do Lana, já que observamos muitas garrafas, de diversas cronologias, apresentando bastante desgaste na base, conforme exemplos abaixo:

¹⁷⁴ Historic Glass Bottle Identification & Information Website. Desenvolvido por Bill Lindsey, 2020. Disponível em: <<https://sha.org/bottle/index.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

¹⁷⁵ Não foi possível identificar exatamente onde seria a Ponte do Jacaré, mas pelo relato seria em um local próximo à atual Betim/MG, Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH.

¹⁷⁶ A cervejaria Bass foi fundada por William Bass em 1777 em Burton-upon-Trent, Inglaterra. No século XIX era a cerveja mais consumida no Império Britânico e em 1877 tornou-se a maior cervejaria do mundo, ganhando o mercado internacional. Foi a primeira cerveja inglesa a ter marca registrada em 1875. No século XX a Bass tomou o controle de diversas outras cervejarias e em 1960 fundiu-se à Charrington United Breweries, tornando-se a maior cervejaria britânica, a Bass Charrington. Nos anos 2000 a empresa foi comprada pela Interbrew (Anheuser-Busch InBev). Disponível em: <<https://ecampusontario.pressbooks.pub/gned1478/chapter/bass/>>. Acesso em: 09 dez. 2020.



FIGURA 97 - Base de garrafa cilíndrica verde esmeralda, para água ou bebida alcoólica. Data provável: 1865 a 1900
Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 99 - Base de garrafa cilíndrica verde médio, provavelmente de cerveja. Data provável: 1880 a 1910
Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 98 - Base de garrafa cilíndrica preta, de bebida alcoólica. Data provável: princípios do séc. XIX a 1870
Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 99 - Base de garrafa cilíndrica verde musgo de água mineral. Data provável: 1821 a 1925
Fonte: Sarah Hissa, 2019.

Dentro dessas categorias apontadas há um predomínio das garrafas de bebida no sítio. 54% da amostra é constituída de garrafas de bebida (72 peças). Dessas, 31 peças são de bebidas alcoólicas variadas, incluindo dois garrafões e um frasco de bolso. Algumas delas pudemos identificar o tipo que originalmente acondicionavam. Além dessas, identificamos seis garrafas que seriam destinadas à água mineral. Há mais 17 garrafas, mas, devido à falta de outros

elementos que pudessem dar mais informações, não foi possível afirmar qual conteúdo seria, portanto, poderia ser qualquer um: culinário, medicinal, alcoólico etc.

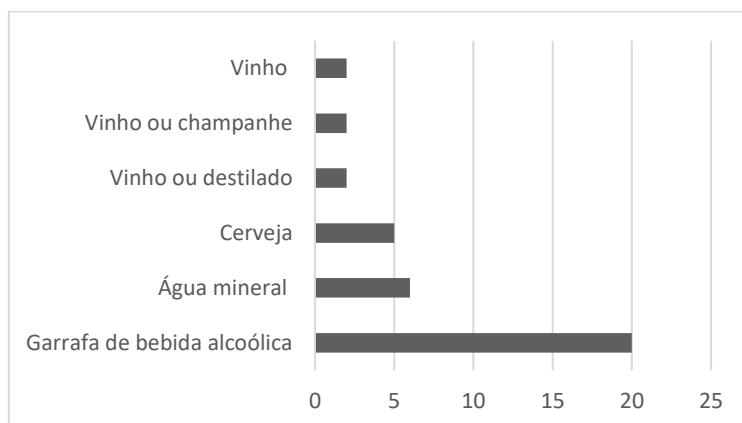


GRÁFICO 7 - Tipos das garrafas de bebida

Fonte: Elaborado pela autora.



FIGURA 100 - Fragmento de bojo de garrafa cilíndrica aqua, provavelmente para água mineral – lado interno

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 101 - Fragmentos de bojo de frasco de bolso verde oliva – lado interno

Fonte: Sarah Hissa, 2019.

A grande quantidade de garrafas de bebida relaciona-se à principal atividade da estalagem/venda: o comércio deste produto, principalmente, os alcoólicos. Utilizando a fórmula South para os vidros verificamos uma data média de 1890,4. Este período, assim como as louças remetem ao contexto pós-estalagem, sendo mais recente do que o período indicado pelas louças. Essa diferença entre a cronologia média das louças e dos vidros pode estar influenciada por datas mais amplas que podem deslocar a data média mais para baixo ou mais para cima em ambos os casos.

Precisamos considerar também que há muitos vidros exclusivamente do século XX, mais do que louças, exclusivamente, deste período. Isso pode ser explicado pela presença dos garimpeiros autônomos e dos acampamentos sazonais da família Gonçalves. Provavelmente, seria mais fácil transitar com garrafas de bebidas do que vasilhames de louças.

Por fim, apresentamos um gráfico com a separação cronológica de toda a amostra de vidro do sítio:

Usando o mesmo princípio do *terminus post quem* e *terminus ante quem*, é possível estabelecer como marco inicial para o momento de maior deposição de vestígios a década de 1790, já que identificamos uma garrafa de bebida alcoólica bem característica do final do século XVIII. E o período final da intensidade da deposição do material arqueológico seria 1900. Assim como o gráfico das louças, esse também mostra uma continuidade na ocupação do sítio e os intervalos são bem coincidentes.

Novamente é possível observar uma diferença entre o período da estalagem e o período residencial.

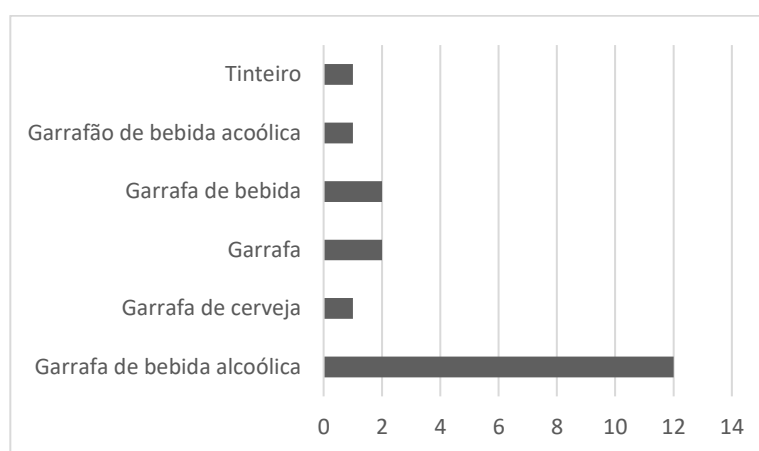


GRÁFICO 8 - Tipo de peças de vidro no contexto da Estalagem
Fonte: Elaborado pela autora.

As peças atribuídas ao período da estalagem são aquelas que apresentam as datas mais recuadas sendo caracterizadas, em sua maior parte por serem feitas pela técnica do sopro em molde único (*dip mold*¹⁷⁷), uma técnica de fabricação utilizada desde princípios do século XIX até 1870 e pela utilização da cor preta. A cor preta é bastante diagnóstica, pois começou a perder popularidade a partir de 1880, sendo quase inexistente nos sítios históricos a partir de 1890¹⁷⁸. Ela foi muito usada para garrafas de bebida alcoólica já que a cor escura ajuda a preservar a qualidade do conteúdo. Há dois exemplares de garrafas feitas pela técnica do sopro livre também.

Observamos o predomínio de garrafas, compondo quase 95% das peças do período da estalagem. São quatorze unidades de garrafas de bebida alcoólica, incluindo um garrafão e uma garrafa de cerveja. Além disso, há duas garrafas de bebida não identificada (pode ser alcoólica

¹⁷⁷ Esta técnica foi o primeiro avanço em relação às garrafas feitas pelo sopro livre. Era utilizado um molde inteiriço que ia da base ao ombro da garrafa, o que dava maior uniformidade e consistência à peça. Cf. <<https://sha.org/bottle/body.htm#Dip%20Molds>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

¹⁷⁸ Disponível em: <<https://sha.org/bottle/colors.htm#Black%20Glass>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

ou não) e mais duas garrafas que poderiam ser de uso culinário, medicinal ou alcoólico. Devido ao pequeno tamanho dos fragmentos foi difícil estimar um provável uso.



FIGURA 102 - Parte de bojo de garrafão feito pela técnica sopro livre – provável século XVIII. Face externa

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 103 - Base de garrafão feito pela técnica sopro livre – provável século XVIII. Face externa

Fonte: Sarah Hissa, 2019.

Já no período pós-estalagem, o da residência, o Capão apresenta uma variação maior nas categorias apresentadas. Ainda predominam as garrafas, compondo 73% (dezenove itens) das peças do período residencial. Porém, há uma variedade maior de conteúdos possíveis. Conseguimos identificar não apenas genericamente garrafas de bebida alcoólica, mas garrafas de cerveja, de vinho, de água mineral, ou seja, há uma diversidade de bebidas consumidas nesse período. Há um número relativamente alto de garrafas de bebida (nove) que desconhecemos seu conteúdo, podendo tanto ser alcoólico, quanto de água, conservas ou remédios. Também chama a atenção a presença de garrafas ou frascos medicinais, ausentes no período da estalagem.

Enquanto no período de estalagem, mais da metade das garrafas são de bebidas alcoólicas (68%), no período da residência apenas 15% do total é de conteúdo alcoólico. Mesmo que haja um número considerável de tipos não identificados (cinco), eles são referentes a prováveis conteúdos medicinais. (ver GRÁFICO 10 - Tipos das peças de vidro no período residencial do Capão do Lana).

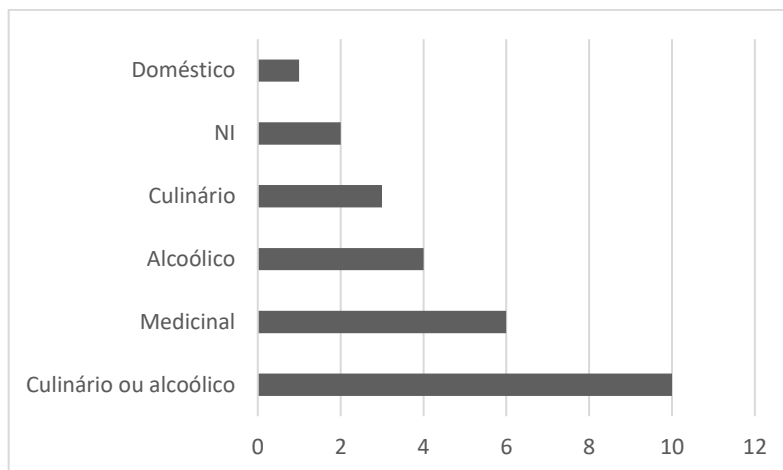


GRÁFICO 9 - Categorias das peças de vidro no período residencial do Capão do Lana
Fonte: Elaborado pela autora.

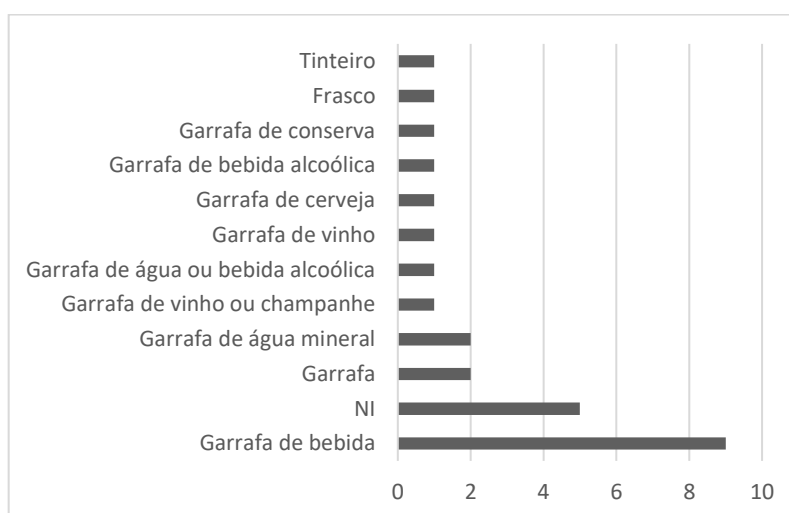


GRÁFICO 10 - Tipos das peças de vidro no período residencial do Capão do Lana¹⁷⁹
Fonte: Elaborado pela autora.

No contexto, então, da residência não apenas a variedade de peças é maior, mas também a quantidade absoluta é maior. Inclusive, as peças que foram consideradas do período residencial apresentam mais variedade de cores, ainda que predomine os tons verdes (em especial verde oliva e verde médio) e a técnica também variou, mas predominou o sopro rotativo em molde (*turn mold*¹⁸⁰).

¹⁷⁹ Optamos por colocar os dois gráficos neste caso, pois muitas vezes conseguimos identificar a categoria do recipiente, mas não o seu conteúdo. Então, como exemplo, apesar de identificarmos sete peças da categoria medicinal, apenas um dos conteúdos foi identificado, que é o frasco de óleo de rícino, por ter a inscrição no corpo do vidro. Os demais, por não ter nenhuma identificação, apenas pudemos inferir que provavelmente eram para fins medicinais.

¹⁸⁰ O *turn mold* consiste em uma técnica de fabricação de garrafas cilíndricas onde o vidro era soprado dentro de um molde com uma espécie de pasta colocada em suas paredes. A massa de vidro, então, era soprada e girada dentro do molde. Essa técnica deixava finas estrias horizontais concêntricas no vidro. As garrafas feitas com essa

O fato de a quantidade ser maior em relação à estalagem pode indicar apenas que pelo tempo passado seria mais difícil preservar as peças do século XVIII já que o vidro é um material mais frágil, de fato, e passa por intensa reutilização. Mas é bem interessante que no contexto da residência tenha havido um investimento em outros tipos de recipientes e produtos na casa como os medicinais, uma preocupação característica do século XIX (ANDRADE LIMA, 1996; SYMANSKI, 1998).

Logicamente precisamos considerar também que uma maior incidência de vidros medicinais se deve a uma velocidade maior de deposição no registro arqueológico, em relação às outras categorias. Apesar de considerar a ciclagem ou possível reciclagem do material vítreo medicinal, o mais provável é que foram consumidos com mais frequência e reutilizados com menos intensidade por serem menores, ou até sendo simplesmente descartados após o uso (SYMANSKI, 1998).¹⁸¹

É bem característico desse sítio que a maior quantidade de peças ou fragmentos seja referente ao material vítreo. Quando comparamos as louças e o material vítreo para o contexto residencial, ainda assim a presença dos vidros é mais expressiva. Vemos que mesmo com a frequente reutilização, que certamente ocorreu no Capão do Lana, temos uma quantidade maior e mais expressiva de vidros.

Algumas peças chamam a atenção, como um frasco e uma garrafa de bebida alcoólica, com marcas na base, datadas como sendo do final do século XIX e de origem europeia. Na verdade, a origem é discutível, mas colocamos aqui uma possível interpretação. A marca de uma delas é um N, que poderia pertencer à Nuttall & Co. uma fábrica de St. Helens, Liverpool, Inglaterra¹⁸². A outra garrafa, provavelmente é de cerveja de origem europeia, com uma cruz dentro de um círculo em alto relevo na base, provavelmente datada de 1880 a 1910.¹⁸³

técnica são datadas entre 1850 e 1915. Cf. <<https://sha.org/bottle/body.htm#Turn%20molds>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

¹⁸¹ Estamos considerando os conceitos de ciclagem e reciclagem propostos por Schiffer (1987 citado por SYMANSKI, 1998), onde a ciclagem consiste em um processo de reutilização do recipiente, preservando a sua forma e função original e a reciclagem é aquela que leva o objeto a um novo processo de manufatura, levando a alterações formais dele. Ver também Symanski e Osório (1996).

¹⁸² Fundada em 1871 e permanecendo até 1913 quando se fundiu a outras companhias e virou United Glass Bottle Ltd. Disponível em: <<https://sha.org/bottle/pdf/Nuttall.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019. Camila Morais (2012), em sua monografia, interpreta essa marca como sendo da empresa Nadir Figueiredo. A empresa foi fundada em 1912 em São Paulo, como oficina de máquina de escrever. Posteriormente, investiu na produção de outros artigos e em meados da década de 1940 iniciou a produção de copos e garrafas em Vila Maria. Disponível em: <<https://nadirfigueiredo.com.br/institucional/>>. Acesso em: 30 jan. 2021. Luís Symanski (mensagem pessoal, 2019) sugeriu também que seja um frasco medicinal.

¹⁸³ Especificamente para esses dois itens as sugestões de marca, conteúdo e origem apresentados no corpo do texto foram dadas por Bill Lindsey (mensagem recebida pela autora em out/2019).

Além dessas, há uma garrafa de vinho, na cor preta, feita pela técnica do sopro rotativo em molde (*turn mold*). O lábio foi aplicado e finalizado com instrumento. Essa garrafa é bastante didática em relação à técnica de produção, especialmente por estar inteira. Importante ressaltar que este é o único exemplar íntegro do sítio, de todas as peças e materiais.

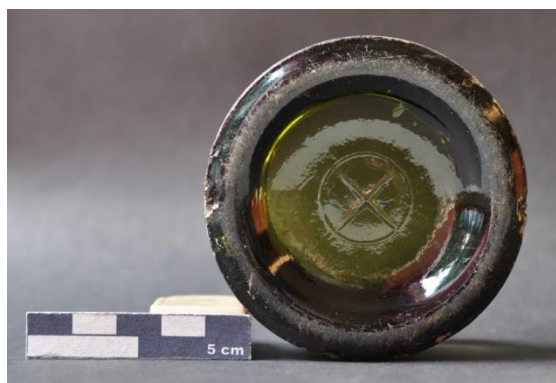


FIGURA 104 - Base de garrafa de cerveja com cruz em alto relevo no fundo (face externa)

Fonte: Sarah Hissa, 2019.

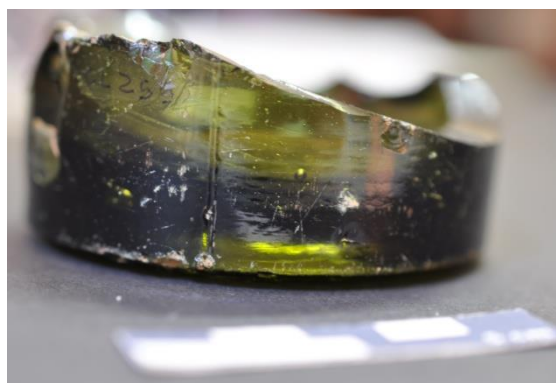


FIGURA 105 - Base de garrafa de cerveja com cruz em alto relevo: detalhe da marca de molde vertical, no bojo, unindo-se à marca de molde horizontal

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 106 - Bojo e base de provável frasco de bebida alcoólica da Nuttall

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 107 - Provável frasco de bebida da Nuttall. Detalhe do "N" em alto relevo no fundo da base

Fonte: Anaeli Almeida, 2020.

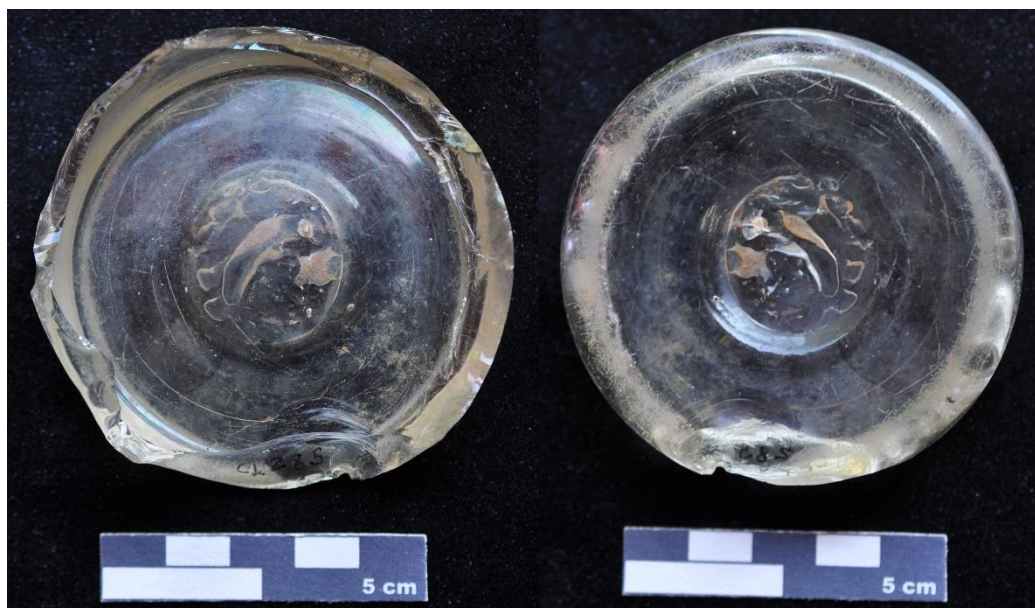


FIGURA 108 - Base de provável garrafa de conserva com marca de pontel. Face interna (esquerda) e externa (direita)

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 109 - Base de tinteiro na cor preta, fabricada pelo sopro em molde de base separada (*cup bottom*). Face externa (esquerda) e interna (direita)

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 110 - Garrafa preta de vinho, feita pelo sopro rotativo em molde
Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 111 - Garrafa preta de vinho, feita pelo sopro rotativo em molde. Observar as finas linhas horizontais no corpo da garrafa
Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 112 - Fragmento de garrafa de bebida verde oliva, com *mamelon* na base. Face externa
Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 113 - Fragmentos de gargalo azul cobalto, de frasco medicinal (peça 6)
Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 114 - Fragmento de gargalo azul cobalto de frasco medicinal (peça 7)
Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 115 - Fragmentos de ombro e bojo de frasco azul cobalto, medicinal. Forma retangular (peça 8). Inscrição no bojo: “[...]IA CENT[...]”
Fonte: Sarah Hissa, 2019.

Quando observamos o período pós-residencial, ou de ocupação esporádica, aí estão a maioria dos vidros que pudemos datar. São 54 peças, representando 39% do total de peças recuperadas pelo NMP em todo o sítio. Há uma variedade ainda maior do que no período da residência. São nove categorias contempladas, aparecendo uma peça de vidro de servir (jarra ou tigela), além de uma maior expressividade de vidros domésticos (seis) como lâmpadas, vidros ornamentais e ainda a presença de um tinteiro.

As garrafas de bebida alcoólica novamente crescem na amostra (11), lembrando que há sete peças das quais não foi possível definir se seriam garrafas de bebida alcoólica ou não alcoólica e os medicinais continuam em número expressivo (11). Identificamos frascos de óleo de rícino, leite de magnésia e água inglesa modificada. Ainda, é importante destacar a presença de vidros construtivos como é o caso de vidraças, lembrando que estão contabilizadas de uma maneira representativa. Cada “peça” de vidraça representa esse tipo de vidro em áreas diferentes do sítio.

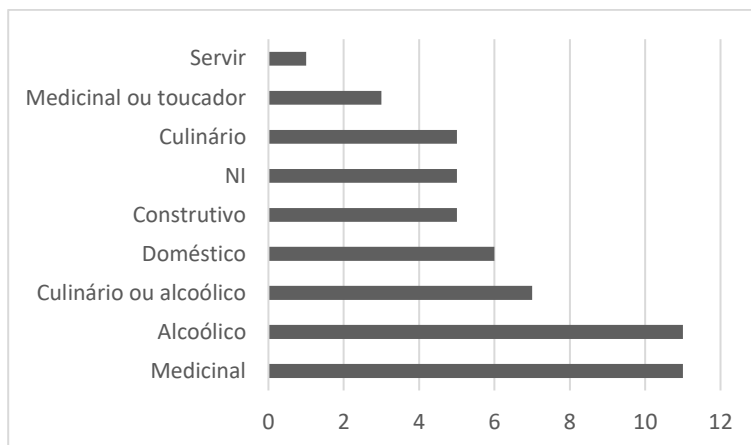


GRÁFICO 11 - Categorias das peças de vidro no período de ocupação esporádica do Capão do Lana

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir apresentamos algumas peças de vidro que remetem à primeira metade do século XX, algumas pertencentes ao primeiro quartel do século.



FIGURA 116 - Fragmentos (base, bojo e gargalo) de garrafa de bebida, incolor, do século XX

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 117 - Ampola de medicamento, incolor, do século XX

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 118 - Fragmento da garrafa de leite de magnésia da Granado¹⁸⁴, com a seguinte inscrição:
 “[MAGNE]SIA FLUIDA
 [DE G]RANADO
 [12 RUA 1]º DE MARÇO 14
 [RIO D]E JANEIRO”
 Fonte: Sarah Hissa, 2019.

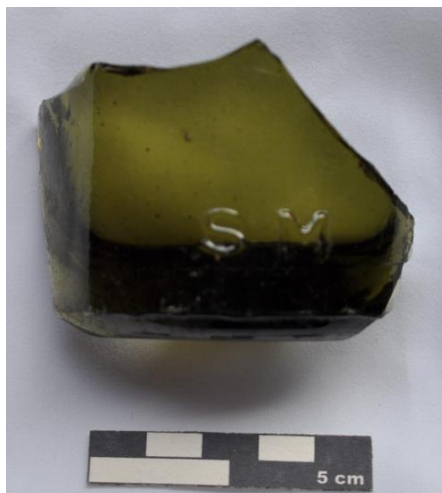


FIGURA 119 - Fragmento de garrafa de bebida da Companhia Vidraria Santa Marina. Face externa, com marca do fabricante no bojo: S M¹⁸⁵.
 Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 120 - Fragmento da garrafa de cerveja da Cisper, com a marca do fabricante no bojo: C I¹⁸⁶
 Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 121 - Garrafa de conserva ou armazenamento com finalização em rosca. Século 20
 Fonte: Sarah Hissa, 2019.

¹⁸⁴ A garrafa de leite de magnésia fluida da Granado é um frasco de medicamento que, segundo o Correio de Minas de 1897, atuava na “perturbação gastrica, cardialgia, nausea, eructação, espasmos, acidez, indigestão, dyspepsia e outras moléstias intestinaes [...]”. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=090190&pagfis=1120&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 04 fev. 2020. Em relação à datação da garrafa, como não temos o gargalo é difícil definir uma cronologia precisa. Sendo assim, a data apresentada aqui refere-se a uma aproximação baseada nas linhas de molde, cor do vidro e as informações escritas contidas nela. A Granado surgiu em 1870, fundada pelo português Antônio José Coxito Granado. Ela estava localizada na rua Direita, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.granado.com.br/institucional/historia-granado>>. Acesso em: 04 fev. 2020, sendo que o nome desta rua mudou em 1875 para Primeiro de Março. Logo, a garrafa seria posterior a 1875, já que possui o endereço da rua Primeiro de Março. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/12851-rua-primeiro-de->

Assim como no caso das louças, os vidros também mostraram uma diferença dos vestígios encontrados no período da estalagem e no período da residência. Enquanto há um predomínio de garrafas de bebida alcoólica no contexto da estalagem e ausência de vidros medicinais, no período residencial observamos uma diversificação entre as categorias, com o aparecimento no registro de vidros medicinais e uma maior especialização nos vidros de bebida alcoólica, sendo possível identificar os conteúdos de uma maneira mais direta. E é ainda mais interessante observar que a ocupação do século XX, difícil de rastrear documentalmente, sendo indicada pelas informações orais como uma ocupação superficial e esporádica, tem mostrado arqueologicamente que houve uma ocupação intensa e ativa nas ruínas do casarão.

Essa opção por apresentar de maneira mais detalhada e individual os vidros e louças mostrou as possibilidades de datação das peças o que nos permite diferenciar melhor os períodos de ocupação do sítio. Esta seção nos permitiu notar que, de fato, as ocupações mostram uma cultura material diversa em termos de ênfase em atividades. É interessante que uma ocupação residencial da segunda metade do século XIX mostre uma variedade maior de vestígios arqueológicos, enquanto a da primeira metade parece ser mais especializada, com uma variedade menor.

mar%C3%A7o-a-partir-de-onde-a-cidade-cresceu>. Acesso em: 04 fev. 2020. Camila Morais (2012) identificou um anúncio da magnésia fluida na Revista *Brazil Medico*, de 1897, com aprovação da Inspeção de Higiene. Se este foi o momento da aprovação da magnésia fluida da Granada pela Inspeção, então a garrafa poderia ser datada após 1897, porém, não deve ser posterior a 1925/30 já que esta cor, o verde água, deixou de ser comum para garrafas de remédio à medida que os vidros incolores foram se tornando cada vez mais populares e os comerciantes passaram a preferir deixar os seus produtos perfeitamente visíveis para o consumidor. Disponível em: <<https://sha.org/bottle/colors.htm#Aqua>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

¹⁸⁵ A Companhia Vidraria Santa Marina é uma indústria brasileira e foi fundada em 1896. No ano anterior o Conselheiro Antônio da Silva Prado e o Dr. Elias Fausto Pacheco Brandão fundaram a firma Prado & Brandão, em São Paulo, concentrando-se na produção de vidros planos. Porém, como não houve muita receptividade do produto, no ano seguinte mudaram para a produção de garrafas, já que a indústria brasileira de cervejas estava em pleno crescimento. Em 1901 a fábrica passa a ter o nome Fábrica de Vidros Santa Marina e em 1903 a firma foi transformada em sociedade anônima e passou a denominar-se Companhia Vidraria Santa Marina (RODRIGUES, 2011). Posteriormente, a Santa Marina foi incorporada ao grupo Saint-Gobain em 1960 e em 2011 a Nadir Figueiredo adquiriu a Santa Marina. Disponível em: <<https://nadirfigueiredo.com.br/institucional/>>. Acesso em: 30 jan. 2020. Sendo assim, temos uma datação mínima para a garrafa que seria a partir de 1901, já que apresenta em alto relevo as letras S M. Porém, a datação precisa fica comprometida pela falta do gargalo que poderia trazer outras marcas diagnósticas do processo produtivo. É sabido que a Santa Marina introduziu as máquinas automáticas a partir de 1921 (SANTOS, 2005), mas sem o gargalo não é possível estabelecer se a garrafa foi feita em um molde automático. Porém, o mais provável é que ela seja da primeira metade do século, já que a superfície do vidro possui algumas imperfeições como pequenas bolhas e rugosidades.

¹⁸⁶ A Cisper – Companhia Industrial São Paulo e Rio de Janeiro – foi fundada no Rio de Janeiro pelos engenheiros Olavo Egydio Aranha e Alberto Monteiro de Carvalho em 1917. A Cisper foi a primeira indústria brasileira a introduzir o uso das máquinas Owens no processo de produção de garrafas (SANTOS, 2005), sendo que, no ano seguinte, recebeu uma encomenda de 100 mil garrafas da cervejaria Brahma. Disponível em: <<https://19247-br.all.biz/>>. Acesso em: 31 jan. 2020. Por esse motivo, este fragmento seria de uma garrafa de cerveja do primeiro quartel do século XX, entre 1917 a 1925, já que este tom de âmbar foi dando lugar a um tom mais escuro à medida que as máquinas automáticas foram predominando no processo de produção de garrafas.

4.2.4 Os vestígios por áreas

Agora, para compreender se há uma diferenciação entre as áreas do sítio no período da estalagem, e tentar responder à pergunta se a estalagem propiciava uma melhor integração entre as diversas pessoas que transitavam por ela, faremos uma comparação das categorias por áreas do sítio, incluindo agora a cerâmica, o grés e a pedra-sabão, focando exclusivamente no período da estalagem.

As duas grandes áreas, conforme já explicitado são a Casa-sede e o Pátio, lembrando que o Pátio faz parte da área da Casa-sede, mas aparenta ser uma área externa. Assim como as estruturas presentes nessas grandes áreas são diferentes, os vestígios arqueológicos também apresentam diferenças em sua deposição. Primeiramente, a expressiva quantidade de vestígios presentes na área do casarão e no Pátio. Conforme mostrado na tabela anterior.

Levando-se em consideração todos os materiais, sem separá-los por período cronológico, um total de 262 peças pelo NMP, temos:

TABELA 2 - Distribuição do total de peças por tipo para as principais áreas do sítio

	CASA-SEDE		PÁTIO		OUTRAS ESTRUTURAS	
	NMP	%	NMP	%	NMP	%
Vidro	104	39,69%	27	10,30%	2	0,76%
Louça	66	25,19%	6	2,29%	1	0,38%
Cerâmica	41	15,64%	5	1,90%	0	0%
Esteatita	6	2,29%	0	0%	0	0%
Grés	3	1,14%	1	0,38%	0	0%

Fonte: Elaborado pela autora.

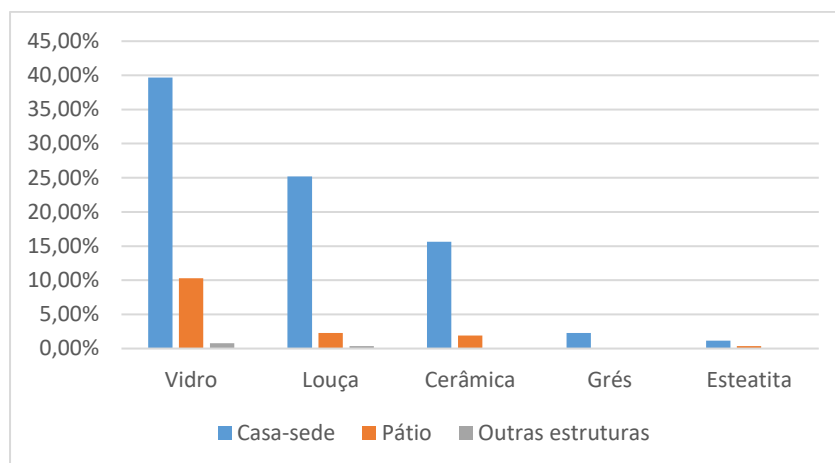


GRÁFICO 12 - Distribuição do total de peças por tipo para as principais áreas do sítio
Fonte: Elaborado pela autora.

Na TAB. 2 somamos o total de fragmentos de todos os materiais escavados no sítio e verificamos que a Casa-sede é a estrutura onde predominam todas as categorias encontradas. Trabalhando com o NMP e apenas com as categorias de materiais mais relevantes para esta análise, confirmamos a predominância de vestígios na área do casarão, seguido do Pátio como a segunda área mais relevante.

Vamos analisar esses vestígios, agora por estrutura, enfocando o período da estalagem. Como já foi explicitado, a cerâmica não passou por um processo refinado de análise e/ou datação, que poderiam nos dar informações mais precisas em termos de períodos a que poderiam pertencer tais peças. Sabemos também que as cerâmicas históricas, são difíceis de datar na ausência de uma estratigrafia arqueológica, já que seu processo produtivo básico apresenta poucas modificações ao longo do tempo. O mesmo ocorre com recipientes em grés e esteatita, popularmente conhecida como pedra-sabão. A não ser que a peça em grés contenha marcas ou inscrições que permitam identificar seu conteúdo, origem etc. torna-se difícil estabelecer uma data para os recipientes desse material.

Portanto, através da separação cronológica que fizemos anteriormente para as louças e vidros, identificamos o contexto da estalagem para esses materiais e comparamos com os demais (cerâmica, grés e esteatita) para observar como se comportam em relação aos vidros e louças. Essa comparação pode ser vista no gráfico abaixo.

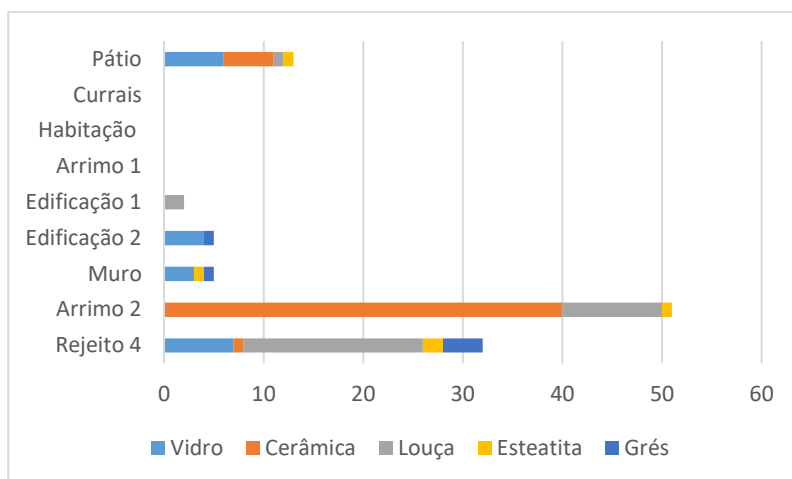


GRÁFICO 13 - Comparação quantitativa e sincrônica dos materiais para o período da estalagem

Fonte: Elaborado pela autora.

O GRAF. 20 mostra as duas grandes áreas de deposição do sítio, que, logicamente, estão na Casa-sede: a Plataforma do Rejeito 4 e o Arrimo 2 que são duas áreas a oeste do casarão, já citadas, conforme ilustrado novamente na planta que se segue:

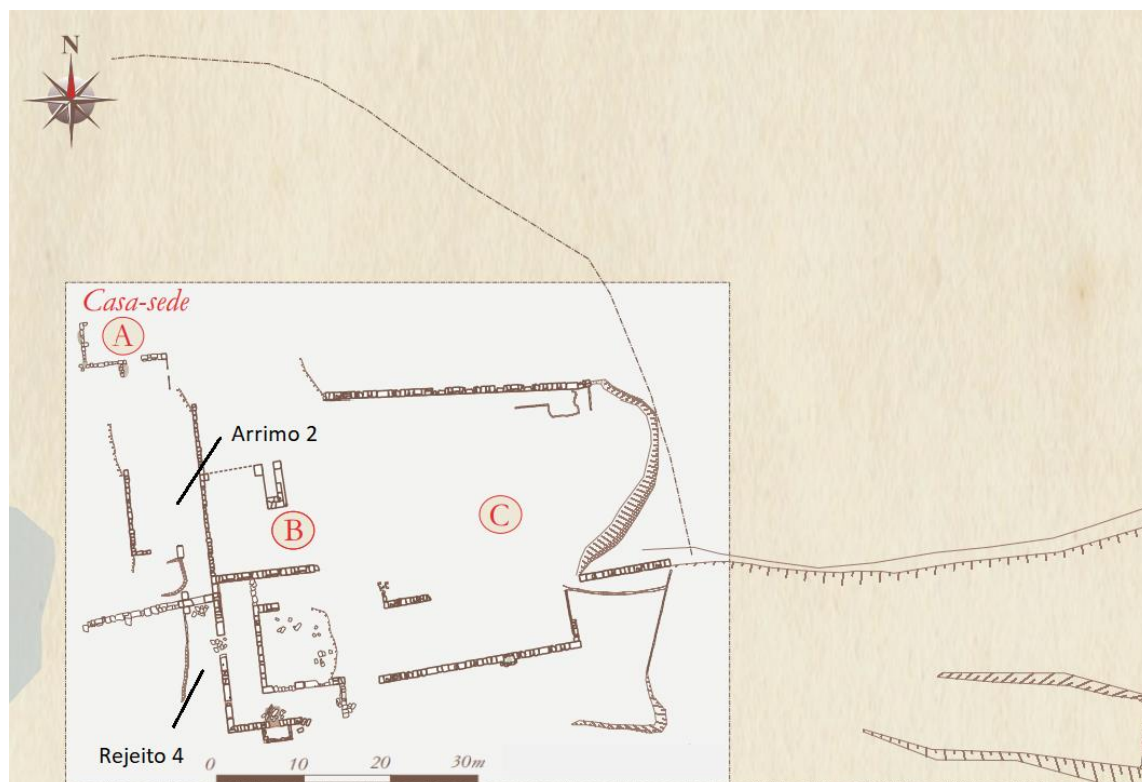


FIGURA 122 - Área da Casa-sede com destaque para Arrimo 2 e Plataforma do Rejeito 4. A – Edificação 1; B – Casarão; C – Pátio

Fonte: Adaptado de Guimarães, 2008, p. 28.



FIGURA 123 - Vista parcial do Arrimo 2

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 124 - Vista parcial do Arrimo 2 – 2

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 125 - Vista geral do Arrimo 2

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 128 - Vista parcial do Muro

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 126 - Vista frontal do Muro (centro da foto). À esquerda a área do Arrimo 2 e à direita Plataforma do Rejeito 4.

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 127 - Vista do Muro a partir da Plataforma do Rejeito 4

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 128 - Vista geral da Plataforma do Rejeito 4, a partir do Muro

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.



FIGURA 129 - Vista geral da Plataforma do Rejeito 4, com Muro ao fundo

Sem autoria.

Data: 2008.

Fonte: Acervo do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do MHNJB/UFMG.

Observe que as duas áreas são divididas por um muro¹⁸⁷. Essa separação estrutural, além de demonstrar uma divisão espacial, mostra também uma compartimentação funcional do casarão como podemos ver analisando as louças e vidros, a seguir.

¹⁸⁷ Este é o Muro do GRÁFICO 13. Ele foi considerado uma estrutura de deposição de vestígios por ter muito material “guardado” nos espaços entre as pedras. Provavelmente, os garimpeiros depositavam esses fragmentos no Muro para não atrapalhar suas escavações.

Começando pela Plataforma do Rejeito 4 para a época da estalagem vemos que as louças predominam em quantidade: são cinco peças de vidro contra dezesseis de louça. São cinco garrafas, sendo duas de bebida alcoólica. Há ainda um frasco medicinal e um tinteiro que poderiam datar tanto do período da estalagem, quanto do período residencial, mas, por falta de mais informações cronológicas nas peças, optamos por não os relacionar a nenhum período. A garrafa mais antiga seria uma cilíndrica preta, provavelmente de cerveja, feita a partir da técnica do sopro em molde único. E há ainda um selo que era colocado nos ombros de garrafas cilíndricas, algo comum até por volta de 1840 (JONES e SULLIVAN, 1989).



FIGURA 130 - Fragmentos de garrafa cilíndrica preta (gargalo, bojo e base), provavelmente de cerveja, produzida em molde único. À direita, detalhe do gargalo (tipo *mineral*¹⁸⁸), provavelmente finalizado com instrumento.

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 131 - Selo de garrafa cilíndrica verde-água de bebida

Fonte: Sarah Hissa, 2019.

¹⁸⁸ Finalização em duas partes consistindo em cima em um anel mais alto, arredondado e embaixo um anel mais curto abrindo em forma de cone. Disponível em: <<https://sha.org/bottle/finishstyles.htm#Mineral%20or%20Double%20Oil>>. Acesso em: 14 nov. 2023.

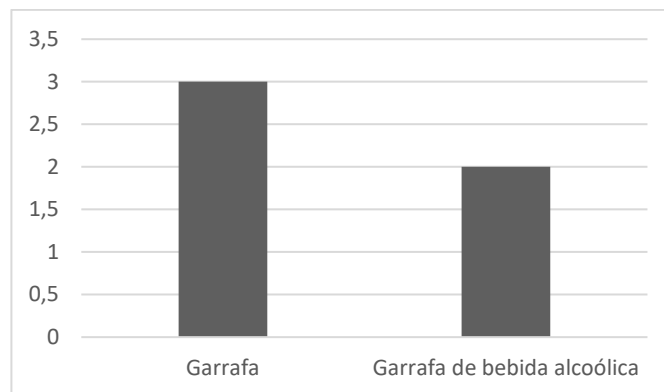


GRÁFICO 14 - Tipologia dos vidros da época da estalagem na área do Rejeito 4
Fonte: Elaborado pela autora.

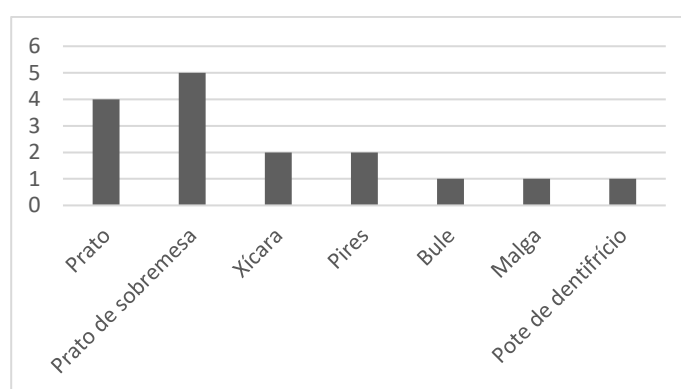


GRÁFICO 15 - Tipologia das louças da época da estalagem na área do Rejeito 4
Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação às louças o conjunto caracteriza-se por nove peças de mesa, seis de chá e uma de toucador. Apesar do predomínio das peças de mesa (pratos), os itens de chá estão bem representados. São sete peças com a decoração impressa (*transfer printing*), sendo que quatro são de chá.

Tomando como base a escala de Miller (2009), o preço das louças variava também de acordo com a decoração. Das mais baratas para as mais caras temos: sem decoração, minimamente decoradas (*shell edged*, carimbadas etc.), pintadas à mão e impressas. Logo, vemos que houve um investimento dos proprietários da fazenda nas louças no período da estalagem e nas louças de chá. Porém, fica a pergunta, seria para uso na estalagem?

Não foi datada nenhuma garrafa do período da estalagem. Uma das garrafas de bebida, por exemplo, é de vinho do porto da Casa Ramos Pinto, pois possui a seguinte inscrição no fundo da base: "[ADRI]ANO RAMOS PINTO". Essa casa de vinho do Porto foi fundada em Portugal em 1880 e chegou ao mercado brasileiro em princípios do século XX¹⁸⁹. Pelo fato de ter sido feita no molde Rickett's pode-se considerar sua datação até o primeiro quartel do século XX, pertencendo, provavelmente, à ocupação de Costa Sena, ou à ocupação esporádica dos garimpeiros ou demais transeuntes que habitaram o local, o que tornaria este exemplar ainda mais curioso, por ser fruto de importação. No entanto, ele não pertence ao período que estamos analisando agora.



FIGURA 135 - Fragmentos da garrafa de vinho do porto Adriano Ramos Pinto: base e fragmentos do ombro – lado externo (esquerda) e interno (direita)

Fonte: Acervo da autora, 2020.

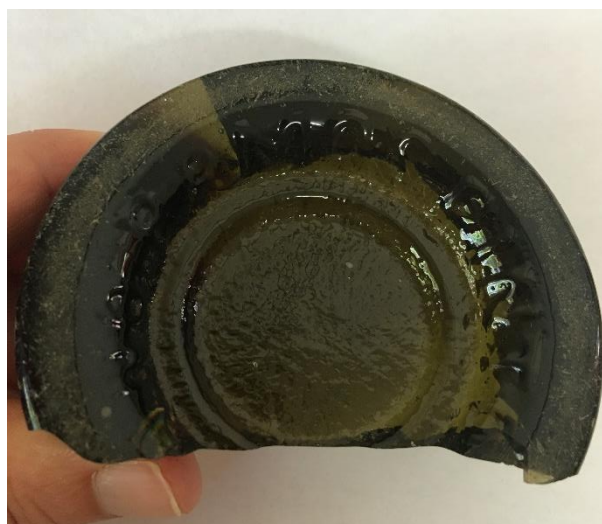


FIGURA 136 - Fragmento da base da garrafa de vinho do porto Adriano Ramos Pinto: inscrição na base "[...]ANO RAMOS PINTO [...]"

Fonte: Acervo da autora, 2020.

¹⁸⁹ Disponível em: <<http://www.ramospinto.pt/origem.aspx?ID=2>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

Os demais vidros ou apresentam as linhas de molde típicas de garrafas industriais (como as que vão da base ao topo do gargalo) ou são feitas pela técnica do sopro rotativo em molde (*turn mold*) ou base separada, o que daria datações após 1850 ou 1865, período, pelo menos, parcialmente ou majoritariamente fora do funcionamento da estalagem. Logo, o Arrimo 2 não parece ter sido uma área onde se consumia bebidas alcoólicas na época da estalagem, o material de vidro predominante do sítio.



FIGURA 137 - Exemplar de garrafa cilíndrica verde esmeralda do período da residência: técnica do sopro rotativo em molde. À direita, detalhe da base da garrafa
Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 138 - Fragmentos de garrafa cilíndrica preta do período da residência: sopro em molde de base separada
Fonte: Sarah Hissa, 2019.

Já as louças dessa área constam de nove peças identificadas e uma que não foi possível estabelecer a forma ou função pelo tamanho do fragmento, mas que possui uma decoração pintada à mão. Foram identificados cinco pratos, dois itens que poderiam ser pratos

ou travessas, uma travessa oval e uma peça que poderia ser um prato ou pires, mas diante do contexto apresentado é bem provável que também seja um prato. Com exceção de três peças, todas as demais peças são *creamware*, as outras três: uma *pearlware*, uma de esmalte não identificado e um pires de porcelana, pintado à mão. Este pires, de fato, destoa do conjunto das demais peças. Dessas *creamware*, cinco são decoradas no estilo *royal rim*.



FIGURA 139 - Fragmentos de borda de prato *creamware*, estilo *royal rim* (peça 4)
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 140 - Fragmentos de borda de prato ou travessa *creamware*, estilo *royal rim* (peça 5)
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 141 - Fragmento de fundo de pires de porcelana, pintada à mão. Face interna
Fonte: Acervo da autora, 2017.



FIGURA 142 - Fragmento de louça não identificada pintada à mão
Fonte: Acervo da autora, 2017.

Segundo Miller (2009) as louças *creamware* foram uma revolução da indústria inglesa surgida em 1760 e tornando-se dominantes durante todo o restante do século. Foram fabricadas até 1815, mas entraram em declínio a partir de 1790, tornando-se a louça mais barata disponível no mercado, sendo usadas até meados do século XIX.

Sendo assim, é bem provável que a área que corresponde ao Arrimo 2 estivesse destinada aos fins do serviço de mesa dos hóspedes da estalagem. Essa conclusão se dá primeiramente devido à ênfase nas peças de mesa, especialmente as de consumo, como pratos e, em segundo lugar, um menor investimento nas louças, com a aquisição de peças mais baratas, bem diferente das peças encontradas no Rejeito 4, o que confirma aquela área como de uso dos proprietários e de convidados íntimos. Possivelmente uma área vedada aos hóspedes comuns.

TABELA 3 - Tipologia das peças por composição da pasta ou esmalte no Arrimo2

	CREAMWARE	PEARLWARE	PORCELANA	NI	TOTAL
Prato	4	1			5
Prato ou travessa	2				2
Travessa	1				1
Pires			1		1
NI				1	1
Total	7	1	1	1	10

Fonte: Elaborado pela autora.

Mas onde estariam, então, as garrafas de bebida do período da estalagem já que elas são um vestígio importante deste sítio arqueológico? Para encontrar essas garrafas, localizamos as peças mais antigas de vidro. Essas garrafas seriam as feitas através da técnica do sopro em molde único ou sopro livre conjugadas com a cor preta, conforme já dito. Duas informações bastante diagnósticas.

Assim, apesar da baixa incidência, não só de vidros, mas dos demais tipos de material arqueológico, observamos uma concentração de garrafas de vidro preto na área do Pátio. São seis garrafas de bebida alcoólica, feitas pela técnica do sopro em molde único.



FIGURA 143 - Base de garrafa cilíndrica preta, feita em molde único (peça 16). Face interna
Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 144 - Fundo e pescoço de garrafa cilíndrica preta, feita em molde único (peça 18). Faces externas
Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 145 - Base de garrafa cilíndrica preta, feita em molde único (peça 17). Vista do perfil.
Fonte: Sarah Hissa, 2019.

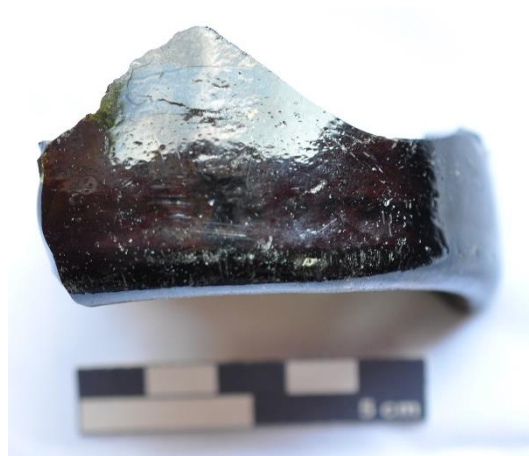


FIGURA 146 - Base de garrafa cilíndrica preta, feita em molde único (peça 17) – vista do calcanhar. Face externa.
Fonte: Sarah Hissa, 2019.

É preciso ressaltar que uma das garrafas do Pátio foi feita pela técnica do sopro livre, ou seja, sem utilização de molde, contando com a habilidade do vidreiro para produzir o formato desejado. É a base e o gargalo de uma garrafa cilíndrica preta de bebida. A base é bem irregular, com algumas ondulações sentidas pelo toque e aparentando um aspecto amassado, é bastante pesada, com acúmulo de vidro na base. Essas irregularidades é que orientaram a interpretação pela técnica do sopro livre. Apresenta *push-up*¹⁹⁰, com sobras de vidro do lado externo, com

¹⁹⁰ O *push up* é o fundo abaulado característico de garrafas de vinho. É um “levantamento” da base para dentro da garrafa, o que, de certa forma, diminui seu volume, apesar de acreditar-se que contribui para aumentar a força e a estabilidade da garrafa (no processo de manufatura) e propiciar a sedimentação do conteúdo. Muito comum em garrafas de vinho, champanhe e alguns destilados. O *push-up* não tem utilidade para datação de garrafas

aspecto bem grosseiro e áspero, indicando marca de pontel do tipo arenoso (*sand pontil scar*¹⁹¹). O lábio possui características de que foi aplicado e modelado posteriormente. Ele tem estrias horizontais concêntricas, e um sulco concêntrico no interior. Essa, provavelmente, é a garrafa mais antiga do sítio.



FIGURA 147 - Base e gargalo da garrafa preta produzida pela técnica do sopro livre

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 148 - Fundo da base da garrafa preta produzida pela técnica do sopro livre – observar a marca do pontel e irregularidade do formato

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 149 - Gargalo da garrafa preta produzida pela técnica do sopro livre – lábio aplicado e finalizado com instrumento

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 150 - Bojo da garrafa preta produzida pela técnica do sopro livre

Fonte: Sarah Hissa, 2019.

arqueológicas, estando mais relacionado ao diagnóstico de conteúdo. Cf. <<https://sha.org/bottle/bases.htm#Push-Up>>. Acesso em :24 jun. 2021.

¹⁹¹ Cf. <https://sha.org/bottle/pontil_scars.htm#Sand%20Pontil>. Acesso em: 15 out. 2020.

A outra área que concentra garrafas de bebida é o **Muro**, justamente a estrutura que separa o Arrimo 2 da Plataforma do Rejeito 4. São três garrafas de bebida alcoólica, cilíndricas e pretas, sendo duas fabricadas pelo sopro em molde único e uma feita no molde Rickett's¹⁹². Esta garrafa possui uma inscrição de marca em alto relevo na base, de uma fábrica inglesa de Deptford, Sunderland: WGB Co – Wear Glass Bottle Company. Não conseguimos saber exatamente a história da fábrica, data de fundação etc. porém, ela está registrada em um catálogo de Durham e Northumberland, de 1828¹⁹³. Então, essa garrafa poderia ter uma datação estimada entre 1828 ou até um período anterior, já que o molde Rickett's surgiu em 1821, até 1880, que é o período em que as garrafas pretas perdem popularidade.

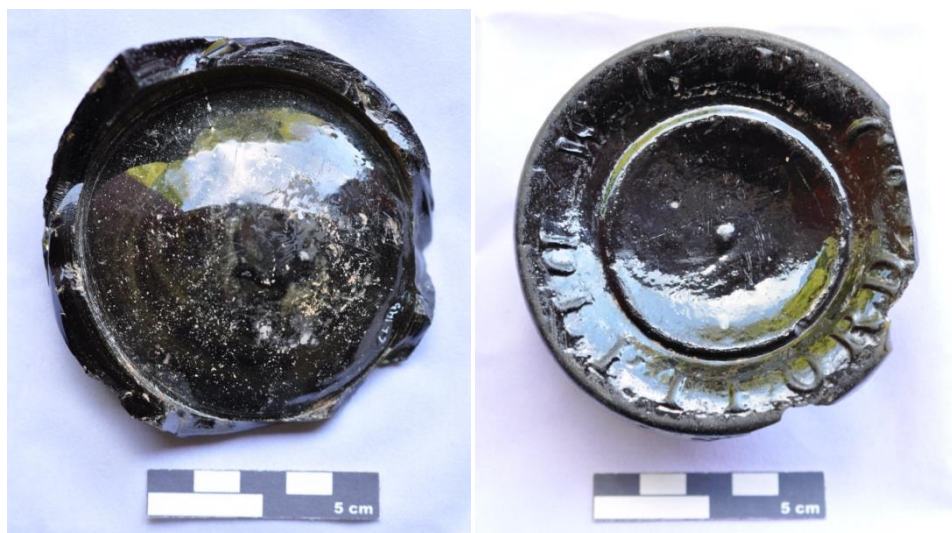


FIGURA 151 - Fragmento de fundo de garrafa preta de bebida alcoólica (W. G. B. Co) - face interna (esquerda) e face externa (direita), com inscrição: “WGB Co DEPTFORD”

Fonte: Sarah Hissa, 2019.

¹⁹² Um tipo de molde de três peças. Cf. Zanettini e Camargo (2017).

¹⁹³ WHITE, William; BAINES, Edward & sons. History, Directory, and Gazetteer, of the Counties of Durham and Northumberland, and the towns and counties of Newcastle-upon-Tyne and Berwick-upon-Tweed. v. II. W. White & co. 1828. Disponível em: <https://ia800904.us.archive.org/27/items/bub_gb_MbA3AAAAYAAJ/bub_gb_MbA3AAAAYAAJ.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021. O catálogo cobre um período de 1820 a 1829.



FIGURA 152 - Fragmentos de garrafa cilíndrica preta de bebida alcoólica, produzida pela técnica do sopro em molde único (peça 1)

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 153 - Detalhe da base de garrafa cilíndrica preta de bebida alcoólica, produzida pela técnica do sopro em molde único (peça 1). Observar provável marca de pontel do tipo arenoso.

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 154 - Fragmentos de garrafa cilíndrica preta de bebida alcoólica, produzida pela técnica do sopro em molde único (peça 2).

Fonte: Sarah Hissa, 2019.



FIGURA 155 - Detalhe da base de garrafa cilíndrica preta de bebida alcoólica, produzida pela técnica do sopro em molde único (peça 2). Observar provável marca de pontel do tipo arenoso.

Fonte: Sarah Hissa, 2019.

Interessante que o Muro não apresentou nenhuma louça datada do período da estalagem. Há apenas um fragmento de peça de chá, possivelmente de servir (um bule, ou leiteira ou açucareiro) com decoração por transferência em azul borrão. Muito provavelmente essa peça seria do período residencial (após 1855). Ainda que seja possível que ela tenha participado dos momentos da estalagem, provavelmente não foi na mesa dos hóspedes, como já vimos pelo padrão das peças de louça típicas da estalagem. Aparentemente, então, a área de consumo de bebidas alcoólicas seria o Pátio, o que levanta a hipótese daquele local como o lugar da venda ou taberna, ou mesmo do rancho, onde os tropeiros passavam a noite.

Agora, quando analisamos os demais materiais (cerâmica, grés e esteatita) para as duas principais áreas, e estendendo posteriormente para o Pátio e o Muro, observamos, na área do **Rejeito 4**: há apenas um cachimbo angular de barro, duas peças de jogo de esteatita, aparentando uma reciclagem, e quatro garrafas de bebida de grés. Essas peças indicam momentos de descontração e lazer nessa área. Seriam os momentos de descontração e lazer dos proprietários? Apesar das garrafas de grés, as peças de cerâmica e esteatita indicam pouco investimento por parte dos proprietários. Aliás, a única peça de fumo encontrada contraria o que poderíamos esperar encontrar em uma estalagem/taberna.

Conforme vimos anteriormente (CHENOWETH, 2006), poucas peças de fumo podem indicar que as pessoas passavam pouco tempo socializando na estalagem, estando mais ligada a rápidos momentos de consumo de bebida, ou indicando um investimento no serviço de alimentos como almoço e jantar. É preciso levar em consideração também que os cachimbos de barro são mais resistentes que os de caulim e, portanto, não seriam encontrados, de fato, em grande número nas amostras de sítios históricos brasileiros. Para confirmar essa questão seria interessante a escavação de mais sítios arqueológicos desse tipo no Brasil.



FIGURA 156 - Fragmentos de bojo de garrafa de grés do Rejeito 4 (peça 1) – Face externa (esquerda) e face interna (direita)

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 157 - Fragmentos de bojo de garrafa de grés do Rejeito 4 (peça 2) – Face externa (esquerda) e face interna (direita).

Fonte: Acervo da autora, 2021.

Sarah Hissa (2018) em extensa pesquisa sobre fumo e cachimbos no Brasil, aponta que o ato de fumar seria uma prática generalizada no oitocentos, porém, há indícios para relacionar o fumo do cachimbo a classes mais subalternas, enquanto outros usos do tabaco seriam mais elitizados. O cachimbo, então, estaria relacionado a indivíduos escravizados e tropeiros, por exemplo. “Além do viajante, do criado, do militar e do homem do mar, é forte a associação entre negros escravizados ou não e **cachimbos**” (HISSA, 2018, p. 37, grifo nosso). Essa última associação está presente tanto em relatos de viajantes como em ilustrações e menções literárias dos períodos estudados. Apesar, também, do uso generalizado do rapé, ele parece ter sido mais associado às elites.

Os cachimbos de barro têm sido amplamente relacionados a grupos étnico-culturais afrodescendentes. Através da associação de padrões decorativos tem sido possível identificar símbolos identitários nas manifestações estilísticas dos cachimbos (AGOSTINI, 1998, 2009). Infelizmente, o único fragmento do Capão do Lana é muito pequeno para nos trazer informações deste nível, ficando algumas dessas considerações apresentadas por Hissa (2018) para nossa reflexão.

Há uma possível correlação entre este cachimbo e os indivíduos escravizados do sítio, ou mesmo tropeiros que utilizavam o local. Porém, o fato de ele estar no mesmo espaço em que estamos considerando de uso restrito da família proprietária nos leva a pensar se os indivíduos escravizados também circulavam neste contexto, passando tempo suficiente para situações de fumo. Que circulavam nesses espaços isso é um fato, já que trabalhavam na residência.



FIGURA 158 - Fragmento de cachimbo. Face externa (esquerda) e interna (direita) do forninho
Fonte: Acervo da autora, 2021.

Uma informação interessante, já citada, foi dada por Hasenclever, que em 1839 esteve no Capão e observou que a estalagem não era administrada pelo dono: “O dono vive em Ouro Preto, e a propriedade é administrada por negros livres que comandam alguns escravos.” (ALVES, 2015, p. 155). Conforme já informado, não foi possível descobrir por quanto tempo essa situação durou, nem quando começou. Ou mesmo se os proprietários realmente viviam em Ouro Preto ou apenas estavam naquele momento naquela cidade.

Já as peças de jogo de esteatita, aparentemente, possuem marcas de reciclagem. Essas peças poderiam também estar relacionadas ao contexto do período pós-estalagem, já que esta área, em sua maioria, concentra as peças de vidro do período residencial. Mas também podem pertencer aos administradores da estalagem que usavam essas peças em seu tempo livre, usando seus cachimbos.



FIGURA 159 - Peças de jogo de esteatita – verso (esquerda) e anverso (direita)
Fonte: Acervo da autora, 2021.

É importante destacar que nesta área também foram encontrados fragmentos de duas bolinhas de gude. Devido à extrema fragmentação deles não foi possível saber a qual período de ocupação pertenceriam. No entanto, sabe-se que no século XIX as bolas de gude foram fabricadas em sua maioria na Alemanha, que começou a produzi-las à mão a partir de 1846, até a primeira década do século XX, quando a fabricação passou a ser automática. Apesar de terem sido fabricadas também em outros materiais como argila, pedra, louça, alabastro, calcário, ágata e pedras semipreciosas, no Brasil predominou o uso das de vidro (ANDRADE LIMA, 2002).

Normalmente esse tipo de vestígio nos remete ao universo infantil, indicando a presença dessa faixa etária nos sítios arqueológicos. Pelas cores é possível que as bolinhas sejam do século XX, o que remete à presença de crianças no local. Sabemos, pelo relato de Fernando Celso que essa possibilidade é real, já que ele mesmo ia ao sítio com a família, para levar o gado para pastar entre seus sete e quinze anos, aproximadamente. No entanto, em seu relato ele informou que era a única criança nessas jornadas, já que era muito ligado ao seu avô. Também, não levava brinquedos pois o ajudava nas atividades de cozinha. Se Fernando de fato não levava as bolinhas, elas poderiam pertencer a crianças da localidade ou a filhos de garimpeiros que atuavam no local.



FIGURA 160 - Fragmentos de prováveis bolinhas de gude
Fonte: Sarah Hissa, 2019.

Já o **Arrimo 2**, que possui aquela maior incidência de louças mais baratas, as *creamware*, que estamos relacionando ao contexto da estalagem, apresentou a maior quantidade de material cerâmico do sítio. Das 46 peças cerâmicas identificadas, 40 estão localizadas nesta área, ou seja, 86% delas. Ainda consideramos importante ressaltar a presença de 181 fragmentos não identificados. Eles não foram considerados na análise, pois são muito pequenos para afirmar se seriam peças de consumo ou serviço, ou outras informações mais diagnósticas.

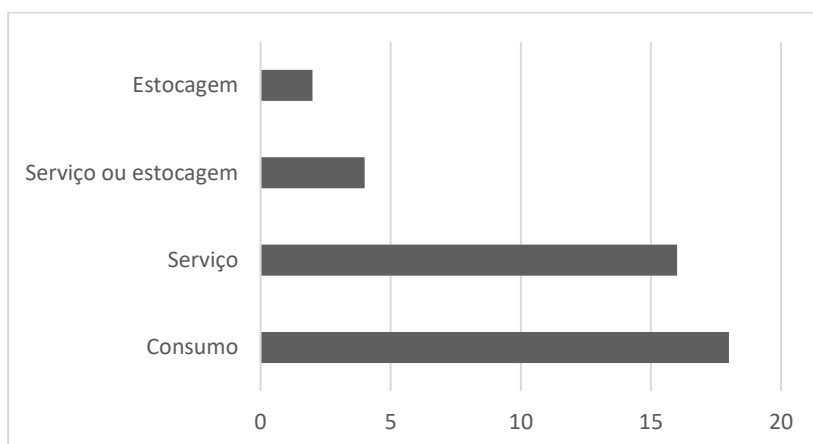


GRÁFICO 17 - Categorias das peças cerâmicas do Arrimo 2
Fonte: Elaborado pela autora.

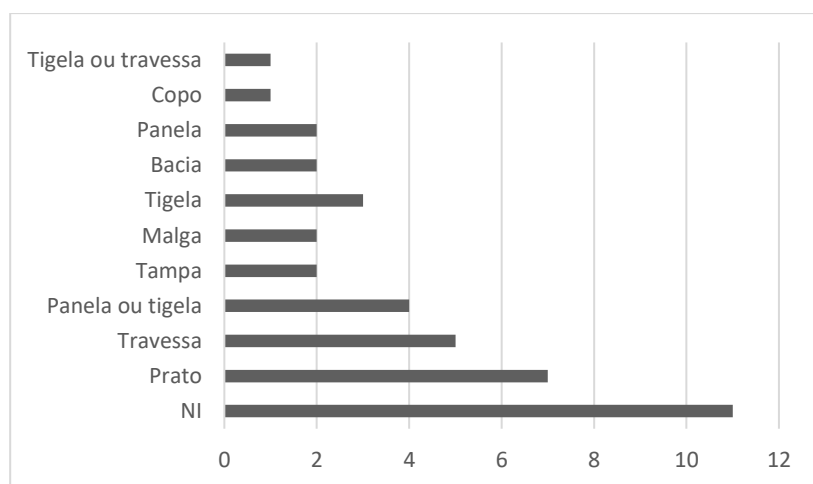


GRÁFICO 18 - Identificação das formas das peças cerâmicas do Arrimo 2
Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar do alto número de peças não identificadas pela forma/função, foi possível observar que oito delas estão na categoria de itens de consumo, provavelmente malgas, tigelas pequenas ou copos. Essa finalidade está indicada pela espessura e forma dos fragmentos, pelo refinamento da pasta e delicadeza da decoração. As outras duas seriam de estocagem e uma de serviço.

Observamos, então, um grande número de vasilhames de consumo e serviço, com predomínio das primeiras, destacando-se a presença de pratos (sete). Entre os itens de serviço, destacam-se aqueles do serviço de mesa, como travessas e tigelas.

São 35 peças torneadas e cinco artesanais. Das torneadas, 91% (32 peças) são de itens de consumo ou serviço de mesa, enquanto os 9% restantes (quatro itens) são peças de estocagem

ou panelas. Chama a atenção que a maioria dessas peças possuem algum tipo de decoração, com predomínio da pintura e do acabamento vidrado, conforme se vê no GRAF. 26.

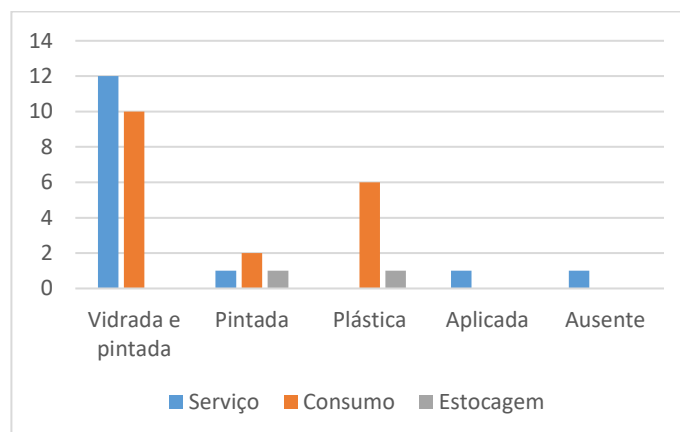


GRÁFICO 19 - Decoração das peças cerâmicas torneadas do Arrimo 2
Fonte: Elaborado pela autora.

A maior parte das peças decoradas se trata de itens de mesa, tanto de consumo quanto de serviço. Os de serviço que apresentam a decoração pintada e acabamento vidrado estão relacionados a tigelas, travessas e bacias. No geral, predominou a utilização do vidrado e a pintura. Algumas peças apresentam pintura sobre engobe branco. Nas cores prevaleceram os tons de vermelho e marrom com motivos diversos, alguns não identificados e outros florais. Algumas dessas peças não parecem ter o vidrado, mas passaram por uma espécie de polimento para dar brilho à peça (Évelin Nascimento, mensagem pessoal, 2021). Por outro lado, muitas delas perderam o vidrado quase que totalmente, necessitando um exame minucioso, muitas vezes ao microscópio para encontrar vestígios do acabamento.¹⁹⁴

¹⁹⁴ Em nossa análise não foi possível esse nível de detalhamento, devido às restrições já comentadas inicialmente. No entanto, contamos com algumas valorosas contribuições de Évelin Nascimento, que fez uma análise preliminar para sua própria pesquisa, das peças vidradas do Capão. Agradeço, imensamente, o constante diálogo com esta arqueóloga e por compartilhar comigo algumas de suas análises do material cerâmico.

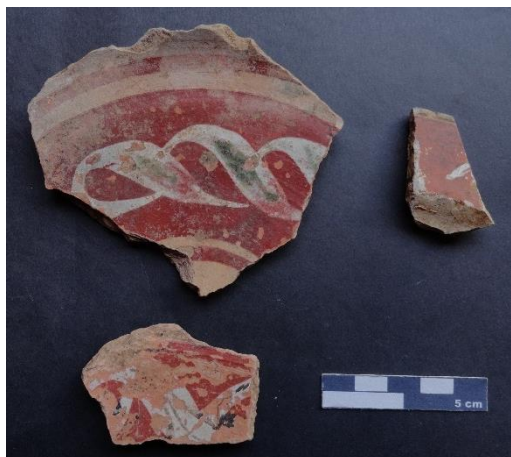


FIGURA 161 - Fragmentos de prato com decoração pintada, sem vidrado, com possibilidade de polimento (peça 2). Face interna

Fonte: Acervo da autora, 2021.

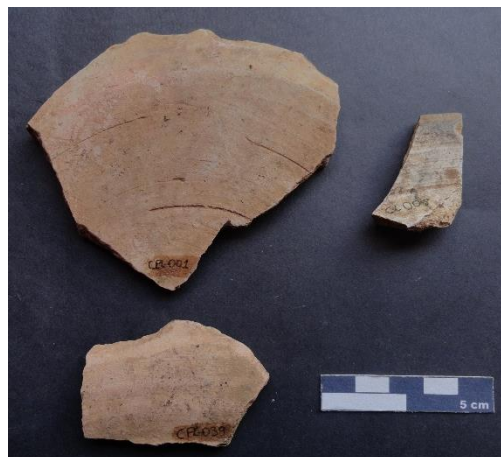


FIGURA 162 - Fragmentos de prato com decoração pintada, sem vidrado, com possibilidade de polimento (peça 2). Face externa. Observar as linhas do torno

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 163 - Borda de prato, com pintura vermelha. Motivo não identificado. Face interna

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 164 - Itens de consumo não identificados, podendo ser malgas, copos ou tigelinhas. Decoração pintada com acabamento vidrado. Face externa

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 165 - Fragmento de travessa com tampa. Decoração em ocre e acabamento vidrado. Face externa da tampa (acima) e face interna da travessa (abaixo)

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 166 - Fragmento de travessa com tampa. Projeção

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 167 - Fragmentos de bordas de três tigelas. A da esquerda e a do meio foram pintadas sobre engobe branco

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 168 - Fragmento de borda de prato com pintura marrom e vermelha sobre engobe branco
Fonte: Acervo da autora, 2021.

Por fim, há uma peça com uma decoração bem diferente. É uma borda de prato pintada, sem acabamento vidrado e não parece ter sido queimada já que apresenta uma coloração acinzentada (Évelin Nascimento, mensagem pessoal, 2021). No entanto isso precisaria ser confirmado com uma análise mais apurada. A pintura é na cor ocre, com um motivo branco que lembra semente de café ou búzios. Apesar de se parecer muito também com sementes de café, por estar na cor branca a possibilidade de serem búzios é maior. De acordo com Camila Morais:

Utilizada nas religiões tradicionais africanas e nas religiões afro-brasileiras, os búzios são usados em jogos para prever o futuro, em religiões como Batuque, Candomblé, Umbanda, Xambá, Xangô do Nordeste; ou como adorno em roupas dos Orixás e para confecção de alguns fios de contas. Dessa forma, a representação dos búzios no prato pode ser uma referência a uma crença/religião de origem africana, o que inevitavelmente remete à realidade escravista da sociedade mineira colonial e imperial. (MORAIS, 2012, p. 53).



FIGURA 169 - Fragmento de borda de prato com pintura em ocre e branco. Face interna

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 170 - Fragmento de borda de prato com pintura em ocre e branco. Face externa. Marcas do torno visíveis

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 171 - Fragmento de borda de prato com pintura em ocre e branco. Perfil

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 172 - Concha de búzio (*Monetaria moneta*) em vários ângulos¹⁹⁵

Fonte: Zell, 2012.



FIGURA 173 - Sementes de café¹⁹⁶

Fonte: Página do Villa Café na internet.

Os búzios são elementos comumente encontrados em sítios históricos de populações escravizadas ou afrodescendentes, conforme algumas pesquisas já mostraram (NAJJAR, 2010; TAVARES, 2016; GORDESTEIN, 2018). Essa peça destoa dos demais padrões apresentados pela cerâmica do Capão do Lana, que em sua maioria apresenta temas florais, faixas ou figuras abstratas como traços e pontos ou uma superfície toda pintada. Este fragmento parece indicar uma influência das pessoas escravizadas ou afrodescendentes dos vasilhames cerâmicos de mesa dos hóspedes do Capão. Ou é possível que negros e brancos comessem na mesma mesa dos hóspedes, como mostrou Hasenclever (ALVES, 2015, p. 140), ao revelar sua insatisfação comendo na mesma mesa que “negros livres”?

Ainda, existe a possibilidade de uma separação marcada em que alguns grupos comeriam em pratos de louça e outros grupos em pratos de cerâmica de barro. Afinal, uma sociedade altamente hierarquizada poderia reproduzir em suas estalagens tais hierarquias, já que entendemos que as sociedades produzem os espaços nos quais vive.

Alguns fragmentos com vidrado amarelo esverdeado remetem à cerâmica da Fábrica Saramenha, produzida em Vila Rica. Ainda que seja uma grande possibilidade que as peças sejam provenientes da Fábrica Saramenha, pela proximidade, não estamos afirmando que sejam de lá, pois esse tipo de cerâmica era também produzido em outros locais como Ouro Branco. Segundo Brancante (1981), a técnica do vidrado com a pintura policromada exigiu mão de obra especializada, por isso, ele argumenta que a maior parte das peças com essas características podem ter vindo de Ouro Preto:

Acreditamos que a maioria dos pratos de louça vidrada com desenhos policromados e sobretudo os de fundo esbranquiçado (meia faiança), sejam de fatura saramenha, pois a decoração dessa louça exigiu artistas mais especializados e estes é lícito admitir-se que se concentrassem na Capital da Província, onde a demanda era maior e mais qualificada. (BRANCANTE, 1981, p. 439)

¹⁹⁵ Por H. Zell - Obra do próprio, CC BY-SA 3.0. Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=20240176>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

¹⁹⁶ Foto sem autoria, disponível em: <<https://villacafe.com.br/blog/qual-e-diferenca-entre-o-cafe-gourmet-e-o-cafe-tradicional/>>. Acesso em: 12 jun. 2021.



FIGURA 174 - Fragmento de borda e fundo de prato com pintura ocre, marrom e branca, com acabamento vidrado. Motivo floral. Provável peça Saramenha

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 175 - Fragmento de borda de prato com pintura ocre e verde, com acabamento vidrado (bastante deteriorado). Motivo floral. Provável peça Saramenha

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 176 - Fragmento de borda de prato com pintura ocre e acabamento vidrado. Motivo não identificado. Provável peça Saramenha.

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 177 - Fragmento de borda de bacia com pintura verde-amarelada e acabamento vidrado. Provável peça Saramenha. Face interna (esquerda), face externa (centro) e perfil (direita).

Fonte: Acervo da autora, 2021.

Os itens de consumo que apresentaram decoração plástica não puderam ser identificados com precisão, uma vez que o tamanho dos fragmentos impossibilitou essa tarefa. E a única peça torneada que não apresentou decoração é uma panela.



FIGURA 178 - Fragmento de borda de peça de serviço não identificada. Face externa. Borda com aplicação de alça

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 179 - Fragmentos de bordas de peças de consumo não identificadas (malgas ou copos): peças 2, 3 e 4. Possibilidade das peças 1, 5 e 6 serem itens de serviço como tigelinhas ou molheiras. Todas apresentam decoração plástica simples, com exceção da peça 4, que aparenta ter apenas um acabamento vidrado

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 180 - Fragmentos de duas peças de estocagem/armazenamento. À esquerda, borda com acabamento aplicado e à direita bojo, sem vestígio de decoração ou acabamento

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 181 - Fragmentos de borda e bojo de panela. Face externa (esquerda) e interna (direita)

Fonte: Acervo da autora, 2021.

Já todas as cinco peças artesanais estão ligadas a itens de serviço, como panelas ou a vasilhames de estocagem. Duas dessas peças, não identificadas (se de estocagem ou panela), apresentam decoração plástica.



FIGURA 182 - Fragmentos de panelas, face interna (esquerda) e externa (direita). 1 e 2 são bases e 3 é bojo

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 183 - Fragmentos que poderiam ser painéis ou vasilhames de estocagem. Peça 1: bojo com alça e decoração incisa; Peça 2: borda com decoração em friso largo e Peça 3: base e bojo sem decoração aparente

Fonte: Acervo da autora, 2021.

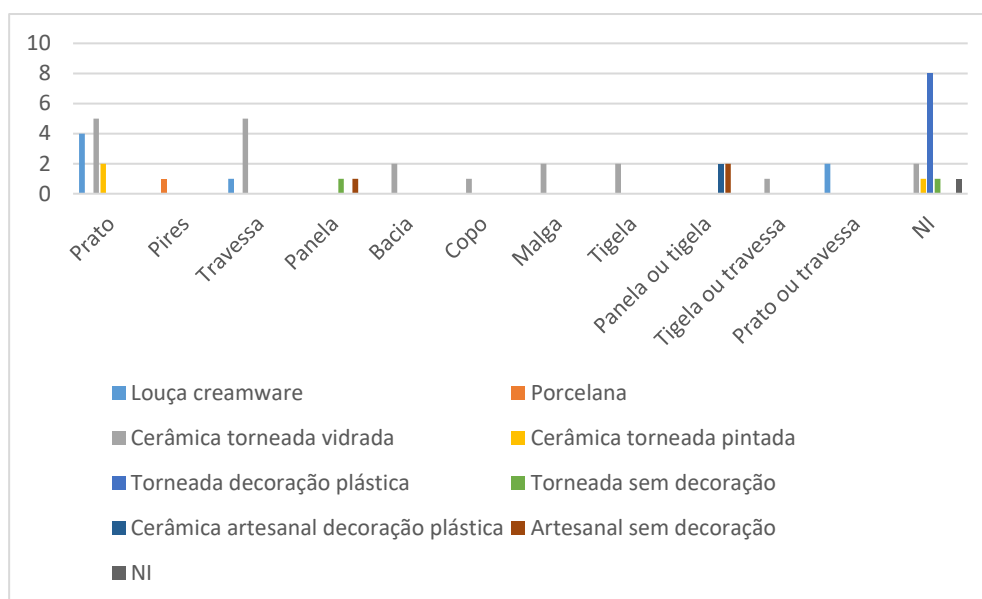


GRÁFICO 20 - Tipo de peça de louça e cerâmica e decoração do Arrimo 2

Fonte: Elaborado pela autora.

Como vemos, então, tanto em relação às peças de louça como as de cerâmica, predominam nesta área os serviços de mesa. Ainda que as peças de cerâmica do sítio sejam mais baratas do que as louças importadas, houve um certo investimento nesse material. Como vimos, apenas quatro do total de peças da área (cerâmicas artesanais e torneadas) não apresentam nenhum tipo de decoração. Então, 90% das peças possuem algum tipo de decoração, com predomínio da pintura e vidrado. Conforme observado por Brancante (1981), essa técnica

exigia pessoal especializado. Uma maior proximidade com a região de Saramenha pode ter facilitado o acesso a essas peças.

Em relação aos demais materiais, foi encontrado apenas dois fragmentos de panela de pedra-sabão e nenhum fragmento de grés.



FIGURA 184 - Fragmentos de bojo de panela de pedra-sabão (esteatita). Face externa (esquerda) e interna (direita)

Fonte: Acervo da autora, 2021.

Em relação às duas outras áreas onde foi encontrado material que remete ao contexto da estalagem, o Pátio e o Muro, podemos dizer que a cerâmica, a pedra-sabão e o grés foram pouco expressivos. Em relação ao **Muro**, podemos dizer até que os demais materiais são insignificantes, podendo estar relacionados, inclusive, às outras áreas como o Arrimo 2 e o Rejeito 4, apesar da maior parte do material estar concentrado no lado do Muro contíguo ao Arrimo 2.

No Muro encontramos um pequeno fragmento de pedra-sabão, não sendo possível tirar nenhum tipo de informação dele. Quanto à cerâmica, há apenas dez fragmentos também muito pequenos, alguns com pintura e vidrado, mas que trazem poucas informações. É provável que pela espessura e formato estejam na categoria de itens de consumo como malgas, tigelinhas e copos. Por fim, há apenas um fragmento de bojo de garrafa de bebida de grés.



FIGURA 185 - Fragmento de bojo de garrafa de bebida de grés – Muro
Fonte: Acervo da autora, 2021.

Já o Pátio, que apresentou uma concentração de garrafas pretas de bebida, inclusive uma em sopro livre, não apresentou nenhuma peça de grés e apenas um fragmento de pedra-sabão, provavelmente uma panela.



FIGURA 186 - Fragmento de bojo de panela de pedra-sabão (esteatita), face externa (esquerda) e interna (direita)– Pátio.
Fonte: Acervo da autora, 2021.

Quanto às louças, elas também têm pouca representatividade no Pátio. Do período da estalagem, consideramos apenas uma peça, de morfologia não identificada, uma provável *creamware*, com inscrição da marca em baixo relevo: FERRYBRIDGE. A história desta marca começa com Ralph Wedgwood, o filho mais velho de Thomas Wedgwood (primo e sócio de Josiah Wedgwood), que entrou em parceria com a Tomlinson & Co. na Ferrybridge Pottery, em Yorkshire, Inglaterra.

A parceria não durou muito tempo, pois os sócios acabaram por ficar insatisfeitos com Ralph, devido ao grande número de quebras nas peças, consequência dos seus experimentos e modos peculiares de queima. A parceria, portanto, logo foi dissolvida, durando de 1796 a 1800/1801. A marca Ferrybridge aparece, principalmente, em louças de mesa *creamwares* e artigos ornamentais como broches, medalhões, dentre outros. Segundo estudiosos, havia uma tentativa de imitar a cerâmica de Josiah, mas ela era inferior, tanto no corpo, quanto no acabamento.¹⁹⁷ Esta, possivelmente, está entre as peças de louça mais antigas do sítio, remetendo a fins do século XVIII, provavelmente chegando no Capão em princípios do XIX.



FIGURA 187 - Louça *creamware* com marca em baixo relevo: FERRYBRIDGE (à esquerda) e anverso (à direita).

Fonte: Acervo da autora, 2017.

Por esta análise então, concluímos que as peças de louça do Pátio são bem simples e de menor valor aquisitivo, exclusivamente utilitárias, ou seja, não estando relacionadas a enfeites ou lazer. Em relação à cronologia, não foi possível estabelecer um padrão, mas chama a atenção esta peça mais antiga, bem como o número muito pequeno de louças presentes na área.

Quanto às cerâmicas, o NMP do Pátio deu nove peças apenas: seis torneadas e três artesanais. Sabemos que este número é maior já que há mais quatorze fragmentos muito pequenos que não conseguimos definir forma e função. Seriam itens de consumo devido à espessura e tipo de decoração. São peças torneadas, algumas com pintura e acabamento vidrado.

¹⁹⁷ Disponível em: <<http://www.thepotteries.org/allpotters/1069b.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

As artesanais consistem em duas painelas, uma sem decoração e outra decorada com linha incisa sinuosa e outra peça não identificada. Apesar de ser uma borda, pelo tamanho, foi difícil distinguir se seria uma painela, um vasilhame para armazenamento ou de servir.

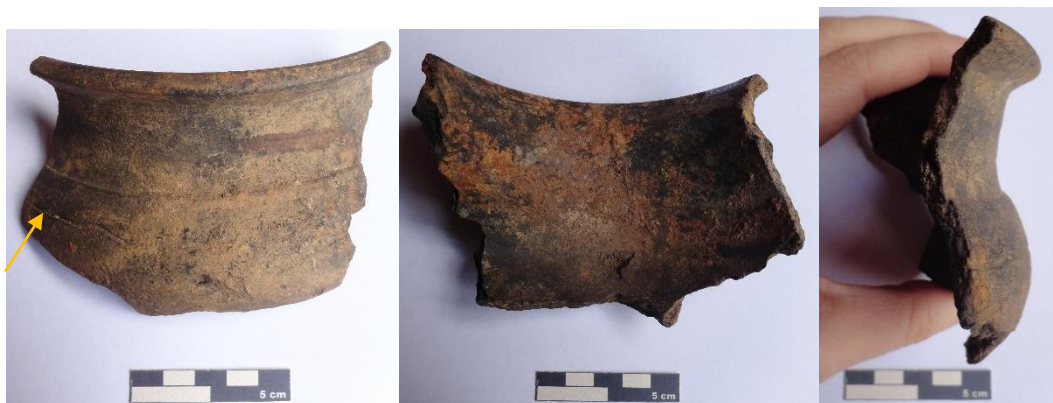


FIGURA 188 - Borda e bojo de painela artesanal com decoração em linha incisa (indicada pela seta na foto à esquerda). Face externa (esquerda), interna (centro) e perfil (direita)
Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 189 - Fundo de painela artesanal. Face externa (esquerda), interna (centro) e perfil (direita)
Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 190 - Fragmento de peça artesanal não identificada: borda extrovertida. Face externa (esquerda), interna (centro) e perfil (direita)
Fonte: Acervo da autora, 2021.

Já as peças torneadas são mais variadas: são dois vasilhames de estocagem, uma peça não identificada e três itens de consumo que, pelo tamanho do fragmento, não conseguimos especificar o tipo. Os itens de consumo poderiam ser malgas, copos, tigelinhas ou pratos. A

peça não identificada apresenta um tratamento na face interna que consideramos um polimento, na cor preta. Algumas vasilhas, especialmente utilizadas para cozinhar certos tipos de alimentos, poderiam receber uma camada impermeabilizante (Évelin Nascimento, mensagem pessoal, 2021). Porém, não é possível afirmar que essa peça teve essa função, pois é um fragmento muito pequeno, além de necessitar uma análise química para observar restos de comida nas paredes da peça. O que podemos afirmar é que certas peças receberam um tratamento específico, além do acabamento vidrado.



FIGURA 191 - Fragmentos de vasilhame globular de estocagem. Decoração incisa com linha sinuosa entre linhas retas paralelas na face externa (esquerda) e face interna (direita)

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 192 - Fragmento de borda de peça não identificada, com pintura em verde claro, linhas incisas em X, tratamento interno preto e acabamento vidrado. Face externa (esquerda) e interna (direita)

Fonte: Acervo da autora, 2021.



FIGURA 193 - Itens de consumo não identificados, alguns com pintura e acabamento vidrado. Dos dezessete fragmentos, identificamos um NMP de três peças. Face interna (esquerda) e externa (direita)

Fonte: Acervo da autora, 2021.

Claramente, esta é uma área da Casa-sede com uma utilização bem específica, onde as louças não predominam. Conforme já dito, poderia ser uma área de socialização, armazenamento de alimentos ou um local onde ocorriam atividades relacionadas às tropas: alimentação, cuidado com animais etc. Essas atividades poderiam, também, coexistir.

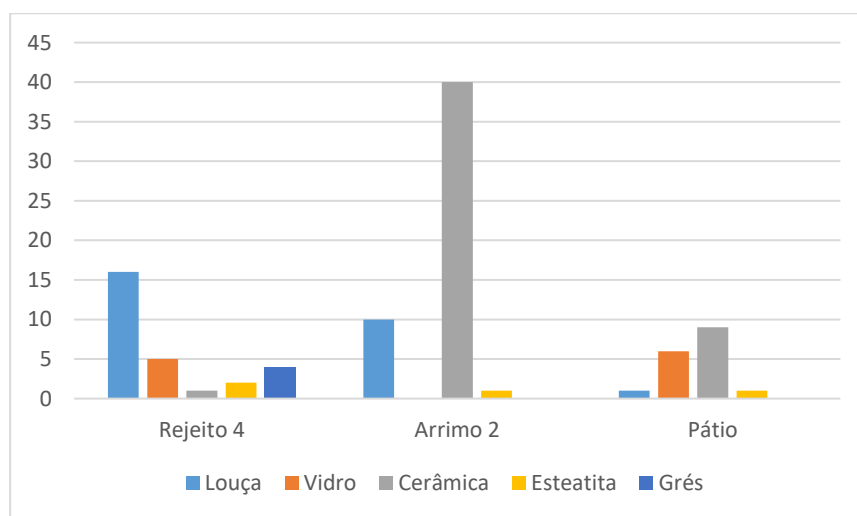


GRÁFICO 21 - NMP por tipo de material para as principais áreas da Casa-sede no período da Estalagem

Fonte: Elaborado pela autora.

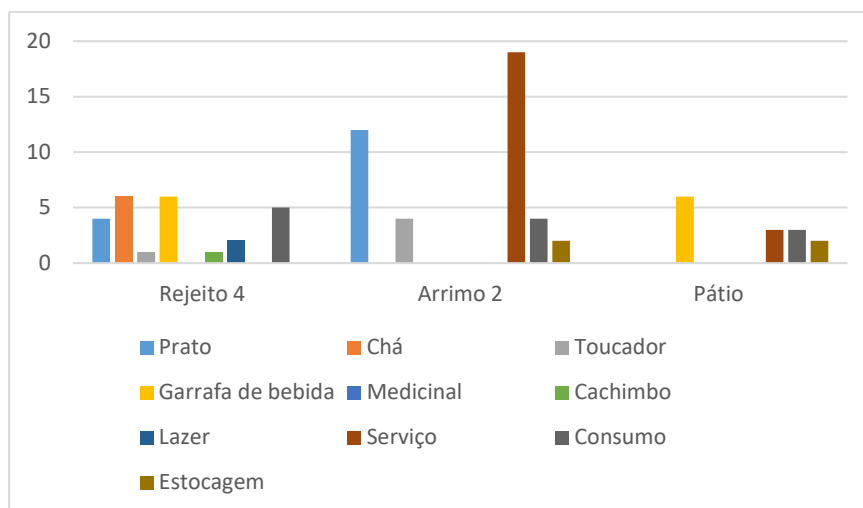


GRÁFICO 22 - Tipos de peças para as principais área da Casa-sede no período da Estalagem
Fonte: Elaborado pela autora.

Os dois gráficos acima mostram como foi a distribuição dos diferentes tipos de materiais e os diferentes tipos de peças (independente do material) em cada uma das principais áreas da Casa-sede. Tomamos como base as louças e vidros do período da estalagem e reunimos os demais materiais (cerâmica, esteatita e grés). Ainda que não possamos ter certeza a qual período esses materiais pertenceram, foi interessante juntá-los para ver como se comporta cada tipo de material em cada área.

Em resumo, enquanto temos a cerâmica predominando no Arrimo 2 e louça no Rejeito 4, percebemos um predomínio de pratos e itens de serviço de mesa no Arrimo 2. Já no Rejeito 4 os itens são bem mais variados, predominando as garrafas de bebida e os itens relacionados ao consumo do chá. O Pátio, por sua vez, apresenta um predomínio de garrafas de bebida alcoólica e itens de serviço como panelas e potes de estocagem.

Tentando reunir as informações apresentadas na revisão teórica e na análise feita até aqui, vimos que as tabernas das colônias britânicas na América consumiam amplamente o chá, indicando momentos de socialização em meio ao fumo. Não apenas as bebidas alcólicas cumpriam essa função, mas também bebidas quentes como chá e café. É o caso da taberna de Neff, na Filadélfia do século XVIII, onde entre os itens relacionados às bebidas alcólicas como jarros, garrafas e vasilhas para misturar e servir ponches, foram encontrados também peças de chá como xícaras e pires (CHENOWETH, 2006). Segundo Henry Miller (2015), as bebidas quentes passaram a fazer parte do cotidiano das tabernas e estalagens em fins do século XVII.

O quanto essa informação pode ser transportada para o Brasil é uma questão a ser aprofundada, já que o chá era um item de exportação, considerado de consumo das classes mais

abastadas. Loredana Ribeiro (2012) afirma que o consumo de bebidas quentes, o chá, por exemplo, que na Inglaterra começou nos espaços públicos, no Brasil foi introduzido diretamente no interior das residências. Por outro lado, é importante ressaltar também que, pelos relatos de viagem, o Capão destoa das demais estruturas de pouso, sendo bem suprida e revelando um conforto ausente em muitas delas.

Segundo Leila Algranti, em 1813 o chá Hissom era oferecido por mil e quatrocentos réis a libra em uma loja localizada na rua Direita (Gazeta do Rio de Janeiro, n. 30, 14/04/1813, em ALGRANTI, 2011). É um preço que indica uma clientela mais seleta. O consumo do chá foi crescendo ao longo do século XIX, certamente influenciado pela chegada de nobres europeus ao Brasil. Talvez este seja o motivo de encontramos no inventário do Alferes João Francisco Ferreira e sua esposa Rosa Álvares da Rocha de 1822, doze libras do chá “Hyson” avaliado cada libra a oitocentos réis¹⁹⁸. Talvez o preço tenha caído devido a um crescimento do consumo do chá, quase dez anos depois do valor informado na Gazeta do Rio. De fato, as peças de chá encontradas no sítio são predominantemente do século XIX, indicando que esse costume deve ter sido pouco difundido no Brasil antes do oitocentos, especialmente no interior da colônia. Não podemos também esquecer que o consumo do café era uma bebida mais popular e também poderia ser servida nos mesmos recipientes de chá.

No entanto, o predomínio das peças referentes ao consumo de chá em um local específico da casa, relacionado a outros materiais mais caros, parece contribuir para a hipótese de que o consumo da bebida estava restrito ao ambiente doméstico dos proprietários. Poderia ser um espaço especializado da estalagem, mas, o fato desses itens serem de valor aquisitivo mais alto, nos leva a pensar que o consumo do chá estava restrito ao ambiente residencial dos proprietários.

Apesar de João Francisco e Rosa não morarem no Capão, eles tinham uma venda em Ouro Preto, que provavelmente, funcionava no primeiro andar da casa. Ao que parece, esse era um costume no século XVIII e nos períodos iniciais do XIX. Podemos observar essa situação na documentação do processo crime de Simeão Coutinho (na venda no andar de baixo). Outra possibilidade era o estabelecimento funcionar no cômodo da frente, conforme observado em relatos de viajantes. Herman Burmeister, em 1850, em uma parada em Laranjal¹⁹⁹, teve que

¹⁹⁸ Fórum da Comarca de Ouro Preto. Ações cíveis. Inventário. Ano 1822. Caixa 84, documento 1025, Cartório 1. João Francisco Ferreira (Alferes) – inventariado. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto. Ver f. 26.

¹⁹⁹ Provavelmente refere-se ao atual município de Laranjal, localizado na Zona da Mata mineira.

ficar no estábulo da propriedade, onde os donos estenderam couros de boi e colocaram os colchões por cima para que ele e seus companheiros pudessem passar a noite:

A pequena casa, cujo dono havia de hospedar-nos, era uma pequena venda com dois compartimentos. **Na sala fronteira, estava instalado o negócio** e na outra vivia o vendeiro com a família toda. Não sobrava, pois, lugar para nós. (BURMEISTER, 1980, p. 186. Grifo nosso).

Burton, em 1868, caracterizando genericamente as vendas, indica que o balcão estaria marcando rigidamente o espaço íntimo da família: “um balcão, sobre o qual se embalança uma grosseira balança, divide-a [a venda] no sentido do comprimento. Entre ele e a porta, ficam tamboretas, caixas e barris virados para baixo. [...] Atrás do balcão, é o espaço sagrado, que leva ao gineceu.” (BURTON, 2001, p. 137). Apesar de indicar que normalmente as vendas possuíam um quarto, não informa onde ficariam.

O certo é que havia uma separação nas casas entre o negócio da família e o espaço íntimo dos ocupantes da casa, conforme pesquisa de Isaac Ribeiro (2019), o que reforça nossa hipótese de espaços diferenciados no Capão para hóspedes e a família proprietária. O citado pesquisador informa que, com o surgimento do sobrado entre as elites urbanas em meados do setecentos, observou-se uma diferenciação espacial nas casas, calcada sobre noções de privacidade, ficando o pavimento térreo destinado à zona do trabalho e ao contato com a rua, enquanto o pavimento superior estaria destinado à família.²⁰⁰ Sendo assim, é bem provável que a venda de João e Rosa ficava no pavimento térreo da casa.

No inventário de João, de 1822, há uma parte denominada “Balanço dos gêneros existentes na venda”, que são o seguinte:

Item **dois braços de balança e um jogo de pesos** de arroba para baixo avaliado na quantia de 9\$600.

Item **um dito braço de balança com conchas de cobre e corrente de arame** com pesos de 8 libras para baixo tudo avaliado na quantia de 3\$600.

Item **um catre de jacarandá embutido** avaliado na quantia de 10\$000.

Item **uma bigorna com aparelho de ferrar** tudo avaliado na quantia de 2\$700. // [Fl. 6v]

Item **uma sela arreada já usada com manta de pano e coldres sem freio** avaliada na quantia de 4\$800.

Item **uma chocolateira [de cobre] pequena** em bom uso avaliada na quantia de \$600.

Item **um candieiro de latão de quatro bicos**, usado, avaliado na quantia de 1\$200.

Item **doze libras de chá Hyosan** avaliado cada libra a \$800 que importa na quantia de 9\$600.

Item **bule grande pintado com meio aparelho** avaliado na quantia de 2\$400.

²⁰⁰ Recomendamos a leitura da tese de Ribeiro (2019) para maiores esclarecimentos, já que ele observa mudanças ocorridas nas casas no fim do setecentos e que se firmam ao longo do oitocentos, como o surgimento dos vestíbulos, espaços de transição para o segundo pavimento. Gradualmente o pavimento térreo vai ganhando uma posição secundária, sendo utilizados como estábulos, depósitos, senzalas, dentre outros.

Item **nove canecas pequenas** avaliadas avaliada cada uma a duzentos reis que importa na quantia de 1\$800.

Item **seis bules [de pó de pedra²⁰¹ pequenos brancos** avaliado cada um a quatrocentos e oitenta reis que importa na quantia de 2\$880.

Item **uma terrina beirada azul** avaliada na quantia de \$400.

Item **duas saladeiras** avaliada cada uma a \$240 que importa na quantia de \$480.

Item **sete dúzias de prato de guardanapo²⁰² [de pó de pedra]**, avaliada cada dúzia a seiscentos reis que importa na quantia de 4\$200.

Item **vinte e seis garrafinhas brancas de meia libra cheias de aguardente do Reino** avaliada cada uma a duzentos e quarenta reis que importa na quantia de 6\$240. // [Fl. 7f]

Item **treze garrafas de vinho do Porto** avaliada cada uma a \$480 que importa na quantia de 6\$240.

Item **vinte e uma garrafas de vinho da figueira** avaliada cada uma a \$320 que importa na quantia de 6\$720.

Item **treze garrafas de aguardente do Reino** avaliada cada uma a \$450 que importa na quantia de 7\$150.

Item **seis garrafas de vinho branco** avaliadas cada uma a trezentos e vinte réis que importam na quantia de um mil, novecentos e vinte réis. 1\$920.

Item **três garrafas de [malvasias]** avaliadas cada uma a seiscentos réis que importa na quantia de um mil e oitocentos réis. 1\$800.

Item **vinte e duas libras de aço fino** avaliado cada libra a cento e sessenta réis que importa na quantia de três mil quinhentos e vinte réis. 3\$520.

Item **trinta e sete garrafas pretas** avaliadas cada uma a setenta e cinco réis que sai que importam na quantia de dois mil setecentos setenta e cinco réis. 2\$775.

Item **um copo grande e outro pequeno [de vidro branco]** ambos avaliados na quantia de trezentos réis. \$300.

Item **quinze frascos ordinários [de vidro preto]** avaliado cada um a trezentos réis que importa na quantia de quatro mil e quinhentos réis. 4\$500.

Item **quinze libras de alfazema** avaliada cada libra a duzentos réis que importa na quantia de três mil réis. 3\$000.

Item **vinte e cinco limas entre grandes e pequenas** avaliadas cada uma a trezentos réis que importa na quantia de sete // [Fl. 7v]

De sete mil e quinhentos réis. 7\$500.

Item **quarenta talheres completos com cabos de barba [barbatana?] de baleia** avaliados cada um a trezentos e vinte réis que importa na quantia de doze mil e oitocentos réis. 12\$800.

Item **dois Barris de vinho da Figueira** avaliado cada um a sete mil réis que importa na quantia de quatorze mil réis. 14\$000.

Item **onze libras de chocolate** avaliada cada libra a quatrocentos réis que importa na quantia de quatro mil e quatrocentos réis. 4\$400.

Item **dez libras de sabão Inglês** avaliada cada libra a trezentos réis que importa na quantia de três mil réis. 3\$000.

Item **duas arrobas de fumo de Baependi** avaliada cada arroba a dois mil e quinhentos réis que importa na quantia de cinco mil réis. 5\$000.

Item **vinte e quatro libras de manteiga da terra** avaliada cada libra a cento e cinquenta réis que importa na quantia de três mil e seiscentos réis. 3\$600.

Item **três alqueires de arroz** avaliada cada alqueire a um mil e novecentos réis, que importa na quantia de três mil oitocentos e quarenta réis. 3\$840.

Item **dez arrobas de açúcar** avaliada cada arroba a novecentos réis que importa na quantia de nove mil réis. 9\$000.

²⁰¹ “Pó de pedra” em inventários refere-se à faiança fina (ou louça, como estamos chamando aqui). Symanski (mensagem pessoal, 2019) e cf. Ribeiro (2019).

²⁰² Isaac Ribeiro (mensagem pessoal, 2020), apesar da necessidade de um olhar mais detido sobre esses itens, informou que a referência a “pratos de guardanapo” é recorrente na documentação histórica e estariam ligados a pratos mais requintados, utilizados em momentos cerimoniais. É provável que fossem utilizados com outros objetos, como o próprio guardanapo. É possível que também estejam fazendo alguma referência ao tamanho e formato do prato, mas é necessário estudos mais aprofundados.

Item **trinta e oito barris vazios** avaliado cada um a trezentos e vinte réis que importa na quantia de doze mil cento e sessenta réis. 12\$160.

Item **cinco barris de cabeça [de aguardente de cana]** avaliada cada um a um mil réis que importa na quantia de cinco mil réis. 5\$000.

Item **cinco barris de cachaça** avaliado cada um a seiscentos réis que // [Fl. 8f]

Importa na quantia de três mil réis. 3\$000.

Item **quatro caixas [frasqueiras]** avaliada cada uma a quatrocentos réis que importa na quantia de um mil e seiscentos réis. 1\$600.

Item **nove bruacas de sal** avaliada cada uma a três mil e trezentos réis que importa na quantia de vinte e nove mil e seiscentos réis digo vinte e nove mil e setecentos réis. 29\$700.

Item **cento e oitenta e sete bilhetes de vale**, este que todos somam a quantia de cento e quarenta e seis mil setecentos e cinco réis. 146\$705.

Item **um cavalo com selim Inglês** // [Fl. 9f] [...] e **freio** avaliado tudo na quantia de setenta e dois mil réis. 72\$000.²⁰³

Posteriormente é acrescentado um tacho de cobre, avaliado na quantia de 13\$505 (treze mil, quinhentos e cinco réis). Não é especificado se o tacho pertence à venda ou à casa, mas acreditamos que seja à venda, já que não há especificação dos objetos da casa, com exceção dos móveis. Não há distinção de louças ou aparelhos domésticos da casa, apesar de haver a descrição de roupas e itens de joias. Inclusive, algumas delas com pedras de topázio.

Analisando os itens, temos que a venda de João é bem mais sortida do que venda dos sogros no Capão, de fins do setecentos. As louças não aparecem nos inventários de José da Silva e de Joana da Rocha Campos. Com exceção das canecas e das saladeiras, que não podemos afirmar qual seja o material, no inventário de João Francisco, o restante é de louças: um bule grande pintado com meio aparelho, seis bules pequenos e brancos e sete dúzias de pratos, além de uma terrina “beirada azul”²⁰⁴.

Segundo Symanski²⁰⁵ (1997), em suas próprias pesquisas documentais para o contexto gaúcho, as louças sem decoração continuaram sendo mais baratas que todas as outras decoradas com exceção da denominada “beira azul”, predominando nos sítios históricos, nos contextos da primeira metade do século XIX. Ou seja, percebemos que a maior parte dessa louça inventariada é de menor custo, já que não possuem decoração (brancas) e a terrina com uma decoração mínima (“beirada azul”) também não é uma peça cara, já que valeria um pouco menos que cada

²⁰³ Fórum da Comarca de Ouro Preto. Ações cíveis. Inventário. Ano 1822. Caixa 84, documento 1025, Cartório 1. João Francisco Ferreira (Alferes) – inventariado. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

²⁰⁴ Importante ressaltar que os comerciantes da época não classificavam as louças pelo seu esmalte, e sim pela sua decoração. Portanto, é comum encontrarmos na documentação histórica os termos “beira azul” ou “beirada azul” para se referir ao *shell edged* (na cor azul), “louça dos pombinhos” para se referir ao padrão *willow*, por exemplo. Cf. Tocchetto *et al.* (2001); Miller (2009). Conferir também: <<https://apps.jefpat.maryland.gov/diagnostic/>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

²⁰⁵ Baseado nos estudos de Miller (1980).

bule pequeno. Proporcionalmente, o item mais caro é o bule pintado, provavelmente à mão, com meio aparelho que custa mais da metade do valor das setes dúzias de prato.

Não fica claro se esses itens eram para venda ou utilizados pelos passageiros, pessoas que poderiam se hospedar ou apenas se alimentar no local. A possibilidade do pernoite está dada pela cama, o “catre de jacarandá embutido”. E é importante destacar que nos móveis da casa também há um “catre de jacarandá de armação”. Então, é muito provável que havia um quarto para hóspedes já que o casal não tinha filhos. Portanto, esses itens também poderiam ser utilizados pelos hóspedes. É possível também que esses itens fossem utilizados também pelo casal proprietário, sem distinção, não havendo um investimento, por parte da família, nas louças domésticas. Afinal, já que se diferencia a cama da venda e da casa, poderia haver uma diferenciação entre a tralha doméstica e a da venda.

Além disso, confirma-se que as bebidas parecem ter sido o grande carro-chefe da venda: são treze garrafas de vinho do Porto, 21 de vinho da figueira, treze de aguardente do Reino, seis de vinho branco, três de malvasias, além da existência de barris com vinho, aguardente e cachaça.

Rosa, a esposa de João, faleceu em 1826 (quatro anos após o marido) e seu inventário não é muito diferente do deixado por João. Se pensarmos nas possibilidades que os estudos relacionando louças e gêneros nos deixam, tomemos o exemplo de Loredana Ribeiro (2012), que analisou a tralha doméstica da Fazenda do Morro, do Padre Domingos Fraga. Nessa pesquisa, Ribeiro percebeu um aumento na diversidade das louças de funções especializadas entre a segunda e a terceira década do oitocentos. Ribeiro associa o aumento de louças refinadas e especializadas à presença de Maria na Fazenda do Morro, “filha clandestina” do padre Fraga.

Segundo Tania Andrade Lima (1995) a emergência de um modo de vida burguês no Brasil, se deu antes mesmo da instalação da burguesia, propriamente dita. Esse modo de vida burguês seria caracterizado por uma crescente valorização: da vida privada, do individualismo, do estabelecimento de fronteiras público/privado, da vida familiar, da ritualização da vida cotidiana, da acumulação, do consumo e da ascensão social. As louças, por exemplo, apesar de fazerem parte de um sistema complexo de consumo e uso, foram utilizadas pela autora para observar essas questões. Sabemos que a louça possui características importantes nesse sentido já que era um bem importado de valor mais caro que itens como a cerâmica, produzida localmente.

No caso de João e Rosa, que não tiveram filhos, as louças da venda remetem a pouco investimento nesses itens. Algo a se considerar pode ser o fato de que Rosa se encontrava

“demente” à época do testamento de João (1822)²⁰⁶ não sendo ela a pessoa que cuidava dos negócios da família ou mesmo da tralha doméstica. Ou, esta unidade familiar estava pouco ligada aos novos padrões burgueses emergentes no século XIX. O contrário parecia estar acontecendo na estalagem do Capão do Lana.

²⁰⁶ Fórum da Comarca de Ouro Preto. Ações cíveis. Inventário. Ano 1822. Caixa 84, documento 1025, Cartório 1. João Francisco Ferreira (Alferes) – inventariado. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

CONCLUSÃO: IDEIAS PARA UMA ARQUEOLOGIA DOS POUSOS

O Capão do Lana, um sítio que conjuga as características de uma residência e de uma estalagem, foi aqui pensado na tentativa de se compreender como se deu a complexidade dessa relação de mobilidade da estalagem e permanência da residência. A estalagem se estabeleceu no período colonial, às margens do Caminho Novo, uma via extremamente movimentada, sendo um ponto de parada importante no entorno de Vila Rica. Inserido na dinâmica colonial como ponto de apoio de atividades econômicas como a mineração, se destacou como uma importante infraestrutura de hospedagem.

Ao longo do século XIX, a estalagem apresentou vestígios de certa prosperidade e de uma família que acompanhava os gostos do crescente mercado consumidor brasileiro, adquirindo produtos importados variados, como louças inglesas, grés e garrafas de vidro, conjugada, também, a um expressivo consumo de cerâmica regional. Sendo a maior mina de exploração de topázio do mundo, muitos viajantes naturalistas se hospedaram em suas dependências para conhecê-la.

Podemos pensar o sítio como um espaço de convivência, conforme dito anteriormente, analisado a partir dos seus vestígios materiais. Ana Cristina Sousa (1995) aventou algumas possibilidades para esta hipótese. Ela destacou a importância agregadora das vendas, por exemplo, comparando-as ao papel das igrejas no surgimento de vilas e arraiais. Assim, segundo a autora, os lugares de parada (estalagens, vendas ou ranchos) funcionariam como espaços integradores de relações sociais e diluição de hierarquias, já que situações de convívio e confraternização entre diversas categorias sociais poderiam ocorrer nesses lugares.

Para tentar perceber essas questões, analisamos o material do Capão do Lana, e encontramos uma diferenciação de áreas significativa em relação ao uso da faiança fina e porcelana. Esse tipo de material encontra-se em sua maior parte nos arredores da Plataforma do Rejeito 4 da Casa-sede, e em menor quantidade no Arrimo 2. Enquanto uma porção muito pequena deste material está presente no Pátio. Isso mostra uma diferenciação marcada entre as áreas do Capão e mesmo da Casa-sede, já que nas áreas onde a louça *creamware* predomina, temos também uma concentração significativa de vasilhames cerâmicos. Por outro lado, também, o Rejeito 4 apresentou uma variedade de materiais e uma variedade de formas, indicando um espaço onde as atividades eram mais especializadas, possivelmente mais ritualizadas já que há investimentos em louças de chá e jantar, bem como em garrafas de bebidas diversas.

Essas diferenciações foram interpretadas como espaços de usos singulares, ou seja, foi possível perceber onde predominaram as atividades da estalagem e as da residência. O Rejeito 4 foi identificado como o local destinado à família proprietária, já que encontramos uma maior variedade de peças com itens de mesa, jantar, garrafas de bebidas diversas, além de um maior investimento em peças mais caras, como uso de porcelana nos itens de chá e louças impressas para chá e mesa. O Arrimo 2 foi distinguido como o local do serviço de mesa dos hóspedes, pela identificação de louças *creamware* e alta concentração de vasilhames cerâmicos ligados ao consumo e serviço de mesa. O Pátio também parece estar ligado às atividades da estalagem como o rancho ou a venda/taberna pela concentração de garrafas pretas de bebida alcoólica e itens cerâmicos como panelas e potes de estocagem.

Esses espaços para atividades diferenciadas também indicam espaços destinados a tipos específicos de pessoas: proprietários e hóspedes, incluindo a possibilidade de uma diferenciação entre os hóspedes. Consideramos, ainda, que a fronteira do espaço familiar poderia ser, por vezes, cruzada. É possível que hóspedes distintos fossem convidados a adentrar o espaço doméstico, onde poderiam consumir bebidas variadas, incluindo o chá e bebidas alcoólicas mais finas, já que há uma grande diferença entre os materiais dos dois principais espaços da Casa-sede. Conforme visto, o relato do viajante Hasenclever (1839) ilumina essa questão quando diz que, por ser reconhecido como alguém de posses, recebeu um tratamento diferenciado:

Ainda que tenhamos encontrado ali um comboio de cinco soldados e um sargento, recebi dos donos um quarto bonito por me reconhecerem como *gentleman*, quer dizer, um inglês de posses. A comida era muito boa e a cama tão limpa que fiquei admirado. (ALVES, 2015, p. 155)

Inclusive, foi com esse sargento que bebeu até mais tarde, quando a estalagem já tinha se enchido de tropas, que, muito provavelmente, ficaram no rancho da fazenda.

Por outro lado, a existência de pratos de cerâmica e pratos de louça *creamware* no Arrimo 2 parece indicar uma competição entre as peças e não uma complementação. Quem comeria nos pratos de louça e quem comeria nos de cerâmica? É possível que as hierarquias entre as diversas camadas sociais tenham sido bem preservadas pelo consumo de alimentos em recipientes diferenciados. Ao mesmo tempo, um prato com um desenho de búzio chama a atenção dentre os demais, revelando uma autenticidade, até em relação à cultura cerâmica local, onde predominavam representações florais diversas e tons amarelados e ocre. O cachimbo de barro e peças de jogo recicladas no espaço residencial podem demonstrar uma quebra dessas

hierarquias na ocupação, por parte de camadas sociais mais baixas, dos aposentos dos proprietários da residência, possivelmente na ausência deles.

Espaços liminares podem ter sido criados dentro dos limites da propriedade, onde os indivíduos poderiam expressar ideias e condutas que não assumiriam em seu cotidiano familiar ou de trabalho. Afinal, onde ocorreriam as conversas sobre as ideias de Tiradentes ou os rumos da Revolução Liberal? A venda/taberna ou rancho, representados pelo Pátio, poderia cumprir essa função de espaço liminar, estando mais afastada do casarão e propiciando um local de consumo de bebidas alcólicas, onde os filtros eram alargados e as conversas se tornavam mais calorosas, dando vazão a ideias potencialmente subversivas.

Logicamente essas hipóteses levantadas precisam ser melhor entendidas, refutadas ou confirmadas com a escavação de outros contextos semelhantes. Esperava-se no início dessa pesquisa que os vestígios arqueológicos e a documentação encontrada pudessem nos permitir ser mais conclusivos nesses aspectos. Mas o que percebemos é a possibilidade de que cada taberna, venda ou estalagem tenha sua dinâmica própria. Nesse caso, concordamos com Chenoweth (2006) de que a interpretação dos vestígios de estalagens e tabernas precisa ser contextualizada, sendo muito difícil encontrar uma padronização nos moldes propostos por Rockman e Rotchild (1984), por exemplo. O fato de não encontrarmos muitos cachimbos no Capão do Lana, o que seria esperado no contexto das tabernas e estalagens dos Estados Unidos e Inglaterra, mostra que as possibilidades de interpretação de uma estalagem podem ser bem variadas, não havendo uma padronização dos vestígios.

Como o Capão do Lana era a residência, a estalagem/venda e a mina de topázio, havia muitas espacialidades e temporalidades em um mesmo lugar. Ainda que as pessoas que habitavam esses diferentes espaços vivessem e os percebessem de maneiras diferentes, essa complexidade criou um desafio na percepção de um padrão nas amostras para caracterizar os diferentes espaços do sítio, bem como o período da estalagem e o período residencial. Aparentemente, conforme mostrado, as diferenças entre a estalagem e a residência se dariam na variedade e preço dos objetos. Enquanto na estalagem há uma menor variedade de tipos, e um menor investimento financeiro nos objetos, na residência há variedade maior aliada a itens mais caros, como a porcelana.

Os estudos mostrados no início dessa tese indicaram ser esse um dos grandes desafios da arqueologia, fazer essa diferenciação, já que os vestígios podem ser muito semelhantes aos encontrados em habitações domésticas. No entanto, acreditamos que conseguimos avançar em conclusões interessantes para uma arqueologia dos pousos ou estalagens. Tentar entender a

cultura material permitiu nos aproximar um pouco do cotidiano das pessoas que habitaram tais locais: as que passaram e as que se fixaram, as que chegaram e as que partiram do Capão do Lana, um pouso de viajantes.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Livraria Briguet, 1960.

ACUTO, Félix. Paisaje y dominación: la constitución del espacio social en el Imperio Inka. Em: ZARANKIN, Andrés y ACUTO, Félix (Ed.) *Sed non satiata*. Teoría social en la arqueología latinoamericana contemporánea. Buenos Aires: Ediciones del Tridente (Colección Científica), 1999.

_____. Materialidad, espacialidad y vida social: reinterpretando el período Prehispánico Tardío de los Andes del sur. Em: ACUTO, Félix y ZARANKIN, Andrés (Ed.). *Sed non satiata II: acercamientos sociales em la arqueología latinoamericana*. Córdoba: Encuentro, 2008.

AGOSTINI, Camilla. Padrões de decoração em vasilhames cerâmicos no Rio de Janeiro, século XIX. *Revista de Arqueologia*, 11, p. 15-25, 1998.

_____. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. *Topoi*, v. 10, n. 18, p. 39-47, jan.-jun. 2009.

AKINRULI, Luana C.M. Campos. *A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais 2018*. 400 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ALGRANTI, Leila. Famílias e vida doméstica. Em: NOVAIS, Fernando; SOUZA, Laura de M e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. Tabernas e Botequins. Cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 25-42, jul/dez 2011.

ALMEIDA, Anaéli Q. X. *Continuidades na mudança*. Um olhar arqueológico sobre os caminhos das Minas Gerais. Séculos XVIII e XIX. 172 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

ALVES, Débora B. (Org.). Ernst Hasenclever e sua viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tradução; Friedrich E. Renger. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

ANDRADE LIMA, Tania. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993.

_____. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 3, p. 129-191, jan./dez., 1995.

_____. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. II, n. 3, p. 44-96, fev/1996.

_____. Tecnologia demais, comportamento de menos: o olhar da arqueologia sobre vidros históricos. *Canindé*, Xingó, n. 2, p. 283-290, dez. 2002.

ANTONIL, André João [Giovanni Antonio Andreoni]. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos; MACHADO, Reinaldo. *Barroco mineiro*. Glossário de arquitetura e ornamentação. Ensaio introdutório de Affonso Ávila. 3ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1980. (Coleção Mineiriana).

BANDECCHI, Brasil; AMARAL, Antônio Barreto do. O arquivo do Marquês de Valença. *Revista de História*, São Paulo, v. 45, n. 92, p. 507-565, dec. 1972. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131874/128073>>. Acesso em: 25 mai. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1972.131874>.

BANDEIRA, Arkley; SILVA NETA, Virginia; SOARES, Leonardo. Paisagem e arqueologia: aproximações e potencialidades. *Revista Equador* (UFPI), v. 6, n. 2, p.105-119.

BARBOSA, Waldemar. Dos caminhos pré-históricos às rodovias asfaltadas. Em: *História de Minas*. Formação histórica. v. 2. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

_____. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1984.

BASSO, Rafaela. A alimentação e espaço público: O comércio de alimentos e bebidas na cidade de São Paulo (1765-1828). ANPUHsp. XIII Encontro Estadual de História: História por quê e para quem? Disponível em: <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1467638057_ARQUIVO_RafaelaBasso.Alimentacaoeespacopublico.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

BATISTA, Fábio. *A tecnologia construtiva em madeira na região de Curitiba: da casa tradicional à contemporânea*. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30371193.pdf>>. Acesso em: 6 de out. 2023.

BEISAW, April. *Eating Like a Pig in a Colonial Tavern: The Taphonomy of a Tavern Assemblage*. Presented Before the 2000 Meeting of the Society for Historical Archaeology, Quebec, Canada, January, 2000.

BOTELHO, Ângela. Bandeiras. Em: ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela V. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOLLNOW, Otto. *O homem e o espaço*. Curitiba: UFPR, 2008.

BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil* (dores de crescimento de uma sociedade colonial). Tradução de Nair Lacerda. 2ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BRANCANTE, Edino da F. *O Brasil e a cerâmica antiga*. São Paulo, livro xerografado, 1981.

BRITO, Francisco Tavares de. Itinerário Geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras que há na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro. Composto por Francisco Tavares de Brito. Sevilha. MDCCXXXII [1732]. Com todas as licenças necessárias. Em: *Barroco*. Belo Horizonte: UFMG, 1972; n. 4.

BRITO, Pedro. *Arquitetura e urbanismo do período colonial na cidade de Pedro II* (PI). 167 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Salvador, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <<https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/disspedrotajra.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2023.

BUNBURY, Charles J. F. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais*: p. 1833-1835. Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. Coleção Reconquista do Brasil. v. 31.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. Reconquista do Brasil; Nova Série, v. 23.

BURTON, Richard. *Explorations of the highlands of the Brazil*; with a full account of the gold and diamond mines. Also, canoeing down 1500 miles of the great river São Francisco, from Sabará to the sea. v. 1. London: Tinsley Brothers, 1869. Disponível em: <<https://burtoniana.org/books/1869-Explorations%20of%20the%20Highlands%20of%20Brazil/explorationsofhi01burt.pdf>>.

Acesso em: 09 nov. 2022.

_____. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. Reconquista do Brasil, v. 36.

CALDCLEUGH, Alexander. *Viagens na América do Sul*: extrato da obra contendo relato sobre o Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2000.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949. Série Brasileira, v. 266. Tomo I.

CAMPOS, Helena G. *Caminhos da história*. Estradas reais e ferroviárias. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

CARRANZA, Edite Galote. O quartinho: escovando a história a contrapelo. *Revista 5% Arquitetura +Arte*. São Paulo, ano 13, v. 01, n. 16, p. 99.1- 98.10, ago-dez, 2018. Disponível em:

<http://revista5.arquitetonica.com/administrador/index.php?option=com_content&view=article&layout=edit&id=206>. Acesso em: 24 nov. 2020.

CASTRO, Júlia F. de. *Sobre viagem*: palmilhar limites, entrever transformações. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30474>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CHENOWETH, John M. “What’ll thou have”: Quakers and characterization of tavern sites in colonial Philadelphia. *Northeast Historical Archaeology*. v. 35, p. 77-92, 2006.

CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. 1. Coleção Mineiriana, Série Obras de Referência.

COELHO, José João T. *Instrução pura o governo da Capitania de Minas Gerais*. Introdução por Francisco Iglésias; leitura paleográfica e atualização ortográfica por Cláudia Alves Melo.

Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

CORRÊA, Roberto; ROSENDAHL, Zeny. Apresentado leituras sobre paisagem, tempo e cultura. Em: CORRÊA, Roberto; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 7-11.

COSTA, Antônio G. (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa, 2004.

_____. (Org.). *Os Caminhos do ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa, 2005.

COURCY, Ernest de, Visconde. *Seis semanas nas minas de ouro do Brasil*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. Coleção Mineiriana. Série Clássicos.

CRIADO, Felipe. Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje. Em: *Boletín de antropología americana*, 24, diciembre, 1991.

DANTAS, Cristiane L. O caminho que leva ao Corrente: o sítio arqueológico histórico Cachoeira do Corrente. *Habitus*. Goiânia, v. 8, n. 1/2, p. 165-186, jan./dez., 2010.

DELVAUX, Marcelo M. Cartografia imaginária do sertão. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 46, fasc. 2, p. 74-87, jul-dez., 2010. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1033>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

DIAS, Maria Odila. A interiorização da metrópole (1808-1853). Em: MOTA, Carlos (Org.) *1822: dimensões*. 2ed. São Paulo: Perspectivas, 1986 [1972].

ESCHWEGE, Wilhelm von. *Pluto Brasilienses*. v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. Coleção Reconquista do Brasil. v. 59.

_____. *Jornal do Brasil, 1811 – 1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

FERREZ, Gilberto. *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825/1829*. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles; Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

FONSECA, Cláudia D. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira, Cláudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

FONSECA, Paulo M. M. da. João Rodrigues de Macedo: o contratador e sua espiral de poder no setecentos mineiro. *ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Londrina, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206569_e4ce63dde72779d5675936f3afe6a1e6.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2021.

FREIREYSS, Georg W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. Reconquista do Brasil; Nova Série. v. 57.

FURTADO, Júnia F. Transitar na Estrada Real. O cotidiano dos caminhos. Em: COSTA, Antônio G. (Org.) *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa, 2005.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841; tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975 (Reconquista do Brasil, v. 13).

GIULI, Matteo. A doutrina da “econômica” na concepção escravista de Antonil. Uma leitura de Cultura e opulência do Brasil. *História, histórias*. Brasília, v. 4, n. 8, p. 9-22, 2016.

GLAZEBROOK, Allison; TSAGIRKIS, Barbara. Introduction. Em: GLAZEBROOK, Allison; TSAGIRKIS, Barbara (Ed.). *Houses of ill repute*. The Archaeology of Brothels, Houses, and Taverns in the Greek World. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

GODOY, Marcelo M.; BARBOSA, Lidiany S. Uma outra modernização. Transportes em uma província não exportadora – Minas Gerais, 1850-1870. Em: *Economia e sociedade*. Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 159-186, ago., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n2/a07v17n2.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2011.

GORDESTEIN, Samuel. Evidência arqueológica de ressignificação simbólica: a cerâmica de decoração espiralada de Maragogipinho, Bahia. *Especiaria - Caderno de Ciências Humanas*. v. 18, n. 33, p. 253-270, jul/dez., 2018.

GOULART, Eugênio M. A. *Os caminhos dos currais do Rio das velhas: a Estrada Real do Sertão*. Belo Horizonte: Coopmed, 2009.

GUIMARÃES, Carlos. “Cada venda é um quilombo”: escravismo e espaço de rebeldia nas Minas Gerais (Século XVIII). *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, nov/2003. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Cada-venda-%C3%A9-um-Quilombo-Escravismo-e-esp%C3%A7o-de-rebeldia-nas-Minas-Gerais-s%C3%A9culo-XVIII-Carlos-Magno-Guimar%C3%A3es.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

_____. (Coord.). *Levantamento histórico-arqueológico da Estrada Real no trecho Ouro Branco – Ouro Preto / MG*. Relatório Final. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG; Fapemig, maio, 2007.

_____. (Coord.). *Levantamento Histórico-Arqueológico da Estrada Real: o Capão do Lana – Ouro Preto/MG*. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG; Fundep; Fapemig, 2008.

_____. (Coord.). *Pesquisa Histórico-Arqueológica (Delimitação e Avaliação) sobre a Estalagem da Varginha do Lourenço – Município de Conselheiro Lafaiete / MG*. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, nov. 2012.

GUIMARÃES, Carlos; REIS, Liana. Agricultura e caminhos de Minas Gerais (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Fafich/UFMG, jun., 1987.

GUIMARÃES, Carlos M.; REIS, Flávia M. da M. Agricultura e mineração no século XVIII. Em: RESENDE, Maria Efigênci L. de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 321-335.

HALFELD, Heinrich; TSCHUDI, Johann. *A Província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

HERBERTS, Ana Lúcia. *Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC*. 2009. 542 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.scientiaconsultoria.com.br/site2009/pdf/estudos/tese.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2023.

HISSA, Sarah de B. V. *O petyn no cachimbo branco: arqueologia e fumo nos séculos XVII ao XIX*. 555 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

HODDER, Ian. *The domestication of Europe*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 4ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LYNCH, Kathleen. Can Pottery Help Distinguish a Brothel from a Tavern or House? Em: GLAZEBROOK, Allison; TSAGIRKIS, Barbara (Ed.). *Houses of ill repute. The Archaeology of Brothels, Houses, and Taverns in the Greek World*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. Coleção Reconquista do Brasil. v. 21.

MARINHO, José Antônio. *História da Revolução Liberal de 1842*. Introdução de Lafayette Luiz Doorgal de Andrada. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015. (Coleção Minas de História e Cultura; v. 1).

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. Reconquista do Brasil, v. 33.

MILLER, George. Classification and Economic Scaling of 19th. Century Ceramics. *Historical Archaeology*, n. 14, p. 1-40, 1980.

_____. Valores indexados revisados para louças CC, visando classificação e seriação econômica de cerâmicas inglesas de 1787 a 1880. Tradução Sarah Hissa. *Revista latino-americana de Arqueologia histórica*. v. 3, n. 1, p. 103-140, jan-jun, 2009.

MILLER, Henry. Taverns/Inns. Em: METHENY, Karen B; BEAUDRY, Mary C. (Ed.). *Archaeology of food. An encyclopedia*. Lanham; Boulder; New York; London: Rowman & Littlefield, 2015.

MINAS GERAIS. Câmara dos Deputados. *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. v. 1 e 2. Brasília; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. v. 2, 3, 4 e 8. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2016.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad. Elaboração: Instituto Socioambiental de Viçosa. *Monumento Natural Estadual de Itatiaia*. Encarte 1. Diagnóstico. Abr. 2017.

MORAES, Acsa. *Estação Ferroviária de Rodrigo Silva: análise histórica, construtiva e estilística*. 2017. 90 f. Monografia (Técnico em Conservação e Restauro) - Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

MORAIS, Camila F. *Arqueologia, História e Interdisciplinaridade: o caso do Capão do Lana (MG – séculos XVIII e XIX)*. 2012. 87 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

NAJJAR, Rosana (Org.). *Arqueologia no Pelourinho*. Brasília: Iphan; Programa Monumenta, 2010.

NEVES, Marcus D. Constituição inicial de Aredes na paisagem: o estabelecimento regional das relações coloniais. Em: BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique (Org.). *Aredes: recuperação ambiental e valorização de um sítio histórico-arqueológico*. Belo Horizonte: Orange Editorial, 2016.

NORTH, Marianne. *Lembranças de uma vida feliz*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2001 (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

ORBIGNY, Alcide d'. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. Reconquista do Brasil, v. 29.

PARKER PEARSON, Michael; RICHARDS, Colin. Ordering the world: perceptions of architecture, space and time. Em: PARKER PEARSON, Michael; RICHARDS, Colin (Ed.). *Architecture and order. Approaches to social space*. London: Routledge, 1994. p. 1-37.

PASSOS, Zoroastro V. *Em torno da história de Sabará*. v. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942.

PEDREIRA, Jorge M. Economia e política na explicação da independência do Brasil. Em: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PEIXOTO, Robson J.; LIMA; Hernani M. de. Diagnóstico dos garimpos de topázio imperial no Alto Maracujá, Sub-bacia do Rio das Velhas, MG. *REM: R. Esc. Minas, Ouro Preto*, v. 57, n. 4, p. 249-254, out. dez., 2004.

PEREIRA, Márcio M. Um passeio pelo *Itinerário Geographico* de Francisco Tavares de Brito. *Temporalidades* – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 (Suplemento, 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/43964688/PEREIRA_M%C3%A1rcio_Mota_Um_passeio_pelo_Itiner%C3%A1rio_Geographico_de_Francisco_Tavares_de_Brito. Acesso em: 25 out. 2023.

PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 42, p. 397-414, 2001.

PIMENTA, Dermeval J. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Minas Gerais, 1971.

PIRES, João Ricardo. *Notas de um diário de viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881)*. 2007. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

POHL, Johann E. *Viagem no Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. Reconquista do Brasil, v. 14.

QUIROGA, Laura. La construcción de um espacio colonial: paisaje e relaciones sociales em el antiguo Valle de Cotahau (provincia de Catamarca, Argentina). Em: ACUTO, Félix e

- ZARANKIN, Andrés (ed.). *Sed non satiata*. Teoría social em la Arqueología Latinoamericana contemporánea. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 1999. p. 273-287.
- RENGER, Friedrich. A origem histórica das estradas reais nas Minas setecentistas. Em: RESENDE, Maria Efigênia L. de; VILLALTA, Luiz C (Org.). *As Minas setecentistas*, 1. Coleção História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- RESENDE, Maria Efigênia L. de. Itinerário e interditos na territorialização das Geraes. Em: RESENDE, Maria Efigênia L. de; VILLALTA, Luiz C (Org.). *As Minas setecentistas*, 1. Coleção História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- RIBEIRO, Isaac C. *Morada de Casas: cultura material, domesticidades e mudanças sociais* (Minas Gerais, Sabará - século XVIII). 2019. 532 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. O Programa Arqueológico do Rodoanel Metropolitano de São Paulo – Trecho Oeste: ciência, preservação e sustentabilidade social. Em: MORI, Victor H. et alii (org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR/Iphan, 2006.
- ROCKMAN, Diana; ROTSCCHILD, Nan. City Tavern, Country Tavern: An Analysis of Four Colonial Sites. *Historical Archaeology*, v. 18, n. 2 (1984), p. 112-121.
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Estudo crítico: Maria Efigênia Lage de Resende; transcrição e colação de textos: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
- RODRIGUES, Angela R. *Estudo do patrimônio industrial com uso fabril da cidade de São Paulo*. 2011. 245 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011.
- ROMEIRO, Adriana. A história das Minas. Entre o sertão e o império. Em: COSTA, Antônio G. (org.). *Os Caminhos do ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa, 2005.
- RUGENDAS, Johann M. *O Brasil de Rugendas*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1998.
- SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes*. Tomo 1. Companhia Editora Nacional, 1938. Brasiliana. v. 126.
- _____. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes*. Tradução: Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000 (Reconquista do Brasil, 4).
- SALES, Cristiano L. *A Estrada Real nos cenários arqueológico, colonial e contemporâneo: Construções e reconstruções histórico-culturais de um caminho*. 2012. 334 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2012.
- SAMFORD, Patricia. Colonial and Post-Colonial Ceramics. Pottery presentation, 2014. Disponível em: <<http://www.jefpat.org/diagnostic/index.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- SANTOS, Márcio. *Fronteiras do sertão baiano: 1640 - 1750*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09072010-133900/pt-br.php>>. Acesso em: 03 set. 2023.

SANTOS, Paulo. *Contentores de bebidas alcoólicas: usos e significados na Porto Alegre oitocentista*. 2005. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SCHÄFFER, Barbara. *Porto Alegre, arquitetura e estilo – 1880 a 1930*. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Porto Alegre, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

SENNA, Nelson. Toponymia geographica de origem brasilico – indigena em Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v. 22, fasc. 2, p. 105-146. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1928. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=656&op=>>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SILVA, Danuzio (Org.). *Os diários de Langsdorff*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. v. 1 (Rio de Janeiro e Minas Gerais).

SILVA, José J. da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997.

SILVA, Adriana F. da. *Estratégias materiais e espacialidade: uma Arqueologia da Paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra / RS*. 2006. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. Caminhos e percepções que constituem paisagens. Em: *Vestígios*. Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica, v. 1, n. 2, jul/dez., 2007. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, Argumentum.

SILVEIRA, Flávio da. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. SILVEIRA, Flávio da; CANCELA, Cristina (Org.). *Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: EdUFPA, 2009.

SOJA, Edward *Third space: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Oxford; Malden: Blackwel Publishers, 1996.

SOUSA, Ana Cristina de. Caminhos enquanto artefatos: relações sociais e econômicas no contexto do Caminho Novo e suas variantes (séculos XVIII e XIX). Em: *Arqueologia histórica na América Latina*. Columbia: The University of South Carolina. v. 6, 1995.

SOUTH, Stanley. Reconhecimento de padrões na arqueologia histórica. Tradução Márcia N. Seo. *Vestígios* – Revista Latinoamericana de Arqueologia Histórica, v. 1, n. 1, p. 133-148. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG, jan.-jun., 2007.

SOUZA, Laura de M. e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. Em: SOUZA, Laura de M. e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (História da vida privada no Brasil; 1).

SOUZA, Laura de M.; BICALHO, Maria Fernanda B. *1680 – 1720: o império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPIX, J. B. von.; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v. 1.

STRAFORINI, Rafael. *Tramas que brilham: sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII*. 2007. 293 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ppgg.igeo.ufrj.br/index.php?option=com_content&task=view&id=445&Itemid=49>. Acesso em: 06 out. 2023.

SYMANSKI, Luís C. P. *Grupos domésticos e comportamento de consumo em Porto Alegre no século XIX: o Solar Lopo Gonçalves*. 1997. 232 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

_____. Bebidas, panacéias, garrafas e copos: a amostra de vidros do Solar Lopo Gonçalves. *Revista de Arqueologia*, v. 1, n. 1, p: 71-86, 1998.

_____. A louça na pesquisa arqueológica: possibilidades analíticas e interpretativas. Em: TOCCHETTO, Fernanda B *et. al.* *A Faiança Fina em Porto Alegre – Vestígios Arqueológicos de uma Cidade*. Porto Alegre, 1999.

SYMANSKI, Luís C.; OSÓRIO, S. R. Artefatos reciclados em sítios históricos de Porto Alegre. *Revista de Arqueologia*, n. 9, p. 43-54, 1996.

TAVARES, Aurea C. P. *Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista*. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

TOCCHETTO, Fernanda B *et. al.* *A Faiança Fina em Porto Alegre – Vestígios Arqueológicos de uma Cidade*. Porto Alegre, 2001.

_____. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

TOTAL MEIO AMBIENTE. *6º Relatório Parcial: Tema Arqueologia. Projeto Maravilhas III. Ruínas do Congonhas I*. Belo Horizonte, jun/2018.

TRINDADE, Cônego Raimundo. Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 12, Rio de Janeiro, 1955. p. 109-150.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821 - 1825)*. Estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998.

TSCHUDI, Johann J. von. *Viagens através da América do Sul*. v. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2006 (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983 [1977].

TURNER, Victor. *Floresta de símbolos*. Aspectos do ritual Ndembu. Niterói: EdUFF, 2005.

VENANCIO, Renato P. Caminho Novo: a longa duração. Em: *Varia história*. Revista do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte, v. 21 (nº especial Códice Costa Matoso), 2000. p.181-189.

VICTOR, Megan. Under the Tavern Table: Excavations at the Tavern on Smuttynose Island, Maine and Implications for Commensal Politics and Informal Economy. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 23, n. 1, p. 34-56, mar. 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/39127960/Under_the_Tavern_Table_Excavations_at_the_Tavern_on_Smuttynose_Island_Maine_and_Implications_for_Commensal_Politics_and_Informal_Economy>. Acesso em: 06 nov. 2020.

WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. v. 2. London: Frederick Westley and H. A. Davis, 1830. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18060>>. Acesso em: 06 out. 2023.

_____. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985. Reconquista do Brasil; Nova Série, v. 75.

WARMING, Eugenius. *A canção das palmeiras*: Eugenius Warming, um jovem botânico no Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2006 (Coleção Mineiriana. Série Obras de Referência).

WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil - do Rio de Janeiro ao Maranhão*. v. 1. Tradução de Myriam Ávila e introdução de Christopher Hill. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

WOLF, Sidnei; MACHADO, Neli. Arqueologia da Paisagem aplicada ao estudo de sítios arqueológicos Jê meridionais nas bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé/Rio Grande do Sul. *R. Ra'e Ga*. Curitiba, v. 45, p. 268 -280, dez., 2018.

YAMIN, Rebecca. *Archaeology at the site of the Museum of the American Revolution: a tale of two taverns and the growth of Philadelphia*. Philadelphia: Temple University Press, 2019.

ZANETTINI, Paulo. *A Calçada do Lorena: o caminho para o mar*. 1998. 145 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. 2005. 413 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ZANETTINI, Paulo; CAMARGO, Paulo. *Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles? Guia Arqueológico de Classificação e Análise*. 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/35344300/Cacos_e_Mais_Cacos_de_Vidro_o_que_fazer_com_elos>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ZARANKIN, Andrés. *Casa tomada: sistema, poder y vivienda doméstica*. Em: ACUTO, Félix e ZARANKIN, Andrés (Ed.). *Sed non satiata*. Teoría social em la Arqueología Latinoamericana contemporánea. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 1999. p. 239-272.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Tabela de fontes contemporâneas²⁰⁷

NOME	ORIGEM/NACIONALIDADE	FORMAÇÃO/PROFISSÃO	PERÍODO DO RELATO	OBS.
ANTONIL, André João	Italiana	Padre Jesuíta	1711	Não esteve em Minas Gerais
BRITO, Francisco Tavares de	Brasileira?	-	1717/32	
BUNBURY, Charles	Inglesa	Naturalista	1833-1835	
BURCHELL, William	Inglesa	Botânico e artista	1825-1830	Acompanhou a missão diplomática britânica chefiada por <i>Sir</i> Charles Stuart
BURMEISTER, Hermann	Germânica	Zoólogo	1850	Acompanhou os estudos de Lund
BURTON, Richard	Britânica	Explorador e orientalista	1828-1829	
CALDCLEUGH, Alexander	Inglesa	Secretário	1819-1821	Secretário particular de <i>Sir</i> Edward Thornton, ministro britânico para a corte portuguesa no Brasil
CASTELNAU, Francis	Inglesa	Naturalista	1842-1843	Estava a serviço do governo francês
COELHO, José João Teixeira	Portuguesa	Desembargador da Relação do Porto e intendente de Vila Rica	1780	
COURCY, Ernest de	Francesa	Visconde	1886	
ENDER, Thomas	Austriaca	Pintor	1817	Veio ao Brasil na expedição de D. Leopoldina
ESCHWEGE, Wilhelm von	Germânica	Militar, mineralogista, geólogo	1811-1821	Trabalhou para o governo brasileiro

²⁰⁷ Optamos por colocar a entrada pelo sobrenome e em ordem alfabética para ajudar o/a leitor/a na identificação do/a autor/a que se quis consultar.

FREIREYSS, Georg W.	Germânico	Naturalista	1813	
GARDNER, George	Escocesa	Naturalista e médico	1836-1842	
HALFELD, Heinrich	Germânica	Engenheiro		Trabalhou como engenheiro da província de Minas
LANGSDORFF, Georg	Germânica	Médico, zoólogo, cônsul	1824-1825	Exerceu funções diplomáticas no Rio de Janeiro para o governo russo
LUCOCK, John	Inglesa	Comerciante	1817	
MARTIUS, Carl F.	Germânica	Botânico	1817-1821	Veio ao Brasil na expedição de D. Leopoldina
MAWE, John	Inglesa	Comerciante	1809	
NORTH, Marianne	Inglesa	Naturalista e artista botânica	1872-1873	
ORBIGNY, Alcide d'	Francesa	Paleontólogo	1826-1834	A serviço do Museu de História Natural de Paris
POHL, Johann E.	Germânica	Médico, mineralogista e botânico	1817-1821	Veio ao Brasil na expedição de D. Leopoldina
ROCHA, José J. da	Portuguesa	Cartógrafo e praça de cabo-de-esquadra do Regimento da Cavalaria Regular de Minas Gerais	1780	
RUGENDAS, Johann M.	Germânico	Pintor	1824-1825	Veio na expedição de Langsdorff
SAINT-HILAIRE, August de	Francesa	Naturalista	1816-1822	
SILVA, José J. da	Brasileira	-	1886	Natural de Minas Gerais
SPIX, Johann B. von	Germânica	Zoólogo	1817-1821	Veio ao Brasil na expedição de D. Leopoldina
TSCHUDI, Johann	Suíça	Naturalista	1857-1858	
WALSH, Robert	Inglesa	Reverendo	1828-1829	Capelão da comissão de Lord Strangford

WARMING, Eugenius	Dinamarquesa	Botânico	1863-1865	Secretário de Lund
WELLS, James W.	Britânica	Engenheiro	1873-1875	Membro de uma equipe inglesa de engenheiros contratada pelo governo imperial brasileiro